



DIÁRIO DA REPÚBLICA

SUPLEMENTO

SUMÁRIO

PARTE A

3. Diversos

Balancetes	12 146-(3)
------------------	------------

PARTE B

4. Empresas — Registo comercial

Coimbra	12 146-(9)
Lisboa	12 146-(9)
Portalegre	12 146-(79)
Porto	12 146-(91)

PARTE A

3. Diversos

BALANCETES

BANCO AFRICANO DE INVESTIMENTOS, S. A. (SUCURSAL EM PORTUGAL)

Sede: Avenida de António Augusto de Aguiar, 130, 6.º, 7.º E 8.º, 1050-020 Lisboa

Capital afecto: 17 457 926 euros

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o n.º 8149.
Contribuinte n.º 980180058.

Balanço em 31 de Março de 2002

(Em euros)

Activo	2002			2001
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	
1 — Caixa e disponibilidades no Banco de Portugal	1 094 405	—	1 094 405	1 640 142
2 — Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	5 030 680	—	5 030 680	3 536 562
3 — Outros créditos sobre instituições de crédito	100 901 146	—	100 901 146	157 595 069
4 — Créditos sobre clientes	29 312 066	696 288	28 615 777	18 817 218
5 — Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	—	—	—	—
a) Obrig. e outros títulos de rendimento fixo — de emissores públicos.	(—)	(—)	(—)	(—)
b) Obrig. e outros títulos de rendimento fixo — de outros emissores.	(—)	(—)	(—)	(—)
6 — Acções e outros títulos de rendimento variável	—	—	—	—
7 — Participações	999 485	—	999 485	42 427
8 — Partes de capital em empresas coligadas	—	—	—	—
9 — Imobilizações incorpóreas	466 381	445 939	20 441	57 900
10 — Imobilizações corpóreas	648 854	204 105	444 748	382 371
(Dos quais: imóveis arrendados)	(127 457)	(14 338)	(113 118)	(119 928)
11 — Capital subscrito não realizado	—	—	—	—
12 — Acções próprias ou partes de capital próprio	—	—	—	—
13 — Outros activos	84 298	—	84 298	1 050 688
14 — Contas de regularização	859 250	—	859 250	1 437 265
15 — Prejuízo do exercício	—	—	—	—
<i>Total do activo</i>	139 396 568	1 346 333	138 050 235	184 559 647

(Em euros)

Passivo	Ano	Ano anterior
1 — Débitos para com instituições de crédito	101 191 550	151 406 322
a) À vista	(9 046 977)	(12 993 069)
b) A prazo ou com pré-aviso	(92 144 572)	(138 413 252)

(Em euros)

Passivo	Ano	Ano anterior
2 — Débitos para com clientes	13 907 017	11 617 675
a) Depósitos de poupança	(—)	(—)
b) Outros débitos	(13 907 017)	(11 617 675)
ba) À vista	(7 878 382)	(3 619 052)
bb) A prazo	(6 028 635)	(7 998 623)
3 — Débitos representados por títulos	—	—
a) Obrigações em circulação	(—)	(—)
4 — Outros passivos	1 357 788	43 397
5 — Contas de regularização	1 502 714	1 096 077
6 — Provisões para riscos e encargos	432 715	1 272 534
a) Provisões para pensões e encargos similares	(—)	(—)
b) Outras provisões	(435 715)	(1 272 534)
6-A — Fundo para riscos bancários gerais	—	—
8 — Passivos subordinados	—	—
9 — Capital subscrito	17 457 926	17 457 926
11 — Reservas	211 650	75 822
13 — Resultados transitados	1 904 810	682 363
14 — Lucro do exercício	24 023	843 382
<i>Total do passivo</i>	<i>138 050 235</i>	<i>184 559 647</i>

Rubricas extrapatrimoniais

	Ano	Ano anterior
1 — Passivos eventuais	11 557 014	11 589 981
Dos quais:		
Aceites e compromissos por endosso de efeitos redescontados	—	—
Cauções e activos dados em garantia	—	—
2 — Compromissos	6 065 286	2 118 945
Dos quais:		
Compromissos resultantes de operações de venda com opção de recompra	—	—

A Administração: José Manuel Serrão, gerente — Luís Filipe Coelho, gerente.

30000048192

FINIBANCO, S. A.

Balanço em 31 de Dezembro de 2001

(Em euros)

Activo	2001			2000 — Líquido
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	
1 — Caixa e disponibilidades em bancos centrais	46 350 903,79	—	46 350 903,79	—
2 — Disponib. à vista sobre instituições de crédito	57 529 114,05	—	57 529 114,05	—
3 — Outros créditos sobre instituições de crédito	153 584 026,77	323 850,29	153 260 176,48	—
4 — Créditos sobre clientes	1 034 157 142,18	23 411 971,62	1 010 745 170,56	—
5 — Obrigações e outros títulos de rendim. fixo	49 973 161,35	2 893 809,58	47 079 351,77	—
a) Obrigações e outros títulos de rendimento ..	12 518 367,32	308 182,75	12 210 184,57	—
fixo — de emissores públicos.				
b) Obrigações e outros títulos de rendimento ..	37 454 794,03	2 585 626,83	34 869 167,20	—
fixo — de outros emissores.				
(Dos quais obrigações próprias)	(—)	(—)	(—)	(—)
6 — Acções e outros títulos de rendimento variável ..	16 061 812,08	2 857 867,31	13 203 944,77	—
7 — Participações	2 020 630,48	—	2 020 630,48	—
8 — Partes de capital em empresas coligadas	299,28	—	299,28	—
9 — Imobilizações incorpóreas	7 525 391,48	5 301 180,81	2 224 210,67	—

(Em euros)

Activo	2001			2000 — Líquido
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	
10 — Imobilizações corpóreas	37 563 527,18	14 234 175,72	23 329 351,46	—
(Dos quais: imóveis)	(15 033 683,30)	(5 908 054,74)	(9 125 628,56)	(—)
11 — Capital subscrito não realizado	—	—	—	—
12 — Acções próprias ou partes de capital próprio	—	—	—	—
13 — Outros activos	18 327 019,13	269 350,85	18 057 668,28	—
14 — Contas de regularização	19 494 841,27	—	19 494 841,27	—
15 — Prejuízo do exercício	—	—	—	—
<i>Total do activo</i>	1 442 587 869,04	49 292 206,18	1 393 295 662,86	—

(Em euros)

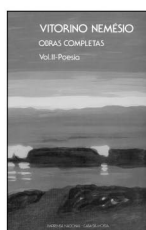
Passivo	Ano	Ano anterior
1 — Débitos para com instituições de crédito	69 382 068,36	—
a) À vista	5 926 626,22	—
b) A prazo ou com pré-aviso	63 455 442,14	—
2 — Débitos para com clientes	1 108 958 722,59	—
a) Depósitos de poupança	26 402 141	—
b) Outros débitos	1 082 556 581,59	—
ba) À vista	453 594 738,49	—
bb) A prazo	628 961 843,10	—
3 — Débitos representados por títulos	44 454 999,99	—
a) Obrigações em circulação	44 454 999,99	—
b) Outros	—	—
4 — Outros passivos	8 921 501,02	—
5 — Contas de regularização	22 350 891,64	—
6 — Provisões para riscos e encargos	11 886 435,65	—
a) Provisões para pensões e encargos similares	—	—
b) Outras provisões	11 886 435,65	—
6-A — Fundo para riscos bancários gerais	—	—
8 — Passivos subordinados	46 975 957,94	—
9 — Capital subscrito	80 000 000	—
10 — Prémios de emissão	—	—
11 — Reservas	—	—
12 — Reservas de reavaliação	—	—
13 — Resultados transitados	—	—
14 — Lucro do exercício	365 085,67	—
<i>Total do passivo</i>	1 393 295 662,86	—

Rubricas extrapatrimoniais

	Ano	Ano anterior
1 — Passivos eventuais	131 568 546,48	—
Dos quais:		
Aceites e compromissos por endosso de efeitos redescontados	—	—
Cauções e activos dados em garantia	31 190 296,10	—
2 — Compromissos	89 797 114,82	—
Dos quais:		
Compromissos resultantes de operações de venda com opção de recompra	—	—

Vitorino Nemésio

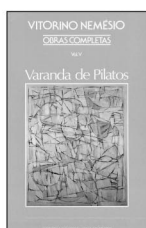
**CENTENÁRIO DO NASCIMENTO
(1901 - 2001)**



POESIA



CORSÁRIO DAS ILHAS



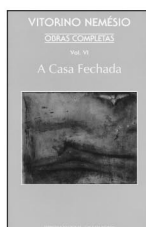
VARANDA DE PILATOS



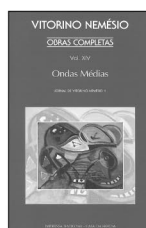
SOB OS SIGNOS DE AGORA



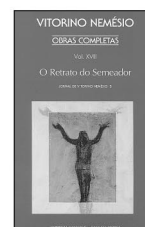
CONHECIMENTO DE POESIA



A CASA FECHADA



ONDAS MÉDIAS



O RETRATO DO SEMEADOR



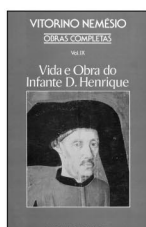
MAU TEMPO NO CANAL



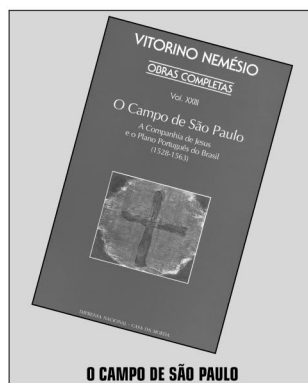
O SEGREDO DE OURO PRETO E OUTROS CAMINHOS



VIAGENS AO PÉ DA PORTA



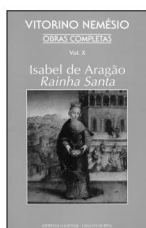
VIDA E OBRA DO INFANTE D. HENRIQUE



O CAMPO DE SÃO PAULO



CAATINGA E TERRA CAÍDA



ISABEL DE ARAGÃO RAINHA SANTA



JORNAL DO OBSERVADOR



IMPRENSA NACIONAL - CASA DA MOEDA, S. A.

Av. António José de Almeida

1000-042 Lisboa • Tel.: 21 781 07 00

www.incm.pt

E-mail: dco@incm.pt

E-mail Brasil: livraria.camoes@incm.com.br

PARTE B

ÍNDICE

EMPRESAS — REGISTO COMERCIAL

<i>Alenquer</i>	12 146-(9)	<i>3.ª Secção</i>	12 146-(25)
<i>Amadora</i>	12 146-(13)	<i>4.ª Secção</i>	12 146-(40)
<i>Amarante</i>	12 146-(91)	<i>Loures</i>	12 146-(52)
<i>Arruda dos Vinhos</i>	12 146-(14)	<i>Lourinhã</i>	12 146-(52)
<i>Azambuja</i>	12 146-(15)	<i>Mafra</i>	12 146-(54)
<i>Baião</i>	12 146-(91)	<i>Maia</i>	12 146-(97)
<i>Cadaval</i>	12 146-(16)	<i>Marco de Canaveses</i>	12 146-(104)
<i>Campo Maior</i>	12 146-(79)	<i>Paços de Ferreira</i>	12 146-(107)
<i>Cascais</i>	12 146-(16)	<i>Paredes</i>	12 146-(108)
<i>Elvas</i>	12 146-(79)	<i>Portalegre</i>	12 146-(83)
<i>Felgueiras</i>	12 146-(93)	<i>Porto:</i>	
<i>Figueira da Foz</i>	12 146-(9)	<i>1.ª Secção</i>	12 146-(111)
<i>Gondomar</i>	12 146-(95)	<i>2.ª Secção</i>	12 146-(117)
<i>Lisboa:</i>		<i>Sobral de Monte Agraço</i>	12 146-(76)
<i>1.ª Secção</i>	12 146-(22)	<i>Sousel</i>	12 146-(89)
<i>2.ª Secção</i>	12 146-(24)	<i>Torres Vedras</i>	12 146-(76)

4. Empresas — Registo comercial

COIMBRA

FIGUEIRA DA FOZ

PROWINE — COMÉRCIO DE VINHOS,, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial da Figueira da Foz. Matrícula n.º 2768/011228; identificação de pessoa colectiva n.º 504473280; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 1/011016.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi efectuado o registo de cessação de funções do gerente Mário Augusto Parreira da Silva Louro, por ter renunciado, em 4 de Outubro de 2001.

Conferida, está conforme.

11 de Março de 2002. — A Primeira-Ajudante, *Irene Rodrigues*.
1000050023

LISBOA

ALENQUER

ACHEVALE — COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTOS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Alenquer. Matrícula n.º 1405/990325; identificação de pessoa colectiva n.º 504570986; inscrição n.º 2; data da apresentação: 011205.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi registado o reforço de capital e alteração parcial do contrato, sendo a importância do aumento, realizado em dinheiro, subscrita por cada um dos sócios Henrique Luís Talhadas do Vale e Piedade dos Santos Adrião do Vale, com a quantia de 301 205\$e dada nova redacção ao artigo 3.º, de que fica sendo a seguinte:

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado e subscrito em dinheiro, é de 5000 euros, o qual corresponde à soma de duas quotas iguais de 2500 euros, pertença uma de cada sócio.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Conferida, está conforme.

4 de Março de 2002. — A Segunda-Ajudante, *Isabel Maria Marques Bacelar Inês David*.
1000047685

HERMINAUTO — AUTOMÓVEIS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Alenquer. Matrícula n.º 404/831206; identificação de pessoa colectiva n.º 501599690; inscrição n.º 4; número e data da apresentação: 5/041201.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi registado o reforço de capital e alteração parcial do contrato, sendo a importância do aumento realizado em dinheiro, subscrita por cada um dos sócios Herminio Manuel Mendes Marcelino, casado com Maria de Lurdes Moreira Marques Marcelino na comunhão de adquiridos, com a quantia de 401 928\$; a identificada Maria de Lurdes Moreira Marques Marcelino, com a quantia de 100 482\$, e dada nova redacção ao artigo 4.º, de que fica sendo a seguinte:

4.º

O capital social é de 5000 euros, totalmente realizado em dinheiro, já entrado na caixa social e constituído por duas quotas: uma de 4000 euros do sócio Herminio Manuel Mendes Marcelino, e outra de 1000 euros da sócia Maria de Lurdes Moreira Marques Marcelino.

§ único. Poderão ser exigidas prestações suplementares de capital, e os sócios poderão fazer à sociedade os suprimentos de que ela

careça, mediante condições que forem deliberadas em assembleia geral, por unanimidade de votos representativos da totalidade do capital.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Conferida, está conforme.

7 de Fevereiro de 2002. — A Segunda-Ajudante, *Isabel Maria Marques Bacelar Inês David*.
1000047692

RELTRÓNICA ELECTRÓNICA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Alenquer. Matrícula n.º 1018/950418; identificação de pessoa colectiva n.º 500821259; inscrição n.º 6; número e data da apresentação: 4/011121.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi registado o reforço de capital e alteração parcial do contrato, sendo a importância do aumento realizada em dinheiro, subscrita por cada um dos sócios Hernâni Manuel Ribeiro de Lemos Figueiredo, solteiro; Belmira dos Santos Ribeiro de Lemos Figueiredo, casada com Hernâni Manfredo Hernandez de Lemos Figueiredo na comunhão de adquiridos, com a quantia de 1205\$, e dada nova redacção ao artigo 4.º, de que fica sendo a seguinte:

4.º

O capital social é de 5000 euros, integralmente realizado em dinheiro, representado por duas quotas iguais, uma de 2500 euros, pertencente sócio Hernâni Manuel Ribeiro de Lemos Figueiredo e outra à sócia Belmira dos Santos Ribeiro de Lemos Figueiredo.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Conferida, está conforme.

4 de Fevereiro de 2002. — A Segunda-Ajudante, *Etelvina Graça Cartaxo Malpique Teixeira de Sousa*.
1000047695

AUTO ALEGRIA — COMÉRCIO E REPARAÇÕES DE VEÍCULOS AUTOMÓVEIS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Alenquer. Matrícula n.º 912/940105; identificação de pessoa colectiva n.º 503110051; inscrição n.º 4; número e data da apresentação: 35/011228.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi registado o aumento de capital e alteração parcial do contrato, sendo a importância do aumento realizado em dinheiro, subscrita por cada um dos sócios Rui Manuel Marques Alegria e Lídia Coelho Penas Alegria, casados entre si na comunhão de adquiridos, com a quantia de 4 812 050\$, e dada nova redacção ao artigo 3.º, de que fica sendo a seguinte:

3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 50 000 euros e corresponde à soma de duas quotas iguais de 25 000 euros cada, pertencendo uma a cada um dos sócios.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Conferida, está conforme.

11 de Fevereiro de 2002. — A Primeira-Ajudante, *Maria da Luz Araújo Pereira de Oliveira*.
1000047697

ABRITRAPOS — PRONTO-A-VESTIR, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Alenquer. Matrícula n.º 1230/970918; identificação de pessoa colectiva n.º 503961639; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 1 e inscrição n.º 5; números e data das apresentações: of. 11 e 12/020102.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi registado o seguinte:

1) Cessação das funções de gerente por parte da ex-sócia Graçinda Leonor Nobre Coutinho dos Santos, por renúncia, em 14 de Dezembro de 2001;

2) Reforço de capital e alteração parcial do contrato, sendo a importância do aumento realizado em dinheiro, subscrita pela sócia Ana Isabel Barreto Pereira da Costa Henriques, casada com Carlos Manuel da Costa Henriques na comunhão de adquiridos, com a quantia de 2410\$, e dada nova redacção aos artigos 3.º, 4.º, 5.º e 6.º, os quais ficam com o teor seguinte:

3.º

O capital social, inteiramente realizado em dinheiro, é de 5000 euros e corresponde à soma de duas quotas iguais de 2500 euros cada, ambas pertencentes à sócia Ana Isabel Barreto Pereira da Costa Henriques.

4.º

A sociedade poderá exigir aos sócios prestações suplementares de capital até ao montante de 199 519,16 euros.

5.º

A gerência da sociedade, com ou sem remuneração, conforme vier a ser deliberado em assembleia geral, fica a cargo da sócia Ana Isabel Barreto Pereira da Costa Henriques, já nomeada gerente.

6.º

Para obrigar a sociedade em todos os actos e contratos, em juízo e fora dele, é apenas necessária a assinatura de um gerente.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Conferida, está conforme.

11 de Fevereiro de 2002. — A Primeira-Ajudante, *Maria da Luz Araújo Pereira de Oliveira*. 1000047701

HAPPICH DE PORTUGAL — PRODUÇÃO DE COMPONENTES AUTOMÓVEIS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Alenquer. Matrícula n.º 990/941205; identificação de pessoa colectiva n.º 503304875; inscrição n.º 10; número e data da apresentação: 3/020205.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi registado a alteração parcial do contrato, traduzida na nova redacção do artigo 9.º, o qual fica com a redacção seguinte:

ARTIGO 9.º

1 — A sociedade fica obrigada, nos seus actos e contratos:

- a) Pela assinatura conjunta de dois gerentes;
- b) Pela assinatura de um gerente e de um procurador;
- c) Pela assinatura conjunta de dois procuradores.

2 — A sociedade pode ser representada por qualquer um dos seus gerentes nas assembleias gerais das sociedades em que tenha participação.

3 — Os gerentes ficam expressamente proibidos de obrigar a sociedade em fianças, letras de favor, avals, abonações e outros actos, contratos ou documentos semelhantes estranhos ao objecto social, sendo nulos e de nenhum efeito, os actos praticados em violação desta norma sob pena de o infractor responder perante a sociedade pelos prejuízos que lhe causar.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Conferida, está conforme.

21 de Fevereiro de 2002. — A Segunda-Ajudante, *Etelvina Graça Cartaxo Malpique Teixeira de Sousa*. 1000047709

CLÍNICA DR. CARDOSO AMARAL, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Alenquer. Matrícula n.º 317/801008; identificação de pessoa colectiva n.º 501095610; inscrição n.º 2; número e data da apresentação: 4/020103.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi registado o reforço de capital e alteração parcial do contrato, sendo a importância do aumento realizado em dinheiro, subscrita pelo sócio Manuel Cardoso Amaral, casado com Julieta Maria Luís Grilo Amaral na separação, com a quantia de 235 831\$, pela sócia referida, Julieta Maria Luís Grilo Amaral, com a quantia de 235 831\$; por cada um dos sócios Maria Manuela Grilo Cardoso Amaral Mancini, casada com Sérgio Mancini na comunhão de adquiridos; Manuel Maria Grilo Cardoso Amaral, casado com Maria da Conceição Almeida Santos Agostinho na separação, e Paulo Jorge Grilo Cardoso Amaral, casado com Ana Teresa da Silva Graça na separação, com a quantia de 23 583\$, e dada nova redacção ao artigo 3.º, o qual fica com o teor seguinte:

3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5000,01 euros e corresponde à soma de cinco quotas, sendo: duas de 2173,92 euros, uma do Dr. Manuel Cardoso Amaral e outra à sócia Julieta Maria Luís Grilo Amaral, e três quotas de 217,39 euros, pertencentes uma a cada um dos sócios Maria Manuela Grilo Cardoso Amaral Mancini, Manuel Maria Grilo Cardoso Amaral e Paulo Jorge Grilo Cardoso Amaral.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Conferida, está conforme.

25 de Fevereiro de 2002. — A Segunda-Ajudante, *Isabel Maria Marques Bacelar Inês David*. 1000047712

CALCETAL — PAVIMENTOS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Alenquer. Matrícula n.º 523/880330; identificação de pessoa colectiva n.º 501956913; inscrição n.º 6; número e data da apresentação: 15/011210.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi registado a alteração parcial do contrato, traduzida na nova redacção do artigo 2.º, o qual fica com a redacção seguinte:

2.º

O objecto social consiste na execução de pavimentos em asfalto e calçada, comércio de materiais de construção civil e obras públicas, exploração de pedreiras com extractação de pedra de calçada e britas.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Conferida, está conforme.

11 de Fevereiro de 2002. — A Primeira-Ajudante, *Maria da Luz Araújo Pereira de Oliveira*. 1000047714

GAIO & GAIO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Alenquer. Matrícula n.º 1929/020104; identificação de pessoa colectiva n.º 505949318; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 10/020104.

Certifico que, em 28 de Dezembro de 2001, entre José Joaquim Faustino Gaio, casado com Maria Isabel Pereira Correia na comunhão de adquiridos; Joaquim de Oliveira Gaio, casado com Rosária da Conceição Faustino Gaio na comunhão geral, e Carlos Joaquim Faustino Gaio, casado com Idalina da Conceição Santos Gaio na comunhão de adquiridos, foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

1.º

A sociedade adopta a denominação de Gaio & Gaio, L.^{da}, e tem a sua sede na Rua de Frei João Nossa Senhora, no lugar de Aldeia Gavinha, concelho de Alenquer.

§ único. A gerência poderá mudar a sede social dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe.

2.º

O seu objecto é a construção civil, urbanizações, empreitadas gerais, compra e venda de imóveis e revenda dos adquiridos para esse fim, consultadoria técnica e económica relacionada com estas actividades.

3.º

O capital social, inteiramente realizado em dinheiro, é de 75 000 euros, já depositado numa instituição de crédito e corresponde à soma de três quotas iguais de 25 000 euros cada, uma de cada um dos sócios José Joaquim Faustino Gaio, Joaquim de Oliveira Gaio e Carlos Joaquim Faustino Gaio.

4.º

A sociedade poderá exigir aos sócios prestações suplementares de capital até ao montante de 75 000 euros.

5.º

A gerência da sociedade, com ou sem remuneração, conforme vier a ser deliberado em assembleia geral, fica a cargo de todos os sócios.

6.º

Para obrigar a sociedade em todos os actos e contratos, em juízo e fora dele, é necessária a assinatura conjunta de dois gerentes.

7.º

A cessão de quotas depende do consentimento da sociedade, gozando os sócios não cedentes, do direito de preferência.

8.º

A sociedade não se dissolve por morte, interdição ou inabilitação de um sócio, mas continuará com um dos herdeiros do falecido enquanto a quota se mantiver indivisa ou com o representante do interdito ou do inabilitado, sem prejuízo do disposto do artigo seguinte.

9.º

Em caso de morte de qualquer sócio, se os herdeiros não pretenderem continuar na sociedade, darão conhecimento a esta da sua vontade no prazo de 90 dias a contar da data do óbito, procedendo a sociedade à amortização da quota.

10.º

A sociedade poderá amortizar qualquer quota, ainda, nos seguintes casos:

- a) Por acordo com o respectivo titular;
- b) No caso de a quota vir a ser penhorada ou se, por qualquer forma, deixar de estar na livre disposição do seu titular;
- c) No caso de falência ou insolvência do sócio;
- d) No caso de partilha por divórcio ou separação judicial de pessoas e bens, se a quota foi adjudicada ao cônjuge que não seja sócio;
- e) No caso de o sócio violar reiterada e gravemente os seus deveres sociais ou adoptar comportamento desleal que, pela sua gravidade ou reiteração, seja perturbador do funcionamento da sociedade ou susceptível de lhe causar grave prejuízo.

11.º

O valor da amortização será calculado com base num balanço especial organizado para o efeito e o pagamento será feito em seis prestações iguais, semestrais, no prazo de três anos, sem juros, vencendo-se a primeira dentro de seis meses a contar da data da deliberação da amortização.

Disposição transitória

Fica desde já a gerência autorizada a levantar do capital social quaisquer quantias destinadas a fazer face às despesas da escritura, registo, publicações, e outras relativas à instalação e começo da actividade da sociedade, nos termos do artigo 202.º, n.º 4, alínea b), do Código das Sociedades Comerciais.

Conferida, está conforme.

11 de Fevereiro de 2002. — A Primeira-Ajudante, *Maria da Luz Araújo Pereira de Oliveira*. 1000047718

SILVESTRIMO — CONSTRUÇÕES CIVIS, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Alenquer. Matrícula n.º 1923/011226; identificação de pessoa colectiva n.º 505563240; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 3/011226.

Certifico que, em 22 de Outubro de 2001, entre Francisco António Luís Ganchas Silvestre, casado com Maria Beatriz Mateus Pereira Ganchas Silvestre na comunhão de adquiridos, e Jacinto Manuel Luís Ganchas Silvestre, solteiro, foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

1.º

A sociedade adopta a denominação de SILVESTRIMO — Construções Cívicas, L.ª, e tem a sua sede no Casal da Vinha Perdida, lugar e freguesia de Santana da Carnota, concelho de Alenquer.

§ único. A gerência poderá mudar a sede social dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe.

2.º

O seu objecto é a construção civil, urbanizações, empreitadas gerais, compra e venda de imóveis e revenda dos adquiridos para esse fim, consultadoria técnica e económica relacionada com essas actividades.

3.º

O capital social, inteiramente realizado em dinheiro, é de 50 000 euros, já depositado numa instituição de crédito e corresponde à soma das seguintes quotas: uma de 25 000 euros, pertencente ao sócio Francisco António Luís Ganchas Silvestre, e uma de 25 000 euros, pertencente ao sócio Jacinto Manuel Luís Ganchas Silvestre.

4.º

A sociedade poderá exigir aos sócios prestações suplementares de capital até ao montante de 100 000 euros.

5.º

A gerência da sociedade, com ou sem remuneração, conforme vier a ser deliberado em assembleia geral, fica a cargo de ambos os sócios.

6.º

Para obrigar a sociedade em todos os actos e contratos, em juízo e fora dele, é necessária a assinatura conjunta de dois gerentes.

7.º

A cessão de quotas depende do consentimento da sociedade, gozando os sócios não cedentes, do direito de preferência.

8.º

A sociedade não se dissolve por morte, interdição ou inabilitação de um sócio, mas continuará com um dos herdeiros do falecido enquanto a quota se mantiver indivisa ou com o representante do interdito ou do inabilitado, sem prejuízo do disposto do artigo seguinte.

9.º

Em caso de morte de qualquer sócio, se os herdeiros não pretenderem continuar na sociedade, darão conhecimento a esta da sua vontade no prazo de 90 dias a contar da data do óbito, procedendo a sociedade à amortização da quota.

10.º

A sociedade poderá amortizar qualquer quota, ainda, nos seguintes casos:

- a) Por acordo com o respectivo titular;
- b) No caso de a quota vir a ser penhorada ou se, por qualquer forma, deixar de estar na livre disposição do seu titular;
- c) No caso de falência ou insolvência do sócio;
- d) No caso de partilha por divórcio ou separação judicial de pessoas e bens, se a quota foi adjudicada ao cônjuge que não seja sócio;
- e) No caso de o sócio violar reiterada e gravemente os seus deveres sociais ou adoptar comportamento desleal que, pela sua gravidade ou reiteração, seja perturbador do funcionamento da sociedade ou susceptível de lhe causar grave prejuízo.

11.º

O valor da amortização será calculado com base num balanço especial organizado para o efeito e o pagamento será feito em seis prestações iguais, semestrais, no prazo de três anos, sem juros, vencendo-se a primeira dentro de seis meses a contar da data da deliberação da amortização.

Disposição transitória

Fica desde já a gerência autorizada a levantar do capital social quaisquer quantias destinadas a fazer face às despesas da escritura, registo, publicações, e outras relativas à instalação e começo da actividade da sociedade, nos termos do artigo 202.º, n.º 4, alínea b), do Código das Sociedades Comerciais.

Conferida, está conforme.

11 de Fevereiro de 2002. — A Primeira-Ajudante, *Maria da Luz Araújo Pereira de Oliveira*. 1000047601

YKK PORTUGAL — ACESSÓRIOS PARA VESTUÁRIO, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Alenquer. Matrícula n.º 393/830615; identificação de pessoa colectiva n.º 501205012; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 12 e inscrição n.º 13; números e data das apresentações: 4 e 5/020218.

Certifico que, com referência à sociedade em epígrafe, foram efectuados os seguintes actos de registo:

- 1) Cessação das funções de gerente por parte de Yuichi Sakai, por renúncia, com efeitos reportados a 5 de Dezembro de 2001;
- 2) Designação de gerente, por deliberação de 5 de Dezembro de 2001, de Toshimitsu Morihiro, casado.

Conferida, está conforme.

18 de Fevereiro de 2002. — A Segunda-Ajudante, *Etelvina Graça Cartaxo Malpique Teixeira de Sousa*. 1000047678

JOAQUIM PEREIRA CARVALHO & FILHOS, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Alenquer. Matrícula n.º 1912/011213; identificação de pessoa colectiva n.º P 505705117; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 10/011213.

Certifico que, em 29 de Novembro de 2001, entre Joaquim Pereira Carvalho e Carmina Simões Pereira da Mata Carvalho, casados entre si na comunhão geral; António João Simões de Carvalho, solteiro; Adília Maria da Mata Carvalho dos Santos, casada com Manuel António Cipriano dos Santos na comunhão de adquiridos, e Carla Isabel Simões da Mata Carvalho, solteira, foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

1.º

A sociedade adopta a firma Joaquim Pereira Carvalho & Filhos, L.ª, com sede na Rua da Bela Vista, 28-30, lugar de Catem, freguesia de Meca, concelho de Alenquer.

§ único. A gerência poderá mudar a sede social para qualquer outro local dentro do mesmo concelho ou para concelhos limítrofes.

2.º

A sociedade tem como objecto a construção civil, reparação e conservação e manutenção de edifícios e estruturas; comércio por grosso de materiais de construção, britas, areias, pedra e outros materiais afins.

3.º

O capital social, integralmente realizado em numerário, é de 8000 euros, representado por cinco quotas: duas de 2400 euros, uma de cada um dos sócios Joaquim Pereira Carvalho e António João Simões Carvalho; uma de 1600 euros da sócia Carmina Simões Pereira da Mata Carvalho, e duas de 800 euros, uma de cada um dos sócios Adília Maria da Mata Carvalho dos Santos e Carla Isabel Simões da Mata Carvalho.

4.º

A gerência da sociedade, com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral, será desempenhada pelos sócios Joaquim Pereira Carvalho, António João Simões Carvalho e Carmina Simões Pereira da Mata Carvalho, que desde já ficam nomeados gerentes, sendo necessária a intervenção de dois gerentes para obrigar sociedade em todos os actos e contratos, nomeadamente na compra e venda de veículos automóveis para e da sociedade.

5.º

A cessão de quotas entre os sócios é livre, mas a cessão a estranho, carece do consentimento da sociedade e dos sócios não cedendo,

tendo este, o direito de preferência, em primeiro lugar, e em segundo, a sociedade.

Disposição transitória

Fica desde já dada autorização aos gerentes para procederem ao levantamento do capital social, depositado na instituição bancária abaixo indicada, a fim de custear as despesas de constituição e registo da sociedade, bem como ao início de sua actividade.

Conferida, está conforme.

27 de Fevereiro de 2002. — A Segunda-Ajudante, *Etelvina Graça Cartaxo Malpique Teixeira de Sousa*. 1000047671

ALUMIQUER — COMÉRCIO E TRANSFORMAÇÃO DE ALUMÍNIOS VIDROS, ESTORES E MOLDURAS, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Alenquer. Matrícula n.º 1360/981008; identificação de pessoa colectiva n.º 504244582; inscrição n.º 2; número e data da apresentação: 9/011129.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi registado reforço de capital e alteração parcial do contrato, com redenominação do capital para euros, sendo a importância do aumento realizado por incorporação de reservas, subscrita por cada um dos sócios Paulo Fernando Ventura Luís, solteiro; Virgílio José dos Santos Viseu, casado, Anabela Gonçalves do Nascimento Viseu na comunhão geral, com a quantia de 301 205\$, e dada nova redacção ao artigo 2.º, o qual fica com o teor seguinte:

2.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5000 euros e corresponde à soma das duas quotas iguais de 2500 euros, uma de cada sócio.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Conferida, está conforme.

4 de Março de 2002. — A Segunda-Ajudante, *Isabel Maria Marques Bacelar Inês David*. 1000047674

JEROSOUA — TRANSPORTES MERCADORIAS, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Alenquer. Matrícula n.º 1207/970526; identificação de pessoa colectiva n.º 503879967; inscrição n.º 5; número e data da apresentação: 10/011128.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi registado a alteração parcial do contrato, traduzida na nova redacção dos artigos 5.º e 6.º, os quais ficam com o teor seguinte:

5.º

A gerência da sociedade e a sua representação, dispensada de caução e com ou sem remuneração, conforme vier a ser deliberado em assembleia geral, pertence a ambos os sócios, já nomeados gerentes, possuindo a sócia Maria de Fátima Grazina Jerónimo Sousa, a necessária capacidade profissional de âmbito nacional e internacional reconhecida pela Direcção-Geral de Transportes Terrestres.

6.º

Para obrigar a sociedade nos seus actos e contratos é suficiente a assinatura da gerente Maria de Fátima Grazina Jerónimo Sousa.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Conferida, está conforme.

19 de Fevereiro de 2002. — A Segunda-Ajudante, *Isabel Maria Marques Bacelar Inês David*. 1000047664

AUTO-MECÂNICA GOMES & COSTA, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Alenquer. Matrícula n.º 464/860630; identificação de pessoa colectiva n.º 501683070; inscrição n.º 7; número e data da apresentação: 1/011205.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi registado reforço do capital e alteração parcial do contrato, com redenominação do capital para euros, sendo a importância do aumento realizado em dinheiro, subscrito por cada um dos sócios Jacinto Vítor Rufino Agostinho, casado com Judite Manuela Costa Gomes Agostinho na comunhão geral; Jorge Manuel Machado dos Santos, casado com Ana Margarida Domingos da Costa na comunhão de adquiridos, com a quantia de 251 205\$, e dada a nova redacção ao artigo 4.º, o qual fica com o teor seguinte:

ARTIGO 4.º

O capital social é de 5000 euros, totalmente realizado em dinheiro, já entrado na caixa social, e é constituído por duas quotas iguais de 2500 euros cada, pertencentes uma ao sócio Jacinto Vítor Rufino Agostinho e outra ao sócio Jorge Manuel Machado dos Santos.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Conferida, está conforme.

25 de Fevereiro de 2002. — A Segunda-Ajudante, *Isabel Maria Marques Bacelar Inês David*. 1000047661

AMADORA

ALENREDE — SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES, L.ª

Conservatória do Registo Comercial da Amadora. Matrícula n.º 12 768; identificação de pessoa colectiva n.º 505644568; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 12/010807.

Certifico que foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

CAPÍTULO I

Denominação, duração, sede, objecto e participação

ARTIGO 1.º

Denominação, duração e sede

1 — A sociedade adopta a denominação de ALENREDE — Serviços de Comunicações, L.ª, durará por tempo indeterminado, e tem a sua sede social na Rua de Ana de Castro Osório, 5, 5.º, esquerdo, freguesia da Damaia, concelho da Amadora.

2 — A sociedade poderá, por deliberação da gerência, transferir a sua sede dentro do mesmo concelho ou concelho limítrofe, e criar, transferir ou encerrar outros estabelecimentos, sucursais, filiais, agências ou outras formas locais de representação social, no País ou no estrangeiro

ARTIGO 2.º

Objecto

A sociedade tem por objecto a comercialização, armazenamento e assistência de produtos, serviços e acessórios de telecomunicações, informática e Internet a grosso e retalho, importação e exportação dos mesmos.

ARTIGO 3.º

Participações

A sociedade poderá participar noutras sociedades de responsabilidade limitada ou ilimitada, de objecto igual ou diferente do seu, em sociedades reguladas por leis especiais e em agrupamentos complementares de empresas, consórcios, associações em participação e semelhantes.

CAPÍTULO II

Capital social e quotas

ARTIGO 4.º

Capital social e sua representação

O capital social é de 5000 euros, integralmente subscrito e realizado em dinheiro e representado por duas quotas: uma do valor nominal de 2500 euros, pertencente ao sócio João Joaquim Antunes Ribeiro, e uma do valor nominal de 2500 euros, pertencente ao sócio João Manuel Nunes Domingues.

ARTIGO 5.º

Cessão de quotas

1 — É necessário o consentimento da sociedade em todas as cessões de quotas.

2 — Em todas as cessões de quotas, mesmo entre sócios, há direito de preferência dos restantes sócios, em primeiro lugar, e da sociedade, em segundo.

3 — O sócio que pretenda ceder a sua quota, deverá comunicar essa intenção por carta registada com aviso de recepção, dirigida aos restantes sócios, com todas as condições da cessão, assim como a identificação do pretendido cessionário.

4 — Os restantes sócios deverão exercer o seu direito, no prazo de 15 dias a partir da recepção dessa carta, através de comunicação escrita ao sócio que pretenda fazer a cessão.

5 — Se mais de um sócio desejar exercer esse direito, a quota será cedida aos preferentes, dividindo-se a mesma entre estes proporcionalmente com a quota que tiverem no capital social, ficando essa divisão dispensada de autorização da sociedade.

6 — Se os restantes sócios exercerem o seu direito de preferência, o sócio deverá comunicar, por carta registada com aviso de recepção, tal facto, descrevendo as condições da cessão e a identificação do sócio ou sócios que exercerem esse direito à sociedade, a fim de que esta possa conceder o seu consentimento no prazo de 60 dias a partir da recepção dessa carta; se nada se comunicar ao sócio nesse prazo, ter-se-á por consentida a cessão.

7 — No caso de nenhum dos sócios exercer o direito de preferência, o sócio cedente deverá comunicar à sociedade por carta registada com aviso de recepção as condições da cessão e a pessoa do pretendente cessionário; a sociedade deverá exercer o seu direito de preferência ou dar o seu consentimento, no caso de não o exercer no prazo de 60 dias; se nada comunicar ao sócio nesse prazo é este livre de concretizar a cessão, considerando-se que a sociedade não exerceu o seu direito de preferências e consentiu na cessão.

8 — Se a sociedade quiser recusar o consentimento à cessão, deverá apresentar uma proposta de amortização ou aquisição da quota pelo mesmo valor contido no projecto de cessão comunicado ao sócio; este deve aceitar expressamente essa proposta no prazo de 15 dias, sob pena de se considerar definitiva a recusa.

ARTIGO 6.º

Amortização de quotas

1 — A sociedade pode amortizar quotas, desde que:

- Exista acordo do respectivo titular;
- Qualquer quota seja arrolada, arrestada, penhorada ou de alguma forma apreendida judicialmente;
- Seja declarada a falência, insolvência ou interdição de qualquer sócio;
- Uma sócia, que seja sociedade seja dissolvida.

2 — A deliberação sobre a amortização deve ser tomada no prazo de 90 dias a partir do conhecimento do facto pressuposto da amortização pela sociedade.

3 — A contrapartida da amortização, salvo disposição legal imperativa em sentido contrário será o valor da quota determinada no último balanço efectuado.

4 — O pagamento dessa contrapartida será efectuado em quatro prestações trimestrais, iguais e sucessivas.

CAPÍTULO III

Órgãos sociais

ARTIGO 7.º

Órgãos sociais

Os órgãos sociais são a assembleia e a gerência

SECÇÃO I

Assembleia geral

ARTIGO 8.º

Constituição da assembleia geral

A assembleia geral será convocada por qualquer gerente por carta registada com aviso de recepção dirigida aos sócios, de forma a ser por estes recebida com, pelo menos, um mês de antecedência.

ARTIGO 9.º

Representação

Os sócios poderão representar-se por qualquer pessoa, mediante carta registada dirigida à assembleia geral.

ARTIGO 10.º

Funcionamento

1 — A assembleia geral deliberará por maioria de dois terços dos votos representativos do capital, nos seguintes casos:

- a) Amortização de quotas e consentimento para a cessão e divisão de quotas;
- b) Compra, venda e oneração de quotas próprias, venda e oneração de imóveis, e venda e oneração do estabelecimento, subscrição de participações noutras sociedades e a sua venda ou oneração;
- c) A exclusão de sócios;
- d) A destituição de gerentes;
- e) A aprovação do relatório da gerência e das contas anuais;
- f) A exclusão de responsabilidades dos gerentes;
- g) A propositura de acções contra gerentes e sócios;
- h) A alteração dos estatutos;
- i) A fusão, cisão, transformação e dissolução da sociedade.

2 — Salvo disposição em contrário destes estatutos e da lei, as restantes deliberações serão tomadas por maioria simples dos votos emitidos.

3 — As normas legais dispositivas poderão ser derogadas por deliberação dos sócios.

ARTIGO 11.º

Derrogação de preceitos dispositivos

Por meio de deliberação dos sócios podem ser derogados os preceitos dispositivos do Código das Sociedades Comerciais.

SECÇÃO II

Gerência

ARTIGO 12.º

Composição e designação

A administração e representação da sociedade, em juízo e fora dele, pertence à gerência, composta pelos gerentes designados ou eleitos em assembleia geral por um período de três anos, sem prejuízo de se manterem em funções até à designação de novos gerentes, podendo ser designados uma ou mais vezes.

ARTIGO 13.º

Remunerações

Os gerentes prestarão ou não caução e serão ou não remunerados, conforme for decidido em assembleia geral.

ARTIGO 14.º

Competência

1 — Compete à gerência a prática de todos os actos que forem necessários ou convenientes para a realização do objecto social.

2 — É expressamente proibido aos gerentes obrigar a sociedade em avales, fianças e, em geral, qualquer acto ou contrato estranho aos negócios sociais, ficando pessoalmente responsável perante a sociedade por qualquer prejuízo a esta advindo da violação desta estipulação.

ARTIGO 15.º

Delegação de poderes

1 — Qualquer gerente poderá delegar noutro ou noutros poderes para a prática de determinados actos.

2 — A gerência poderá constituir mandatários da sociedade para a prática de determinados actos.

ARTIGO 16.º

Vinculação da sociedade

A sociedade obriga-se pela assinatura conjunta de dois gerentes, ou por um ou mais mandatários, dentro dos poderes que lhes tiverem sido conferidos.

ARTIGO 17.º

Reuniões

1 — A gerência reunirá sempre que necessário e um gerente a convoque e, pelo menos, duas vezes por ano.

2 — A convocação para as reuniões de gerência serão feitas por qualquer gerente, por carta, com a antecedência necessária para que a convocação seja recebida com, pelo menos, 10 dias de antecedência, a menos que todos os gerentes prescindam dessa formalidade.

CAPÍTULO IV

Disposições gerais e transitórias

ARTIGO 18.º

Relatório de gestão e contas do exercício

Anualmente, a gerência deverá convocar a assembleia geral e reunir até ao dia 31 de Março de cada ano, para aprovação das contas anuais do relatório de gestão da proposta de distribuição de lucros do ano findo.

ARTIGO 19.º

Aplicação dos resultados dos apurados

Depois de deduzidas as reservas legais, os lucros terão o destino que for deliberado pela maioria do capital social.

ARTIGO 20.º

Foro competente

Para todos os litígios que surjam entre os sócios ou entre estes e a sociedade relacionados com a actividade societária ou com a execução e interpretação do presente pacto fica estipulado o foro da comarca da Amadora.

Conferida e conforme.

12 de Novembro de 2001. — A Ajudante Principal, *Maria Fernanda Cristina Jacob*.
1000072851

ARRUDA DOS VINHOS

SILVA LOPES & ROCHA — MATERIAIS ELÉCTRICOS, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Arruda dos Vinhos. Matrícula n.º 188/910219; identificação de pessoa colectiva n.º 502586419; inscrição n.º 10; número e data da apresentação: 11/20011219.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi registado o reforço de capital de 600 000\$ para 5000 euros, tendo o artigo 3.º, ficado com a redacção seguinte:

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5000 euros e corresponde à soma de duas quotas iguais de 2500 euros, uma de cada sócio.

O texto completo e actualizado do contrato, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

25 de Fevereiro de 2002. — A Conservadora Interina, *Filomena do Carmo Martins Vaz Pereira*.
1000048852

SUPERBARRIGA — COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTARES, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Arruda dos Vinhos. 377/980713; identificação de pessoa colectiva n.º 504242105; inscrição n.º 2; número e data da apresentação: 5/20011210.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi registado o reforço de capital de 1 000 000\$ para 5000 euros, tendo o artigo 3.º, ficado com a redacção seguinte:

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5000 euros e corresponde à soma de duas quotas iguais de 2500 euros, uma de cada sócio.

O texto completo e actualizado do contrato, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

11 de Fevereiro de 2002. — A Conservadora Interina, *Filomena do Carmo Martins Vaz Pereira*. 1000047632

CAMILO RIBEIRO NARCISO & FILHOS, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Arruda dos Vinhos. 129/881219; identificação de pessoa colectiva n.º 502164743.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi registado o seguinte:

Apresentação n.º 3/20011206.

Reforço de capital de 400 000\$ para 5000 euros.

Averbamento n.º 1 à inscrição n.º 1, apresentação n.º 2/20011206.

Actualização de sede: Rua de 8 de Setembro, 9, Nossa Senhora da Ajuda, Arranhó, freguesia e concelho de Arruda dos Vinhos, tendo ficado os respectivos artigos 1.º e 3.º, com a redacção seguinte:

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a firma Camilo Ribeiro Narciso & Filhos, L.ª, e tem a sua sede na Rua de 8 de Setembro, 9, no lugar de Nossa Senhora da Ajuda, freguesia de Arranhó, concelho de Arruda dos Vinhos.

ARTIGO 3.º

O capital social é de 5000 euros, está integralmente realizado em dinheiro e corresponde à soma das seguintes quotas: uma de 3125 euros, pertencente ao sócio Camilo Ribeiro Narciso; uma de 1250 euros, pertencente ao sócio Rui Artur Coelho Narciso Manuel, e uma de 625 euros, pertencente à sócia Cristina Maria Coelho Narciso.

O texto completo e actualizado do contrato, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

1 de Março de 2002. — A Conservadora Interina, *Filomena do Carmo Martins Vaz Pereira*. 1000047627

SOCIEDADE AGRO-PECUÁRIA DO MOGO, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Arruda dos Vinhos. 73/861125; identificação de pessoa colectiva n.º 500623996; inscrição n.º 7; número e data da apresentação: 8/20011220.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi registado o reforço de capital de 1 000 000\$ para 5000 euros, tendo o artigo 3.º, ficado com a redacção seguinte:

ARTIGO 3.º

O capital social é de 5000 euros, integralmente realizado em dinheiro e corresponde à soma de duas quotas iguais, cada uma de 2500 euros, pertencente cada uma delas a cada um dos sócios José Pedro Carvalho da Silva e Argentina Maria da Conceição Ferreira e Silva.

O texto completo e actualizado do contrato, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

26 de Fevereiro de 2002. — A Conservadora Interina, *Filomena do Carmo Martins Vaz Pereira*. 1000048848

LAR SÃO MIGUEL DE CARDOSAS, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Arruda dos Vinhos. 351/971021; identificação de pessoa colectiva n.º 504056360; inscrição n.º 3; número e data da apresentação: 12/20011220.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi registado o reforço de capital de 400 000\$ para 5000 euros, tendo o artigo 3.º, ficado com a redacção seguinte:

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro, é de 5000 euros e corresponde à soma de duas quotas iguais de 2500 euros, uma de cada sócio Luís Manuel de Andrade Braga e Alda de Jesus Vaz Braga.

O texto completo e actualizado do contrato, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

27 de Fevereiro de 2002. — A Conservadora Interina, *Filomena do Carmo Martins Vaz Pereira*. 1000048845

ARRUGEST — CONTABILIDADE, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Arruda dos Vinhos. 394/981120; identificação de pessoa colectiva n.º 504281674.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi registado o seguinte:

Averbamento n.º 1 à inscrição n.º 1, apresentação n.º 9/20011221.

Mudança de sede: Rua de Irene Lisboa, 40, 2.º, esquerdo, em Arruda dos Vinhos.

Apresentação n.º 10/20011221.

O reforço de capital de 400 000\$ para 5000 euros, tendo ficado os respectivos artigos 1.º, n.º 1 e 3.º, com a redacção seguinte:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma ARRUGEST — Contabilidade, L.ª, e tem a sua sede na Rua de Irene Lisboa, 40, 2.º, esquerdo, na vila, freguesia e concelho de Arruda dos Vinhos.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5000 euros e corresponde à soma de duas quotas iguais do valor nominal de 2500 euros cada, uma de cada sócio.

O texto completo e actualizado do contrato, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

28 de Fevereiro de 2002. — A Conservadora Interina, *Filomena do Carmo Martins Vaz Pereira*. 1000048842

NETO & MACHADO, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Arruda dos Vinhos. 216/920403; identificação de pessoa colectiva n.º 502737590; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 5; número e data da apresentação: 5/20011220.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi registado a cessação de funções de gerente do sócio Manuel Joaquim Horta Tavares, por renúncia, em 16 de Novembro de 2001.

Está conforme o original.

8 de Março de 2002. — A Conservadora Interina, *Filomena do Carmo Martins Vaz Pereira*. 1000049499

AZAMBUJA**SONALUR — SOCIEDADE NACIONAL DE METALURGIA, L.ª**

Conservatória do Registo Comercial da Azambuja. Matrícula n.º 149; identificação de pessoa colectiva n.º 501349545; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 23; número e data da apresentação: 1/20020220.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi deliberado a aprovação do projecto de fusão, em 31 de Janeiro de 2002.

Está conforme o original.

7 de Março de 2002. — A Segunda-Ajudante, *Elza Maria da Silva Ferrão*. 1000048798

AZAI — AZAMBUJA, ACESSÓRIOS INDUSTRIAIS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial da Azambuja. Matrícula n.º 112; identificação de pessoa colectiva n.º 500886083; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 13; número e data da apresentação: 2/20020220.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi deliberado a aprovação do projecto de fusão, em 31 de Janeiro de 2002.

Está conforme o original.

7 de Março de 2002. — A Segunda-Ajudante, *Elza Maria da Silva Ferrão*. 1000048796

DAMAS & DAMAS — ARMADURAS PARA BETÃO E CONSTRUÇÃO CIVIL EM GERAL, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial da Azambuja. Matrícula n.º 549; identificação de pessoa colectiva n.º 505290561; inscrição n.º 3; número e data da apresentação: 4/20011213.

Certifico que, pela inscrição n.º 3, foi registado o aumento de capital, na quantia de 602 410\$, subscrito em dinheiro, tendo sido alterado parcialmente o contrato da sociedade em epígrafe, quanto ao artigo 3.º, o qual passa a ter a redacção seguinte:

3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5000 euros, dividido em duas quotas de 2500 euros, pertencentes cada uma a Júlio Vítor Damas e Herculina Martins Gonçalves Arroja Damas.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

6 de Março de 2002. — A Segunda-Ajudante, *Elza Maria da Silva Ferrão*. 1000048787

CADAVAL**ANTÓNIO INÁCIO GOMES COSTANTINO, UNIPESSOAL, L.^{DA}**

Conservatória do Registo Comercial do Cadaval. Matrícula n.º 542/020219; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 1/20020219.

Constituição de sociedade unipessoal

No dia 18 de Fevereiro de 2002, no Cartório Notarial do Centro de Formalidades das Empresas de Lisboa II, perante mim, licenciada Maria de Fátima Nobre da Fonseca, respectiva Notária, compareceu como outorgante António Inácio Gomes Constantino, contribuinte fiscal n.º 143865218, natural da freguesia de Lamas, concelho do Cadaval, casado com Maria Lucília Martins Constantino no regime da comunhão de adquiridos, residente na Rua da Quinta, 17, Lamas, Cadaval, titular do bilhete de identidade n.º 2043475, de 16 de Junho de 1992, emitido pelo Centro de Identificação Civil e Criminal de Lisboa.

Verifiquei a sua identidade por exibição do seu referido bilhete de identidade.

Por ele foi dito:

Que constitui uma sociedade comercial unipessoal por quotas, nos termos constantes dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma António Inácio Gomes Constantino, Unipessoal, L.^{da}

2 — A sociedade tem a sua sede na Rua da Quinta, 17, rés-do-chão, Casais de Montejunto, freguesia de Lamas, concelho do Cadaval.

3 — Por simples deliberação da gerência pode a sede ser deslocada dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe.

ARTIGO 2.º

A sociedade tem por objecto a construção civil. Montagem de equipamentos de aquecimento centrais e redes de gás.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro, é de 5000 euros, representado por uma quota de igual valor nominal, pertencente ao sócio único.

ARTIGO 4.º

1 — A gerência e a representação da sociedade, pertencem ao sócio único ou a não sócios, com ou sem remuneração, conforme aquele decidir.

2 — Para obrigar a sociedade é suficiente a intervenção de um gerente.

3 — Fica desde já nomeado gerente o sócio único.

ARTIGO 5.º

O sócio único fica autorizado a celebrar negócios jurídicos com a sociedade, desde que tais negócios sirvam à prossecução do objecto social.

ARTIGO 6.º

A sociedade poderá participar em agrupamentos complementares de empresas e no capital social de outras sociedades, nos termos permitidos por lei, mesmo que o objecto desses agrupamentos complementares e ou empresas não coincida, no todo ou em parte, com aquele que a sociedade está exercendo.

Está conforme o original.

5 de Março de 2002. — A Segunda-Ajudante, *Célia Maria Regueira Leitão*. 1000048713

CASCAIS**MONVAL — INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS, L.^{DA}**

Conservatória do Registo Comercial de Cascais. Matrícula n.º 10 572/970115 (Oeiras); inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 5/970115.

Certifico que foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a denominação de MONVAL — Investimentos Imobiliários, L.^{da}, e tem a sua sede na Avenida de António Florêncio dos Santos, 21, Caxias, freguesia de Paço de Arcos, concelho de Oeiras.

2 — Por deliberação da gerência, a sociedade pode transferir a sua sede para qualquer outro lugar permitido por lei, bem como abrir, transferir ou encerrar agências, delegações, sucursais, filiais, dependências, escritórios ou outras formas de representação, no País ou no estrangeiro.

ARTIGO 2.º

A sociedade tem por objecto os investimentos imobiliários, compra e venda de imóveis, gestão, administração e exploração de edifícios e propriedades rústicas e participações no capital de outras sociedades comerciais.

ARTIGO 3.º

O capital social é de 4 200 000\$, integralmente realizado pela transferência para a sociedade do prédio urbano, sito na Rua do Olival 111, e inscrito na matriz sob o artigo 766.º, da freguesia dos Prazeres, em Lisboa, e corresponde à soma das seguintes quotas dos sócios: uma no valor de 2 100 000\$ de Emília Rodrigues Ramalhosa da Silva Martins; uma de 1 050 000\$ de Eduardo Manuel da Silva Martins, e outra no valor de 1 050 000\$ de Alda Maria Afonso da Silva Salavisa.

ARTIGO 4.º

1 — Por deliberação obtida pela unanimidade dos votos dos sócios, podem ser exigidas prestações suplementares de capital.

2 — O montante global das prestações suplementares exigíveis, corresponde a 100 % do capital social e reservas da sociedade, existentes em cada momento.

ARTIGO 5.º

1 — A administração dos negócios da sociedade e a sua representação em juízo e fora dele, activa e passivamente, são atribuídas a um gerente, a nomear em assembleia geral, sendo necessária a sua assinatura para obrigar a sociedade em todos os seus actos e contratos.

2 — A sociedade poderá ainda, mediante instrumento notarial e com prévio acordo da gerência, constituir mandatários para a representarem em todos ou em alguns actos relativos ao exercício da sua actividade, com a amplitude e as atribuições que constarem dos respectivos mandatos.

3 — Fica interdito aos gerentes ou mandatários praticar qualquer acto ou assinar qualquer documento alheios aos objectos e interesses sociais, designadamente prestar fianças, abonações, avales, cauções ou aceitando ou sacando letras de favor.

ARTIGO 6.º

A sociedade poderá adquirir participações de qualquer espécie, associar-se ou interessar-se, por qualquer forma, noutras sociedades, agrupamentos ou empresas existentes ou a constituir, seja qual for o seu objecto e lei reguladora, bem como praticar todos os actos necessários para tais fins.

ARTIGO 7.º

1 — A cessão, total ou parcial, de quotas, quer entre sócios, quer para quaisquer seus familiares ou para estranhos, dependerá sempre do consentimento da sociedade que, em primeiro lugar, e os sócios não cedentes, em segundo, terão ainda direito de preferência na aquisição da quota que se deseje alienar, pelo valor que lhe corresponder segundo o último balanço aprovado.

2 — Caso haja mais do que um preferente, a quota será dividida na proporção das quotas que os preferentes já possuem.

ARTIGO 8.º

A quota do sócio falecido transmitir-se-á aos seus sucessores, que deverão nomear entre si um que a todos represente a sociedade, nos termos dos artigos 222.º e 224.º do Código das Sociedades Comerciais, até que a mesma quota seja objecto de partilha.

ARTIGO 9.º

1 — A sociedade poderá amortizar a quota de qualquer dos sócios, nos seguintes casos:

- a) Por acordo com o próprio sócio que dela for titular;
- b) Tratando-se de quota adquirida pela sociedade;
- c) Se o sócio que a possuir for julgado falido ou insolvente, ou se a quota de qualquer dos sócios for dada em penhor, penhorada ou arrestada sem que, nestes dois últimos dois casos, seja deduzida oposição, judicialmente julgada procedente, pelo respectivo sócio;
- d) Se, sendo pessoa colectiva, se dissolver;
- e) Quando, por divórcio, separação de pessoas e bens ou separação de bens de qualquer sócio, a respectiva quota não fique a pertencer inteiramente ao seu titular inicial;
- f) Sendo decretada a interdição ou inabilitação do seu titular;
- g) Venda ou adjudicação judiciais;
- h) Se o titular, sendo gerente, houver infringido o disposto no n.º 3 do artigo 5.º deste pacto;
- i) Quando a quota seja cedida com violação das regras de consentimento e de preferência estabelecidas no artigo 7.º deste pacto;
- j) Quando o seu titular infringir o disposto no artigo 10.º deste pacto ou dolosamente prejudicar a sociedade no seu bom nome ou no seu património.

2 — Salvo disposição em contrário, a contrapartida da amortização é:

- a) Nos casos das alíneas a) e b), o valor acordado pelas partes;
- b) Nos casos das alíneas c), d), e), f) e g), o valor resultante da aplicação do regime do artigo 235.º do Código das Sociedades Comerciais;
- c) Nos casos das alíneas h), i) e j), o valor nominal da quota.

3 — A amortização considera-se realizada desde a data da assembleia geral que a deliberar, podendo, em qualquer caso, o pagamento do valor da quota em causa ser efectuado a pronto ou em seis prestações trimestrais e iguais, conforme a assembleia geral decidir.

4 — A sociedade terá ainda o direito de, em vez de amortizar a quota abrangida pelo disposto no n.º 1, adquiri-la ou fazê-lo adquirir por sócio ou terceiro, podendo, no primeiro caso, a quota figurar no balanço como amortizada e, posteriormente, também por deliberação da assembleia geral, em vez dela serem criadas uma ou várias quotas destinadas a serem alienadas a um ou a alguns sócios ou a terceiros.

ARTIGO 10.º

Os sócios não poderão, por si ou por interposta pessoa, exercer actividade idêntica à da sociedade, ou terem participações no capital de outras sociedades com a mesma actividade, sem expresse consentimento daquela.

ARTIGO 11.º

Os lucros do exercício, depois de retirada a parte relativa a reserva legal, terão a aplicação que a assembleia geral deliberar, podendo, no todo ou em parte, ser destinada a quaisquer outras reservas e fundos sociais, ou distribuídos aos sócios, neste caso, na proporção das respectivas quotas.

Está conforme o original.

17 de Janeiro de 2002. — A Segunda-Ajudante, *Maria Gabriela da Cruz de Brito Trindade*.
1000026206

MONVAL INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Cascais. Matrícula n.º 10 572/970115 (Oeiras); inscrição n.º 2; número e data da apresentação: 10/970305.

Certifico a nomeação de gerente de Emília Rodrigues Ramalhosa da Silva Martins.

Data: 31 de Janeiro de 1997.

Está conforme o original.

17 de Janeiro de 2002. — A Segunda-Ajudante, *Maria Gabriela da Cruz de Brito Trindade*.
1000026202

TRANSPORTADORA JMCV — TRANSPORTES RODOVIÁRIOS, SOCIEDADE UNIPessoal, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Cascais. Matrícula n.º 11 885/980909 (Oeiras); inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 2/980909.

Certifico foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

1.º

A sociedade adopta a firma Transportadora JMCV — Transportes Rodoviários, Sociedade Unipessoal, L.ª, e tem a sua sede na Praceta de Quelimane, 3, 6.º, esquerdo, freguesia e concelho de Oeiras.

2.º

O objecto social consiste em transporte ocasional de mercadorias rodoviárias.

3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 10 000 000\$.

4.º

1 — A gerência da sociedade será composta por um ou mais elementos e compete aos gerentes eleitos em assembleia geral, com ou sem remuneração, conforme for deliberado na mesma assembleia geral, ficando desde já nomeado gerente o único sócio José Maria Correia Valente.

2 — A sociedade obriga-se com a assinatura do seu sócio gerente.

3 — É vedado aos gerentes obrigar a sociedade em actos ou contratos alheios aos negócios sociais, tais como fianças, abonações, letras de favor ou outros semelhantes.

5.º

São livremente permitidos os negócios entre a sociedade e o seu único sócio, sempre que os mesmos visem a prossecução do seu objecto social.

Está conforme o original.

17 de Janeiro de 2002. — A Segunda-Ajudante, *Maria Gabriela da Cruz de Brito Trindade*.
1000026135

TRANSPORTADORA JMCV — TRANSPORTES RODOVIÁRIOS, SOCIEDADE UNIPessoal, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Cascais. Matrícula n.º 11 885/980909 (Oeiras); inscrição n.º 2; número e data da apresentação: 11/980930.

Certifico a nomeação de gerente de João Vasco Sampayo Gomes da Costa de Almeida, casado, residente na Rua de Marcos da Assunção, 27, 3.º, direito, Almada.

Data: 9 de Setembro de 1998.

Está conforme o original.

17 de Janeiro de 2002. — A Segunda-Ajudante, *Maria Gabriela da Cruz de Brito Trindade*. 1000026133

MARTIBRUNO — SOCIEDADE DE MEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Cascais. Matrícula n.º 13 870/981221 (Sintra); inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 7/981221.

Certifico que foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

Denominação e sede social

1 — A sociedade adopta a firma MARTIBRUNO — Sociedade de Mediação Imobiliária, L.^{da}

2 — A sociedade tem a sua sede na Azinhaga do Rio Novo, lote 3, loja esquerda, Casais de Mem Martins, freguesia de Rio de Mouro, concelho de Sintra.

ARTIGO 2.º

Objecto

A sociedade tem por objecto a mediação imobiliária.

ARTIGO 3.º

Capital social, prestações suplementares e suprimentos

O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro, é de 400 000\$ e corresponde à soma de duas quotas de igual valor nominal de 200 000\$ cada, pertencente uma a cada um dos sócios.

§ 1.º Mediante deliberação unânime, tomada em assembleia geral, a sociedade poderá exigir aos sócios prestações suplementares de capital até ao limite global de 50 vezes o capital social.

§ 2.º Depende de deliberação dos sócios a celebração de contratos de suprimentos.

ARTIGO 4.º

Gerência

1 — A gerência, remunerada ou não, conforme vier a ser deliberado em assembleia geral, fica a cargo de ambos os sócios, que desde já ficam nomeados gerentes.

2 — Para obrigar a sociedade é suficiente a assinatura de um gerente.

3 — Os poderes dos gerentes não compreendem a prestação de garantias reais ou pessoais, a dívida de outras entidades, ou quaisquer outros actos ou contratos estranhos ao objecto social, excepto se os sócios deliberarem, em assembleia geral, haver justificado interesse da sociedade.

4 — A eleição de novos gerentes far-se-á em assembleia geral, para o efeito reunida, podendo a gerência ser entregue a terceiro não sócio.

5 — A gerência não está autorizada a exercer, por conta própria ou alheia, actividade concorrente com a sociedade.

ARTIGO 5.º

Cessão de quotas

1 — A cessão de quotas a estranhos depende sempre do prévio consentimento da sociedade, sendo, neste caso, conferido o direito de preferência, em primeiro lugar, à sociedade e, em segundo, aos sócios não cedentes, na proporção das quotas que, ao tempo, sejam titulares.

2 — A cessão, total ou parcial, de quotas entre sócios, é livremente permitida, sendo, neste caso, o preço da aquisição o respectivo valor nominal.

ARTIGO 6.º

Amortizações

A sociedade poderá amortizar qualquer quota, nos seguintes casos:

a) Por acordo com o respectivo titular;

b) Quando a quota for objecto de penhora, arresto ou adjudicação em juízo, falência ou cessão gratuita não autorizada;

c) Quando o sócio praticar actos que violem o pacto social ou as obrigações sociais;

d) No caso de morte de sócio a quem não sucedam herdeiros legítimos;

e) Quando, em partilha, a quota for adjudicada a quem não seja sócio;

f) Por interdição ou inabilitação de qualquer sócio;

g) Por exoneração ou exclusão de um sócio; e

h) Quando a quota tiver sido cedida a terceiros sem o prévio consentimento da sociedade, tomada por maioria, em assembleia geral.

§ 1.º Os sócios podem deliberar que a quota amortizada figure no balanço e que, posteriormente, sejam criadas uma ou várias quotas, destinadas a serem alienadas a um ou alguns dos sócios ou terceiros.

§ 2.º Salvo acordo em contrário ou disposição legal imperativa, a contrapartida da amortização será o valor que resultar do último balanço aprovado.

§ 3.º Se por falecimento de um sócio a respectiva quota não for amortizada no prazo de 90 dias, a contar da data do falecimento, os herdeiros deverão designar de entre eles um representante comum.

ARTIGO 7.º

Lucros líquidos

Aos lucros líquidos, anualmente apurados, depois de deduzida a percentagem para reserva legal, será dado o destino que vier a ser deliberado em assembleia geral.

ARTIGO 8.º

Assembleias gerais

As assembleias gerais serão convocadas por carta registada com aviso de recepção, dirigida aos sócios com, pelo menos, 15 dias de antecedência, salvo quando a lei impuser outra forma de convocação.

Está conforme o original.

4 de Fevereiro de 2002. — O Conservador Destacado, *José António Dias Pestana*. 1000037580

CEVASA NEOLUX IMAGEM — DESIGN E RECLAMOS, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Cascais. Matrícula n.º 7394 (Oeiras); identificação de pessoa colectiva n.º 502510099.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi registado o seguinte:

9 — Averbamento n.º 1, apresentação n.º 5/960805.

Facto averbado: cessação de funções de Raimundo Hernanz Sanz e de Francisco Arranz Alonso, por renúncia.

Data: 25 de Março de 1996.

14 — Apresentação n.º 6/960805.

Facto inscrito: nomeação de membros do conselho de administração para completar o quadriénio em curso de 1994-1997.

Presidente — Delfim Manuel Azevedo Costa; administradores — Alberto Fernando Campos Dias e Paula Isabel Gentil Martins de Almeida Figueiredo.

Data: 25 de Março de 1996.

Está conforme o original.

8 de Fevereiro de 2002. — A Segunda-Ajudante, *Ana Maria Correia dos Santos Neves Galrito*. 1000037351

MARTINS & RAMOS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Cascais. Matrícula n.º 868; inscrição n.º 4; número e data da apresentação: 12/190697.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi alterado parcialmente o contrato social, quanto ao artigo 2.º, o qual passa a ter a redacção seguinte:

ARTIGO 2.º

O objecto social consiste no comércio a retalho de flores, plantas e sementes para jardins e artigos afins.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

16 de Janeiro de 2002. — O Segundo-Ajudante, *Jorge Manuel dos Remédios Marques*. 1000029976

MARTINS & RAMOS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Cascais. Matrícula n.º 868; inscrição n.º 3; número e data da apresentação: 9/190697.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi alterado parcialmente o contrato social, com reforço do capital de 100 000\$ para 400 000\$, tendo sido alterados os artigos 3.º e 5.º, os quais passam a ter a redacção seguinte:

3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro e nos diversos valores sociais, é de 400 000\$, e corresponde à soma das quotas dos sócios, que são as seguintes; uma do valor nominal de 310 000\$ e outra de 50 000, esta própria do sócio José Fernando Martins Gonçalves, e uma do valor nominal de 40 000\$, pertencente à sócia Maria Margarida Fernandes Flório Gonçalves.

5.º

A gerência, dispensada de caução e com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral, pertence exclusivamente à sócia Maria Margarida Fernandes Flório Gonçalves, que desde já fica nomeada gerente, sendo necessária e suficiente a sua assinatura, para obrigar validamente a sociedade em todos os seus actos e contratos.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

16 de Janeiro de 2002. — O Segundo-Ajudante, *Jorge Manuel dos Remédios Marques*. 1000029980

MARIA HELENA E MARGARIDA MARIA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Cascais. Matrícula n.º 2233; identificação de pessoa colectiva n.º 501172351; inscrição n.º 14; número e data da apresentação: 6/200297.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi alterado parcialmente o contrato social, quanto aos artigos 3.º e 5.º, os quais passam a ter a redacção seguinte:

3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro e outros bens constantes da escrita social, é de 600 000\$ e corresponde à soma de duas quotas iguais dos valores nominais de 300 000\$ cada, pertencentes uma a cada um dos sócios Guilherme da Fonseca Neves Fazeiro e Maria José de Sousa Oliveira Leitão Fazeiro.

5.º

A gerência social ficará a cargo de ambos os sócios, desde já nomeados gerentes.

§ único. Para obrigar validamente a sociedade em todos os seus actos e contratos e para a sua representação em juízo e fora dele é bastante a assinatura de um gerente.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

25 de Janeiro de 2002. — O Segundo-Ajudante, *Jorge Manuel dos Remédios Marques*. 1000030000

MARIA HENRIQUES — SALÃO DE CABELEIREIRO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Cascais. Matrícula n.º 2467; identificação de pessoa colectiva n.º 501368248; inscrição n.º 8; número e data da apresentação: 13/220797.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi alterado parcialmente o contrato social, quanto aos artigos 3.º, 5.º e 9.º, os quais passam a ter a redacção seguinte:

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro e nos diversos valores do activo, conforme escrituração, é de 400 000\$ e está

representado por duas quotas iguais do valor nominal de 200 000\$, uma de cada um dos sócios Maria Helena Sequeira Bernardo Magalhães e Fernando Eduardo da Piedade Rodrigues.

ARTIGO 5.º

1 — A administração e representação da sociedade incumbem aos gerentes eleitos em assembleia geral.

2 — A gerência não será remunerada, se tal for deliberado pelos sócios.

3 — Fica desde já designada gerente a sócia Maria Helena Sequeira Bernardo Magalhães.

4 — A sociedade obriga-se com a intervenção de um gerente.

ARTIGO 9.º

1 — A sociedade poderá amortizar quotas, nos seguintes casos:

a) Com o consentimento do seu titular;

b) Se o respectivo titular ceder a quota sem o consentimento da sociedade, sendo este devido;

c) Quando a quota for arrestada, arrolada, penhorada ou, em geral, apreendida judicial ou administrativamente;

d) Se o seu titular, durante dois anos consecutivos, não comparecer ou não se fizer representar em nenhuma assembleia geral da sociedade.

e) Se, em caso de divórcio, a quota a partilhar não for adjudicada ao seu titular;

f) Por morte do respectivo titular.

2 — A contrapartida da amortização no caso previsto na alínea b) do n.º 1, será igual ao valor nominal da quota amortizada.

3 — A quota amortizada figurará no balanço como tal e, posteriormente, por deliberação dos sócios, poderão, em sua substituição, ser criadas uma ou várias quotas destinadas a ser alienadas a um ou a alguns sócios ou a terceiros.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

25 de Janeiro de 2002. — O Segundo-Ajudante, *Jorge Manuel dos Remédios Marques*. 1000030020

MARIA HENRIQUES — SALÃO DE CABELEIREIRO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Cascais. Matrícula n.º 2467; identificação de pessoa colectiva n.º 501368248; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 9/220797.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi registado o seguinte:

1 — Apresentação n.º 9/970722, averbamento n.º 1.

Cessaçã de funções de gerente por parte de Maria d'Assunção Correia Henriques, por renúncia à gerência, em 30 de Junho de 1997.

Está conforme o original.

25 de Janeiro de 2002. — O Segundo-Ajudante, *Jorge Manuel dos Remédios Marques*. 1000030021

MARIA HELENA E MARGARIDA MARIA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Cascais. Matrícula n.º 2233; identificação de pessoa colectiva n.º 501172351; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 12; número e data da apresentação: 5/200297.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi registado o seguinte:

12 — Apresentação n.º 5/970220 (anterior à inscrição n.º 14), averbamento n.º 1.

Cessaçã das funções de gerência de José Eduardo Pereira Santos, em 11 de Dezembro de 1996, por renúncia.

Está conforme o original.

25 de Janeiro de 2002. — O Segundo-Ajudante, *Jorge Manuel dos Remédios Marques*. 1000030002

CEVASA NEOLUX IMAGEM — DESIGN E RECLAMOS, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Cascais. Matrícula n.º 7394 (Oeiras); identificação de pessoa colectiva n.º 502510099.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi registado o seguinte:

15 — Apresentação n.º 13/970514.

Facto inscrito: prestação de contas do ano de exercício de 1995.

Está conforme o original.

8 de Fevereiro de 2002. — A Segunda-Ajudante, *Ana Maria Correia dos Santos Neves Galrito*.
1000037350

NOVO CONSELHO — COMUNICAÇÃO E PUBLICIDADE, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Cascais. Matrícula n.º 10 247 (Oeiras); identificação de pessoa colectiva n.º 503715816; data do depósito: 20001025.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados os documentos de prestação de contas, referentes ao ano de 1999.

A Primeira-Ajudante, *Antónia de Jesus Moita Baptista*.
3000054644

ARIPRE — ACTIVIDADES IMOBILIÁRIAS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Cascais. Matrícula n.º 9537/960902; identificação de pessoa colectiva n.º 502443553; inscrição n.º 2; número e data da apresentação: 12/960902.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi alterado parcialmente o contrato social, quanto aos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 1.º, o qual passa a ter a redacção seguinte:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma ARIPRE — Actividades Imobiliárias, L.^{da}, e tem a sua sede na Estrada de Tires, Manique, freguesia de São Domingos de Rana, concelho de Cascais.

2 — A sociedade poderá, por decisão da gerência e com dispensa de deliberação da assembleia geral, alterar a sede dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe.

3 — Do mesmo modo, poderá criar sucursais, agências, delegações ou outras formas locais de representação, sem necessidade de deliberação dos sócios.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

O Segundo-Ajudante, *Jorge Manuel dos Remédios Marques*.
3000054679

CAMBITUR — AGÊNCIA DE CÂMBIOS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Cascais. Matrícula n.º 9536/960904; identificação de pessoa colectiva n.º 502755415; inscrições n.ºs 8 e 9; números e data das apresentações: 18 e 19/970625.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi registado o seguinte:

Apresentação n.º 18/970625.

Facto inscrito: nomeação da comissão liquidatária.

Presidente — Alexandra Maria Teixeira de Cabral Folque de Gouvêa; vogais — Deborah Bernardo Silva Pina e Jorge Ribas Soares Júnior.

Apresentação n.º 19/970625.

Facto inscrito: encerramento da liquidação.

Data da aprovação das contas: 25 de Junho de 1997.

Está conforme o original.

16 de Abril de 2002. — O Segundo-Ajudante, *Jorge Manuel dos Remédios Marques*.
3000054678

CAMBITUR — AGÊNCIA DE CÂMBIOS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Cascais. Matrícula n.º 9536/960904; identificação de pessoa colectiva n.º 502755415; inscrição n.º 6; número e data da apresentação: 10/960904.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi alterado parcialmente o contrato social, quanto ao artigo 1.º, o qual passa a ter a redacção seguinte:

1.º

A sociedade mantém a denominação de CAMBITUR — Agência de Câmbios, L.^{da}, e tem a sua sede na Rua de Frederico Arouca, 73-A, freguesia e concelho de Cascais.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

16 de Abril de 2002. — O Segundo-Ajudante, *Jorge Manuel dos Remédios Marques*.
3000054677

ROUDOLPH J. ARIÉ & FILHOS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Cascais. Matrícula n.º 9534/960910; identificação de pessoa colectiva n.º 500236390; inscrição n.º 11; número e data da apresentação: 15/961202.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados os documentos respeitantes ao registo de prestação de contas do ano de 1995.

15 de Abril de 2002. — O Segundo-Ajudante, *Jorge Manuel dos Remédios Marques*.
3000054676

ROUDOLPH J. ARIÉ & FILHOS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Cascais. Matrícula n.º 9534/960910; identificação de pessoa colectiva n.º 500236390; inscrição n.º 10; número e data da apresentação: 7/960910.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi alterado parcialmente o contrato social, com reforço do capital de 11 300 000\$ para 160 500 000\$, tendo sido alterados os artigos 1.º, n.º 1 e 3.º, os quais passam a ter a redacção seguinte:

1.º

1 — A sociedade adopta a firma Roudolph J. Arié & filhos, L.^{da}, e tem a sua sede na Estrada de Tires, Manique, freguesia de São Domingos de Rana, concelho de Cascais, e durará por tempo indeterminado.

ARTIGO 3.º

O capital social, inteiramente subscrito e realizado, é de 160 500 000\$ e corresponde à soma das seguintes quotas: uma de 8 380 000\$, pertencente ao sócio Roudolph Jacques Arié; uma quota de 24 146 000\$, pertencente ao sócio Charles Chuna Arié; uma quota de 24 146 000\$, pertencente ao sócio Renato Raphael Arié; uma quota de 24 146 000\$, pertencente à sócia Jacqueline Esther Arié; uma quota de 26 561 000\$, pertencente em nua-propriedade ao sócio Charles Chuna Arié e o usufruto ao sócio Roudolph Jacques Arié; uma quota de 26 561 000\$, pertencente em nua-propriedade ao sócio Renato Raphael Arié e o usufruto ao sócio Roudolph Jacques Arié, e uma quota de 26 561 000\$, pertencente em nua-propriedade à sócia Jacqueline Esther Arié e o usufruto ao sócio Roudolph Jacques Arié.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

16 de Abril de 2002. — O Segundo-Ajudante, *Jorge Manuel dos Remédios Marques*.
3000054675

CONTINENTE AZUL — PRODUTOS ALIMENTARES, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Cascais. Matrícula n.º 9527/970220; identificação de pessoa colectiva n.º 503932787; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 1 e inscrição n.º 3; números e data das apresentações: 2 e 3/971016.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi registado o seguinte:

1) Cessação de funções de gerente de Ana Abrunhosa, por renúncia, em 8 de Outubro de 1997.

2) Nomeação de gerente de Jorge Manuel Brás Pereira Borges, sócio.

Data: 8 de Outubro de 1997.

Está conforme o original.

17 de Abril de 2002. — O Segundo-Ajudante, *Jorge Manuel dos Remédios Marques*. 3000054672

GRISA — GESTÃO IMOBILIÁRIA E INDUSTRIAL, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Cascais. Matrícula n.º 9491/961219; identificação de pessoa colectiva n.º 502109491; averbamento n.º 3 à inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 1/970528.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi registado o seguinte:

Apresentação n.º 1/970528, averbamento n.º 3.

Reconduzidos os corpos sociais para o triénio de 1997-1999, em 28 de Abril de 1997.

Está conforme o original.

16 de Abril de 2002. — O Segundo-Ajudante, *Jorge Manuel dos Remédios Marques*. 3000054671

GRISA — GESTÃO IMOBILIÁRIA E INDUSTRIAL, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Cascais. Matrícula n.º 9491/961219; identificação de pessoa colectiva n.º 502109491; inscrição n.º 12; número e data da apresentação: 6/970527.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados os documentos respeitantes ao registo de prestação de contas do ano de 1996.

16 de Abril de 2002. — O Segundo-Ajudante, *Jorge Manuel dos Remédios Marques*. 3000054669

NEW LINEO CINEMAS DE PORTUGAL, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Cascais. Matrícula n.º 9211/960903; identificação de pessoa colectiva n.º 503872342; averbamento n.º 2 à inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 5/971001.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi registado o seguinte:

Apresentação n.º 5/971001, averbamento n.º 2.

Cessação das funções de gerente de Raquel Fernanda Pires do Espírito Santo, por renúncia, em 13 de Novembro de 1996.

Está conforme o original.

16 de Abril de 2002. — O Segundo-Ajudante, *Jorge Manuel dos Remédios Marques*. 3000054668

ARRAIS & SEQUEIRA — CONTABILIDADE, ESTUDOS E PROJECTOS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Cascais. Matrícula n.º 9209/960902; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 8/960902.

Certifico foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma Arrais & Sequeira — Contabilidade, Estudos e Projectos, L.^{da}

2 — A sua sede é na Estrada de São Domingos de Rana, lote 2, 5-A, na Revelva, concelho de Cascais.

3 — A gerência pode deslocar a sede da sociedade dentro do concelho de Cascais ou para concelho limítrofe.

4 — Igualmente pode a gerência criar ou suprimir sucursais, agências, delegações ou outras formas locais de representação, tanto no território nacional como no estrangeiro.

ARTIGO 2.º

A sociedade tem por objecto a prestação de serviços de contabilidade, auditoria, consultadoria, estudos e projectos de engenharia electrotécnica, telecomunicações e comercialização de equipamentos afins.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 400 000\$ e correspondente à soma das seguintes quotas: uma de 200 000\$ do sócio João Pedro Arrais Sequeira, e uma de 200 000\$ da sócia Ana Rita Gaspar Arrais Sequeira.

ARTIGO 4.º

1 — É livre a cessão de quotas entre sócios, ascendentes, descendentes, e entre cônjuges, quando a lei o permitir.

2 — Nos restantes casos de cessão onerosa, quando a favor de terceiros, gozam do direito de preferência na sua aquisição, a sociedade, em primeiro lugar, e o sócio não cedente, em segundo.

ARTIGO 5.º

A sociedade pode adquirir participações em sociedades, ainda que com objecto diferente do seu, em sociedades reguladas por leis especiais e em agrupamentos complementares de empresas.

ARTIGO 6.º

1 — A gerência e administração da sociedade, a sua representação em juízo e fora dele, activa e passivamente, fica a cargo de quem for eleito em assembleia geral, sócio ou não, que terá ou não remuneração, conforme vier a ser deliberado.

2 — A sociedade só fica validamente obrigada em todos os seus actos e contratos com a assinatura de um gerente.

3 — Compreendem-se nos poderes de vinculação da sociedade, os de confessar, desistir ou transigir em juízo, os de comprar e vender viaturas automóveis e, ainda, os de dar ou tomar de arrendamento quaisquer locais.

4 — É absolutamente vedado ao gerente ou gerentes obrigar a sociedade em quaisquer actos ou contratos estranhos aos fins e interesses sociais, designadamente em abonações, letras de favor, fianças, cauções ou outros actos de natureza semelhante

ARTIGO 7.º

1 — Em caso de morte ou interdição de qualquer sócio, pessoa singular, a sociedade continua com os seus herdeiros ou representantes, devendo aqueles nomearem um de entre si que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

2 — A sociedade poderá amortizar compulsivamente ou por acordo quaisquer quotas, sempre que:

a) A quota seja arrolada, arrestada, penhorada, incluída em qualquer massa falida ou insolvente ou, por qualquer outra forma, subtraída ao poder de disposição do respectivo titular;

b) Por divórcio ou separação judicial de pessoas e bens, a quota ou quotas resultantes da partilha, sejam atribuídas ao cônjuge não sócio;

c) O comportamento do sócio, seu titular, seja lesivo dos interesses da sociedade e passível de procedimento criminal.

3 — A amortização de quotas terá contrapartida o valor correspondente à quota-parte da situação líquida com base na actualização do último balanço aprovado.

ARTIGO 8.º

As assembleias gerais, salvo formalidades especiais, serão convocadas por meio de carta registada, com a antecedência mínima de 15 dias, e os sócios poderão fazer-se representar por qualquer terceiro, com mandato, que poderá ser simples carta.

ARTIGO 9.º

Os lucros de exercício apurados anualmente, depois de retirada a parte destinada à reserva legal, e a outras reservas determinadas pela assembleia geral, serão aplicados de acordo com deliberação desta assembleia.

ARTIGO 10.º

Disposição transitória

A gerência fica desde já autorizada a efectuar o levantamento da totalidade do capital social, efectuado no Banco Português Atlân-

tico, a fim de fazer face às despesas de constituição e registo da sociedade, e aquisição de bens e equipamento necessários à sua instalação.

Está conforme o original.

16 de Abril de 2002. — O Segundo-Ajudante, *Jorge Manuel dos Remédios Marques*. 3000054663

ARRAIS & SEQUEIRA — CONTABILIDADE, ESTUDOS E PROJECTOS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Cascais. Matrícula n.º 9209/960902; inscrição n.º 2; número e data da apresentação: 15/970714.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi registado o seguinte:

Facto inscrito: nomeação de gerente.
Gerente nomeado: João Pedro Arrais Sequeira.
Data da deliberação: 10 de Julho de 1996.

Está conforme o original.

19 de Abril de 2002. — O Segundo-Ajudante, *Jorge Manuel dos Remédios Marques*. 3000054666

CEVASA NEOLUX IMAGEM — DESIGN E RECLAMOS, S. A

Conservatória do Registo Comercial de Cascais. Matrícula n.º 7394 (Oeiras); identificação de pessoa colectiva n.º 502510099.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi registado o seguinte:

16 — Apresentação n.º 2/980519.
Facto inscrito: prestação de contas do ano de exercício de 1996.

Está conforme o original.

8 de Fevereiro de 2002. — A Segunda-Ajudante, *Ana Maria Correia dos Santos Neves Galrito*. 1000037349

CEVASA NEOLUX IMAGEM — DESIGN E RECLAMOS, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Cascais. Matrícula n.º 7394 (Oeiras); identificação de pessoa colectiva n.º 502510099.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi registado o seguinte:

17 — Apresentação n.º 4/980807.
Facto inscrito: eleição dos órgãos sociais.
Período: quadriénio de 1998-2001.

Conselho de administração: presidente — Delfim Manuel Azevedo Costa, casado, residente na Rua de Morais Soares, 82, 4.º, direito, Lisboa; Alberto Fernandes Campos Dias, casado, residente na Rua da República Peruana, 1, 1.º, frente, Lisboa, e Paula Isabel Gentil Martins de Almeida Figueiredo, casado, residente na Urbanização do Pinheiro, lote 8, Casal do Pinheiro, Carregado.

Conselho fiscal: presidente — Edgar Francisco Dias Valle, casado, residente na Rua de Guilherme Gomes Fernandes, 64, Odivelas; vogais — Manuel de Lemos Paixão, solteiro, maior, residente na Calçada dos Mestres, 35, 1.º, esquerdo, Lisboa; Amável Calhau Ribeiro da Cunha & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por Alberto Freixo Calhau, casado, residente na Rua de Ceuta, 4, 9.º, D, Linda-a-Velha; suplente — José Maria Rego Ribeiro da Cunha, divorciado, residente na Rua da Artilharia Um, 104, 4.º, esquerdo, Lisboa.

Data: 5 de Fevereiro de 1998.

18 — Apresentação n.º 5/980807.

Facto inscrito: prestação de contas do ano de exercício de 1997.

19 — Apresentação n.º 6/980807.

Facto inscrito: alteração parcial do pacto, quanto ao n.º 1 do artigo 1.º, o qual fica com a redacção seguinte:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma Vasa Neolux Imagem — Design e Reclamos, S. A., e tem a sua sede na Rua da Fundação de Oeiras,

Parque Industrial, Fundação de Oeiras, armazém 1, freguesia e concelho de Oeiras.

O texto actualizado do contrato, encontra-se depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

8 de Fevereiro de 2002. — A Segunda-Ajudante, *Ana Maria Correia dos Santos Neves Galrito*. 1000037348

A. CAMPOS — INFORMÁTICA E ESCRITÓRIO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Cascais. Matrícula n.º 7603 (Oeiras); identificação de pessoa colectiva n.º 502800160; inscrição n.º 4; número e data da apresentação: 2/970626.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi alterado parcialmente o contrato social, quanto ao artigo 3.º, o qual passa a ter a redacção seguinte:

3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro e nos demais valores constantes da escrituração, é de 3 000 000\$ e corresponde à soma das seguintes quotas: uma do valor nominal de 2 675 000\$, pertencente ao sócio Artur Alberto Dono Claro Campos, e uma do valor nominal de 325 000\$, pertencente à sócia Maria da Felicidade Rito Lousa.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

2 de Fevereiro de 2002. — A Ajudante Principal, *Lucília Maria Gomes Jacinto*. 1000029905

A. CAMPOS — INFORMÁTICA E ESCRITÓRIO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Cascais. Matrícula n.º 7603 (Oeiras); identificação de pessoa colectiva n.º 502800160; inscrição n.º 5; número e data da apresentação: 24/981222.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi registado o seguinte:

Facto inscrito: prestação de contas do ano de exercício de 1997.

Está conforme o original.

2 de Fevereiro de 2002. — A Ajudante Principal, *Lucília Maria Gomes Jacinto*. 1000029906

BH — IMPORT, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Cascais. Matrícula n.º 9364 (Oeiras); identificação de pessoa colectiva n.º 503398608; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 4 e inscrição n.º 7; números e data das apresentações: 10 e 11/960916.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi registado o seguinte:

Facto averbado: cessação de funções de gerência de Horácio José Freire Esteves e de Ana Maria Batista Brás Esteves, por renúncia.
Data: 23 de Maio de 1996.

O Conservador, (*Assinatura ilegível*.)

7 — Apresentação n.º 11/960926.

Facto inscrito: nomeação de gerentes de Carlos Manuel Pires Costa e João Baptista Afonso.

Data: 23 de Maio de 1996.

Está conforme o original.

26 de Janeiro de 2002. — A Ajudante Principal, *Lucília Maria Gomes Jacinto*. 1000026488

LISBOA — 1.ª SECÇÃO

ENERPULP — COGERAÇÃO ENERGÉTICA DE PASTA, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 1.ª Secção. Matrícula n.º 8135; identificação de pessoa colectiva n.º 504650963; data da apresentação: 03072001.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, ficaram depositados na pasta respectiva, os documentos que serviram de base ao registo de prestação de contas, referentes ao ano de 2000.

Está conforme o original.

4 de Março de 2002. — A Segunda-Ajudante, *Maria Irene Dias Emídio Palma*. 1000047871

DR. J. CARDOSO DE MATOS, UNIPESSOAL, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 1.ª Secção. Matrícula n.º 10 308/20010731; identificação de pessoa colectiva n.º 505660156; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 41/20010731.

Certifico que foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma Dr. J. Cardoso de Matos, Unipessoal, L.^{da}

2 — A sociedade tem a sua sede na Rua de Fernando Namora, 34, 10.º, esquerdo, freguesia do Lumiar, concelho de Lisboa.

3 — Por simples deliberação da gerência pode a sede ser deslocada dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe.

ARTIGO 2.º

A sociedade tem por objecto a actividade médica, nomeadamente a especialidade em estomatologia.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro, é de 5000 euros, representado por uma quota de igual valor nominal, pertencente ao sócio único.

ARTIGO 4.º

1 — A gerência e a representação da sociedade, pertence aos gerentes, com ou sem remuneração, conforme o sócio decidir, ficando desde já nomeado gerente o sócio.

2 — Para vincular a sociedade é suficiente a intervenção de um gerente.

ARTIGO 5.º

O sócio único fica autorizado a celebrar negócios jurídicos com a sociedade, desde que tais negócios sirvam à prossecução do objecto social.

ARTIGO 6.º

A sociedade poderá participar em agrupamentos complementares de empresas e no capital social de outras sociedades, nos termos permitidos por lei, mesmo que o objecto desses agrupamentos complementares e ou empresas, não coincida no todo ou em parte, com aquele que a sociedade está exercendo.

Está conforme o original.

4 de Março de 2002. — A Segunda-Ajudante, *Fernanda Maria Tavares*. 1000048609

DIAGIMA IMAGIOLOGIA, UNIPESSOAL, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 1.ª Secção. Matrícula n.º 6629; identificação de pessoa colectiva n.º 503870307; data da apresentação: 04062001.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, ficaram depositados na pasta respectiva, os documentos que serviram de base ao registo de prestação de contas, referentes ao ano de 2000.

Está conforme o original.

5 de Março de 2002. — A Segunda-Ajudante, *Maria Irene Dias Emídio Palma*. 1000049129

DÉJEAN & DÉJEAN — RESTAURAÇÃO E ACTIVIDADES HOTELEIRAS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 1.ª Secção. Matrícula n.º 10 309/20010731; identificação de pessoa colectiva

n.º 504895036; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 42/20010731.

Certifico que foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma Déjean & Déjean — Restauração e Actividades Hoteleiras, L.^{da}

2 — A sociedade tem a sua sede em Lisboa, na Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 28-A, freguesia de São Sebastião da Pedreira, concelho de Lisboa.

3 — A sede da sociedade pode ser deslocada para qualquer outra morada, em Lisboa, ou em qualquer outra localidade do País, e podem ser criadas e encerradas sucursais, filiais, agências ou outras formas locais de representação, no território nacional ou no estrangeiro.

ARTIGO 2.º

O objecto da sociedade consiste em restauração e actividades hoteleiras.

ARTIGO 3.º

1 — O capital social é de 5000 euros, encontra-se integralmente realizado em dinheiro e corresponde à soma de três quotas: duas iguais, no valor nominal de 1620 euros cada, tituladas uma pela sócia Rita Mósca Déjean Guerra e outra pelo sócio Miguel Mósca Déjean Guerra, e outra no valor nominal de 1660 euros, titulada pelo sócio José Manuel Rodrigues Déjean Guerra.

2 — Aos sócios poderão ser exigidas prestações suplementares de capital até ao montante global de 50 000 euros, desde que aprovadas em assembleia geral, regularmente convocadas para o efeito, por sócios cujas quotas representem, pelo menos, dois terços da totalidade do capital social, sendo a repartição das prestações em função da proporcionalidade das quotas no capital social, excepto quando um ou mais as não aprovem, casos em que, aqueles que as aprovarem se obrigam a rateá-las entre si.

ARTIGO 4.º

1 — A gerência da sociedade e sua representação, em juízo e fora dele, activa e passivamente, serão exercidas por um ou dois gerentes, com mandatos de três anos, eleitos em assembleia geral, e com ou sem remuneração, conforme vier a ser deliberado em assembleia geral.

2 — À gerência são conferidos os mais amplos poderes para, sem consulta ou consentimento dos sócios, praticar quaisquer actos de administração visando a gestão normal da actividade da sociedade obrigando-a em actos e contratos, designadamente comprando quaisquer bens de consumo ou móveis, contraindo empréstimos bancários ou outros, salvo as restrições do número seguinte.

3 — Fica interdito à gerência o poder de praticar, em nome da sociedade, actos alheios ao seu objecto social, nomeadamente a prestação de avales ou fianças, favorecendo pessoas singulares ou colectivas, salvo se for a favor de outra sociedade em que a ora constituída detenha mais de 50 % do capital social, aceitar ou sacar letras de favor.

4 — A sociedade obriga-se com a intervenção de um gerente.

ARTIGO 5.º

A sociedade poderá participar no capital social de outras sociedades, mesmo com objecto diferente do seu e em sociedades reguladas por leis especiais ou em agrupamentos complementares de empresas, desde que tal participação tenha sido aprovada em assembleia geral por sócios que detenham, pelo menos, dois terços do capital social.

ARTIGO 6.º

A cessão de quotas a não sócios depende do consentimento da sociedade, que terá sempre o direito de preferência, o qual, de seguida, se defere aos sócios não cedentes.

ARTIGO 7.º

1 — A sociedade poderá amortizar qualquer quota, nos seguintes casos:

- Por acordo com o respectivo titular;
- Quando a quota for objecto de penhora, arresto ou adjudicação em juízo, falência, insolvência ou cessão gratuita não autorizada;
- Quando o sócio praticar actos que violem o pacto social ou as obrigações sociais;

d) No caso de morte de sócio a quem não sucedam herdeiros legítimos;

e) Quando, em partilha, a quota for adjudicada a quem não seja sócio;

f) Por interdição ou inabilitação de qualquer sócio;

g) Por exoneração ou exclusão de um sócio; e

h) Quando a quota tiver sido cedida a terceiros sem o prévio consentimento da sociedade, consentimento que só é válido se tomado em assembleia geral por sócios que detenham, pelo menos, dois terços do capital social.

2 — Os sócios, por maioria simples, podem deliberar que a quota amortizada figure no balanço e que, posteriormente, sejam criadas uma ou várias quotas, destinadas a serem alienadas a um ou alguns dos sócios ou terceiros.

3 — Salvo disposição legal imperativa em contrário, a contrapartida a pagar pela amortização da quota ou quotas será a que for estabelecido em balanço especialmente elaborado para o efeito, por três peritos, sendo um nomeado pela sociedade, outro nomeado pelo titular ou titulares da quota ou quotas a amortizar, e o terceiro por acordo comum entre as partes, ou designado pelo tribunal, se a tal houver necessidade de recorrer; tal balanço deverá reflectir a situação líquida real da sociedade, considerando as reavaliações e depreciações de imobilizado e existências diversas, bem como a eventual perda de créditos sobre terceiros.

Gerente designada: a sócia Rita Mósca Déjaen Guerra.

Está conforme o original.

5 de Março de 2002. — A Segunda-Ajudante, *Fernanda Maria Tavares*. 1000048605

LISBOA — 2.ª SECÇÃO

HOTEL INGLÊS — ACTIVIDADES HOTELEIRAS, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 2.ª Secção. Matrícula n.º 343/890203; identificação de pessoa colectiva n.º 502102217; inscrição n.º 13/011122.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 2000.

Está conforme o original.

7 de Maio de 2002. — A Escriturária Superior, *Luísa Maria Pedroso Rocha*. 3000054532

GONÇALVES, FONSECA & C.ª, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 2.ª Secção. Matrícula n.º 18 633/460404; identificação de pessoa colectiva n.º 500129029; inscrição n.º 32/011121.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 2000.

Está conforme o original.

6 de Maio de 2002. — A Escriturária Superior, *Luísa Maria Pedroso Rocha*. 3000054526

GICATE — COMÉRCIO DE ACESSÓRIOS E EQUIPAMENTOS AUTO, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 2.ª Secção. Matrícula n.º 8084/980210; identificação de pessoa colectiva n.º 504072382; inscrição n.º 5/010627.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 2000.

Está conforme o original.

4 de Março de 2002. — A Escriturária Superior, *Luísa Maria Pedroso Rocha*. 1000047877

IDEFE — INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO E ESTUDOS ECONÓMICOS, FINANCEIROS E EMPRESARIAIS, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 2.ª Secção. Matrícula n.º 4454/940107; identificação de pessoa colectiva n.º 503227382; inscrição n.º 4/010731.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas dos anos de 1999 e 2000.

Está conforme o original.

2 de Março de 2002. — A Escriturária Superior, *Luísa Maria Pedroso Rocha*. 1000047876

KATISA — INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 2.ª Secção. Matrícula n.º 9118/990412; identificação de pessoa colectiva n.º 504544179; inscrição n.º 2/001212.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 1999.

Está conforme o original.

2 de Março de 2002. — A Escriturária Superior, *Luísa Maria Pedroso Rocha*. 1000047875

NORONHA SANCHES — INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 2.ª Secção. Matrícula n.º 9003/990304; identificação de pessoa colectiva n.º 504503910; inscrição n.º 4/010619.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 2000.

Está conforme o original.

2 de Março de 2002. — A Escriturária Superior, *Luísa Maria Pedroso Rocha*. 1000047874

KYRIOS — BOUTIQUE E CABELEIREIRO, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 2.ª Secção. Matrícula n.º 10 747/001206; identificação de pessoa colectiva n.º 505044218; inscrição n.º 2/010611.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 2000.

Está conforme o original.

2 de Março de 2002. — A Escriturária Superior, *Luísa Maria Pedroso Rocha*. 1000047873

GENERAL — ALUGUER DE AUTOMÓVEIS, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 2.ª Secção. Matrícula n.º 36 757/660510; identificação de pessoa colectiva n.º 500291098; inscrição n.º 14/010702.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas dos anos de 1998 e 1999.

Está conforme o original.

2 de Março de 2002. — A Escriturária Superior, *Luísa Maria Pedroso Rocha*. 1000047872

LISBOA — 3.ª SECÇÃO

**TRIVALOR — SOCIEDADE GESTORA
DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S. A.**

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 3.ª Secção. Matrícula n.º 528; identificação de pessoa colectiva n.º 502145820; data da apresentação: 011219.

Certifico que, com relação à sociedade em epígrafe, ficaram depositados na pasta respectiva, os documentos respeitantes à prestação de contas consolidadas do ano de 2000.

5 de Março de 2001. — A Primeira-Ajudante, *Celeste de Jesus Lourenço*. 1000048720

TRANSPORTES JORGE & SOFIA, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 3.ª Secção. Matrícula n.º 10 459; identificação de pessoa colectiva n.º 504895044; data da apresentação: 011219.

Certifico que, com relação à sociedade em epígrafe, ficaram depositados na pasta respectiva, os documentos respeitantes à prestação de contas do ano de 2000.

5 de Março de 2001. — A Primeira-Ajudante, *Celeste de Jesus Lourenço*. 1000048718

SERENO & GARCIA, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 3.ª Secção. Matrícula n.º 64 275; identificação de pessoa colectiva n.º 501740406; data da apresentação: 011219.

Certifico que, com relação à sociedade em epígrafe, ficaram depositados na pasta respectiva, os documentos respeitantes à prestação de contas do ano de 2000.

5 de Março de 2001. — A Primeira-Ajudante, *Celeste de Jesus Lourenço*. 1000048715

SEIXAS MARTINS, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 3.ª Secção. Matrícula n.º 7796; identificação de pessoa colectiva n.º 503956694; data da apresentação: 011219.

Certifico que, com relação à sociedade em epígrafe, ficaram depositados na pasta respectiva, os documentos respeitantes à prestação de contas do ano de 2000.

5 de Março de 2001. — A Primeira-Ajudante, *Celeste de Jesus Lourenço*. 1000048712

**TOTAL CLEAN — PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
DE LIMPEZA, UNIPESSOAL, L.ª**

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 3.ª Secção. Matrícula n.º 9747; identificação de pessoa colectiva n.º 504687360; data da apresentação: 011220.

Certifico que, com relação à sociedade em epígrafe, ficaram depositados na pasta respectiva, os documentos respeitantes à prestação de contas do ano de 2000.

5 de Março de 2001. — A Primeira-Ajudante, *Celeste de Jesus Lourenço*. 1000048710

**TIC — TÉCNICAS, INICIATIVAS E CONTACTOS
PROMOCIONAIS, L.ª**

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 3.ª Secção. Matrícula n.º 57 527; identificação de pessoa colectiva n.º 501338756; data da apresentação: 011220.

Certifico que, com relação à sociedade em epígrafe, ficaram depositados na pasta respectiva, os documentos respeitantes à prestação de contas do ano de 2000.

5 de Março de 2001. — A Primeira-Ajudante, *Celeste de Jesus Lourenço*. 1000048708

TÁXIS PORTINHO, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 3.ª Secção. Matrícula n.º 10 368; identificação de pessoa colectiva n.º 504799720; data da apresentação: 011220.

Certifico que, com relação à sociedade em epígrafe, ficaram depositados na pasta respectiva, os documentos respeitantes à prestação de contas do ano de 2000.

5 de Março de 2001. — A Primeira-Ajudante, *Celeste de Jesus Lourenço*. 1000048707

TÁXIS AFONSO DUARTE, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 3.ª Secção. Matrícula n.º 9581; identificação de pessoa colectiva n.º 504613022; data da apresentação: 011220.

Certifico que, com relação à sociedade em epígrafe, ficaram depositados na pasta respectiva, os documentos respeitantes à prestação de contas do ano de 2000.

5 de Março de 2001. — A Primeira-Ajudante, *Celeste de Jesus Lourenço*. 1000048705

**SANT'ANA & SANT'ANA — TERRAPLANAGENS
E OBRAS PÚBLICAS, L.ª**

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 3.ª Secção. Matrícula n.º 7599; identificação de pessoa colectiva n.º 501087770; data da apresentação: 011226.

Certifico que, com relação à sociedade em epígrafe, ficaram depositados na pasta respectiva, os documentos respeitantes à prestação de contas do ano de 2000.

6 de Março de 2001. — A Primeira-Ajudante, *Celeste de Jesus Lourenço*. 1000050287

TRILOPEOS — IMOBILIÁRIA DO MONTE, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 3.ª Secção. Matrícula n.º 7684; identificação de pessoa colectiva n.º 503920002; data da apresentação: 011226.

Certifico que, com relação à sociedade em epígrafe, ficaram depositados na pasta respectiva, os documentos respeitantes à prestação de contas do ano de 2000.

6 de Março de 2001. — A Primeira-Ajudante, *Celeste de Jesus Lourenço*. 1000050285

**SOCIEDADE AGRÍCOLA DA HERDADE
DOS COELHOIROS, S. A.**

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 3.ª Secção. Matrícula n.º 46 545; identificação de pessoa colectiva n.º 500253080; data da apresentação: 011226.

Certifico que, com relação à sociedade em epígrafe, ficaram depositados na pasta respectiva, os documentos respeitantes à prestação de contas do ano de 2000.

6 de Março de 2001. — A Primeira-Ajudante, *Celeste de Jesus Lourenço*. 1000050282

ORLANDO DOS SANTOS BORREGO, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 3.ª Secção. Matrícula n.º 37 104; identificação de pessoa colectiva n.º 500962200; data da apresentação: 011226.

Certifico que, com relação à sociedade em epígrafe, ficaram depositados na pasta respectiva, os documentos respeitantes à prestação de contas dos anos de 1998, 1999 e 2000.

6 de Março de 2001. — A Primeira-Ajudante, *Celeste de Jesus Lourenço*.
1000050280

TURINEVE — EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 3.ª Secção. Matrícula n.º 45 683; identificação de pessoa colectiva n.º 500427089; data da apresentação: 011226.

Certifico que, com relação à sociedade em epígrafe, ficaram depositados na pasta respectiva, os documentos respeitantes à prestação de contas dos anos de 1998, 1999 e 2000.

6 de Março de 2001. — A Primeira-Ajudante, *Celeste de Jesus Lourenço*.
1000050278

SERVUS — EMPRESA DE TRABALHO TEMPORÁRIO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 3.ª Secção. Matrícula n.º 10 327; identificação de pessoa colectiva n.º 503096415; data da apresentação: 011221.

Certifico que, com relação à sociedade em epígrafe, ficaram depositados na pasta respectiva, os documentos respeitantes à prestação de contas do ano de 2000.

6 de Março de 2001. — A Primeira-Ajudante, *Celeste de Jesus Lourenço*.
1000050277

REACTOR — REPRESENTAÇÕES AÉREAS E TURÍSTICAS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 3.ª Secção. Matrícula n.º 10 562; identificação de pessoa colectiva n.º 504460544; data da apresentação: 011221.

Certifico que, com relação à sociedade em epígrafe, ficaram depositados na pasta respectiva, os documentos respeitantes à prestação de contas do ano de 2000.

6 de Março de 2001. — A Primeira-Ajudante, *Celeste de Jesus Lourenço*.
1000050276

SARAIVA & GARCIA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 3.ª Secção. Matrícula n.º 38 290; identificação de pessoa colectiva n.º 500496730; data da apresentação: 011221.

Certifico que, com relação à sociedade em epígrafe, ficaram depositados na pasta respectiva, os documentos respeitantes à prestação de contas do ano de 2000.

6 de Março de 2001. — A Primeira-Ajudante, *Celeste de Jesus Lourenço*.
1000050273

RESTAURANTE ESTRELA DOS ANJOS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 3.ª Secção. Matrícula n.º 28 553; identificação de pessoa colectiva n.º 500231273; data da apresentação: 011221.

Certifico que, com relação à sociedade em epígrafe, ficaram depositados na pasta respectiva, os documentos respeitantes à prestação de contas dos anos de 1998, 1999 e 2000.

6 de Março de 2001. — A Primeira-Ajudante, *Celeste de Jesus Lourenço*.
1000050271

SOCIEDADE DE MECÂNICA E ACESSÓRIOS, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 3.ª Secção. Matrícula n.º 13 968; identificação de pessoa colectiva n.º 500251649; data da apresentação: 011221.

Certifico que, com relação à sociedade em epígrafe, ficaram depositados na pasta respectiva, os documentos respeitantes à prestação de contas do ano de 2000.

6 de Março de 2001. — A Primeira-Ajudante, *Celeste de Jesus Lourenço*.
1000050270

SOCIEDADE GESTORA DO FUNDO PRIMEIRO IMOBILIÁRIO, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 3.ª Secção. Matrícula n.º 2175; identificação de pessoa colectiva n.º 502388811; data da apresentação: 011221.

Certifico que, com relação à sociedade em epígrafe, ficaram depositados na pasta respectiva, os documentos respeitantes à prestação de contas do ano de 2000.

6 de Março de 2001. — A Primeira-Ajudante, *Celeste de Jesus Lourenço*.
1000050266

SILVA & OLIVEIRA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 3.ª Secção. Matrícula n.º 12 074; identificação de pessoa colectiva n.º 500481741; data da apresentação: 011221.

Certifico que, com relação à sociedade em epígrafe, ficaram depositados na pasta respectiva, os documentos respeitantes à prestação de contas dos anos de 1998, 1999 e 2000.

6 de Março de 2001. — A Primeira-Ajudante, *Celeste de Jesus Lourenço*.
1000050261

TRAFTEL — ESTUDOS, PROJECTOS E CONSULTORIA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 3.ª Secção. Matrícula n.º 3618; identificação de pessoa colectiva n.º 502816449; data da apresentação: 011221.

Certifico que, com relação à sociedade em epígrafe, ficaram depositados na pasta respectiva, os documentos respeitantes à prestação de contas do ano de 2000.

6 de Março de 2001. — A Primeira-Ajudante, *Celeste de Jesus Lourenço*.
1000050258

TEMA — SOCIEDADE DE DIVULGAÇÃO DE LOJAS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 3.ª Secção. Matrícula n.º 6378; identificação de pessoa colectiva n.º 502356979; data da apresentação: 011221.

Certifico que, com relação à sociedade em epígrafe, ficaram depositados na pasta respectiva, os documentos respeitantes à prestação de contas dos anos de 1998, 1999 e 2000.

6 de Março de 2001. — A Primeira-Ajudante, *Celeste de Jesus Lourenço*.
1000050254

SOCIEDADE DO HOTEL BRASIL-AFRICANO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 3.ª Secção. Matrícula n.º 30 385; identificação de pessoa colectiva n.º 500902917; data da apresentação: 011221.

Certifico que, com relação à sociedade em epígrafe, ficaram depositados na pasta respectiva, os documentos respeitantes à prestação de contas dos anos de 1998, 1999 e 2000.

6 de Março de 2001. — A Primeira-Ajudante, *Celeste de Jesus Lourenço*.
1000050249

SOCIEDADE DE MECÂNICA E ACESSÓRIOS, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 3.ª Secção. Matrícula n.º 13 968; identificação de pessoa colectiva n.º 500251649; data da apresentação: 011221.

Certifico que, com relação à sociedade em epígrafe, ficaram depositados na pasta respectiva, os documentos respeitantes à prestação de contas dos anos de 1999 e 2000.

6 de Março de 2001. — A Primeira-Ajudante, *Celeste de Jesus Lourenço*.
1000050246

STAND FONTANA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 3.ª Secção. Matrícula n.º 44 353; identificação de pessoa colectiva n.º 500318204; data da apresentação: 011221.

Certifico que, com relação à sociedade em epígrafe, ficaram depositados na pasta respectiva, os documentos respeitantes à prestação de contas do ano de 2000.

6 de Março de 2001. — A Primeira-Ajudante, *Celeste de Jesus Lourenço*.
1000050243

ÓSCAR TEIXEIRA QUEIRÓS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 3.ª Secção. Matrícula n.º 67 376; identificação de pessoa colectiva n.º 501916474; data da apresentação: 011221.

Certifico que, com relação à sociedade em epígrafe, ficaram depositados na pasta respectiva, os documentos respeitantes à prestação de contas do ano de 2000.

6 de Março de 2001. — A Primeira-Ajudante, *Celeste de Jesus Lourenço*.
1000050240

SIMALUTI — CONFECÇÕES, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 3.ª Secção. Matrícula n.º 12 112/011212; identificação de pessoa colectiva n.º 505866250; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 5/011212.

Certifico que foi constituída a sociedade em epígrafe a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

- 1 — A sociedade adopta a firma SIMALUTI — Confecções, L.^{da}
- 2 — A sociedade tem a sua sede na Rua da Cidade de Nova Lisboa, 9, freguesia de Santa Maria dos Olivais, concelho de Lisboa.
- 3 — Por simples deliberação da gerência pode a sede ser deslocada dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, podendo ainda ser criadas sucursais, filiais, agências ou outras formas locais de representação, no território nacional ou no estrangeiro.

ARTIGO 2.º

O objecto da sociedade consiste na actividade de confecção e comercialização de vestuário.

ARTIGO 3.º

O capital social é de 5000 euros, encontra-se integralmente subscrito e realizado em dinheiro e corresponde à soma de quatro quotas: duas iguais do valor nominal de 1650 euros cada uma e uma de cada um dos sócios Silvério de Figueiredo da Costa e Maria Jorge de Gouveia Caetano da Costa, e duas iguais do valor nominal de 750 euros cada uma e uma de cada um dos sócios Luís Miguel de Gouveia Gomes da Costa e Tiago Alexandre Gouveia Gomes da Costa.

ARTIGO 4.º

1 — A gerência da sociedade compete aos gerentes, sócios ou não sócios, com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral.

2 — Para vincular a sociedade é necessária a intervenção de um gerente.

3 — Fica desde já nomeado gerente o sócio Silvério de Figueiredo da Costa.

ARTIGO 5.º

A sociedade poderá participar no capital social de outras sociedades, mesmo com objecto diferente do seu e em sociedades regu-

ladas por leis especiais ou em agrupamentos complementares de empresas.

ARTIGO 6.º

A cessão de quotas a não sócios depende do consentimento da sociedade, que terá sempre o direito de preferência, o qual, de seguida, se defere aos sócios não cedentes.

Está conforme o original.

26 de Fevereiro de 2002. — O Segundo-Ajudante, *Carlos Alberto de Almeida Homem*.
1000048600

SOCIEDADE TORNEADOS DE MADEIRA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 3.ª Secção. Matrícula n.º 31 880/611027; identificação de pessoa colectiva n.º 501560904; inscrição n.º 4; número e data da apresentação: 21/011213.

Certifico que, com relação à sociedade em epígrafe, foi aumentado o capital social de 400 000\$ para 5000 euros, e redenominação do capital para euros, ficando assim alterado parcialmente o contrato, quanto ao artigo 4.º, o qual passou a ter a redacção seguinte:

ARTIGO 4.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5000 euros e corresponde à soma de duas quotas: uma do valor nominal de 4500 euros, pertencente ao sócio Carlos Costa Vitória, e outra de 500 euros, pertencente à sócia Filomena Maria Almeida Serra Costa Vitória.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

28 de Fevereiro de 2002. — O Segundo-Ajudante, *Carlos Alberto de Almeida Homem*.
1000048899

SANTOS & AMÉRICO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 3.ª Secção. Matrícula n.º 31 771/611010; identificação de pessoa colectiva n.º 500507953; inscrição n.º 3; número e data da apresentação: 108/011213.

Certifico que, com relação à sociedade em epígrafe, foi aumentado o capital social de 400 000\$ para 5000 euros, e redenominação do capital para euros, ficando assim alterado parcialmente o contrato, quanto ao artigo 3.º, o qual ficou a ter a redacção seguinte:

3.º

O capital social é de 5000 euros, integralmente realizado em dinheiro e corresponde à soma de duas quotas iguais de 2500 euros cada uma, pertencentes uma a cada um dos sócios.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

28 de Fevereiro de 2002. — O Segundo-Ajudante, *Carlos Alberto de Almeida Homem*.
1000048898

OCULISTA DE LISBOA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 3.ª Secção. Matrícula n.º 22 607/530812; identificação de pessoa colectiva n.º 500205639; inscrição n.º 3; número e data da apresentação: 60/011213.

Certifico que, com relação à sociedade em epígrafe, foi aumentado o capital social de 500 000\$ para 5000 euros, e redenominação do capital para euros, ficando assim alterado parcialmente o contrato, quanto ao artigo 3.º, o qual passou a ter a redacção seguinte:

ARTIGO 3.º

O capital social é de 5000 euros, está integralmente realizado em dinheiro e corresponde à soma de três quotas: uma de 2000 euros da

sócia Maria Eugénia Moreno Gandete Correia Pestana; uma de 2000 euros do sócio António Miranda Ribeiro, e uma de 1000 euros do sócio Artur José da Fonseca.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

28 de Fevereiro de 2002. — O Segundo-Ajudante, *Carlos Alberto de Almeida Homem*. 1000048897

V. H., CONSULTORIA EM TELECOMUNICAÇÕES, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 3.ª Secção. Matrícula n.º 11 072/010105; identificação de pessoa colectiva n.º 505227495; inscrição n.º 3; número e data da apresentação: 147/011214.

Certifico que, com relação à sociedade em epígrafe, foi alterado parcialmente o contrato, quanto ao artigo 3.º, o qual passou a ter a redacção seguinte:

3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5000 euros e corresponde à soma de duas quotas: uma do valor nominal de 4000 euros e outra do valor nominal de 1000 euros, ambas as quotas pertencentes à única sócia Vanessa Lena Hallberg.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

26 de Fevereiro de 2002. — O Segundo-Ajudante, *Carlos Alberto de Almeida Homem*. 1000048896

TAMANHOS E CORES — PROMOÇÕES PUBLICITÁRIAS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 3.ª Secção. Matrícula n.º 11 361/010323; identificação de pessoa colectiva n.º 505370891; inscrição n.º 5; número e data da apresentação: 43/020201.

Certifico que, com relação à sociedade em epígrafe, foi alterado parcialmente o contrato, quanto ao artigo 3.º, o qual passou a ter a redacção seguinte:

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro e nos diversos valores do activo, é de 5486,78 euros, e corresponde à soma de três quotas: duas de 2194,71 euros cada e outra de 1097,36 euros, todas do sócio Rui Lima Godinho.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

26 de Fevereiro de 2002. — O Segundo-Ajudante, *Carlos Alberto de Almeida Homem*. 1000048895

SETECAMPOS — SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 3.ª Secção. Matrícula n.º 9252/990526; identificação de pessoa colectiva n.º 504462032.

Certifico que, com relação à sociedade em epígrafe, foram registados os seguinte actos:

1 — Averbamento n.º 1, apresentação n.º 168/011221.

Cessaçao das funções de Jorge Sanz Marcelo, Francisco Xavier Basagoiti Miranda e Luis Óscar Rubio de La Fuente, por renúncia, em 15 de Fevereiro de 2001, 15 de Fevereiro de 2001 e 26 de Março de 2001, respectivamente.

2 — Apresentação n.º 169/011221.

Designação de administradores, em 17 de Fevereiro de 2001 e 28 de Março de 2001.

Período: até ao final do mandato em curso quadriénio de 1999-2002.

António Moyano Paredes, casado, residente em Paseo de La Castellana, 189, Madrid, Espanha; Ernesto Lopez Meseguez, divorci-

ado, residente na Calle Edison, 4, 6.ª, Madrid, Espanha, e Alejandro Angel Uriarte Pico, presidente, casado, residente na Calle Edison, 4, 6.ª, Madrid, Espanha.

Está conforme o original.

26 de Fevereiro de 2002. — O Segundo-Ajudante, *Carlos Alberto de Almeida Homem*. 1000048894

TEIXEIRA LOPES & C.^A, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 3.ª Secção. Matrícula n.º 9364/230206; identificação de pessoa colectiva n.º 500481571; averbamento n.º 2 à inscrição n.º 5; número e data da apresentação: 12/020125.

Certifico que, com relação à sociedade em epígrafe, foi registado a cessação das funções da gerência de Maria Luísa Teixeira Lopes Varela, por renúncia, em 27 de Dezembro de 2001.

Pelo averbamento n.º 1 à inscrição n.º 6, apresentação n.º 78/020125.

Cessaçao das funções da gerência de Acácio dos Santos Alves, por renúncia, em 27 de Dezembro de 2001.

Pela inscrição n.º 19, apresentação n.º 13/020125.

Alterado parcialmente o contrato, quanto ao artigo 3.º, o qual passou a ter a redacção seguinte:

ARTIGO 3.º

O capital social da aludida sociedade é de 5000 euros e corresponde à soma de três quotas: duas quotas do valor nominal de 694,44 euros e 208,33 euros, pertencentes às sócias Maria João Torrão Ilharco Viana Fernandes e Maria Leonor Torrão Ilharco Viana Pereira da Fonseca, em comum e partes iguais, e uma quota do valor nominal de 4097,24 euros, pertencente à sócia Maria Leonor Torrão Ilharco Viana Pereira da Fonseca.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

26 de Fevereiro de 2002. — O Segundo-Ajudante, *Carlos Alberto de Almeida Homem*. 1000048893

OLIVEIRA LIMA, NEVES DA SILVA E FERNANDA COLAÇO, SROC, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 3.ª Secção. Matrícula n.º 11 378/010329; identificação de pessoa colectiva n.º 503644370; inscrição n.º 4; número e data da apresentação: 40/020116.

Certifico que, com referência à sociedade em epígrafe, foi efectuado o seguinte acto de registo:

Projecto de fusão.

Modalidade: transferência global do património.

Sociedade incorporante: Oliveira Lima, Neves da Silva e Fernanda Colaço, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L.^{da}

Sociedade incorporada: Alexandre Coelho & Luís Rosa, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L.^{da}, com sede na Avenida do 5 de Outubro, 17, 6.º, Lisboa.

Alterações projectadas na sociedade incorporante.

Firma: O. Lima, N. Silva, F. Colaço, A. Coelho e L. Rosa, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L.^{da}

Capital: 65 500 euros.

Está conforme o original.

26 de Fevereiro de 2002. — O Segundo-Ajudante, *Carlos Alberto de Almeida Homem*. 1000048891

RENDIMENTO SEGURO — INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 3.ª Secção. Matrícula n.º 8884/981125; identificação de pessoa colectiva n.º 504287729; inscrição n.º 2; número e data da apresentação: 12/011214.

Certifico que, com relação à sociedade em epígrafe, foi aumentado o capital social de 5 000 000\$ para 50 000 euros, e redenominação do capital para euros, ficando assim alterado parcialmente o contrato, quanto ao artigo 3.º, o qual passou a ter a redacção seguinte:

ARTIGO 3.º

Capital social, acções e obrigações

1 — O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro, é de 50 000 euros, representado por 10 000 acções, de 5 euros cada uma, podendo as acções ser nominativas ou ao portador e reciprocamente convertíveis, respeitadas as limitações impostas por lei.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

26 de Fevereiro de 2002. — O Segundo-Ajudante, *Carlos Alberto de Almeida Homem*. 1000048892

ROCHA & SOUSA, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 3.ª Secção. Matrícula n.º 44 771/720912; identificação de pessoa colectiva n.º 500403384; inscrição n.º 2; número e data da apresentação: 61/011214.

Certifico que, com relação à sociedade em epígrafe, foi aumentado o capital social de 800 000 para 5000 euros, e redenominação do capital para euros, ficando assim alterado parcialmente o contrato, quanto ao artigo 3.º, o qual passou a ter a redacção seguinte:

ARTIGO 3.º

O capital social é de 5000 euros, encontrando-se integralmente subscrito e realizado em dinheiro e nos demais valores constantes da escritura social, e está dividido em seis quotas, respectivamente, no valor de 1718,75 euros, detida pelo sócio Aníbal dos Inocentes Moraes dos Santos; 364,58 euros, detida pelo sócio Aníbal dos Inocentes Moraes dos Santos; 1093,75 euros, detida pelo sócio Jaime do Carmo Alves da Conceição; 364,58 euros, detida pelo sócio Jaime do Carmo Alves da Conceição; 1093,75 euros, detida pelo sócio Augusto de Jesus Vieira, e 364,59 euros, detida pelo sócio Augusto de Jesus Vieira.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

28 de Fevereiro de 2002. — O Segundo-Ajudante, *Carlos Alberto de Almeida Homem*. 1000048889

SALÃO DE CABELEIREIRO NOVA BELEZA, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 3.ª Secção. Matrícula n.º 46 499/740212; identificação de pessoa colectiva n.º 500405611; inscrição n.º 4; número e data da apresentação: 111/011214.

Certifico que, com relação à sociedade em epígrafe, foi aumentado o capital social de 400 000\$ para 5000 euros, e redenominação do capital para euros, ficando assim alterado parcialmente o contrato, quanto ao artigo 3.º, o qual passou a ter a redacção seguinte:

3.º

O capital social é de 5000 euros e está integralmente realizado em dinheiro e nos demais valores constantes do activo social e corresponde à soma de duas quotas iguais de 2500 euros, tituladas uma em nome de cada sócio.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

28 de Fevereiro de 2002. — O Segundo-Ajudante, *Carlos Alberto de Almeida Homem*. 1000048890

VAZ & CARNEIRO — EXPORTAÇÃO, IMPORTAÇÃO E VENDA DE ARTIGOS DE MODA E DESPORTO, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 3.ª Secção. Matrícula n.º 66 210/870721; identificação de pessoa colectiva n.º 501864121; inscrição n.º 8; número e data da apresentação: 100/011214.

Certifico que, com relação à sociedade em epígrafe, foi aumentado o capital social de 400 000\$ para 5000 euros, e redenominação do capital para euros, ficando assim alterado parcialmente o contrato, quanto ao artigo 3.º, o qual passou a ter a redacção seguinte:

ARTIGO 3.º

O capital social é de 5000 euros, integralmente realizado em dinheiro e corresponde à soma das seguintes quotas: uma de 4750 euros, pertencente à sócia Maria Dina Jesus Carneiro, e outra de 250 euros, pertencente à sócia Maria Clara Santos da Silva Vaz.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

28 de Fevereiro de 2002. — O Segundo-Ajudante, *Carlos Alberto de Almeida Homem*. 1000048888

TECNOSUPRA — COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA DE EQUIPAMENTOS ELECTRÓNICOS, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 3.ª Secção. Matrícula n.º 61 159/850621; identificação de pessoa colectiva n.º 501511091; inscrição n.º 2; número e data da apresentação: 124/011214.

Certifico que, com relação à sociedade em epígrafe, foi aumentado o capital social de 500 000\$ para 5000 euros, e redenominação do capital para euros, ficando assim alterado parcialmente o contrato, quanto ao artigo 3.º, o qual passou a ter a redacção seguinte:

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5000 euros, dividido em duas quotas de 2500 euros, uma de cada sócio.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

28 de Fevereiro de 2002. — O Segundo-Ajudante, *Carlos Alberto de Almeida Homem*. 1000048887

ORTAPIM — SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 3.ª Secção. Matrícula n.º 8081/980115; identificação de pessoa colectiva n.º 504039628; averbamento n.º 2 à inscrição n.º 3 e inscrição n.º 5; números e data das apresentações: 29 e 30/020208.

Certifico que, com relação à sociedade em epígrafe, foi registado a cessação das funções do administrador Stephen Michael de Carteret, por renúncia, em 26 de Fevereiro de 2001, e a designação de administrador único, por deliberação de 29 de Março de 2001, de João Paulo Trévidic Nunes, casado, residente na Rua de Luís de Camões, 2, 1.ª-A, Lisboa

Período: quadriénio de 2001-2004.

Está conforme o original.

25 de Fevereiro de 2002. — O Segundo-Ajudante, *Carlos Alberto de Almeida Homem*. 1000048886

SOCIEDADE AGRÍCOLA DE FARO DO ALENTEJO, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 3.ª Secção. Matrícula n.º 7289/970130; identificação de pessoa colectiva n.º 503800821; inscrição n.º 6; número e data da apresentação: 90/011213.

Certifico que, com relação à sociedade em epígrafe, foi aumentado o capital social de 400 000\$ para 5000 euros, e redenominação do capital para euros, ficando assim alterado parcialmente o contrato, quanto aos artigos 4.º e n.ºs 3 e 4 do 6.º, os quais passaram a ter a redacção seguinte:

ARTIGO 4.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro e nos demais bens e valores constantes da respectiva escrituração, é de 5000 euros, acha-se dividido em duas quotas iguais do valor nominal de 2500 euros, ambas do sócio Carlos Alberto de Almeida.

ARTIGO 6.º

- 1 — (*Mantém-se.*)
- 2 — (*Mantém-se.*)
- 3 — É designado gerente o sócio Carlos Alberto de Almeida.
- 4 — A sociedade obriga-se com a intervenção de um gerente.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

22 de Fevereiro de 2002. — O Segundo-Ajudante, *Carlos Alberto de Almeida Homem*. 1000048885

ROMASPORT — ARTIGOS DE DESPORTO, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 3.ª Secção. Matrícula n.º 58 907/840113; identificação de pessoa colectiva n.º 500832684; inscrição n.º 3; número e data da apresentação: 65/011213.

Certifico que, com relação à sociedade em epígrafe, foi aumentado o capital social de 1 000 000\$ para 5000 euros, e redenominação do capital para euros, ficando assim alterado parcialmente o contrato, quanto ao artigo 2.º, o qual passou a ter a redacção seguinte:

2.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro e nos demais valores do activo social, é de 5000 euros e corresponde à soma de duas quotas: uma de 3000 euros, pertencente ao sócio Jorge Carvalho Freitas Reis, e outra de 2000 euros, pertencente à sócia Maria Adelina Pereira Antunes.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

28 de Fevereiro de 2002. — O Segundo-Ajudante, *Carlos Alberto de Almeida Homem*. 1000048884

VENTURA & CABRITA, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 3.ª Secção. Matrícula n.º 55 260/800812; identificação de pessoa colectiva n.º 501072896; inscrição n.º 8; número e data da apresentação: 17/020215.

Certifico que, com relação à sociedade em epígrafe, foi aumentado o capital social de 2 000 000\$ para 18 000 000\$, tendo sido alterado parcialmente o contrato, quanto aos artigos 3.º e 4.º, os quais passaram a ter a redacção seguinte:

ARTIGO 3.º

O capital social é de 18 000 000\$, está integralmente realizado em dinheiro e nos demais valores constantes do activo social e corresponde à soma de três quotas iguais de 6 000 000\$, pertencentes uma a cada um dos sócios Manoel Penha dos Santos Júnior, Silvia Carvalho Prestes Penha e Maria Amélia Campos Sobral de Martins Carrilho.

ARTIGO 4.º

1 — São gerentes os sócios Manoel Penha dos Santos Júnior e Maria Amélia Campos Sobral Martins Carrilho.

2 — A sociedade vincula-se com a intervenção conjunta de dois gerentes.

3 — A gerência poderá não ser remunerada, se tal vier a ser deliberado em assembleia geral.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

28 de Fevereiro de 2002. — O Segundo-Ajudante, *Carlos Alberto de Almeida Homem*. 1000048883

SANTIMEL — INDÚSTRIA DE MECÂNICA FINA, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 3.ª Secção. Matrícula n.º 54 748/800204; identificação de pessoa colectiva n.º 500938270; inscrição n.º 7; número e data da apresentação: 43/020115.

Certifico que, com relação à sociedade em epígrafe, foi aumentado o capital social de 35 000 000\$ para 100 241 100\$, tendo o respectivo registo o seguinte teor:

7 — Apresentação n.º 43/020115.

Reforço de capital.

Montante do reforço e como foi subscrito: 65 241 000\$, sendo 50 000 000\$, por incorporação de prestações suplementares, e 15 241 100\$, em dinheiro, subscrito pelos sócios em partes iguais, quanto às prestações suplementares e na proporção das respectivas quotas, quando às entradas em dinheiro.

Capital após o reforço: 100 241 100\$.

Pela inscrição n.º 11, apresentação n.º 47/020115.

Foi alterado parcialmente o contrato, quanto ao artigo 3.º, o qual passou a ter a redacção seguinte:

3.º

O capital social, integralmente realizado, é de 500 000 euros e corresponde à soma das seguintes quotas: uma de 166 906,30 euros da sócia Maria Helena Borges dos Santos Caldas, e duas de 166 546,85 euros cada, uma de cada um dos sócios Gabriel Brotas de Melo e Antero Teodósio Belchior Domingues.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

28 de Fevereiro de 2002. — O Segundo-Ajudante, *Carlos Alberto de Almeida Homem*. 1000048882

SECRE — CORRETORES DE SEGUROS, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 3.ª Secção. Matrícula n.º 54 256/791008; identificação de pessoa colectiva n.º 500906181; inscrição n.º 12; número e data da apresentação: 38/020121.

Certifico que, com relação à sociedade em epígrafe, foi alterado parcialmente o contrato, quanto ao n.º 1 do artigo 2.º, o qual passou a ter a redacção seguinte:

ARTIGO 2.º

Vinculação e representação da sociedade

1 — Para a sociedade se considerar validamente obrigada em todos os seus actos e contratos é necessária a intervenção de dois administradores, ou do presidente do conselho de administração.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

28 de Fevereiro de 2002. — O Segundo-Ajudante, *Carlos Alberto de Almeida Homem*. 1000048881

REMALAB — REAGENTES E MATERIAL DE LABORATÓRIO, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 3.ª Secção. Matrícula n.º 54 619/791218; identificação de pessoa colectiva n.º 500931402; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 124/011213.

Certifico que, com relação à sociedade em epígrafe, foi registado o seguinte:

Deslocação de sede: Avenida de Óscar Monteiro Torres, 16, rés-do-chão, direito, freguesia de São João de Deus, Lisboa.

Pela inscrição n.º 2, apresentação n.º 125/011213.

Foi aumentado o capital social de 500 000\$ para 5000 euros, ficando assim alterado parcialmente o contrato, quanto ao artigo 3.º, o qual passou a ter a redacção seguinte:

ARTIGO 3.º

O capital social é de 5000 euros, integralmente realizado em dinheiro e representado por duas quotas: uma de 4490 euros, pertencente ao sócio Dr. Augusto Matthioli Mateus, e uma de 510 euros da sócia Maria Fernanda Madeira da Silva Mateus.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

28 de Fevereiro de 2002. — O Segundo-Ajudante, *Carlos Alberto de Almeida Homem*. 1000048880

RETROSARIA A LOJINHA DE FERNANDA & FERNANDO, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 3.ª Secção. Matrícula n.º 54 172/790910; identificação de pessoa colectiva n.º 500858950; inscrição n.º 5; número e data da apresentação: 67/011213.

Certifico que, com relação à sociedade em epígrafe, foi aumentado o capital social de 400 000\$ para 5000 euros, e redenominação do capital para euros, ficando assim alterado parcialmente o contrato, quanto ao artigo 3.º, o qual passou a ter a redacção seguinte:

3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5000 euros e é formado por duas quotas do valor nominal de 2500 euros cada e pertence uma a cada um dos sócios Artur Francisco Mexia Pinheiro e Maria Isabel Duarte Garcia Pinheiro.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

28 de Fevereiro de 2002. — O Segundo-Ajudante, *Carlos Alberto de Almeida Homem*. 1000048879

SOCIEDADE COMERCIAL DE REPRESENTAÇÕES SIDOBERTA, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 3.ª Secção. Matrícula n.º 52 720/781010; identificação de pessoa colectiva n.º 500786348; inscrição n.º 2; número e data da apresentação: 109/011207.

Certifico que, com relação à sociedade em epígrafe, foi aumentado o capital social de 1 000 000\$ para 5000 euros, e redenominação do capital para euros, ficando assim alterado parcialmente o contrato, quanto ao artigo 3.º, o qual passou a ter a redacção seguinte:

3.º

O capital social, integralmente realizado já em dinheiro, é de 5000 euros e é formado por uma quota do valor nominal de 2500 euros de Sidónio São Miguel da Cruz Conceição, e outra de igual valor, pertencente à sócia Berta Rodrigues Maria São Miguel.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

28 de Fevereiro de 2002. — O Segundo-Ajudante, *Carlos Alberto de Almeida Homem*. 1000048878

RESTAURANTE ÍNDIA PALACE — SOCIEDADE DE INDÚSTRIA HOTELEIRA, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 3.ª Secção. Matrícula n.º 11 857/010913; identificação de pessoa colectiva

n.º 505666804; inscrição n.º 2; número e data da apresentação: 33/020214.

Certifico que, com relação à sociedade em epígrafe, foi registado a designação de gerente, por deliberação de 11 de Fevereiro de 2002, de Mohan Lal Heer.

Está conforme o original.

25 de Fevereiro de 2002. — O Segundo-Ajudante, *Carlos Alberto de Almeida Homem*. 1000048877

VENTURA & SILVA, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 3.ª Secção. Matrícula n.º 56 093/810630; identificação de pessoa colectiva n.º 501191526; inscrição n.º 5; número e data da apresentação: 91/011212.

Certifico que, com relação à sociedade em epígrafe, foi aumentado o capital social de 1 000 000\$ para 20 000 euros, e redenominação do capital para euros, ficando assim alterado parcialmente o contrato, quanto ao artigo 3.º, o qual passou a ter a redacção seguinte:

ARTIGO 3.º

O capital social é de 20 000 euros, encontra-se integralmente realizado em dinheiro e nos diversos bens e valores constantes do activo da sociedade e corresponde à soma das seguintes quotas: uma de 19 900 euros, pertencente ao sócio António Luís Martinho Ventura, e uma quota de 100 euros, pertencente à sócia Luísa Maria Queiroz Gabriel Ventura

Certifico ainda que:

Pela inscrição n.º 6, apresentação n.º 126/011212.

Designação de gerente, em 20 de Setembro de 2001, de Luísa Maria Queiroz Gabriel Ventura.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

19 de Fevereiro de 2002. — O Segundo-Ajudante, *Carlos Alberto de Almeida Homem*. 1000048876

T 2000 — INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS E TURÍSTICOS, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 3.ª Secção. Matrícula n.º 8895/981210; identificação de pessoa colectiva n.º 504496018; averbamento n.º 2 à inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 50/020124.

Certifico que, com relação à sociedade em epígrafe, foi registado o seguinte:

Deslocação de sede para a Rua do Professor Mira Fernandes, lote 1544, 7.º, esquerdo, freguesia do Beato, Lisboa.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

25 de Fevereiro de 2002. — O Segundo-Ajudante, *Carlos Alberto de Almeida Homem*. 1000048875

SOUTIKAI — LINGERIE, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 3.ª Secção. Matrícula n.º 12 276/020208; identificação de pessoa colectiva n.º 505797143; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 69/020208.

Certifico que foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma SOUTIKAI — Lingerie, L.ª

2 — A sociedade tem a sua sede na Rua de Luís de Camões, 153-C, freguesia de Alcântara, concelho de Lisboa.

3 — Por simples deliberação da gerência pode a sede ser deslocada dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, e serem criadas sucursais, filiais, agências ou outras formas locais de representação, no território nacional ou no estrangeiro.

ARTIGO 2.º

O objecto da sociedade consiste no comércio a retalho de roupa interior e vestuário.

ARTIGO 3.º

O capital social é de 5000 euros, encontra-se integralmente realizado em dinheiro e corresponde à soma de duas quotas iguais de 2500 euros cada uma e uma de cada sócio.

ARTIGO 4.º

1 — A gerência da sociedade compete aos gerentes, sócios ou não sócios, com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral.

2 — Para a sociedade ficar obrigada em todos os seus actos e contratos é necessária a intervenção de um gerente.

3 — Fica desde já nomeada gerente a sócia Ana Paula Ramos da Cruz Almeida Homem.

ARTIGO 5.º

A sociedade poderá participar no capital social de outras sociedades, mesmo com objecto diferente do seu e em sociedades reguladas por leis especiais ou em agrupamentos complementares de empresas.

ARTIGO 6.º

A cessão de quotas a não sócios depende do consentimento da sociedade, que terá sempre o direito de preferência, o qual, de seguida, se defere aos sócios não cedentes.

São seus sócios: Ana Paula Ramos da Cruz Almeida Homem e Carlos Alberto de Almeida Homem.

Está conforme o original.

26 de Fevereiro de 2002. — O Segundo-Ajudante, *Carlos Alberto de Almeida Homem*. 1000048744

V. R. C. — COMÉRCIO DE VESTUÁRIO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 3.ª Secção. Matrícula n.º 9035; identificação de pessoa colectiva n.º 504484630; data da apresentação: 011220.

Certifico que, com relação à sociedade em epígrafe, ficaram depositados na pasta respectiva, os documentos respeitantes à prestação de contas do ano de 2000.

5 de Março de 2001. — A Primeira-Ajudante, *Celeste de Jesus Lourenço*. 1000048964

TUMARCAS — COMÉRCIO DE CALÇADO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 3.ª Secção. Matrícula n.º 8715; identificação de pessoa colectiva n.º 504229800; data da apresentação: 011220.

Certifico que, com relação à sociedade em epígrafe, ficaram depositados na pasta respectiva, os documentos respeitantes à prestação de contas dos anos de 1999 e 2000.

5 de Março de 2001. — A Primeira-Ajudante, *Celeste de Jesus Lourenço*. 1000048961

SOCIEDADE IMOBILIÁRIA MONTE TRIGO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 3.ª Secção. Matrícula n.º 9493; identificação de pessoa colectiva n.º 504414402; data da apresentação: 011220.

Certifico que, com relação à sociedade em epígrafe, ficaram depositados na pasta respectiva, os documentos respeitantes à prestação de contas do ano de 2000.

5 de Março de 2001. — A Primeira-Ajudante, *Celeste de Jesus Lourenço*. 1000048872

SERAFIM & GONÇALVES, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 3.ª Secção. Matrícula n.º 37 533; identificação de pessoa colectiva n.º 500479909; data da apresentação: 011220.

Certifico que, com relação à sociedade em epígrafe, ficaram depositados na pasta respectiva, os documentos respeitantes à prestação de contas do ano de 2000.

5 de Março de 2001. — A Primeira-Ajudante, *Celeste de Jesus Lourenço*. 1000048870

OCRAM — SOCIEDADE DE COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 3.ª Secção. Matrícula n.º 36 741; identificação de pessoa colectiva n.º 500205515; data da apresentação: 011220.

Certifico que, com relação à sociedade em epígrafe, ficaram depositados na pasta respectiva, os documentos respeitantes à prestação de contas do ano de 2000.

5 de Março de 2001. — A Primeira-Ajudante, *Celeste de Jesus Lourenço*. 1000048869

TONOLI PORTUGUESA — SPEDIZIONI TRASPORTES, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 3.ª Secção. Matrícula n.º 12 173/020111; identificação de pessoa colectiva n.º 505702240; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 39/020111.

Certifico que foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se reger pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

A presente sociedade adopta a denominação de Tonoli Portuguesa — Spedizioni Trasportes, L.^{da}

ARTIGO 2.º

A sede social é na Rua da Páscoa, 62, letra B, freguesia de Santa Isabel, concelho de Lisboa, podendo ser transferida, nos termos previstos na lei, por simples decisão da gerência.

§ único. A gerência poderá ainda criar, no País ou no estrangeiro, as delegações ou qualquer outra forma de representação, que julgue conveniente.

ARTIGO 3.º

A sociedade tem por objecto o transporte de mercadorias, bem como a prestação de serviços de natureza logística e operacional, incluindo o planeamento, o controlo e direcção de operações com a expedição, recepção, armanejamento e circulação de mercadorias.

§ único. A sociedade pode adquirir e alienar livremente participações na própria sociedade e em sociedades com objecto diferente ou idêntico ao da sociedade, em sociedades reguladas por leis especiais e em agrupamentos complementares de empresa, bem como associar-se com outras pessoas jurídicas para, nomeadamente, formar sociedades, consórcios e associações em participação.

ARTIGO 4.º

1 — O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 50 000 euros e corresponde à soma de duas quotas iguais no valor de 25 000 euros cada uma, pertencente uma a cada um dos sócios Tonoli Mauro e Tonoli Ennio.

2 — É permitido aos sócios fazer suprimentos à sociedade, os quais vencerão juros, ou não, de harmonia com o que for deliberado em assembleia geral e serão reembolsados, nos termos e condições deliberadas em assembleia geral, ou na falta de deliberação, nos termos previstos no artigo 245.º do Código das Sociedades Comerciais.

3 — Poderão ser exigidas prestações suplementares de capital, desde que haja acordo entre os sócios, as quais serão realizadas na proporção das respectivas quotas e não poderão exceder o respectivo montante.

ARTIGO 5.º

1 — A cessão de quotas, total ou parcial, entre sócios e entre estes e a sociedade é livre, ficando desde já autorizadas as divisões que se tornem necessárias.

2 — A cessão de quotas entre cônjuges, descendentes e ascendentes, depende do consentimento da sociedade. A cessão de quotas a outros estranhos não depende do consentimento da sociedade, mas neste caso é reservado à sociedade em primeiro lugar e aos sócios não cedentes em segundo o direito de preferência, observados os trâmites constantes dos números seguintes.

3 — O sócio que pretenda ceder a sua quota deverá comunicar o facto, simultaneamente ao outro sócio ou sócios se os houver e à sociedade por carta registada, indicando o nome do comprador, preço e demais condições da transacção.

4 — A sociedade deverá deliberar sobre o exercício do direito de preferência nos 60 dias seguintes à comunicação referida no número anterior.

5 — Se a sociedade deliberar não preferir ou no caso de, por qualquer motivo, não se constituir a assembleia geral, caberá ao outro ou outros sócios exercer o direito de preferência por carta registada, remetida nos 15 dias seguintes à data limite prevista no número anterior.

6 — Se mais de um sócio usar desse direito, será a quota cedenda rateada por divisão na proporção das respectivas quotas.

7 — Se não for exercido o direito de preferência nos prazos e termos previstos nos números anteriores, a transacção é livre, devendo ser objecto de outorga de escritura pública no prazo de 60 dias.

8 — Falecendo um sócio a respectiva quota transmitir-se-á aos sucessores, salvo se estes declararem, dentro de 90 dias seguintes à data do óbito que não aceitam a transmissão.

9 — Se a transmissão não for aceite pelos sucessores do sócio falecido, a sociedade deverá no prazo de 30 dias seguintes à data da recepção da declaração, amortizar a quota, adquiri-la ou fá-la adquirir por sócio ou terceiro.

10 — Enquanto a quota se mantiver indivisa, os continuadores devem designar, nos termos legais, um representante comum que exerça perante a sociedade os poderes inerentes à respectiva quota indivisa.

ARTIGO 6.º

1 — A sociedade pode amortizar qualquer quota, sempre que se verifique algum ou alguns dos seguintes factos:

- a) Por acordo com o respectivo titular;
- b) Quando a quota seja objecto de penhora, arresto, arrolamento ou qualquer outra forma de apreensão ou venda judicial ou, ainda, quando se verifique a iminência destas situações;
- c) Quando haja violação de qualquer artigo do contrato social, nomeadamente dos artigos 5.º e 9.º;
- d) Quando o titular da quota lesar por actos ou omissões, os interesses da sociedade, nomeadamente o crédito ou a reputação da mesma perante o público, os fornecedores ou a banca;
- e) Quando por divórcio, separação de pessoas e bens ou só de bens, a quota não ficar a pertencer totalmente ao titular;
- f) Por interdição, inabilitação, insolvência, falência ou dissolução do titular.

2 — A decisão de amortizar as quotas da sociedade será tomada em reunião da assembleia geral, convocada para o efeito e a realizar até 90 dias após a gerência ter tido conhecimento do facto.

3 — A contrapartida da amortização será o acordado no caso da alínea a) no n.º 1 anterior; o valor nominal da quota amortizada, nos casos previstos nas alíneas b), c), d) e f), salvo se for inferior ao valor do último balanço, pois neste caso será este o valor da amortização; o valor constante do último balanço, nos casos das alíneas e).

4 — O pagamento dos valores previstos no número anterior será efectuado mediante depósito do respectivo preço em seis prestações semestrais na Caixa Geral de Depósitos à ordem de quem de direito e a comunicação ao mesmo por carta registada com aviso de recepção, sendo o registo efectuado a favor da sociedade, mediante apresentação da acta da respectiva deliberação.

5 — As prestações em dívida não vencerão juros.

ARTIGO 7.º

1 — A administração da sociedade e a sua representação em juízo e fora dele, pertence à gerência, ficando desde já nomeados gerentes os sócios Tonoli Mauro e Tonoli Ennio.

2 — Aos gerentes é conferido os necessários poderes para praticar todos os actos necessários, úteis ou convenientes ao exercício e prossecução do objecto social, nomeadamente os de tomar de arrendamento bens imóveis, adquiri-los a título oneroso ou gratuito, aliená-los e onerá-los, tomar de exploração quaisquer estabelecimentos, trespassá-los ou cedê-los, adquirir ou onerar bens móveis, nomeadamente viaturas automóveis, equipamento e máquinas, outorgando e assinando tudo o que for necessário para o efeito.

3 — Para obrigar a sociedade, relativamente a actos e contratos compreendidos no objecto social, nos §§ únicos dos artigos 2.º e 3.º e no número anterior, é necessária e suficiente a assinatura de um gerente.

ARTIGO 8.º

As assembleias gerais, quando a lei não exige outras formalidades são convocadas por cartas registadas com aviso de recepção dirigidas aos sócios, com 15 dias de antecedência, para os domicílios constantes dos registos da sociedade.

ARTIGO 9.º

Disposição transitória

1 — A sociedade obriga-se a assumir as despesas de publicações e registos de sociedade, de compra de automóveis, de valores mobiliários, de aquisição de equipamento e de despesas de manutenção do giro comercial efectuada à gerência até ao registo definitivo.

2 — A gerência fica desde já, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 5 do artigo 277.º do Código das Sociedades Comerciais, autorizada a levantar a totalidade do capital social depositado com a finalidade expressa de:

a) Suportar as despesas com a constituição da sociedade, designadamente o pagamento de emolumentos notariais e despesas com o registo;

b) Serem iniciados de imediato os negócios sociais.

3 — A gerência fica desde já autorizada a proceder à compra, promessa de compra, promessa de venda, venda ou oneração de móveis, equipamentos e imóveis de e para a sociedade.

Está conforme o original.

26 de Fevereiro de 2002. — O Segundo-Ajudante, *Carlos Alberto de Almeida Homem*.
1000048867

UNIDOIS — CONSTRUÇÕES E EQUIPAMENTOS, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 3.ª Secção. Matrícula n.º 2304/900928; identificação de pessoa colectiva n.º 502421061; averbamento n.º 5 à inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 43/011205.

Certifico que, com relação à sociedade em epígrafe, foi registado o seguinte:

Deslocação de sede: Rua de Carlos Conde, 10-A, freguesia de Campolide, Lisboa.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

1 de Março de 2002. — O Segundo-Ajudante, *Carlos Alberto de Almeida Homem*.
1000048865

RIVAL — SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 3.ª Secção. Matrícula n.º 2004/900523; identificação de pessoa colectiva n.º 502353473; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 11 e inscrição n.º 12; números e data das apresentações: 136 e 137/011214.

Certifico que, com relação à sociedade em epígrafe, foi registado a cessação das funções do administrador Nuno Manuel Moreno de Eça Braamcamp, por renúncia, em 28 de Junho de 1999, e a designação de administrador, em 30 de Março de 2001, de Joaquim Santos Ferreira, casado, residente na Rua de Santo António do Zaire, 55, Parede, Cascais.

Período: até ao final do mandato em curso eo triénio de 1999-2001.

1 de Março de 2002. — O Segundo-Ajudante, *Carlos Alberto de Almeida Homem*.
1000048863

SONAGI — SOCIEDADE NACIONAL DE GESTÃO E INVESTIMENTO, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 3.ª Secção. Matrícula n.º 834/18940427; identificação de pessoa colectiva n.º 500067724; averbamento n.º 3 à inscrição n.º 26 e inscrição n.º 31; números e data das apresentações: 24 e 25/011214.

Certifico que, com relação à sociedade em epígrafe, foi registado a cessação das funções do administrador João António de Moraes Leitão, por renúncia, em 26 de Novembro de 2001, e a designação de administrador, em 5 de Dezembro de 2001, por cooptação de José Correia Caiado de Sousa, casado, residente na Rua do Mestre Afonso Domingues, 47, Porto.

Está conforme o original.

1 de Março de 2002. — O Segundo-Ajudante, *Carlos Alberto de Almeida Homem*. 1000048861

RAQUEL COUTINHO, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 3.ª Secção. Matrícula n.º 67 860/880224; identificação de pessoa colectiva n.º 501939687; inscrição n.º 4; número e data da apresentação: 86/011213.

Certifico que, com relação à sociedade em epígrafe, foi aumentado o capital social de 400 000\$ para 5000 euros, e redenominação do capital para euros, ficando assim alterado parcialmente o contrato, quanto aos artigos 3.º e 4.º, os quais passaram a ter a redacção seguinte:

ARTIGO 3.º

O capital social é de 5000 euros, acha-se inteiramente subscrito e realizado em dinheiro e corresponde à soma das quotas, que são as seguintes: uma do valor nominal de 4750 euros de Maria Raquel Ferreira Coutinho de Carvalho, e uma do valor nominal de 250 euros de Manuel Óscar Batista Coutinho de Carvalho, Maria Teresa Ferreira Coutinho de Carvalho Simal da Silva e Maria Raquel Ferreira Coutinho de Carvalho.

ARTIGO 4.º

A sociedade poderá exigir aos sócios prestações suplementares de capital até ao montante de 4987,98 euros.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

28 de Fevereiro de 2002. — O Segundo-Ajudante, *Carlos Alberto de Almeida Homem*. 1000048860

SETEVELHA — FISCALIZAÇÃO, PROJECTOS DE ESTRUTURAS E GESTÃO IMOBILIÁRIA, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 3.ª Secção. Matrícula n.º 7030/961009; identificação de pessoa colectiva n.º 503726290; inscrição n.º 4; número e data da apresentação: 62/011107.

Certifico que, com relação à sociedade em epígrafe, foi aumentado o capital social de 450 000\$ para 5000,01 euros, e redenominação do capital para euros, ficando assim alterado parcialmente o contrato, quanto ao artigo 3.º, o qual passou a ter a redacção seguinte:

3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5000,01 euros e corresponde à soma de três quotas: uma quota no valor nominal de 1666,67 euros, pertencente ao sócio Vítor Manuel Vozzone Damião, Rute Margarida Rodrigues Velhuco Vozzone Damião e Nuno Henriques Rodrigues Velhuco Vozzone Damião, em comum e sem determinação de parte ou direito; uma quota no valor nominal de 1666,67 euros, pertencente ao sócio Rui Manuel Batista Cardoso, e uma quota no valor nominal de 1666, 67 euros, pertencente ao sócio António José Batista Cardoso.

Certifico ainda que, em 7 de Novembro de 2001, ficaram depositados na pasta respectiva, os documentos respeitantes à prestação de contas do ano de 2000.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

22 de Fevereiro de 2002. — O Segundo-Ajudante, *Carlos Alberto de Almeida Homem*. 1000048859

T E S CONSULTING — CONSULTORES DE MÉDIA, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 3.ª Secção. Matrícula n.º 12 296/020220; identificação de pessoa colectiva n.º 505953102; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 17/020220.

Certifico que foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação de T e S Consulting — Consultores de Média, L.ª

ARTIGO 2.º

1 — A sociedade tem a sua sede na Rua de António Pedro, 111, 3.º, concelho de Lisboa, freguesia de São Jorge de Arroios.

2 — A sociedade pode, mediante deliberação da gerência, deslocar ou transferir a sua sede social para o mesmo concelho ou para concelho limítrofe, quando o considerar conveniente, e quando o julgar necessário para os interesses sociais, pode estabelecer sucursais, agências, delegações ou outras formas de representação social, em qualquer ponto do território nacional ou no estrangeiro.

3 — A gerência pode determinar, quando o julgue conveniente, que os corpos sociais funcionem e reúnam em qualquer das delegações da sociedade.

ARTIGO 3.º

1 — A sociedade tem por objecto a consultoria, orientação ou assistência operacional para o desenvolvimento e gestão de projectos de média na área da comunicação social, incluindo a actividade de distribuição. O desenvolvimento, manutenção e exploração comercial de equipamentos e programas informáticos de gestão de conteúdos multimédia, imagem, sons, texto e dados.

2 — Nos termos do artigo 11.º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, a sociedade pode adquirir participações em sociedades cujo objecto não seja igual ao estipulado no parágrafo anterior desta cláusula, mediante aprovação da gerência.

ARTIGO 4.º

A duração da sociedade será por tempo indeterminado.

ARTIGO 5.º

O capital da sociedade, integralmente subscrito e realizado em dinheiro, é de 5000 euros e corresponde à soma das seguintes quotas:

a) Uma no valor de 2500 euros de que é titular o sócio Isaías Augusto de Almeida Janela Gomes Teixeira;

b) Uma no valor de 2500 euros de que é titular o sócio Tiago Albuquerque de Moraes Sarmiento.

ARTIGO 6.º

1 — A cessão, total ou parcial, de quotas entre sócios é livre.

2 — Fora do caso previsto no número anterior, a cessão depende sempre do consentimento da sociedade

3 — Na cessão a terceiros, é dada preferência à sociedade e depois aos sócios, na proporção das suas quotas.

4 — O sócio que pretenda ceder a sua quota deve comunicar simultaneamente o facto à sociedade e aos outros sócios, por carta registada com aviso de recepção, indicando o nome do comprador, preço e demais condições de transacção.

5 — A sociedade deve deliberar sobre o exercício da preferência no prazo de 10 dias a contar da data da recepção da comunicação referida no número anterior, para o exercício do direito pela sociedade.

6 — Compete ao sócio vendedor designar, aos preferentes, dia, hora e local para outorga da escritura, no prazo de 60 dias subsequentes ao limite referido no número anterior.

7 — Se a sociedade ou os sócios não exercerem o direito de preferência, a projectada transacção fica autorizada, caducando essa autorização se a outorga da escritura não for efectuada no prazo referido no número anterior.

ARTIGO 7.º

Por morte de um sócio individual, a quota respectiva transmite-se para os respectivos herdeiros, mas se estes não forem o cônjuge, seus descendentes ou ascendentes, a sociedade pode amortizar a quota por simples deliberação dos sócios.

ARTIGO 8.º

- 1 — A sociedade pode amortizar as quotas, nos seguintes casos:
- a) Se a quota for objecto de penhor, retenção ou apreensão judicial ou, por qualquer outro motivo, se verificar o risco da sua venda por mandato judicial;
 - b) Quando o sócio der a sua quota em caução ou em garantia de qualquer obrigação;
 - c) Se o sócio se apresentar à falência ou insolvência, ou for declarada a falência ou insolvência;
 - d) Por acordo com os respectivos titulares;
 - e) Quando ao sócio seja imputada violação grave das obrigações para com a sociedade.
- 2 — As quotas são amortizadas pelo seu valor contabilístico, quanto aos casos mencionados nas alíneas a), b) e c), aferido pelo último balanço aprovado, uma vez auditado por entidade designada pela sociedade.
- 3 — No caso previsto na alínea e), a amortização é feita pelo valor nominal.
- 4 — A faculdade de amortização só pode ser exercida nos 90 dias subsequentes ao conhecimento do facto que a determinar.
- 5 — Quando a sociedade tiver o direito de amortizar a quota pode, em vez disso, adquiri-la ou fazê-la adquirir por sócio ou terceiro.

ARTIGO 9.º

- 1 — A administração da sociedade e a sua representação em juízo e fora dele, cabe aos gerentes eleitos em assembleia geral por períodos de dois anos.
- 2 — A gerência, dispensada de caução, pode ser remunerada ou não, conforme deliberado em assembleia geral.

ARTIGO 10.º

Os gerentes podem praticar todos os actos que forem necessários ou convenientes para a realização do objecto social, sempre com respeito pelas deliberações dos sócios.

ARTIGO 11.º

- 1 — A sociedade fica obrigada pela assinatura de dois gerentes ou pela assinatura conjunta de um gerente e de um procurador ou, ainda, só de um procurador, nos termos e limites dos respectivos mandatos.
- 2 — Para os actos de mero expediente, basta a assinatura de um só gerente, considerando-se como tais aqueles que não constituam obrigações para a sociedade, ou não envolvam perda de direitos.

ARTIGO 12.º

É expressamente vedado aos sócios dar de penhor ou, por qualquer forma, onerar as suas quotas, sem autorização da sociedade.

ARTIGO 13.º

A assembleia geral, salvaguardada a lei, pode deliberar a não distribuição de lucros ou benefícios na totalidade ou em parte e constituir as reservas que tiver por convenientes.

ARTIGO 14.º

A assembleia geral que delibere a dissolução da sociedade, designará os liquidatários e fixará os respectivos poderes.

Está conforme o original.

26 de Fevereiro de 2002. — O Segundo-Ajudante, *Carlos Alberto de Almeida Homem*. 1000048856

SOAVEITEX — LANÍFÍCIOS, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 3.ª Secção. Matrícula n.º 35 348/641104; identificação de pessoa colectiva n.º 500252319; inscrição n.º 9; número e data da apresentação: 88/011212.

Certifico que, com relação à sociedade em epígrafe, foi registado o encerramento da liquidação, tendo sido as contas aprovadas em 23 de Novembro de 2000.

Está conforme o original.

27 de Fevereiro de 2002. — O Segundo-Ajudante, *Carlos Alberto de Almeida Homem*. 1000048855

VEEDOL LUBRIFICANTES, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 3.ª Secção. Matrícula n.º 2772/910903; identificação de pessoa colectiva n.º 502616768.

Certifico que, com relação à sociedade em epígrafe, foi registado os seguintes actos:

5 — Averbamento n.º 1, apresentação n.º 9/011116.

Cessaçã das funções de gerência de Miguel Maria Félix da Costa, Jorge Maria Félix da Costa e António Maria Viana Carneiro Pacheco, por renúncia, em 13 de Setembro de 2001.

9 — Apresentação n.º 10/011116.

Designação de gerente, em 14 de Setembro de 2001, de António Manuel Patrício Comprido, casado, residente na Rua de Maria Helena Vieira da Silva, 21, 6.º, direito, Lisboa; Paulo Jorge Liberato de Oliveira, casado, residente na Urbanização Santo André, torre 23, 7.º, C, Santo António dos Cavaleiros, Loures, e Fernando de Andres Calle, divorciado, residente na Calle Ulisses, 4, Madrid, Espanha.

Período: até 31 de Dezembro de 2004.

1 — Averbamento n.º 1, apresentação n.º 11/011116.

Deslocação de sede: Rua de Castilho, 165, freguesia de São Sebastião da Pedreira, Lisboa.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

4 de Março de 2002. — O Segundo-Ajudante, *Carlos Alberto de Almeida Homem*. 1000048853

SOCIEDADE HOTELEIRA NUNES, TRONÇÃO & FILHOS, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 3.ª Secção. Matrícula n.º 331/890303; identificação de pessoa colectiva n.º 502118164; inscrição n.º 4; número e data da apresentação: 1/011217.

Certifico que, com relação à sociedade em epígrafe, foi aumentado o capital social de 1 000 000\$ para 5000 euros, e redenominação do capital para euros, ficando assim alterado parcialmente o contrato, quanto ao artigo 3.º, o qual passou a ter a redacção seguinte:

3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5000 euros e está dividido em cinco quotas: duas de 1500 euros, pertencentes uma a cada um dos sócios José Mendes Nunes e Ana Luísa Tronção Nunes; uma de 1000 euros, pertencentes à sócia Susana Margarida Tronção Nunes Soares, e uma de 600 euros e outra de 400 euros, pertencentes ao sócio José António Tronção Nunes, esta última bem próprio.

Pelo averbamento n.º 1 à inscrição n.º 1, apresentação n.º 2/011217.

Cessaçã das funções da gerência de José Mendes Nunes, por renúncia, em 15 de Novembro de 2001

Pela inscrição n.º 5, apresentação n.º 3/011217.

Designação de gerente, em 15 de Novembro de 2001, de Susana Margarida Tronção Nunes Soares.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

4 de Março de 2002. — O Segundo-Ajudante, *Carlos Alberto de Almeida Homem*. 1000048851

SOCIEDADE IMOBILIÁRIA SÃO JOÃO DO ARADE, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 3.ª Secção. Matrícula n.º 8162/980210; identificação de pessoa colectiva n.º 504066811; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 3; número e data da apresentação: 100/011213.

Certifico que, com relação à sociedade em epígrafe, foi registado a recondução dos órgãos sociais, em 30 de Março de 2001.

Período: ano de 2001.

Administrador único: João Pedro Rosas de Carvalho Guimarães.

Fiscal único — A. P. Malheiro Veloso & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas; suplente — Amável Calhau, Ribeiro da Cunha & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, com sede na Rua da Artilharia Um, 104, 4.º, esquerdo, Lisboa.

Certifico ainda que, em 13 de Dezembro de 2001, ficaram depositados na pasta respectiva, os documentos respeitantes à prestação de contas do ano de 2000.

Está conforme o original.

26 de Fevereiro de 2002. — O Segundo-Ajudante, *Carlos Alberto de Almeida Homem*. 1000048850

SOCIOLOGEST — CONSULTORIA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E ESTUDOS SOCIOECONÓMICOS, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 3.ª Secção. Matrícula n.º 10 926/001122; identificação de pessoa colectiva n.º 503153842; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 117/011211.

Certifico que, com relação à sociedade em epígrafe, foi registado o seguinte:

Deslocação de sede: Avenida do Almirante Reis, 108, 1.º, direito, freguesia de São Jorge de Arroios, Lisboa.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

15 de Fevereiro de 2002. — O Segundo-Ajudante, *Carlos Alberto de Almeida Homem*. 1000048847

VIA NET. WORKS PORTUGAL — TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 3.ª Secção. Matrícula n.º 6983/971023; identificação de pessoa colectiva n.º 503412031; inscrição n.º 17; número e data da apresentação: 63/011213.

Certifico que, com relação à sociedade em epígrafe, foi alterado parcialmente o contrato, quanto aos artigos 9.º, n.º 3, alínea f), 11.º, n.º 1, 14.º, 17.º, n.º 1, 18.º, n.º 1, 19.º, n.ºs 1 e 3 e eliminado o 10.º, os quais passaram a ter a redacção seguinte:

ARTIGO 9.º

3 —
f) Se nenhum accionista decidir exercer o seu direito de preferência, a sociedade poderá propor ao accionista que pretende transmitir as suas acções a amortização das acções em condições idênticas às da proposta. O accionista dispõe de 15 dias para aceitar ou recusar a proposta; se nada for dito, a proposta de amortização considera-se recusada.

ARTIGO 11.º

1 — A mesa da assembleia geral é constituída por um presidente e um secretário, eleitos em assembleia geral, de entre os accionistas ou não, por um período de um ano, sendo sempre permitida a sua reeleição.

ARTIGO 14.º

1 — A administração da sociedade cabe ao conselho de administração, eleito pelos accionistas, para um mandato de um ano, podendo ser eleitos para mandatos sucessivos de igual duração.

2 —

3 — O conselho de administração pode designar, durante o seu mandato, um dos seus membros, incluindo o presidente, como administrador-delegado, podendo substituí-lo, sempre que necessário.

ARTIGO 17.º

1 — A sociedade fica obrigada pelas assinaturas de dois membros do conselho de administração, pela assinatura de um administrador

mediante deliberação do conselho de administração, ou pela assinatura do administrador-delegado, nos termos da delegação de poderes efectuada pelo conselho de administração.

ARTIGO 18.º

1 — A fiscalização da sociedade incumbe a um fiscal único e ao respectivo suplente, eleitos em assembleia geral por um período de um ano, sendo a reeleição sempre permitida.

ARTIGO 19.º

1 — O secretário da sociedade é designado pela assembleia geral, por um período de um ano, sendo permitida a sua reeleição por uma ou mais vezes.

Ainda dentro do mesmo ponto da ordem de trabalhos, foi igualmente aprovado pelo representante da accionista única corrigir os lapsos de escrita existentes no texto dos artigos 9.º, n.º 3, alínea f), 14.º, n.º 2 e 19.º, n.º 3, também de acordo com a nova numeração, os quais passam a ter a redacção seguinte:

ARTIGO 14.º

2 — O conselho de administração terá três, cinco ou sete membros.

ARTIGO 19.º

3 — A remuneração do secretário será objecto de deliberação da assembleia geral.

Nada mais havendo a tratar, deram-se por encerrados os trabalhos pelas 13 horas e 30 minutos e foi lavrada pela secretária da sociedade a presente acta, a qual vai ser assinada pelo presidente da mesa da assembleia geral e por ela própria.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

22 de Fevereiro de 2002. — O Segundo-Ajudante, *Carlos Alberto de Almeida Homem*. 1000048846

RETROSARIA M. K. D., L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 3.ª Secção. Matrícula n.º 4833/940106; identificação de pessoa colectiva n.º 503111945; inscrição n.º 2; número e data da apresentação: 22/011211.

Certifico que, com relação à sociedade em epígrafe, foi aumentado o capital social de 400 000\$ para 5000 euros, e redenominação do capital para euros, ficando assim alterado parcialmente o contrato, quanto ao artigo 3.º, o qual passou a ter a redacção seguinte:

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em numerário, é de 5000 euros e corresponde à soma de duas quotas: uma no valor nominal de 3750 euros, pertencente ao sócio Mukesk Kumar Dulabdas, e uma outra no valor de 1250 euros, pertencente à sócia Kanta MohanlalJina.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

22 de Fevereiro de 2002. — O Segundo-Ajudante, *Carlos Alberto de Almeida Homem*. 1000048843

ZELVIFARMA — PRODUTOS FARMACÊUTICOS, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 3.ª Secção. Matrícula n.º 5151/940622; identificação de pessoa colectiva n.º 503215937; inscrição n.º 3; número e data da apresentação: 102/011212.

Certifico que, com relação à sociedade em epígrafe, foi aumentado o capital social de 400 000\$ para 5000 euros, e redenominação

do capital para euros, ficando assim alterado parcialmente o contrato, quanto ao artigo 4.º, o qual passou a ter a redacção seguinte:

ARTIGO 4.º

O capital social é de 5000 euros, está inteiramente realizado em dinheiro e dividido em duas quotas, pertencendo uma quota com o valor nominal de 2500 euros ao sócio Vítor Manuel Júlio dos Santos, e outra quota de 2500 euros, pertencente à sócia Armandina de Jesus Luísa.

Certifico ainda que, em 12 de Dezembro de 2001, ficaram depositados na pasta respectiva, os documentos respeitantes à prestação de contas do ano de 2000.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

22 de Fevereiro de 2002. — O Segundo-Ajudante, *Carlos Alberto de Almeida Homem*. 1000048841

TUANDI — ESTRUTURAS METÁLICAS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 3.ª Secção. Matrícula n.º 12 284/020213; identificação de pessoa colectiva n.º 505696380; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 36/020213.

Certifico que foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta o tipo de sociedade comercial por quotas com a denominação de TUANDI — Estruturas Metálicas, L.^{da}, e tem a sua sede na Rua de Álvaro Santa Rita Vaz, 6, loja 6-B, freguesia de São João, concelho de Lisboa.

§ 1.º Por simples deliberação da gerência pode a sede social ser deslocada dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe.

§ 2.º A sociedade, por decisão da gerência, poderá criar e extinguir filiais, sucursais, agências, delegações ou outras formas de representação, no território nacional ou no estrangeiro.

ARTIGO 2.º

A sociedade tem por objecto a montagem e desmontagem de andaimes, representação de materiais e equipamentos para a construção civil e trabalhos que concorram para a construção civil e obras públicas.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5000 euros e corresponde à soma de duas quotas: uma do valor nominal de 2500 euros, pertencente ao sócio Américo Casimiro Neves Silva, e outra quota do valor nominal de 2500 euros, pertencente ao sócio Roberto Carlos Coelho da Silva Santos.

§ único. A sociedade poderá participar no capital de outras sociedades, mesmo que com objecto social diferente do seu e em agrupamentos complementares de empresas.

ARTIGO 4.º

1 — A gerência da sociedade, com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral, fica cargo dos sócios já identificados, que ficam desde já nomeados gerentes.

2 — A sociedade obriga-se pela assinatura de um gerente.

ARTIGO 5.º

A cessão de quotas entre sócios é livremente permitida; porém, a estranhos depende sempre do consentimento da sociedade, sendo, neste caso, reservado aos sócios não cedentes, o direito de preferência.

ARTIGO 6.º

1 — A sociedade poderá amortizar qualquer quota, nos seguintes casos:

- a) Pelo falecimento do respectivo titular;
- b) Por acordo com o respectivo titular;
- c) Quando a quota tenha sido objecto de arresto, penhora ou qualquer outra providência cautelar;
- d) Por exoneração ou exclusão de um sócio;

e) Por falência ou insolvência de um sócio;

f) Quando o sócio praticar actos que violem o pacto social ou as obrigações, sociais;

g) Por interdição ou inabilitação de qualquer sócio;

h) Quando a quota tiver sido cedida a terceiro sem o prévio consentimento da sociedade, tomado por maioria, em assembleia geral.

2 — Os sócios podem deliberar que a quota amortizada figure no balanço e que, posteriormente, sejam criadas uma ou várias quotas, destinadas a serem alienadas a um ou a alguns dos sócios ou terceiros.

3 — Salvo acordo em contrário ou disposição legal imperativa, a contrapartida da amortização será o valor que resultar do último balanço aprovado.

4 — Se por falecimento de um sócio a respectiva quota não for amortizada no prazo de 90 dias, a contar da data do falecimento, os herdeiros deverão designar de entre eles um representante comum.

ARTIGO 7.º

Aos lucros líquidos anualmente apurados, depois de deduzida a percentagem para a reserva legal, será dado o destino que vier a ser deliberado em assembleia geral.

ARTIGO 8.º

Quando a lei não exigir outras formalidades e prazos, as assembleias gerais serão convocadas por cartas registadas e dirigidas aos sócios, com a antecedência mínima de 15 dias, para as moradas dos sócios que constar nos livros da sociedade.

Está conforme o original.

26 de Fevereiro de 2002. — O Segundo-Ajudante, *Carlos Alberto de Almeida Homem*. 1000048840

URBIGARDEN — SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 3.ª Secção. Matrícula n.º 12 265/020205; identificação de pessoa colectiva n.º 505713187; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 33/020205.

Certifico que foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma URBIGARDEN — Sociedade Imobiliária, S. A. e tem a sua sede em Lisboa, na Avenida de António Augusto de Aguiar, 134, 7.º, freguesia de São Sebastião da Pedreira, concelho de Lisboa.

2 — A sede da sociedade poderá ser deslocada dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, por simples deliberação do conselho de administração, a quem competirá, também, deliberar sobre a criação, em território nacional ou no estrangeiro, de escritórios, delegações ou quaisquer outras formas de representação social, onde e pelo tempo que entenda conveniente.

ARTIGO 2.º

A sociedade tem por objecto a promoção imobiliária, construção de imóveis e celebração de negócios de compra, compra para revenda e venda de imóveis, gestão de imóveis próprios e prestação de serviços de administração imobiliária.

ARTIGO 3.º

1 — O capital social, representado por acções com o valor nominal de 1 euro, é de 50 000 euros e encontra-se totalmente subscrito e realizado.

2 — A sociedade poderá, nos termos e com sujeição aos limites legalmente fixados, emitir acções de qualquer tipo, nomeadamente acções preferenciais, sem voto ou remíveis.

3 — Poderá, ainda, ser deliberada a realização de prestações suplementares e ou prestações acessórias pecuniárias onerosas, por uma ou mais vezes, até ao limite máximo de 1 000 000 de euros.

ARTIGO 4.º

1 — O capital social está dividido em 50 000 acções ao portador ou nominativas, as quais são reciprocamente convertíveis, nos termos da lei.

2 — Salvo eventual futura desmaterialização, as acções representativas do capital social da sociedade são incorporadas em títulos de 1, 10, 100, 1000 ou mais acções, os quais poderão ser desdobrados ou concentrados a pedido dos accionistas.

3 — As despesas com a conversão das acções, bem como as de desdobramento e de concentração de títulos correm por conta dos accionistas interessados.

4 — Os títulos representativos das acções são assinados por dois administradores, sendo admitida a reprodução das assinaturas por meios mecânicos.

ARTIGO 5.º

1 — Nos termos e com sujeição aos limites fixados, é permitido à sociedade adquirir acções próprias e realizar sobre elas as operações que o conselho de administração entenda serem adequadas à prossecução do interesse social.

2 — A sociedade pode, ainda, por simples deliberação do conselho de administração, subscrever e adquirir participações em qualquer outra sociedade, ainda que subordinada a um direito estrangeiro ou com um objecto diferente do seu, bem como em sociedades reguladas por leis especiais e participar em quaisquer formas de cooperação entre empresas, nomeadamente em consórcios, associações em participação e agrupamentos complementares de empresas.

ARTIGO 6.º

1 — A sociedade poderá, nos termos da lei, emitir quaisquer valores representativos da dívida, nomeadamente qualquer tipo ou modalidade de obrigações e papel comercial.

2 — Salvo nos casos em que a lei imperativamente o proíba, as emissões de valores representativos da dívida, designadamente obrigações, poderão ser deliberadas pelo conselho de administração.

3 — A sociedade poderá adquirir os valores representativos da dívida que tenha emitido, nos termos e condições permitidos por lei.

4 — Os valores representativos da dívida poderão ser titulados ou assumir forma meramente escritural.

5 — O conselho de administração poderá, nos casos em que a lei o permita, decidir converter valores representativos da dívida escriturais em titulados, bem como, a todo o tempo, deliberar a desmaterialização dos valores da dívida titulados.

6 — Os títulos representativos de valores de dívida são assinados por dois administradores, podendo as assinaturas ser reproduzidas por meios mecânicos.

ARTIGO 7.º

1 — O conselho de administração poderá, quando julgar conveniente e obtido o parecer favorável do fiscal único, deliberar aumentar o capital, por entradas em dinheiro, por uma ou mais vezes, até ao montante igual ao dobro do capital social realizado à data da deliberação.

2 — O conselho fixará as condições das novas emissões, bem como os prazos e as formas em que poderá ser exercido o direito de preferência dos accionistas.

3 — Os poderes conferidos neste artigo são válidos pelo prazo máximo legalmente permitido, podendo ser renovados, por uma ou mais vezes, por deliberação da assembleia geral.

ARTIGO 8.º

1 — São órgãos sociais:

- a) A assembleia geral;
- b) O conselho de administração;
- c) O fiscal único.

2 — O conselho de administração poderá designar um secretário da sociedade e o respectivo suplente, cujas competências serão as determinadas no Código das Sociedades Comerciais.

ARTIGO 9.º

1 — Os membros da mesa da assembleia geral e os titulares dos restantes órgãos sociais são designados por períodos de três anos.

2 — Nos casos em que a lei não o proíba, é permitida a recondução por uma ou mais vezes.

ARTIGO 10.º

1 — A remuneração dos membros dos órgãos sociais, incluindo a do fiscal único, sem prejuízo do que a lei dispõe quanto a este, serão fixadas por deliberação da assembleia geral ou de comissão por esta designada para o efeito.

2 — As funções de administração poderão ser ou não remuneradas. Se o forem, as remunerações dos membros do conselho de administração, ou as de alguns deles, podem ser constituídas por uma

parte fixa e por uma parte variável, traduzida esta numa participação que não exceda 5 % dos lucros do exercício.

3 — Os administradores poderão ser dispensados de prestar caução.

ARTIGO 11.º

1 — A sociedade pode constituir mandatários, os quais terão os poderes que o conselho de administração deliberar atribuir-lhes.

2 — Nos poderes do mandatário compreendem-se sempre os de executar as deliberações do conselho de administração, podendo praticar todos os actos necessários a tal execução.

ARTIGO 12.º

1 — A sociedade obriga-se, mediante:

- a) Pela assinatura do presidente do conselho de administração;
- b) Pela assinatura de dois administradores;
- c) Pela assinatura de um único administrador, em actos e contratos relativamente aos quais tenha sido expressamente deliberado em acta do conselho de administração;
- d) Pela assinatura de um ou mais mandatários nas condições e limites estabelecidos no mandato.

2 — Adicionalmente, nos actos que não envolvam contracção de obrigações pela sociedade, pode esta ser representada por qualquer dos seus administradores, assinando, isoladamente.

ARTIGO 13.º

1 — Têm direito a participar nas reuniões da assembleia geral, os accionistas com direito a voto.

2 — Os accionistas que não possuam o número de acções necessário para terem direito a voto poderão agrupar-se de modo a obterem aquele número, devendo, nesse caso, designar por acordo um só de entre eles para os representar na assembleia geral.

3 — A participação dos accionistas que sejam pessoas colectivas depende da designação, por escrito e com a antecedência mínima de três dias úteis, de uma pessoa singular que os represente.

4 — Os accionistas que sejam pessoas singulares apenas podem fazer-se representar por um membro da administração, pelo seu cônjuge, pelos parentes na linha recta ou por outros accionistas, aplicando-se os requisitos de forma e prazo de designação previstos no número anterior.

5 — Sem prejuízo do disposto no n.º 1 deste artigo, poderão ainda assistir às reuniões da assembleia geral o representante comum dos obrigacionistas e as pessoas cuja presença seja autorizada pelo presidente da mesa, sob proposta do conselho de administração, técnicos da sociedade, para esclarecimento de questões específicas sujeitas a apreciação da assembleia.

ARTIGO 14.º

1 — Tem direito de voto o accionista comprovadamente titular de, pelo menos, 1000 euros de capital social, cabendo um voto a cada 1000 acções.

2 — A prova da qualidade de accionista, far-se-á:

a) Tratando-se de acções escriturais, mediante carta subscrita e emitida por intermediário financeiro autorizado e recebida na sociedade ao menos três dias úteis antes da data designada para as reuniões da assembleia geral, certificando a inscrição ou registo das acções em nome do accionista, em conta de valores mobiliários escriturais aberta junto desse intermediário financeiro, pelo menos, desde o 10.º dia útil anterior à data designada para a reunião da assembleia geral;

b) Tratando-se de acções tituladas, através do seu depósito nos cofres da sociedade ou mediante carta subscrita e emitida por instituição de crédito e recebida na sociedade ao menos três dias úteis antes da data designada para a reunião da assembleia geral, certificando que as acções estão depositadas no seu cofre em nome do accionista.

3 — As acções deverão manter-se registadas ou depositadas, em nome do accionista, até ao encerramento da reunião da assembleia geral.

ARTIGO 15.º

1 — A mesa da assembleia geral será composta por um presidente e um secretário, eleitos pela assembleia geral de entre os accionistas ou outras pessoas.

2 — Cabe à mesa da assembleia geral dirigir as respectivas reuniões e elaborar as respectivas actas.

3 — Ao presidente incumbe convocar, com observância das formalidades legais, as reuniões da assembleia geral.

4 — Na ausência ou impedimento do presidente, as suas funções serão exercidas pelo secretário.

ARTIGO 16.º

1 — Para além das reuniões decorrentes da lei, a assembleia geral reúne sempre que tal seja solicitado ao presidente da mesa por algum dos órgãos sociais ou por accionistas, nos termos legalmente estabelecidos.

2 — As convocatórias para a reunião da assembleia geral devem ser feitas, com a antecedência mínima e a publicidade impostas por lei e na convocatória pode, desde logo, ser marcada segunda data de reunião, com intervalo superior a 15 dias, no caso de a assembleia não poder funcionar na primeira data marcada por falta de quorum, aplicando-se à assembleia que reúna na segunda data as regras relativas à assembleia de segunda convocatória.

3 — Não podendo a assembleia geral, por falta de quórum, funcionar em primeira convocação, e não havendo sido designada na convocatória uma segunda data de reunião, será convocada, nos termos legais, nova reunião, que poderá funcionar e validamente deliberar seja qual for o número de accionistas presentes ou representados e o quantitativo do capital a que as respectivas participações correspondam.

ARTIGO 17.º

A administração da sociedade é exercida por um conselho de administração composto por um número ímpar de membros, no mínimo de três e máximo de cinco, accionistas ou não, eleitos pela assembleia geral.

ARTIGO 18.º

1 — O conselho de administração reunirá, obrigatoriamente, uma vez em cada dois meses e sempre que for convocado pelo seu presidente ou dois administradores.

2 — As reuniões terão lugar na sede, se outro lugar não for escolhido por conveniência do conselho.

3 — O conselho só pode validamente deliberar, desde que esteja presente a maioria dos seus membros.

4 — As deliberações do conselho de administração são tomadas por maioria simples dos membros presentes.

5 — Em caso de empate nas votações, o presidente ou quem o substituir, terá voto de qualidade.

6 — Os administradores podem fazer-se representar nas reuniões por outro administrador, mediante carta dirigida ao presidente.

ARTIGO 19.º

1 — Para além das atribuições gerais derivadas da lei e destes estatutos, compete ao conselho de administração:

a) Orientar e gerir a sociedade, praticando todos os actos e operações inseríveis no seu objecto social;

b) Adquirir, onerar, locar, arrendar e alienar quaisquer bens sociais e direitos, móveis e imóveis, incluindo veículos automóveis, sempre que entenda conveniente para a sociedade;

c) Contratar os empregados da sociedade, fixar os seus vencimentos, regalias sociais ou outras prestações pecuniárias e exercer o correspondente poder directivo e disciplinar;

d) Constituir mandatários ou procuradores, com ou sem a faculdade de subestabelecimento;

e) Executar e fazer cumprir os preceitos legais e estatutários e as deliberações da assembleia geral;

f) Delegar nos seus membros, nos termos do artigo seguinte;

g) Negociar e contrair financiamentos;

h) Representar a sociedade em juízo ou fora dele, activa ou passivamente, podendo apresentar participações criminais e desistir delas, contrair obrigações, propor e seguir pleitos, desistir ou transigir em processo, comprometer-se em sede de arbitragem, assinar termos de responsabilidade e, em geral, resolver acerca de todos os assuntos que não caibam na competência de outros órgãos.

2 — O conselho estabelecerá as regras do seu funcionamento, incluindo a forma de suprir os impedimentos do seu presidente.

ARTIGO 20.º

O conselho de administração pode delegar num ou mais dos seus membros ou numa comissão executiva, formada por um número ímpar de membros, a gestão corrente da sociedade.

ARTIGO 21.º

1 — A fiscalização de todos os negócios da sociedade será exercida por um fiscal único que será um revisor oficial de contas ou uma sociedade de revisores oficiais de contas, designado pela assembleia geral por um período de três anos e reelegível.

2 — A assembleia geral designa ainda um revisor oficial de contas ou uma sociedade de revisores oficiais de contas suplente.

3 — Cabem ao revisor oficial de contas ou uma sociedade de Rersores oficiais de contas os poderes que a lei atribui ao conselho fiscal.

ARTIGO 22.º

O ano social coincide com o ano civil.

ARTIGO 23.º

1 — Os lucros líquidos apurados no balanço anual terão a aplicação que a assembleia geral determinar, deduzidas das verbas que por lei tenham de destinar-se à constituição ou reforço de fundos de reserva.

2 — Sob proposta do conselho de administração, a assembleia geral ponderará em cada ano social a conveniência e a oportunidade de serem constituídas, reforçadas ou diminuídas reservas destinadas à estabilização de dividendos.

3 — A assembleia geral delibera livremente, por maioria simples, em matéria de aplicação dos lucros do exercício, sem sujeição a qualquer distribuição obrigatória.

4 — Podem ser efectuados adiantamentos sobre os lucros no decurso de um exercício, nos termos e com os limites previstos na lei.

ARTIGO 24.º

Para todos os litígios que oponham a sociedade aos accionistas, seus herdeiros ou representantes, emergentes ou não destes estatutos, fica estipulado o foro da comarca da sede, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 25.º

Os preceitos dispositivos da lei podem ser derogados por deliberações sociais.

Designação dos órgãos sociais para o período do triénio de 2002-2004.

Conselho de administração: presidente — Luís Carlos Oliveira Caprichoso, casado, residente na Rua de Fialho de Almeida, 1, 2.º, esquerdo, Lisboa; vogais — Isabel Maria de Carvalho Cardoso, divorciada, residente na Rua do Conde de Monsaraz, 14, 2.º, direito, Lisboa, e Isabel Alexandra Henriques Gonçalves Ferreira, casada, residente na Avenida da Rainha D. Leonor, 21, 4.º, frente, Lisboa.

Fiscal único — J. Monteiro & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, com sede na Rua do Padre Américo, 18-F, escritório 6, Lisboa; suplente — Mendes, Ferreira & Soutinho, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, com sede na Rua do Professor Correia Araújo, 593, Praceta Privada, entrada 3, sala 3, Porto.

Está conforme o original.

26 de Fevereiro de 2002. — O Segundo-Ajudante, *Carlos Alberto de Almeida Homem*.
1000048838

RUAS & RUAS, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 3.ª Secção. Matrícula n.º 42 321/700623; identificação de pessoa colectiva n.º 500236569; inscrição n.º 6; número e data da apresentação: 133/011213.

Certifico que, com relação à sociedade em epígrafe, foi aumentado o capital social de 400 000\$ para 5000 euros, e redenominação do capital para euros, ficando assim alterado parcialmente o contrato, quanto aos artigos 3.º e 4.º, os quais passaram a ter a redacção seguinte:

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro e nos diversos valores do activo, conforme escrituração, é de 5000 euros e achase representado por três quotas: uma do valor nominal de 1000 euros e uma do valor nominal de 1500 euros, ambas tituladas em nome do sócio Júlio Ruas de Figueiredo, e uma do valor nominal de 2500 euros, titulada em nome da sócia Maria Teresa Franco da Encarnação de Figueiredo.

ARTIGO 4.º

Apenas é livre a cessão de quotas entre sócios; as cessões onerosas a não sócios carecem do consentimento da sociedade.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

28 de Fevereiro de 2002. — O Segundo-Ajudante, *Carlos Alberto de Almeida Homem*.
1000048836

TRANSPORTES SOUSA COTRIM, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 3.ª Secção. Matrícula n.º 40 559/681115; identificação de pessoa colectiva n.º 500475830; inscrição n.º 7; número e data da apresentação: 45/011214.

Certifico que, com relação à sociedade em epígrafe, foi aumentado o capital social de 10 000 000\$ para 50 000 euros, e redenominação do capital para euros, ficando assim alterado parcialmente o contrato, quanto aos artigos 3.º e corpo do 5.º e 6.º, os quais passaram a ter a redacção seguinte:

3.º

O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro, é de 50 000 euros e está dividido em duas quotas: uma do valor nominal de 30 000 euros, pertencente ao sócio Manuel de Jesus Costa, e uma do valor nominal de 20 000 euros, pertencente ao sócio Idálio de Matos Viegas.

5.º

A gerência da sociedade, com dispensa de caução e com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral, fica a cargo de ambos os sócios já nomeados gerentes, bastando a assinatura de qualquer um deles para obrigar a sociedade em todos os seus actos e contratos.

6.º

Quando a lei não exigir outras formalidades e prazos, as assembleias gerais serão convocadas por cartas registadas dirigidas aos sócios com, pelo menos, 15 dias de antecedência.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

28 de Fevereiro de 2002. — O Segundo-Ajudante, *Carlos Alberto de Almeida Homem*. 1000048834

RUFINO TAVARES, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 3.ª Secção. Matrícula n.º 32 799/620523; identificação de pessoa colectiva n.º 500581134; inscrição n.º 3; número e data da apresentação: 30/011213.

Certifico que, com relação à sociedade em epígrafe, foi aumentado o capital social de 500 000\$ para 5000 euros, e redenominação do capital para euros, ficando assim alterado parcialmente o contrato, quanto ao artigo 3.º, o qual passou a ter a redacção seguinte:

3.º

O capital social é de 5000 euros, está integralmente realizado e corresponde à soma de duas quotas, sendo: uma de 4500 euros e outra de 500 euros, pertencendo ambas em comum e sem determinação de parte ou de direito a Rufino Tavares da Fonte e Ana Paula Rodrigues Valente Tavares da Fonte Cavaco Durão.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

28 de Fevereiro de 2002. — O Segundo-Ajudante, *Carlos Alberto de Almeida Homem*. 1000048832

ONE TO ONE — SOLUÇÕES INTERACTIVAS DE MARKETING, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 3.ª Secção. Matrícula n.º 12 109/011212; identificação de pessoa colectiva n.º 504147935; inscrição n.º 3; número e data da apresentação: 2/011212.

Certifico que, com relação à sociedade em epígrafe, foi aumentado o capital social de 4 000 000\$ para 70 000 euros, e redenominação do capital para euros, ficando assim alterado par-

cialmente o contrato, quanto ao n.º 1 do artigo 1.º e artigo 3.º, os quais passaram a ter a redacção seguinte:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade continua a adoptar a firma ONE TO ONE — Soluções Interactivas de Marketing, L.^{da}, e tem a sua sede na Rua de David de Sousa, 27, B e C, freguesia de São João de Deus, concelho de Lisboa.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro e nos demais valores constantes do activo social, é de 70 000 euros e corresponde à soma de três quotas: uma de 47 600 euros da sócia Ana de Jesus de Almeida Baltazar de Holbeche Beirão Couto Leitão; outra de 17 500 euros da sócia CPIFO — Companhia Portuguesa de Informática, Finanças e Organização, L.^{da}, e outra de 4900 euros da sócia Teresa Paula Freitas Bacalhau Lopes.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

26 de Fevereiro de 2002. — O Segundo-Ajudante, *Carlos Alberto de Almeida Homem*. 1000048598

LISBOA — 4.ª SECÇÃO**4 DIET — SOCIEDADE DE REPRESENTAÇÕES, L.^{DA}**

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 4.ª Secção. Matrícula n.º 10 627/011009; identificação de pessoa colectiva n.º 505773902; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 48/011009.

Certifico que entre José António de Oliveira Elias de Freitas, Maria de Jesus Alpuim Corrêa Botelho e João Miguel Moreira de Sousa Paiva, que intervêm por si e na qualidade de procurador de Maria Emília Elias de Campos, foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma 4 DIET — Sociedade de Representações, L.^{da}

2 — A sociedade tem a sua sede na Rua de Santa Isabel, 152, cave direita, freguesia de Santa Isabel, concelho de Lisboa.

3 — Por simples deliberação da gerência pode a sede ser deslocada dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, podendo ainda ser criadas sucursais, filiais, agências ou outras formas locais de representação, no território nacional ou no estrangeiro.

ARTIGO 2.º

O objecto da sociedade consiste em importação, exportação e comercialização por grosso e a retalho de bens alimentares. Agência de representação comercial.

ARTIGO 3.º

1 — O capital social é de 5000 euros, encontra-se integralmente realizado em dinheiro e corresponde à soma de quatro quotas iguais do valor nominal de 1250 euros cada uma e uma de cada sócio.

2 — Depende de deliberação dos sócios a celebração de contratos de suprimentos.

ARTIGO 4.º

1 — A gerência da sociedade compete aos gerentes, sócios ou não sócios, a nomear em assembleia geral, com ou sem remuneração, conforme aí for deliberado.

2 — Para vincular a sociedade é necessária a intervenção de dois gerentes.

3 — Ficam desde já nomeados gerentes, os sócios Maria Emília Elias de Campos, Maria de Jesus Alpuim Corrêa Botelho e João Miguel Moreira de Sousa Paiva.

ARTIGO 5.º

A sociedade poderá participar no capital social de outras sociedades, mesmo com objecto diferente do seu e em sociedades reguladas por leis especiais ou em agrupamentos complementares de empresas.

ARTIGO 6.º

A cessão de quotas a não sócios depende do consentimento da sociedade, que terá sempre o direito de preferência, o qual, de seguida, se defere aos sócios não cedentes.

ARTIGO 7.º

1 — A sociedade poderá amortizar qualquer quota, nos seguintes casos:

- a) Por acordo com o respectivo titular;
- b) Quando a quota for objecto de penhora, arresto ou adjudicação em juízo, falência ou cessão gratuita não autorizada;
- c) Quando o sócio praticar actos que violem o contrato social ou as obrigações sociais;
- d) No caso de morte de sócio a quem não sucedam herdeiros legítimos;
- e) Quando, em partilha, a quota for adjudicada a quem não seja sócio;
- f) Por interdição ou inabilitação de qualquer sócio;
- g) Por exoneração ou exclusão de um sócio; e
- h) Quando a quota tiver sido cedida a terceiros sem o prévio consentimento da sociedade, prestado por deliberação, tomada por maioria, em assembleia geral.

2 — Os sócios podem deliberar que a quota amortizada figure no balanço e que, posteriormente, sejam criadas uma ou várias quotas, destinadas a serem alienadas a um ou a alguns dos sócios ou terceiros.

3 — Salvo acordo em contrário ou disposição legal imperativa, a contrapartida da amortização será o valor que resultar do último balanço aprovado.

4 — Se por falecimento de um sócio a respectiva quota não for amortizada no prazo de 90 dias, a contar da data do falecimento, os herdeiros deverão designar de entre eles um representante comum.

ARTIGO 8.º

Aos lucros líquidos anualmente apurados, depois de deduzida a percentagem para reserva legal, será dado o destino que vier a ser deliberado em assembleia geral.

Está conforme o original.

18 de Janeiro de 2002. — A Primeira-Ajudante, *Maria Margarida Faria Moreira da Silva*. 1000049127

MALHAS CORAÇÃO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 4.ª Secção. Matrícula n.º 24 505/570712; identificação de pessoa colectiva n.º 500176159; inscrição n.º 12; número e data da apresentação: 3/011024.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, registado a alteração do contrato, quanto ao artigo 3.º, o qual passa a ter a redacção seguinte:

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro e nos demais valores constantes do activo social, é de 6000 euros e corresponde à soma de duas quotas: uma do valor nominal de 5850 euros, titulada pelo sócio António Augusto Carvalho Amaral, e outra do valor nominal de 150 euros, titulada pela sócia O Maior — Sociedade de Representações, Exportação e Comércio Geral, Unipessoal, L.^{da}

O texto completo e actualizado do contrato, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

5 de Março de 2002. — A Primeira-Ajudante, *Maria Margarida Faria Moreira da Silva*. 1000049123

CYBERGAL — GESTÃO, INFORMÁTICA E SERVIÇOS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 4.ª Secção. Matrícula n.º 10 668/011023; identificação de pessoa colectiva n.º 505353431; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 2/011023.

Certifico que entre:

1.º Octávio Serrano Nogueira, contribuinte fiscal n.º 115951482, divorciado, natural da freguesia de São João de Loure, concelho de

Albergaria-a-Velha, residente na Travessa do Moinho, 25, rés-do-chão, esquerdo, em São João do Estoril, Cascais, titular do bilhete de identidade n.º 8645704, de 27 de Janeiro de 1999, emitido em Lisboa, pelos Serviços de Identificação Civil;

2.º Amílcar Manuel Gonçalves Pires, casado, natural da freguesia de Parada, concelho de Bragança, residente na Rua do Professor Fernando da Fonseca, 18, 8.º, esquerdo, Lisboa, titular do bilhete de identidade n.º 7296974, de 7 de Fevereiro de 2001, emitido em Lisboa, pelos Serviços de Identificação Civil, que intervém na qualidade de único sócio e gerente da sociedade unipessoal por quotas com a firma GREENCITY — Imobiliária, Unipessoal, L.^{da}, número de identificação de pessoa colectiva 504777157, com sede na Rua de Domingos Saraiva, 3, 3.º, esquerdo, freguesia de Algueirão-Mem Martins, concelho de Sintra, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Cascais sob o n.º 14 383 (Sintra), com o capital social de 2 000 000\$, qualidade e suficiência de poderes que verifiquei pela certidão emitida pela dita Conservatória, que arquivo.

Que, pela presente escritura, constituem entre o primeiro e a sociedade representada do segundo outorgante, uma sociedade comercial por quotas, nos termos constantes dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma CYBERGAL — Gestão, Informática e Serviços, L.^{da}

2 — A sociedade tem a sua sede na Rua do Professor Fernando da Fonseca, 18, 8.º, esquerdo, freguesia do Lumiar, concelho de Lisboa.

3 — Por simples deliberação da gerência pode a sede ser deslocada dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, podendo ainda ser criadas sucursais, filiais, agências ou outras formas locais de representação, no território nacional ou no estrangeiro.

ARTIGO 2.º

O objecto da sociedade consiste na importação, exportação, comercialização e assistência técnica de equipamentos de escritório, informática, equipamentos electrónicos e seus acessórios, prestação de serviços de organização, gestão de empresas e formação profissional.

ARTIGO 3.º

O capital social é de 10 000 euros, encontra-se integralmente realizado em dinheiro e corresponde à soma de duas quotas iguais do valor nominal de 5000 euros cada uma e uma de cada sócio.

ARTIGO 4.º

1 — A gerência da sociedade compete aos gerentes, sócios ou não sócios, com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral.

2 — Para vincular a sociedade é necessária a intervenção de dois gerentes.

3 — Fica desde já nomeado gerente o sócio Octávio Serrano Nogueira e o não sócio Amílcar Manuel Gonçalves Pires, já identificado.

ARTIGO 5.º

A sociedade poderá participar no capital social de outras sociedades, mesmo com objecto diferente do seu, em sociedades reguladas por leis especiais ou em agrupamentos complementares de empresas.

ARTIGO 6.º

A cessão de quotas a não sócios depende do consentimento da sociedade que terá sempre o direito de preferência, o qual, de seguida, se defere aos sócios não cedentes.

Está conforme o original.

5 de Março de 2002. — A Primeira-Ajudante, *Maria Margarida Faria Moreira da Silva*. 1000049119

MADEIRA UM — EQUIPAMENTOS DE GOLFE, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 4.ª Secção. Matrícula n.º 7028/980401; identificação de pessoa colectiva n.º 503317462; inscrição n.º 5; número e data da apresentação: 1/011024.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi registado o reforço e redenominação do capital de 400 000\$ para 12 500

euros, tendo os artigos 1.º (corpo), 2.º e 3.º, ficado com a redacção seguinte:

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a firma de Madeira Um — Eventos e Equipamentos de Golfe, L.^{da}, e tem a sua sede na Avenida da Cidade de Lourenço Marques, lote 160, rés-do-chão, A, freguesia de Santa Maria dos Olivais, concelho de Lisboa.

ARTIGO 2.º

O objecto da sociedade consiste na importação, exportação, fabrico e comercialização de artigos e equipamentos de golfe e de outros desportos em geral, bem como a prestação de serviços, o desenvolvimento de iniciativas e a gestão de projectos desportivos, designadamente em tudo o que se relacione com o golfe, organização de eventos a promover sem instalações fixas.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 12 500 euros e corresponde à soma de duas quotas iguais do valor nominal de 6250 euros, pertencente uma a cada um dos sócios.

O texto completo e actualizado do contrato, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

6 de Março de 2002. — A Primeira-Ajudante, *Maria Margarida Faria Moreira da Silva*. 1000049115

QUALIFICAÇÃO — FORMAÇÃO E SERVIÇOS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 4.ª Secção. Matrícula n.º 2220; identificação de pessoa colectiva n.º 502895489; número e data da entrada: 6563/011227.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 2000.

Está conforme o original.

5 de Março de 2002. — A Segunda-Ajudante, *Maria da Graça Bicho Martins*. 1000049022

PASTELARIA A REGIONAL DE CAMPOLIDE, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 4.ª Secção. Matrícula n.º 30 212; identificação de pessoa colectiva n.º 500492760; número e data da entrada: 6350/011226.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 2000.

Está conforme o original.

5 de Março de 2002. — A Segunda-Ajudante, *Maria da Graça Bicho Martins*. 1000049021

CANOVA & CAVALLIN — PRODUTOS ALIMENTARES E BEBIDAS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 4.ª Secção. Matrícula n.º 4106; identificação de pessoa colectiva n.º 503358142; número e data da entrada: 5698/011219.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 2000.

Está conforme o original.

5 de Março de 2002. — A Segunda-Ajudante, *Maria da Graça Bicho Martins*. 1000049020

CASTANHEIRA & LOPES, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 4.ª Secção. Matrícula n.º 43 044; identificação de pessoa colectiva n.º 500456585; número e data da entrada: 6827/011228.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 2000.

Está conforme o original.

4 de Março de 2002. — A Segunda-Ajudante, *Maria da Graça Bicho Martins*. 1000048958

MINIMALAND — MULTIMÉDIA, DESIGN E COMUNICAÇÃO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 4.ª Secção. Matrícula n.º 10 667/011023; identificação de pessoa colectiva n.º 505770768; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 1/011023.

Certifico que entre João Manuel Castro Castanheira, contribuinte fiscal n.º 129390844, natural da freguesia de Nossa Senhora de Fátima, concelho de Lisboa, solteiro, maior, residente na Rua de Vila de Catió, lote 396, 2.º, frente, Lisboa, portador do bilhete de identidade n.º 8059727, emitido em 8 de Outubro de 1998, pelos Serviços de Identificação Civil de Lisboa, e Ana Maria del Carmen Castro y Diaz Castanheira, contribuinte fiscal n.º 129390801, natural de Espanha, casada com João Manuel Domingos Castanheira sob o regime da comunhão geral, residente com o anterior outorgante, portadora do bilhete de identidade n.º 5232961, emitido em 8 de Março de 1995, pelos Serviços de Identificação Civil de Lisboa, foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma MINIMALAND — Multimédia, Design e Comunicação, L.^{da}

2 — A sociedade tem a sua sede em Lisboa, na Rua da Vila de Catió, lote 396, 2.º, frente, freguesia de Santa Maria dos Olivais, concelho de Lisboa.

3 — Por simples deliberação da gerência pode a sede ser deslocada dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, podendo a mesma criar sucursais, filiais, agências ou outras formas locais de representação, no território nacional ou no estrangeiro.

ARTIGO 2.º

O objecto da sociedade consiste na prestação de serviços de multimédia, *design*, comunicação, publicidade e informática. Desenvolvimento e produção de conteúdos digitais, sistemas informáticos e computadores. Comércio de material e equipamento informático, sistemas multimédia e conteúdos digitais.

ARTIGO 3.º

O capital social é de 5000 euros, encontra-se integralmente realizado em dinheiro e corresponde à soma de duas quotas, sendo: uma do valor nominal de 4500 euros, titulada pelo sócio João Manuel Castro Castanheira, e outra do valor nominal de 500 euros, titulada pela sócia Ana Maria del Carmen Castro y Diaz Castanheira.

ARTIGO 4.º

1 — A gerência da sociedade compete a sócios ou a não sócios, a nomear em assembleia geral, com ou sem remuneração, conforme aí for deliberado.

2 — Para vincular a sociedade é suficiente a intervenção de um gerente.

3 — Ficam desde já nomeados gerentes o sócio João Manuel Castro Castanheira e o não sócio João Manuel Domingos Castanheira, casado, residente com os outorgantes.

ARTIGO 5.º

A sociedade poderá participar no capital social de outras sociedades, mesmo com objecto diferente do seu, em sociedades reguladas por leis especiais ou em agrupamentos complementares de empresas.

ARTIGO 6.º

A cessão de quotas a não sócios depende do consentimento da sociedade, que terá sempre o direito de preferência, o qual, de seguida, se defere aos sócios não cedentes.

Está conforme o original.

5 de Março de 2002. — A Primeira-Ajudante, *Maria Margarida Faria Moreira da Silva*. 1000049645

EUROKENSUM — CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO INTERNACIONAL, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 4.ª Secção. Matrícula n.º 10 085/010418; identificação de pessoa colectiva n.º 505424665; inscrição n.º 2; número e data da apresentação: 3/011023.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi registado a alteração do contrato, quanto aos artigos 1.º, n.º 1 e 2.º, os quais passam a ter a redacção seguinte:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma EUROKENSUM — Construções e Comércio Internacional, L.^{da}

ARTIGO 2.º

O objecto da sociedade consiste na construção civil e obras públicas. Prestação de serviços de limpeza. Importação, exportação e comércio de materiais de construção, electrodomésticos, produtos alimentares, peças de vestuário e acessórios.

O texto completo e actualizado do contrato, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

5 de Março de 2002. — A Primeira-Ajudante, *Maria Margarida Faria Moreira da Silva*. 1000049641

PEDRO GASPAR, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 4.ª Secção. Matrícula n.º 10 673/011024; identificação de pessoa colectiva n.º 505814331; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 4/011024.

Certifico que entre Pedro Miguel Rodrigues da Costa Gaspar, contribuinte fiscal n.º 146832930, natural da freguesia de Paço de Arcos, concelho de Oeiras, casado com Doris Stukenkemper Gaspar sob o regime da separação de bens, residente na Rua de Miguel Lupi, 30, 4.º, direito, em Lisboa, titular do bilhete de identidade n.º 6250478, emitido em 26 de Janeiro de 2000, pelos Serviços de Identificação Civil de Lisboa, e José Luís da Costa Gaspar, contribuinte fiscal n.º 118251392, natural da freguesia de São Sebastião da Pedreira, concelho de Lisboa, casado com Graciete da Silva Caldeira sob o regime da comunhão de adquiridos, residente em Monte da Raposa, Aiana de Cima, Sesimbra, titular do bilhete de identidade n.º 36 687, emitido em 5 de Janeiro de 1994, pelos Serviços de Identificação Civil de Lisboa, foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma Pedro Gaspar, L.^{da}

2 — A sociedade tem a sua sede em Lisboa, na Rua de Miguel Lupi, 30, 4.º, direito, freguesia da Lapa, concelho de Lisboa.

3 — Por simples deliberação da gerência pode a sede ser deslocada dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, podendo ainda criar e encerrar sucursais, filiais, agências ou outras formas locais de representação, no território nacional ou no estrangeiro.

ARTIGO 2.º

O objecto da sociedade consiste na prestação de serviços em audiovisuais, nomeadamente produções em televisão.

ARTIGO 3.º

1 — O capital social é de 5000 euros, encontra-se integralmente realizado em dinheiro e corresponde à soma de duas quotas: uma no valor nominal de 4500 euros, titulada pelo sócio Pedro Miguel Rodrigues da Costa Gaspar, e outra no valor nominal de 500 euros, titulada pelo sócio José Luís da Costa Gaspar.

2 — Aos sócios poderão ser exigidas prestações suplementares de capital até ao montante global de 5000 euros.

3 — Depende de deliberação dos sócios a celebração de contratos de suprimentos.

ARTIGO 4.º

1 — A gerência da sociedade compete aos gerentes, sócios ou não sócios, a nomear em assembleia geral, com ou sem remuneração, conforme aí for deliberado.

2 — Para vincular a sociedade é suficiente a intervenção de um gerente.

3 — A remuneração da gerência poderá consistir, total ou parcialmente, em participação nos lucros da sociedade.

4 — Fica desde já nomeado gerente o sócio Pedro Miguel Rodrigues da Costa Gaspar.

ARTIGO 5.º

A sociedade poderá participar no capital social de outras sociedades, mesmo com objecto diferente do seu e em sociedades reguladas por leis especiais ou em agrupamentos complementares de empresas.

ARTIGO 6.º

A cessão de quotas a não sócios depende do consentimento da sociedade, que terá sempre o direito de preferência, o qual, de seguida, se defere aos sócios não cedentes.

ARTIGO 7.º

1 — A sociedade poderá amortizar qualquer quota, nos seguintes casos:

- Por acordo com o respectivo titular;
- Quando a quota for objecto de penhora, arresto ou adjudicação em juízo, falência ou cessão gratuita não autorizada;
- Quando o sócio praticar actos que violem o pacto social ou as obrigações sociais;
- No caso de morte de sócio a quem não sucedam herdeiros legítimos;

e) Quando, em partilha, a quota for adjudicada a quem não seja sócio;

f) Por interdição ou inabilitação de qualquer sócio;

g) Por exoneração ou exclusão de um sócio; e

h) Quando a quota tiver sido cedida a terceiros sem o prévio consentimento da sociedade, tomado por maioria, em assembleia geral.

2 — Os sócios podem deliberar que a quota amortizada figure no balanço e que, posteriormente, sejam criadas uma ou várias quotas, destinadas a serem alienadas a um ou a alguns dos sócios ou terceiros.

3 — Salvo acordo em contrário ou disposição legal imperativa, a contrapartida da amortização será o valor que resultar do último balanço aprovado.

4 — Se por falecimento de um sócio a respectiva quota não for amortizada no prazo de 90 dias, a contar da data do falecimento os herdeiros deverão designar de entre eles um representante comum.

ARTIGO 8.º

Aos lucros líquidos anualmente apurados, depois de deduzida a percentagem para reserva legal, será dado o destino que vier a ser deliberado em assembleia geral.

Está conforme o original.

6 de Março de 2002. — A Primeira-Ajudante, *Maria Margarida Faria Moreira da Silva*. 1000049638

C. C. P. R. — CLÍNICA DE CIRURGIA PLÁSTICA RECONSTRUTIVA DR. JOSÉ MENDIA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 4.ª Secção. Matrícula n.º 6318/970703; identificação de pessoa colectiva n.º 503927520; número e data da entrada: 6909/020103.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 2000.

Está conforme o original.

9 de Março de 2002. — A Primeira-Ajudante, *Maria Margarida Faria Moreira da Silva*. 1000050268

C. F. D. A. T. — CONSULTADORIA, FORMAÇÃO, IMOBILIÁRIA, AGRO-TURISMO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 4.ª Secção. Matrícula n.º 3090/931126; identificação de pessoa colectiva n.º 503095958; número e data da entrada: 6902/020103.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 2000.

Está conforme o original.

9 de Março de 2002. — A Primeira-Ajudante, *Maria Margarida Faria Moreira da Silva*.
1000050265

P & I — PROPRIEDADE E INVESTIMENTO, SOCIEDADE DE MEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 4.ª Secção. Matrícula n.º 2783/930707; identificação de pessoa colectiva n.º 502033711; números e data das entradas: 241 e 242/020125.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas dos anos de 1999 e 2000.

Está conforme o original.

9 de Março de 2002. — A Primeira-Ajudante, *Maria Margarida Faria Moreira da Silva*.
1000050263

MANDREC — COMÉRCIO DE ARTESANATO DE MARIA, ANDRÉ & CAMPOS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 4.ª Secção. Matrícula n.º 1278/810525; identificação de pessoa colectiva n.º 501242139; número e data da entrada: 7086/020109.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 2000.

Está conforme o original.

9 de Março de 2002. — A Primeira-Ajudante, *Maria Margarida Faria Moreira da Silva*.
1000050260

COMPREENCIL — COMPRA DE PRÉDIOS E CONSTRUÇÃO CIVIL, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 4.ª Secção. Matrícula n.º 7136/980506; identificação de pessoa colectiva n.º 501395210; número e data da entrada: 329/020131.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 2000.

Está conforme o original.

9 de Março de 2002. — A Primeira-Ajudante, *Maria Margarida Faria Moreira da Silva*.
1000050259

CONCIVEM — CONSTRUÇÕES CIVIS E EMPREITADAS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 4.ª Secção. Matrícula n.º 6051/970317; identificação de pessoa colectiva n.º 500070091; número e data da entrada: 102/020122.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 2000.

Está conforme o original.

9 de Março de 2002. — A Primeira-Ajudante, *Maria Margarida Faria Moreira da Silva*.
1000050257

PÉROLA DO ALGARVE — SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES E TURISMO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 4.ª Secção. Matrícula n.º 2685/930607; identificação de pessoa colectiva n.º 503011096; número e data da entrada: 7113/020110.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 2000.

Está conforme o original.

9 de Março de 2002. — A Primeira-Ajudante, *Maria Margarida Faria Moreira da Silva*.
1000050255

PIRES & PORTELA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 4.ª Secção. Matrícula n.º 8406/990907; identificação de pessoa colectiva n.º 504644181; número e data da entrada: 315/020130.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 2000.

Está conforme o original.

9 de Março de 2002. — A Primeira-Ajudante, *Maria Margarida Faria Moreira da Silva*.
1000050252

C. CÉSAR, ESCOLA PROFISSIONAL DE INFORMÁTICA E DACTILOGRAFIA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 4.ª Secção. Matrícula n.º 91 996/921002; número e data da entrada: 173/020124.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 2000.

Está conforme o original.

9 de Março de 2002. — A Primeira-Ajudante, *Maria Margarida Faria Moreira da Silva*.
1000050250

MAÇÃ DOCE — PASTELARIA E CAFETARIA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 4.ª Secção. Matrícula n.º 4298/950410; identificação de pessoa colectiva n.º 503402451; número e data da entrada: 6998/020107.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 2000.

Está conforme o original.

9 de Março de 2002. — A Primeira-Ajudante, *Maria Margarida Faria Moreira da Silva*.
1000050248

CENTRO DE MEDICINA ORIENTAL DE LISBOA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 4.ª Secção. Matrícula n.º 6186/970509; identificação de pessoa colectiva n.º 503877565; números e data das entradas: 422 e 423/020207.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas dos anos de 1999 e 2000.

Está conforme o original.

9 de Março de 2002. — A Primeira-Ajudante, *Maria Margarida Faria Moreira da Silva*.
1000050247

PAPELARIA ORIENTE, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 4.ª Secção. Matrícula n.º 6904/980223; identificação de pessoa colectiva n.º 504091654; número e data da entrada: 7103/020109.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 2000.

Está conforme o original.

9 de Março de 2002. — A Primeira-Ajudante, *Maria Margarida Faria Moreira da Silva*.
1000050244

**PARAÍSO DE ALBUFEIRA — EMPREENDIMENTOS
TURÍSTICOS, L.^{DA}**

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 4.ª Secção. Matrícula n.º 6357/970722; identificação de pessoa colectiva n.º 503933724; número e data da entrada: 7177/020114.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 2000.

Está conforme o original.

9 de Março de 2002. — A Primeira-Ajudante, *Maria Margarida Faria Moreira da Silva*. 1000050241

**PROJECTO CIÊNCIA — GESTÃO E CONSULTADORIA
DE DOCÊNCIA, L.^{DA}**

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 4.ª Secção. Matrícula n.º 5770/961210; número e data da entrada: 7109/020109.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 2000.

Está conforme o original.

9 de Março de 2002. — A Primeira-Ajudante, *Maria Margarida Faria Moreira da Silva*. 1000050236

**COMÉRCIO INTERNACIONAL LUSO-ESPANHOL, CILE
(COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTARES
E BEBIDAS, S. A.**

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 4.ª Secção. Matrícula n.º 4070/950124; identificação de pessoa colectiva n.º 503451797; número e data da entrada: 37/020117.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 2001.

Está conforme o original.

9 de Março de 2002. — A Primeira-Ajudante, *Maria Margarida Faria Moreira da Silva*. 1000050233

COMPACTA — EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 4.ª Secção. Matrícula n.º 58 174/830629; identificação de pessoa colectiva n.º 501384375; números e data das entradas: 358 e 359/020201.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas dos anos de 1999 e 2000.

Está conforme o original.

9 de Março de 2002. — A Primeira-Ajudante, *Maria Margarida Faria Moreira da Silva*. 1000050230

**CEGEDIM PORTUGAL — SISTEMAS DE BASE
DE DADOS E INFORMAÇÃO, L.^{DA}**

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 4.ª Secção. Matrícula n.º 6978/980317; número e data da entrada: 75/020128.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 2000.

Está conforme o original.

9 de Março de 2002. — A Primeira-Ajudante, *Maria Margarida Faria Moreira da Silva*. 1000050227

**MTP — SOCIEDADE DE COMERCIALIZAÇÃO
DE PEDRAS, L.^{DA}**

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 4.ª Secção. Matrícula n.º 6781/980120; identificação de pessoa colectiva n.º 504056760; número e data da entrada: 343/010202.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 2000.

Está conforme o original.

9 de Março de 2002. — A Primeira-Ajudante, *Maria Margarida Faria Moreira da Silva*. 1000050225

M SERVIÇOS 2 — MANUTENÇÃO DE COMPUTADORES, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 4.ª Secção. Matrícula n.º 6771/980119; identificação de pessoa colectiva n.º 503157511; número e data da entrada: 416/020206.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 2000.

Está conforme o original.

9 de Março de 2002. — A Primeira-Ajudante, *Maria Margarida Faria Moreira da Silva*. 1000050223

MILHA — IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 4.ª Secção. Matrícula n.º 6593/971114; números e data das entradas: 311, 312 e 313/020130.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas dos anos de 1998, 1999 e 2000.

Está conforme o original.

9 de Março de 2002. — A Primeira-Ajudante, *Maria Margarida Faria Moreira da Silva*. 1000050221

CAMIONAGEM PÉROLA OUREENSE, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 4.ª Secção. Matrícula n.º 39 201/680328; identificação de pessoa colectiva n.º 500051518; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 2; número e data da apresentação: 5/011019.

Certifico que o texto seguinte é a transcrição da inscrição acima referida.

2 — Averbamento n.º 1, apresentação n.º 5/011019.

Cessação de funções do gerente Luís Filipe Ferreira Vieira, por destituição, em 12 de Maio de 2001.

5 — Apresentação n.º 6/011019.

Nomeação de gerente, por deliberação de 12 de Maio de 2001, de José Augusto Palma Mendes Leal, casado, residente na Rua do Dr. João Alvim, 35, Ourém.

Está conforme o original.

24 de Abril de 2002. — A Primeira-Ajudante, *Maria Margarida Faria Moreira da Silva*. 3000054484

CAMIOAGEM PÉROLA OUREENSE, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 4.ª Secção. Matrícula n.º 39 201/680328; identificação de pessoa colectiva n.º 500051518; inscrição n.º 4; número e data da apresentação: 4/011004.

Certifico que o texto seguinte é a transcrição da inscrição acima referida.

4 — Apresentação n.º 4/011004.

Nomeação de gerente, por deliberação de 7 de Dezembro de 2000, de Luzia Maria Palma Mendes Leal, divorciada, residente na Urbani-

zação da Portela, Rua de Luís de Camões, 12, 11.º, esquerdo, Portela, Loures.

Está conforme o original.

24 de Abril de 2002. — A Primeira-Ajudante, *Maria Margarida Faria Moreira da Silva*. 3000054487

M. COSME — LIVRARIA E PAPELARIA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 4.ª Secção. Matrícula n.º 6397/970807; identificação de pessoa colectiva n.º 503944491; número e data da entrada: 119/020123.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 2000.

Está conforme o original.

9 de Março de 2002. — A Primeira-Ajudante, *Maria Margarida Faria Moreira da Silva*. 1000050219

CASTEL BRANCO & MACEDO — CENTRO MÉDICO CIRÚRGICO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 4.ª Secção. Matrícula n.º 2356/930205; números e data das entradas: 7183 e 7184/020115.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas dos anos de 1999 e 2000.

Está conforme o original.

9 de Março de 2002. — A Primeira-Ajudante, *Maria Margarida Faria Moreira da Silva*. 1000050228

CLÍNICA OFTALMOLÓGICA — DR. JOSÉ HENRIQUES & DR.^A FILOMENA PINTO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 4.ª Secção. Matrícula n.º 3385/940321; identificação de pessoa colectiva n.º 503157538; número e data da entrada: 7087/020109.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 2000.

Está conforme o original.

9 de Março de 2002. — A Primeira-Ajudante, *Maria Margarida Faria Moreira da Silva*. 1000050224

MELIROSA — COMÉRCIO DE MALAS E ARTIGOS DE VIAGEM, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 4.ª Secção. Matrícula n.º 59 764/840724; identificação de pessoa colectiva n.º 501443258; números e data das entradas: 258, 259, 260 e 261/020128.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas dos anos de 1997, 1998, 1999 e 2000.

Está conforme o original.

9 de Março de 2002. — A Primeira-Ajudante, *Maria Margarida Faria Moreira da Silva*. 1000050222

CASA DE REPOUSO O NOSSO ABRIGO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 4.ª Secção. Matrícula n.º 56 930/820506; identificação de pessoa colectiva n.º 500503230; número e data da entrada: 28/020116.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 2000.

Está conforme o original.

9 de Março de 2002. — A Primeira-Ajudante, *Maria Margarida Faria Moreira da Silva*. 1000050218

PABERESBARES — ACTIVIDADE DE HOTELARIA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 4.ª Secção. Matrícula n.º 55 296/800828; identificação de pessoa colectiva n.º 501081704; número e data da entrada: 7064/020108.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 2000.

Está conforme o original.

9 de Março de 2002. — A Primeira-Ajudante, *Maria Margarida Faria Moreira da Silva*. 1000050217

MC — MANTA COLORIDA — TÊXTEIS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 4.ª Secção. Matrícula n.º 3828/941014; identificação de pessoa colectiva n.º 503285757; número e data da entrada: 6921/020104.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 2000.

Está conforme o original.

9 de Março de 2002. — A Primeira-Ajudante, *Maria Margarida Faria Moreira da Silva*. 1000050215

CECÍLIA BAGULHO — SERVIÇOS MÉDICOS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 4.ª Secção. Matrícula n.º 11 979/981028; número e data da entrada: 380/020204.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 2000.

Está conforme o original.

9 de Março de 2002. — A Primeira-Ajudante, *Maria Margarida Faria Moreira da Silva*. 1000050212

MEIFER — MATERIAIS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 4.ª Secção. Matrícula n.º 143/881110; identificação de pessoa colectiva n.º 502059648; número e data da entrada: 631/020225.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 2000.

Está conforme o original.

9 de Março de 2002. — A Primeira-Ajudante, *Maria Margarida Faria Moreira da Silva*. 1000050209

P. C. O. — PROMOÇÃO IMOBILIÁRIA E COMERCIAL, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 4.ª Secção. Matrícula n.º 483/910320; identificação de pessoa colectiva n.º 502289015; número e data da entrada: 611/020225.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 2000.

Está conforme o original.

9 de Março de 2002. — A Primeira-Ajudante, *Maria Margarida Faria Moreira da Silva*. 1000050207

COMERCIAL DE TUBOS E ACESSÓRIOS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 4.ª Secção. Matrícula n.º 223/890103; identificação de pessoa colectiva n.º 502085274; número e data da entrada: 447/020213.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 2000.

Está conforme o original.

9 de Março de 2002. — A Primeira-Ajudante, *Maria Margarida Faria Moreira da Silva*. 1000050204

CUBO — EMPRESA DE CONSTRUÇÕES, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 4.ª Secção. Matrícula n.º 5805-A/961219; identificação de pessoa colectiva n.º 500339295; números e data das entradas: 215 e 217/020125.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas dos anos de 1999 e 2000.

Está conforme o original.

9 de Março de 2002. — A Primeira-Ajudante, *Maria Margarida Faria Moreira da Silva*. 1000050201

MANUEL APOLINÁRIO & FILHA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 4.ª Secção. Matrícula n.º 163/900418; identificação de pessoa colectiva n.º 502296653; números e data das entradas: 619, 620, 622 e 623/020225.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas dos anos de 1997, 1998, 1999 e 2000.

Está conforme o original.

9 de Março de 2002. — A Primeira-Ajudante, *Maria Margarida Faria Moreira da Silva*. 1000050199

PÁTEO DE CAMPOLIDE, SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 4.ª Secção. Matrícula n.º 2680/911026; identificação de pessoa colectiva n.º 502654791; número e data da entrada: 470/020215.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 2000.

Está conforme o original.

9 de Março de 2002. — A Primeira-Ajudante, *Maria Margarida Faria Moreira da Silva*. 1000050197

Q — CONSULTORES, QUALIDADE, ENGENHARIA E GESTÃO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 4.ª Secção. Matrícula n.º 2770/930702; identificação de pessoa colectiva n.º 503025364; número e data da entrada: 499/020118.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 2000.

Está conforme o original.

9 de Março de 2002. — A Primeira-Ajudante, *Maria Margarida Faria Moreira da Silva*. 1000050196

C. C. R. — CONSULTÓRIO E CLÍNICA DE REABILITAÇÃO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 4.ª Secção. Matrícula n.º 54 297/791016; identificação de pessoa colectiva n.º 500959749; números e data das entradas: 111 e 112/020122.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas dos anos de 1999 e 2000.

Está conforme o original.

9 de Março de 2002. — A Primeira-Ajudante, *Maria Margarida Faria Moreira da Silva*. 1000050193

COMUTEX, SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO VIDEOTEX, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 4.ª Secção. Matrícula n.º 65 424/870401; identificação de pessoa colectiva n.º 501806466; número e data da entrada: 133/020123.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 2000.

Está conforme o original.

9 de Março de 2002. — A Primeira-Ajudante, *Maria Margarida Faria Moreira da Silva*. 1000050191

POLICLÍNICA DE MARVILA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 4.ª Secção. Matrícula n.º 64 040/861002; identificação de pessoa colectiva n.º 501723625; número e data da entrada: 425/020207.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 2000.

Está conforme o original.

9 de Março de 2002. — A Primeira-Ajudante, *Maria Margarida Faria Moreira da Silva*. 1000050189

PASTELARIA SNACK-BAR SILVANIA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 4.ª Secção. Matrícula n.º 58 536/831017; identificação de pessoa colectiva n.º 501480927; número e data da entrada: 127/020123.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 2000.

Está conforme o original.

9 de Março de 2002. — A Primeira-Ajudante, *Maria Margarida Faria Moreira da Silva*. 1000050183

MONTEZ & MELO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 4.ª Secção. Matrícula n.º 2772/930705; identificação de pessoa colectiva n.º 503025399; número e data da entrada: 6928/020104.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 2000.

Está conforme o original.

9 de Março de 2002. — A Primeira-Ajudante, *Maria Margarida Faria Moreira da Silva*. 1000050179

MANUEL MENDES & FERNANDES, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 4.ª Secção. Matrícula n.º 8604/991124; identificação de pessoa colectiva n.º 504645560; número e data da entrada: 6935/020104.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 2000.

Está conforme o original.

9 de Março de 2002. — A Primeira-Ajudante, *Maria Margarida Faria Moreira da Silva*. 1000050178

**CONSTRUTORA DO INFANTADO — SOCIEDADE
DE CONSTRUÇÕES, L.^{DA}**

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 4.ª Secção. Matrícula n.º 3598/940706; identificação de pessoa colectiva n.º 503232050; número e data da entrada: 7031/020107.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 2000.

Está conforme o original.

9 de Março de 2002. — A Primeira-Ajudante, *Maria Margarida Faria Moreira da Silva*. 1000050176

M. D. SOUSA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 4.ª Secção. Matrícula n.º 62 067/851220; identificação de pessoa colectiva n.º 501591125; número e data da entrada: 6896/020103.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 2000.

Está conforme o original.

9 de Março de 2002. — A Primeira-Ajudante, *Maria Margarida Faria Moreira da Silva*. 1000050175

CHAPIMO — IMOBILIÁRIA, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 4.ª Secção. Matrícula n.º 8245/990701; identificação de pessoa colectiva n.º 504351621; número e data da entrada: 227/020125.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 2000.

Está conforme o original.

9 de Março de 2002. — A Primeira-Ajudante, *Maria Margarida Faria Moreira da Silva*. 1000050174

**C. L. O. C. — CENTRO LOGÍSTICO DE ORGANIZAÇÃO
DE CONGRESSOS, L.^{DA}**

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 4.ª Secção. Matrícula n.º 2539; identificação de pessoa colectiva n.º 502969857; número e data da entrada: 6225/011226.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 2000.

Conferida, está conforme.

4 de Março de 2002. — A Segunda-Ajudante, *Maria da Graça Bicho Martins*. 1000048957

**MAJOGOGRE — SERVIÇOS FORMAÇÃO
E CONSULTADORIA, L.^{DA}**

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 4.ª Secção. Matrícula n.º 3874; identificação de pessoa colectiva n.º 503291846; números e data das entradas: 6384, 6385 e 6386/011227.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas dos anos de 1998, 1999 e 2000.

Conferida, está conforme.

4 de Março de 2002. — A Segunda-Ajudante, *Maria da Graça Bicho Martins*. 1000048955

**MFCIVIL — PROJECTOS, TOPOGRAFIA
E CONSTRUÇÃO CIVIL, L.^{DA}**

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 4.ª Secção. Matrícula n.º 8886; identificação de pessoa colectiva n.º 504832093; número e data da entrada: 6006/011221.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 2000.

Conferida, está conforme.

4 de Março de 2002. — A Segunda-Ajudante, *Maria da Graça Bicho Martins*. 1000048953

PAPELARIA DA LUZ, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 4.ª Secção. Matrícula n.º 8812; identificação de pessoa colectiva n.º 504774000; número e data da entrada: 6443/011227.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 2000.

Conferida, está conforme.

4 de Março de 2002. — A Segunda-Ajudante, *Maria da Graça Bicho Martins*. 1000048951

MULTIARCO — IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 4.ª Secção. Matrícula n.º 1359; identificação de pessoa colectiva n.º 502694009; número e data da entrada: 6381/011227.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 2000.

Conferida, está conforme.

4 de Março de 2002. — A Segunda-Ajudante, *Maria da Graça Bicho Martins*. 1000048949

PRATA & RODRIGUES — PUBLICAÇÕES, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 4.ª Secção. Matrícula n.º 6617; identificação de pessoa colectiva n.º 504022504; número e data da entrada: 5975/011221.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 2000.

Conferida, está conforme.

4 de Março de 2002. — A Segunda-Ajudante, *Maria da Graça Bicho Martins*. 1000048947

PURAVIDA — VIAGENS E TURISMO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 4.ª Secção. Matrícula n.º 6248; identificação de pessoa colectiva n.º 503913197; número e data da entrada: 6808/011228.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 2000.

Conferida, está conforme.

4 de Março de 2002. — A Segunda-Ajudante, *Maria da Graça Bicho Martins*. 1000048946

MATOS & SANCHES, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 4.ª Secção. Matrícula n.º 12 608; identificação de pessoa colectiva n.º 500473374; número e data da entrada: 6336/011226.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas dos anos de 1998, 1999 e 2000.

Conferida, está conforme.

5 de Março de 2002. — A Segunda-Ajudante, *Maria da Graça Bicho Martins*.
1000048945

PENINSULAR — SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES CIVIS E INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 4.ª Secção. Matrícula n.º 1523; identificação de pessoa colectiva n.º 502279311; número e data da entrada: 6544/011227.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 2000.

Conferida, está conforme.

5 de Março de 2002. — A Segunda-Ajudante, *Maria da Graça Bicho Martins*.
1000048944

PAULO, ANTUNES & ALMEIDA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 4.ª Secção. Matrícula n.º 480; identificação de pessoa colectiva n.º 502407549; número e data da entrada: 6540/011227.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 2000.

Conferida, está conforme.

5 de Março de 2002. — A Segunda-Ajudante, *Maria da Graça Bicho Martins*.
1000048943

CAMPOS & FERNANDA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 4.ª Secção. Matrícula n.º 33 276; identificação de pessoa colectiva n.º 500906882; número e data da entrada: 6532/011227.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 2000.

Conferida, está conforme.

5 de Março de 2002. — A Segunda-Ajudante, *Maria da Graça Bicho Martins*.
1000048942

CRUZ & FERNANDES, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 4.ª Secção. Matrícula n.º 20 885; identificação de pessoa colectiva n.º 500722315; número e data da entrada: 6521/011227.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 2000.

Conferida, está conforme.

5 de Março de 2002. — A Segunda-Ajudante, *Maria da Graça Bicho Martins*.
1000048941

MULTIPREDIAL — SOCIEDADE DE MEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 4.ª Secção. Matrícula n.º 67 866; identificação de pessoa colectiva n.º 501948724; número e data da entrada: 6539/011227.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 2000.

Conferida, está conforme.

5 de Março de 2002. — A Segunda-Ajudante, *Maria da Graça Bicho Martins*.
1000048939

MERCAINFOR — PRODUTOS E EQUIPAMENTOS PARA INFORMÁTICA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 4.ª Secção. Matrícula n.º 63 545; identificação de pessoa colectiva n.º 501692061; número e data da entrada: 6548/011227.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 2000.

Conferida, está conforme.

5 de Março de 2002. — A Segunda-Ajudante, *Maria da Graça Bicho Martins*.
1000048936

MEGAMICRO — INFORMÁTICA APLICADA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 4.ª Secção. Matrícula n.º 66 154; identificação de pessoa colectiva n.º 501862358; número e data da entrada: 6561/011227.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 2000.

Conferida, está conforme.

5 de Março de 2002. — A Segunda-Ajudante, *Maria da Graça Bicho Martins*.
1000048933

MAMADU LAMA BÁ — CONSTRUÇÃO CIVIL, UNIPESSOAL, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 4.ª Secção. Matrícula n.º 10 670/011023; identificação de pessoa colectiva n.º 505759683; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 28/011023.

Certifico que Mamadu Lama Bá, contribuinte fiscal n.º 222631830, solteiro, maior, natural da República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, residente na Rua 1, Encosta ao Largo dos Besouros, 6-C, Brandoa, concelho da Amadora, constituía a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma Mamadu Lama Bá — Construção Civil, Unipessoal, L.^{da}, com sede na Rua de Campolide, 110, 3.º, direito, freguesia de Campolide, nesta cidade de Lisboa.

2 — A sociedade poderá participar em agrupamentos complementares de empresas, bem como em sociedades com objecto diferente do seu ou reguladas por lei especial.

ARTIGO 2.º

A sociedade tem por objecto a construção civil, todos os trabalhos de construção civil, armação de ferro, ladrilho, pinturas, carpintaria, estuque, obras particulares e obras públicas.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5000 euros, representado por uma quota desse valor nominal, pertencente ao sócio Mamadu Lama Bá.

ARTIGO 4.º

1 — A gerência e representação da sociedade será exercida por um ou mais gerentes a designar em assembleia geral.

2 — Fica desde já designado gerente o sócio Mamadu Lama Bá.

3 — A sociedade vincula-se com a intervenção de um gerente.

4 — A gerência poderá não ser remunerada, se tal vier a ser deliberado em assembleia geral.

Está conforme o original.

5 de Março de 2001. — A Primeira-Ajudante, *Maria Margarida Faria Moreira da Silva*. 1000049019

CLAUDICOR, COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS FOTOGRÁFICOS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 4.ª Secção. Matrícula n.º 10 671/011023; identificação de pessoa colectiva n.º 505713675; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 47/011023.

Certifico que entre:

1.ª Cláudia Susana de Brito, solteira, maior, natural da freguesia de Queluz, concelho de Sintra, residente na Avenida dos Carvalhos, lote 16, Rio de Mouro, Sintra, contribuinte fiscal n.º 220812675;

2.ª Irene da Conceição Pinto de Brito, casada, natural da freguesia de Erada, concelho da Covilhã, residente na mesma morada da anterior, que outorga como gerente em representação da sociedade comercial por quotas VALÓNIA — Sociedade Imobiliária, L.^{da}, contribuinte fiscal n.º 502909609, com sede na Rua de Francisco Stromp, edifício Stromp, loja 1, em Lisboa, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o n.º 4015, com o capital social de 5000 euros, qualidade e poderes que verifiquei pela fotocópia da certidão comercial e pela fotocópia da acta n.º 31, da deliberação da respectiva assembleia geral de 20 de Agosto findo, que arquivo, representada da segunda uma sociedade comercial por quotas, a qual se regerá pelo contrato social constante dos artigos seguintes:

1.º

1 — A sociedade adopta a firma Claudicor, Comercialização de Produtos Fotográficos, L.^{da}, e tem a sua sede na Avenida do Visconde de Valmor, 47-B, rés-do-chão, em Lisboa, freguesia de Nossa Senhora de Fátima.

2 — A gerência poderá deslocar a sede social para outro local, dentro do mesmo concelho ou limítrofe, bem como criar sucursais, agências, delegações ou outras formas locais de representação.

2.º

O objecto da sociedade consiste na comercialização de produtos e serviços fotográficos, vídeo e audiovisuais.

3.º

O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro, é de 5000 euros e corresponde à soma de duas quotas: uma de 4900 euros da sócia Cláudia Susana de Brito, e outra, de 100 euros, da sócia VALÓNIA — Sociedade Imobiliária, L.^{da}

4.º

Poderão ser exigidas aos sócios prestações suplementares até ao dobro do capital social, mediante deliberação unânime dos votos representativos da totalidade do capital social.

5.º

1 — A gerência da sociedade incumbe a quem, sócio ou não, for designado em assembleia geral.

2 — A gerência será ou não remunerada, conforme for deliberado em assembleia geral.

3 — A sociedade obriga-se com a intervenção de um gerente.

4 — Ficam desde já designados gerentes a sócia Cláudia Susana de Brito e o não sócio José Gonçalves dos Santos Brito, casado, residente na Avenida dos Carvalhos, lote 16, Rio de Mouro, Sintra.

6.º

As cessões de quotas a estranhos dependem sempre do consentimento da sociedade, a qual, em primeiro lugar, e os sócios não cedentes, em segundo, terão direito de preferência.

Está conforme o original.

5 de Março de 2001. — A Primeira-Ajudante, *Maria Margarida Faria Moreira da Silva*. 1000049018

CASTROL PORTUGUESA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 4.ª Secção. Matrícula n.º 43 827/711206; identificação de pessoa colectiva n.º 500059489; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 8, inscrição n.º 12 e averbamento n.º 2 à inscrição n.º 4; números e data das apresentações: 12, 13 e 14/011116.

Certifico que o texto seguinte é a transcrição das inscrições acima referidas.

8 — Averbamento n.º 1, apresentação n.º 12/011116.

Cessação de funções dos gerentes Miguel Maria Félix da Costa, Jorge Maria Félix da Costa e António Maria Vianna Carneiro Pacheco, por terem renunciado, em 13 de Setembro de 2001.

12 — Apresentação n.º 13/011116.

Nomeação de gerentes, por deliberação de 14 de Setembro de 2001, para o quadriénio em curso de 2001-2004:

António Manuel Patrício Comprido, casado, residente na Rua de Maria Helena Vieira da Silva, 21, 6.º, direito, Lisboa; Paulo Jorge Liberato de Oliveira, casado, residente na Urbanização de Santo André, torre 23, 7.º, C, Santo António dos Cavaleiros, Loures, e Fernando de Andres Calle, divorciado, residente na Calle Ulisses, 4, Madrid, Espanha.

4 — Averbamento n.º 2, apresentação n.º 14/011116.

Deslocação da sede para a Rua de Castilho, 165, freguesia de São Sebastião da Pedreira, concelho de Lisboa.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

7 de Março de 2001. — A Primeira-Ajudante, *Maria Margarida Faria Moreira da Silva*. 1000049016

PONTOS CARDEAIS — DISTRIBUIÇÃO DE ARTIGOS DE LAZER, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 4.ª Secção. Matrícula n.º 10 676/011024; identificação de pessoa colectiva n.º 505768569; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 43/011024.

Certifico que entre:

1.ª Maria Alexandra Pais de Freitas Catarino Anselmo, solteira, maior, natural da freguesia de Paço de Arcos, concelho de Oeiras, residente na Rua do Desembargador Faria, 25, 2.º, esquerdo, em Oeiras, contribuinte fiscal n.º 220737746;

2.ª Marta Filipa Florindo Serra, solteira, maior, natural da freguesia de São Sebastião da Pedreira, concelho de Lisboa, residente na Avenida de D. Nuno Álvares Pereira, 63, 3.º, B, no Cacém, Sintra, contribuinte fiscal n.º 199746540; foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a denominação de Pontos Cardeais — Distribuição de Artigos de Lazer, L.^{da}, e tem a sua sede na Rua da Ilha de São Tomé, 5, subcave esquerda, em Lisboa, freguesia dos Anjos, concelho de Lisboa.

2 — A gerência poderá deslocar, livremente, a sede da sociedade dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, bem como criar sucursais, agências, delegações ou quaisquer outras formas de representação social, no território nacional ou no estrangeiro.

ARTIGO 2.º

A sociedade tem por objecto a importação, exportação e distribuição de jogos, artigos de lazer, papeleria e brindes.

ARTIGO 3.º

O capital social é de 5000 euros, está integralmente realizado e representado por duas quotas, sendo: uma do valor nominal de 2500 euros, pertencente a Maria Alexandra Pais de Freitas Catarino Anselmo, e outra do valor nominal de 2500 euros, pertencente a Maria Filipa Florindo Serra.

ARTIGO 4.º

A sociedade poderá participar em sociedades de responsabilidade limitada, com objecto igual ou diferente do seu, em sociedades

reguladas por leis especiais e em agrupamentos complementares de empresas.

ARTIGO 5.º

1 — A gerência fica a cargo de dois gerentes, nomeados em assembleia geral, com dispensa de caução, com ou sem remuneração, conforme nela seja deliberado.

2 — A sociedade considera-se representada e obrigada com a intervenção conjunta de ambos os gerentes em exercício de funções.

ARTIGO 6.º

A cessão, total ou parcial, de quotas a não sócios, fica dependente do consentimento prévio da sociedade, tendo os restantes sócios direito de preferência na sua aquisição, nos termos legais.

ARTIGO 7.º

1 — A amortização de quotas é permitida, nos seguintes casos:

- a) Ocorrendo penhora, arrolamento, arresto ou outro procedimento judicial sobre a quota;
- b) Por morte de sócio a quem não sucedam cônjuge ou herdeiros legítimos;
- c) Por interdição, insolvência ou falência do respectivo titular;
- d) Pela exoneração ou exclusão de um sócio, nos casos previstos na lei;
- e) Em caso de cessão de quotas sem o consentimento prévio da sociedade.

2 — A contrapartida da amortização, no caso das alíneas d) e e), será igual ao valor nominal da quota.

3 — A quota amortizada poderá figurar no balanço como tal e, posteriormente, por deliberação dos sócios poderão ser criadas em sua substituição uma ou várias quotas destinadas a ser alienadas a um ou a alguns sócios ou a terceiros.

ARTIGO 8.º

A assembleia geral que aprovar as contas sociais pode deliberar que seja destinada a reservas livres uma verba excedente a metade do lucro distribuível.

ARTIGO 9.º

1 — A assembleia geral que delibere a dissolução da sociedade poderá também determinar as condições e termos em que se efectuará a liquidação e partilha.

2 — Nos restantes casos, a liquidação e partilha será realizada nos termos das disposições legais aplicáveis.

Está conforme o original.

6 de Março de 2001. — A Primeira-Ajudante, *Maria Margarida Faria Moreira da Silva*. 1000049015

CENTRO NEUROLÓGICO DR. JOSÉ VALE, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 4.ª Secção. Matrícula n.º 6959/980313; identificação de pessoa colectiva n.º 504102311; número e data da entrada: 6190/011226.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas dos anos de 1999 e 2000.

Está conforme o original.

2 de Março de 2001. — A Primeira-Ajudante, *Maria Margarida Faria Moreira da Silva*. 1000049014

CENTRAL DAS COLÓNIAS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 4.ª Secção. Matrícula n.º 29 476/600921; identificação de pessoa colectiva n.º 500448981; número e data da entrada: 97/020122.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 2000.

Está conforme o original.

9 de Março de 2001. — A Primeira-Ajudante, *Maria Margarida Faria Moreira da Silva*. 1000050301

MÁRIO ROLDÃO, ENGENHEIROS ASSOCIADOS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 4.ª Secção. Matrícula n.º 8375/990825; número e data da entrada: 8375/990825.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas dos anos de 1999 e 2000.

Está conforme o original.

9 de Março de 2001. — A Primeira-Ajudante, *Maria Margarida Faria Moreira da Silva*. 1000050300

MADRUGADA DOS REIS — ACTIVIDADES HOTELEIRAS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 4.ª Secção. Matrícula n.º 44 486/720605; identificação de pessoa colectiva n.º 500377278; números e data das entradas: 6899, 6900 e 6901/020103.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas dos anos de 1997, 1998 e 1999.

Está conforme o original.

9 de Março de 2001. — A Primeira-Ajudante, *Maria Margarida Faria Moreira da Silva*. 1000050298

MEMORIAL DA COZINHA — RESTAURAÇÃO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 4.ª Secção. Matrícula n.º 7020/980330; número e data da entrada: 6919/020104.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 2000.

Está conforme o original.

9 de Março de 2001. — A Primeira-Ajudante, *Maria Margarida Faria Moreira da Silva*. 1000050296

PAIVA RAPOSO E MARTINS PISCO — CONSULTÓRIO DE RADIOLOGIA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 4.ª Secção. Matrícula n.º 564/800725; identificação de pessoa colectiva n.º 501050981; número e data da entrada: 6922/020104.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 1999.

Está conforme o original.

9 de Março de 2001. — A Primeira-Ajudante, *Maria Margarida Faria Moreira da Silva*. 1000050294

PAIVA RAPOSO E MARTINS PISCO — CONSULTÓRIO DE RADIOLOGIA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 4.ª Secção. Matrícula n.º 564/800725; identificação de pessoa colectiva n.º 501050981; número e data da entrada: 6923/020104.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 2000.

Está conforme o original.

9 de Março de 2001. — A Primeira-Ajudante, *Maria Margarida Faria Moreira da Silva*. 1000050291

MELIM & PEREIRA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 4.ª Secção. Matrícula n.º 32 166/611219; identificação de pessoa colectiva n.º 500471193; número e data da entrada: 5841/011220.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 2000.

Está conforme o original.

9 de Março de 2001. — A Primeira-Ajudante, *Maria Margarida Faria Moreira da Silva*. 1000050289

LOURES**SOUSA & FERREIRA, L.^{DA}**

Conservatória do Registo Comercial de Loures. Matrícula n.º 425; inscrição n.º 4; número e data da apresentação: 178/20011227.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram efectuados os seguintes actos de registo:

1) Depositados os documentos de prestação de contas, relativos ao exercício do ano de 2000.

2) Facto: alteração parcial do contrato.

Artigo alterado: 3.º

Capital: reforçado com 602 410\$, em dinheiro, subscrito pelos sócios na proporção das respectivas quotas, pelo que passa para 1 002 410\$, redenominado em 5000 euros.

Sócios e quotas:

1) Albino Ferreira dos Santos, com 3750 euros;

2) Ilda Fernandes dos Santos, com 1250 euros.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

18 de Março de 2002. — O Primeiro-Ajudante, *João Artur Salgueira Vaz*. 1000063408

LOURINHÃ**MAURÍCIO & ANJOS — SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES, L.^{DA}**

Conservatória do Registo Comercial da Lourinhã. Matrícula n.º 1025; identificação de pessoa colectiva n.º 504813684; data da entrada: 19122001.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, a acta n.º 1, de 29 de Março de 2001, e os demais documentos da prestação de contas, respeitante ao ano de exercício de 2000.

Está conforme o original.

1 de Março de 2002. — A Escriturária Superior, *Olga Maria Cabral Matias*. 1000047403

CONSTRUÇÕES MÁRIO MARCOS — CONSTRUÇÃO CIVIL, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial da Lourinhã. Matrícula n.º 740; identificação de pessoa colectiva n.º 503546976; inscrição n.º 4; número e data da apresentação: 26/20011227.

Certifico que a sociedade em epígrafe, aumentou o capital de 400 000\$ para 1 002 410\$, após o reforço da quantia de 602 410\$, realizado em dinheiro, subscrito em partes iguais por ambos os sócios, tendo, de seguida, sido feito a redenominação para euros, e alterado o contrato, quanto ao artigo 4.º, o qual ficou com a redacção seguinte:

ARTIGO 4.º

O capital social é de 5000 euros, integralmente realizado em dinheiro e correspondente à soma de duas quotas, sendo: uma de 2500

euros do sócio Mário Marcos de Sousa Matos, e outra de 2500 euros da sócia Maria do Céu Amaro Ribeiro Matos.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

8 de Fevereiro de 2002. — A Primeira-Ajudante, *Iva Margarida Mota Rodrigues*. 1000040276

SOCIEDADE AGRO-PECUÁRIA DE SÃO LOURENÇO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial da Lourinhã. Matrícula n.º 77; identificação de pessoa colectiva n.º 501738614; data da entrada: 18122001.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, a acta n.º 1, de 31 de Março de 2001, e os demais documentos da prestação de contas, respeitante ao ano de exercício de 2000.

Está conforme o original.

1 de Março de 2002. — A Escriturária Superior, *Olga Maria Cabral Matias*. 1000047402

LOURIBATATA — COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTARES DO OESTE, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial da Lourinhã. Matrícula n.º 605; identificação de pessoa colectiva n.º 502909986; data da entrada: 19122001.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, a acta n.º 13, de 30 de Março de 2001, e os demais documentos da prestação de contas, respeitante ao ano de exercício de 2000.

Está conforme o original.

1 de Março de 2002. — A Escriturária Superior, *Olga Maria Cabral Matias*. 1000047400

NUNO & CARLA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial da Lourinhã. Matrícula n.º 826; identificação de pessoa colectiva n.º 503823848; data da entrada: 07122001.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, a acta n.º 5, de 31 de Março de 2000, e os demais documentos da prestação de contas, respeitante ao ano de exercício de 1999.

Está conforme o original.

1 de Março de 2002. — A Escriturária Superior, *Olga Maria Cabral Matias*. 1000047399

DESPORAMI, GESTÃO DE INSTALAÇÕES DESPORTIVAS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial da Lourinhã. Matrícula n.º 935/201198; identificação de pessoa colectiva n.º 504278924; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 1 e inscrição n.º 4; números e data das apresentações: 1 e 2/110102.

Certifico que foi aumentado o capital da sociedade em epígrafe, de 450 000\$ para 2 000 000\$, após o reforço da quantia de 1 550 000\$, e subscrita, em dinheiro, por José Nuno do Rosário e Silva Leitão, com 700 000\$, e Carlos Jorge Segadães de Almeida Marques, com 850 000\$, e, em consequência do referido aumento, foi alterado parcialmente o pacto da referida sociedade, quanto ao artigo 5.º, ficando assim o pacto com nova redacção.

5.º

O capital social é de 9975,96 euros, dividido em duas quotas iguais do valor nominal de 4987,98 euros, pertencentes uma cada um dos sócios José Nuno do Rosário e Silva Leitão e Carlos Jorge Segadães de Almeida Marques.

Certifico ainda que foi registado o seguinte:
Cessação de funções de gerente Luís José Bastos Nunes de Carvalho.

Causa: renúncia.

Data: 21 de Dezembro de 2001.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

5 de Março de 2002. — A Segunda-Ajudante, *Maria do Castelo Peixoto Cerqueira Reis*. 1000048820

DIVIPLAN — TECTOS FALSOS, DIVISÓRIAS E REVESTIMENTOS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial da Lourinhã. Matrícula n.º 1060; identificação de pessoa colectiva n.º 504880381; data da entrada: 19122001.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, a acta n.º 2, de 31 de Março de 2001, e os demais documentos da prestação de contas, respeitante ao ano de exercício de 2000.

Está conforme o original.

28 de Fevereiro de 2002. — A Escriturária Superior, *Olga Maria Cabral Matias*. 1000047090

HENRIQUES & JUNCHEIRA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial da Lourinhã. Matrícula n.º 954; identificação de pessoa colectiva n.º 504326457; data da entrada: 19122001.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, a acta n.º 5, de 31 de Março de 2001, e os demais documentos da prestação de contas, respeitante ao ano de exercício de 2000.

Está conforme o original.

28 de Fevereiro de 2002. — A Escriturária Superior, *Olga Maria Cabral Matias*. 1000047088

GALERIAS TRICHARME, MÓVEIS E DECORAÇÕES, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial da Lourinhã. Matrícula n.º 758/220296; identificação de pessoa colectiva n.º 503585289; inscrição n.º 6; número e data da apresentação: 2/280102.

Certifico que foi aumentado o capital da sociedade em epígrafe, de 5 000 000\$ para 50 000 euros, após o reforço da quantia de 5 024 100\$, realizado em dinheiro e subscrito por Carlos Alberto Barroca Pereira, com 2 512 050\$, e José Alberto Barroca Pereira, casado com Berta Maria Naldinho Pego Pereira no regime da separação de bens, com 2 512 050\$, e, em consequência do referido aumento, foi alterado parcialmente o pacto, quanto aos artigos 1.º e 3.º, ficando assim o contrato com nova redacção:

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a firma Galerias Tricharme, Móveis e Decorações L.^{da}, e tem a sua sede na Estrada Nacional n.º 8, ao quilómetro 2, Cruzamento das Capelas, freguesia e concelho da Lourinhã.

§ único.

ARTIGO 3.º

O capital social, já integralmente realizado em dinheiro, é de 50 000 euros e corresponde à soma de duas quotas iguais do valor nominal de 25 000 euros, pertencendo uma a cada um dos sócios Carlos Alberto Barroca Pereira e José Alberto Barroca Pereira.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

6 de Março de 2002. — A Segunda-Ajudante, *Maria do Castelo Peixoto Cerqueira Reis*. 1000048819

H. JORGE COSTA — CONSTRUÇÕES, UNIPESSOAL, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial da Lourinhã. Matrícula n.º 1222/200202; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 4/200202.

Certifico que Henrique Jorge Ferreira Marques da Costa, casado com Cecília Maria da Silva Costa na comunhão de adquiridos, residente na Travessa de Duarte Costa, 15, lugar de Toledo, freguesia do Vimeiro, concelho da Lourinhã, constituiu a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação de H. Jorge Costa — Construções, Unipessoal, L.^{da}, e tem a sua sede na Travessa de Duarte Costa, 15, no lugar de Toledo, freguesia do Vimeiro, concelho da Lourinhã.

§ único. Por simples decisão, a gerência da sociedade poderá transferir a sua sede para outro local do mesmo concelho ou concelhos limítrofes, bem como criar ou encerrar filiais, sucursais ou qualquer outra forma de representação social.

ARTIGO 2.º

A sociedade tem por objecto a construção de edifícios, venda de materiais de construção, serviço de máquina e compra, venda e revenda de imóveis.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente e realizado em dinheiro, é de 5000 euros e corresponde à quota de igual valor nominal, pertencente ao único sócio.

ARTIGO 4.º

A gerência da sociedade, com ou sem remuneração, fica a cargo do sócio ou de não sócios, conforme for deliberado em assembleia geral, ficando desde já nomeado gerente o sócio único.

§ único. Para validamente representar e obrigar a sociedade em todos os seus actos e contratos é suficiente a assinatura de um gerente.

ARTIGO 5.º

O sócio está autorizado a fazer prestações suplementares de capital à sociedade, ate ao montante global correspondente a 10 vezes o capital social.

ARTIGO 6.º

A sociedade poderá participar em agrupamentos complementares de empresas e no capital social de outras sociedades, nos termos permitidos por lei.

Declaro, sob minha responsabilidade, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 4 do artigo 202.º do Código das Sociedades Comerciais, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 237/2001, de 30 de Agosto, que o capital social se encontra totalmente realizado e depositado, no dia 22 de Janeiro de 2002, na agência do Vimeiro, Lourinhã, da CCAM.

Mais declara que não é titular de qualquer outra sociedade unipessoal.

Está conforme o original.

25 de Fevereiro de 2002. — A Segunda-Ajudante, *Maria do Castelo Peixoto Cerqueira Reis*. 1000048818

NUNO & CARLA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial da Lourinhã. Matrícula n.º 826; identificação de pessoa colectiva n.º 503823848; data da entrada: 07122001.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, a acta n.º 6, de 31 de Março de 2001, e os demais documentos da prestação de contas, respeitante ao ano de exercício de 2000.

Está conforme o original.

1 de Março de 2002. — A Escriturária Superior, *Olga Maria Cabral Matias*. 1000047398

LOURISAÚDE — SERVIÇOS DE MEDICINA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial da Lourinhã. Matrícula n.º 1225/060302; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 1/0603202002.

Certifico que entre António Agostinho Godinho Coelho e Silva, casado com Antonieta Chaves Monteiro Coelho e Silva sob o regime da separação de bens, residente no Largo do Coreto, 4, no lugar de Papagovas freguesia de Miragaia, concelho da Lourinhã, e Antonieta Chaves Monteiro Coelho e Silva, casada com o referido António Agostinho Godinho Coelho e Silva, foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a firma LOURISAÚDE — Serviços de Medicina, L.^{da}

ARTIGO 2.º

A sociedade tem por objecto a prestação de serviços de saúde ao domicílio, em instituições públicas ou privadas e serviços médicos.

ARTIGO 3.º

1 — A sede é no Largo do Coreto, 4, em Papagóvas, na freguesia de Miragaia, concelho da Lourinhã.

2 — A gerência poderá deslocar a sede dentro do referido concelho ou para concelho limítrofe.

ARTIGO 4.º

O capital social é de 5000 euros, já integralmente subscrito e realizado em dinheiro e corresponde à soma de duas quotas iguais de 2500 euros, pertencentes uma a cada um dos sócios.

ARTIGO 5.º

1 — A sociedade é administrada e representada por um gerente.

2 — Fica desde já designado gerente o sócio António Agostinho Godinho Coelho e Silva.

3 — O gerente receberá ou não remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral.

4 — A gerência poderá constituir mandatários ou procuradores da sociedade para a prática de determinados actos ou categorias de actos.

5 — Não é permitido ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos alheios ao objecto social, nomeadamente em letras de favor, fianças, abonações e actos análogos.

ARTIGO 6.º

Na cessão de quotas a estranhos gozam de preferência, em primeiro lugar, a sociedade, e em segundo, os restantes sócios.

ARTIGO 7.º

Aos sócios poderão ser exigidas prestações suplementares de capital até ao dobro do capital social, desde que aprovadas por unanimidade em assembleia geral, e os mesmos poderão celebrar com a sociedade contratos de suprimentos, nos termos a fixar em assembleia geral.

ARTIGO 8.º

A assembleia geral deliberará sobre o destino a dar aos lucros da sociedade, depois de deduzida a importância destinada à reserva legal.

ARTIGO 9.º

As assembleias gerais serão convocadas por carta registada dirigida aos sócios, com a antecedência mínima de 15 dias, salvo os casos em que a lei exija outras formalidades e sem prejuízo de outras formas de deliberação dos sócios legalmente previstas.

Está conforme o original.

7 de Março de 2002. — A Escriturária Superior, *Olga Maria Cabral Matias*.

1000048703

J. F. M. SANTOS, L.^{da}

Conservatória do Registo Comercial da Lourinhã. Matrícula n.º 1007/201099; identificação de pessoa colectiva n.º 504669419; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 1/290102.

Certifico que a sede da sociedade em epígrafe mudou para a Rua de Manuel Maria, 10, lugar e freguesia da Atalaia, concelho da Lourinhã, sendo assim alterado o artigo 2.º do contrato.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

6 de Março de 2002. — A Segunda-Ajudante, *Maria do Castelo Peixoto Cerqueira Reis*.

1000048701

MAFRA

AUTO-FRADES — COMÉRCIO DE VEÍCULOS AUTOMÓVEIS, L.^{da}

Conservatória do Registo Comercial de Mafra. Matrícula n.º 1434; identificação de pessoa colectiva n.º 503148598; inscrição n.º 3; número e data da apresentação: 5/20020219.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi registado o seguinte:

Facto: aumento do capital com alteração parcial do contrato.

Quantia do aumento: 602 410\$, em dinheiro, subscrito em partes iguais.

Artigo alterado: 3.º

Capital: 5000 euros.

Sócios e quotas: Armando Manuel da Silva Batalha, com 2500 euros, e Pedro Miguel Ferreira Augusto, com 2500 euros.

O texto do pacto, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

21 de Fevereiro de 2002. — A Conservadora, *Maria de Lurdes de Oliveira Silva Fernandes*.

1000049931

A. C. S. C. — ACTIVIDADES HOTELEIRAS, L.^{da}

Conservatória do Registo Comercial de Mafra. Matrícula n.º 3014/20020208; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 8/20020208.

Certifico que foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a firma A. C. S. C. — Actividades Hoteleiras, L.^{da}, e tem a sua sede na Rua do Emigrante, bloco C, loja C, na vila e freguesia de Ericeira, concelho de Mafra.

§ único. A sociedade, por simples deliberação da gerência, poderá deslocar a sede social para outro local, dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, bem como poderá criar agências, sucursais, filiais ou outras formas locais de representação da sociedade, em qualquer ponto do País e estrangeiro.

ARTIGO 2.º

O objecto da sociedade consiste em comércio a retalho de produtos alimentares e bebidas, *snack-bar* e actividades hoteleiras.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5000 euros e corresponde à soma de duas quotas, cada uma no valor nominal de 2500 euros, pertencentes uma a cada sócio António Carlos Pires de Campos e Sandra Lúcia Bento de Aguiar Campos.

ARTIGO 4.º

A sociedade poderá livremente participar, sob qualquer forma, no capital social de sociedades já existentes ou a constituir, qualquer que seja a sua natureza e objecto, bem como no capital de sociedades reguladas por leis especiais e em agrupamentos complementares de empresas.

ARTIGO 5.º

A gerência da sociedade, com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral, compete a ambos os sócios, que desde já ficam nomeados gerentes.

1 — Para obrigar a sociedade em todos os seus actos e contratos é suficiente a intervenção de um gerente.

2 — A remuneração da gerência poderá consistir, total ou parcialmente, em participação nos lucros da sociedade.

ARTIGO 6.º

A cessão de quotas a não sócios depende do consentimento da sociedade, que terá sempre o direito de preferência, o qual, de seguida, se defere aos sócios não cedentes, quando permitida por lei.

ARTIGO 7.º

Aos lucros líquidos anualmente apurados, depois de deduzida a percentagem para reserva, legal, será dado o destino que vier a seu deliberado em assembleia geral.

Está conforme o original.

13 de Fevereiro de 2002. — A Conservadora, *Maria de Lurdes de Oliveira Silva Fernandes*. 1000049928

CONFECÇÕES MADÍLIA, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Mafra. Matrícula n.º 1721; identificação de pessoa colectiva n.º 503631159; inscrição n.º 3; número e data da apresentação: 7/20020122.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi registado o aumento de capital, com alteração parcial do contrato, ficando o artigo 4.º, com a redacção seguinte:

ARTIGO 4.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 10 000 euros e corresponde à soma de duas quotas iguais de 5000 euros, pertencendo uma a cada um dos sócios Paulo António Baltazar da Silva Carvalho e Maria Odília Fernandes Henriques Carvalho.

§ único. Poderão ser exigidas aos sócios prestações suplementares até ao triplo do capital social.

O texto do pacto, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

21 de Fevereiro de 2002. — A Conservadora, *Maria de Lurdes de Oliveira Silva Fernandes*. 1000049926

MARCENAL — CARPINTARIA CONSTRUÇÃO CIVIL, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Mafra. Matrícula n.º 2623; identificação de pessoa colectiva n.º 504207164; inscrição n.º 3; número e data da apresentação: 1/20020102.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi registado o aumento de capital, com alteração parcial do contrato, ficando o artigo 3.º, com a redacção seguinte:

3.º

O capital social, integralmente realizado, é de 60 000 euros e corresponde à soma de três quotas iguais, cada uma no valor nominal de 20 000 euros, pertencentes uma a cada um dos sócios Augusto Fernandes de Moura, Alcídio Martins Belchior e Agostinho Fernandes de Moura.

Gerente nomeado: Agostinho Fernandes de Moura.

O texto do pacto, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

24 de Janeiro de 2002. — A Conservadora, *Maria de Lurdes de Oliveira Silva Fernandes*. 1000049923

S. A. FERNANDES — CLIMATIZAÇÃO, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Mafra. Matrícula n.º 3030; identificação de pessoa colectiva n.º 504159690; inscrição n.º 2; número e data da apresentação: 4/20020225.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi registado o seguinte:

Facto: aumento do capital com alteração parcial do contrato.

Quantia do aumento: 1 604 820\$, em dinheiro, subscrito em partes iguais.

Artigos alterados: 2.º e 4.º

Sede: Urbanização Condomínio da Fonte, lote 11, Fonte Boa da Brincosa, freguesia da Ericeira.

Capital: 10 000 euros.

Sócios e quotas: Salvador Martins Fernandes, com 5000 euros, e Maria Amélia Lourenço Fernandes Martins Fernandes, com 5000 euros.

O texto do pacto, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

26 de Fevereiro de 2002. — A Conservadora, *Maria de Lurdes de Oliveira Silva Fernandes*. 1000049920

AVIORTELA, PRODUÇÃO E COMÉRCIO ANIMAL, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Mafra. Matrícula n.º 3029/20020222; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 1/20020222.

Certifico que foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

1.º

1 — A sociedade adopta a denominação de Aviortela Produção e Comércio Animal, L.ª, e tem a sua sede na Portela do Rogel, freguesia de Santo Estêvão das Galés, concelho de Mafra, e durará por tempo indeterminado, com início nesta data.

2 — Por simples deliberação, a gerência poderá deslocar livremente a sede social dentro do mesmo concelho ou para concelhos limítrofes e, bem assim, criar sucursais, filiais, agências ou outras formas de representação, no território nacional ou estrangeiro.

2.º

O objecto da sociedade consiste na produção e criação animal e comércio de animais vivos, destinados ao abate, nomeadamente frangos e porcos.

3.º

A sociedade poderá adquirir participações em, sociedades com objecto diferente do seu, em sociedades reguladas por leis especiais e, agrupamentos complementares de empresas, mediante deliberação da assembleia geral.

4.º

As assembleias gerais serão convocadas, quando a lei não exigir outra formalidade, por cada carta registada dirigida aos sócios, com a antecedência mínima de 15 dias.

5.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5000 euros, representado por duas quotas: uma com o valor nominal de 2500 euros, pertencente ao sócio José Carlos Pereira, e outra com o valor nominal de 2500 euros, pertencente à sócia Elvira Maria Pereira.

6.º

1 — A gerência da sociedade, dispensada de caução, com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral, será desempenhada pelo sócio José Carlos Pereira, que desde já fica nomeado gerente.

2 — A sociedade obriga-se com a assinatura de um gerente.

7.º

A cessão, total ou parcial, das quotas é livre entre os sócios, mas a cessão a estranhos depende do consentimento da sociedade, que terá direito de preferência, em primeiro lugar, e os sócios não cedentes, em segundo lugar.

8.º

1 — A sociedade goza da faculdade de amortizar qualquer quota, nos seguintes casos:

a) Sempre que ocorra dissolução, interdição, inabilitação permanente ou morte do sócio titular ou sendo judicialmente declarada a sua ausência;

b) Por acordo com o respectivo titular;

c) Quando a quota for objecto de arrolamento, penhora, arresto ou adjudicação em juízo, falência ou cessão gratuita não autorizada;

d) Quando fora dos casos previstos na lei, a quota for cedida sem prévio consentimento da sociedade.

2 — A amortização da quota será efectuada pelo valor que resultar do balanço especialmente extraído para o efeito e o pagamento do preço da amortização será efectuado em seis prestações mensais, vencendo-se a primeira 30 dias após a data da deliberação da assembleia geral que decidir a amortização.

3 — A amortização considera-se efectivamente realizada, cessando todos os efeitos legais correspondentes à quota amortizar, a partir da data da deliberação que a decidir.

9.º

Os sócios ficam autorizados a fazer prestações suplementares de capital até ao montante de cinco vezes o capital social.

Está conforme o original.

22 de Fevereiro de 2002. — A Conservadora, *Maria de Lurdes de Oliveira Silva Fernandes*. 1000049918

IODEL IBÉRICA — DISTRIBUIÇÕES ÓPTICAS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Mafra. Matrícula n.º 1663; identificação de pessoa colectiva n.º 503547638; data da apresentação: 20020222.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 2000.

26 de Fevereiro de 2002. — A Conservadora, *Maria de Lurdes de Oliveira Silva Fernandes*. 1000049916

IODEL IBÉRICA — DISTRIBUIÇÕES ÓPTICAS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Mafra. Matrícula n.º 1663; identificação de pessoa colectiva n.º 503547638; inscrição n.º 11; números e data das apresentações: 4 e 5/20020222.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi registado o seguinte:

Facto: aumento do capital.

Quantia do aumento: 2410\$, em dinheiro, subscrito em 1085\$, pelo sócio Emilio Antepazo Gomez, que fica com uma quota de 2250 euros; 361\$, pelo sócio Jorge Llopis Wintsch, que fica com uma quota de 750 euros; 723\$, pelo sócio Alejandro Llopis Wintsch, que fica com uma quota de 1500 euros, e 240\$, pelo sócio Sérgio Manuel Gomes Ramos, que fica com uma quota de 500 euros.

O texto do pacto, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

26 de Fevereiro de 2002. — A Conservadora, *Maria de Lurdes de Oliveira Silva Fernandes*. 1000049914

BIOPACK — EMBALAGEM PARA USO ALIMENTAR, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Mafra. Matrícula n.º 1222; identificação de pessoa colectiva n.º 502744251; inscrição n.º 6; número e data da apresentação: 71/20011228.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi registado o seguinte:

Facto: aumento do capital, com alteração parcial do contrato.

Quantia do aumento: 2410\$, por incorporação de reservas.

Artigo alterado: 3.º

Capital: 5000 euros.

Sócios e quotas: Vítor Manuel dos Santos Miranda, com 2500 euros, com a natureza de bem próprio, e Cristina da Conceição Rodrigues Dias, com 2500 euros.

O texto do pacto, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

4 de Fevereiro de 2002. — A Conservadora, *Maria de Lurdes de Oliveira Silva Fernandes*. 1000049907

CASAS DO OESTE — SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Mafra. Matrícula n.º 3007; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 2/20020129.

Certifico que foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

1.º

A sociedade adopta a firma Casas do Oeste — Sociedade de Construções, L.^{da}, e tem a sua sede na Rua de Vale Salgueiro, 10, lugar de Lagoa, freguesia de Santo Isidoro, concelho de Mafra.

§ único. Por simples deliberação, a gerência poderá transferir a sede social para outro local do mesmo concelho ou para concelhos limítrofes, bem como criar ou encerrar filiais, sucursais ou outras formas de representação social.

2.º

A sociedade tem por objecto a prestação de serviços de construção civil, construção de imóveis para venda; compra, venda e revenda dos imóveis adquiridos para esse fim.

3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 15 000 euros e corresponde à soma de duas quotas iguais no valor nominal de 7500 euros cada uma, uma de cada um dos sócios João Miguel Freire Batalha e António José Freire Batalha.

4.º

1 — A gerência da sociedade, com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral, será desempenhada por ambos os sócios, que desde já ficam nomeados gerentes.

2 — Para vincular a sociedade em todos os seus actos e contratos é suficiente a assinatura de um gerente.

3 — Mediante deliberação da assembleia geral, a remuneração da gerência poderá consistir, total ou parcialmente, na participação nos lucros da sociedade.

5.º

As assembleias gerais, sempre que a lei não exija outras formalidades, serão convocadas por meio de carta registada dirigida aos sócios com, pelo menos, 15 dias de antecedência.

§ único. Os sócios poderão fazer-se representar na assembleias gerais por estranhos à sociedade.

6.º

A cessão, total ou parcial, de quotas entre sócios é livre; em caso de cessão estranhos, carece do consentimento da sociedade que, em primeiro lugar, e os restantes sócios, em segundo, gozam do direito de preferência.

8.º

Os sócios ficam autorizados a fazer prestações suplementares de capital até ao montante de 50 000 euros.

9.º

A sociedade poderá participar no capital social de outras sociedades, com objecto e natureza diferentes e em agrupamentos complementares de empresas.

Está conforme o original.

6 de Fevereiro de 2002. — A Conservadora, *Maria de Lurdes de Oliveira Silva Fernandes*. 1000049912

AFONSO COELHO DOS SANTOS CAMARÃO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Mafra. Matrícula n.º 854; identificação de pessoa colectiva n.º 501968946; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 1 e inscrição n.º 5; números e data das apresentações: 12 e 13/20020124.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi registado a cessação das funções de gerentes de Afonso Coelho dos Santos Camarão e Maria Margarida Alves dos Santos Camarão, por renúncia,

em 18 de Dezembro de 2001, e o aumento do capital, com alteração parcial do contrato, ficando os artigos 2.º, 3.º e 5.º, com a redacção seguinte:

ARTIGO 2.º

O objecto da sociedade consiste no comércio a retalho de produtos alimentares, higiene, utensílios domésticos, têxteis e hotelaria.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente subscrito e realizado em numerário, é de 30 000 euros, correspondente às seguintes quotas: uma de 15 000 euros, pertencente à sócia Lídia Alves Camarão, e outra de 15 000 euros, pertencente ao sócio Paulo Jorge Alves Camarão.

ARTIGO 5.º

A gerência da sociedade, com ou sem remuneração, de acordo com o que for deliberado em assembleia geral, compete aos sócios Lídia Alves Camarão e Paulo Jorge Alves Camarão, desde já nomeados gerentes.

§ único. Para obrigar a sociedade em todos os actos e contratos é necessário a assinatura de dois gerentes.

O texto do pacto, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

5 de Fevereiro de 2002. — A Conservadora, *Maria de Lurdes de Oliveira Silva Fernandes*. 1000049910

MÁRMOMAFRA — COMÉRCIO E TRANSFORMAÇÃO DE MÁRMORES E GRANITOS, UNIPessoal, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Mafra. Matrícula n.º 3006/20020128; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 5/20020128.

Certifico que foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

1.º

A sociedade adopta a firma MÁRMOMAFRA — Comércio e Transformação de Mármore e Granitos, Unipessoal, L.ª

2.º

A sociedade tem a sua sede na Rua do Fontanário, 34, A-da-Perra, freguesia de Mafra, concelho de Mafra.

3.º

A sociedade tem por objecto o comércio e transformação de mármore, granitos e outras rochas ornamentais.

4.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 10 000 euros, correspondendo à quota do único sócio José João Ventura da Quinta.

5.º

A gerência da sociedade, pertence ao único sócio José João Ventura da Quinta, desde já nomeado gerente, com ou sem remuneração conforme deliberado.

6.º

Para obrigar a sociedade activa e passivamente, em todos os actos e contratos, em juízo e fora dele, é suficiente a assinatura do gerente ou de um procurador da sociedade.

7.º

O sócio poderá efectuar prestações suplementares de capital até ao montante de 20 000 euros.

8.º

A sociedade poderá participar em agrupamentos complementares de empresas e no capital de outras sociedades, nos termos permitidos por lei, mesmo que o objecto não coincida, no todo ou em parte, com o objecto social que a sociedade ora constituída estiver a exercer.

9.º

A sociedade fica autorizada a mudar a sua sede dentro do mesmo concelho ou para os concelhos limítrofes.

10.º

O sócio único, fica autorizado a celebrar negócios jurídicos com a própria sociedade.

11.º

O gerente nomeado, fica desde já autorizado a efectuar o levantamento do capital social depositado, a fim de fazer face às despesas de constituição e início de actividade da sociedade.

Está conforme o original.

7 de Fevereiro de 2002. — A Conservadora, *Maria de Lurdes de Oliveira Silva Fernandes*. 1000049909

METALCEDE — METALÚRGICA DE ALUMÍNIOS, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Mafra. Matrícula n.º 2079; identificação de pessoa colectiva n.º 500894797; inscrição n.º 5; número e data da apresentação: 6/20020301.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi registado o aumento de capital, com alteração parcial do contrato, ficando o artigo 3.º, com a redacção seguinte:

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 50 000 euros e corresponde à soma de cinco quotas: uma no valor nominal de 3703 euros, pertencente ao sócio Orlando Alves Mota; uma do valor nominal de 1405 euros, pertencente à sócia Leopoldina dos Santos Nascimento; uma no valor nominal de 14 964 euros, pertencente ao sócio Ricardo Jorge do Nascimento Alves Mota; uma no valor nominal de 14 964 euros, pertencente ao sócio António Eduardo Nascimento Alves Mota, e uma no valor nominal de 14 964 euros, pertencente ao sócio Alexandre Gonçalo Nascimento Alves Mota.

O texto do pacto, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

4 de Março de 2002. — A Conservadora, *Maria de Lurdes de Oliveira Silva Fernandes*. 1000049906

TAVERNA O ROSSIO, UNIPessoal, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Mafra. Matrícula n.º 2557; identificação de pessoa colectiva n.º 505224003; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 1 e inscrição n.º 3; números e data das apresentações: 5 a 7/20020208.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi registado a cessação das funções de gerente de Maria de Fátima Estêvão Velho Simões, por renúncia, em 29 de Janeiro de 2002, e a alteração parcial do contrato, ficando os artigos 3.º, 4.º e 5.º, com a redacção seguinte:

3.º

O capital social, integralmente realizado, é de 5000 euros, representado por uma quota de igual valor, pertencente ao sócio único Vasco Arlindo dos Santos Mateus.

4.º

1 — A gerência da sociedade, com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral, será desempenhada pelo sócio Vasco Arlindo dos Santos Mateus, que desde já fica nomeado gerente.

2 — Para vincular a sociedade em todos os seus actos e contratos é suficiente a assinatura de um gerente.

5.º

O sócio fica desde já autorizado a fazer prestações suplementares de capital até ao montante de 15 000 euros.

O texto do pacto, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

12 de Fevereiro de 2002. — A Conservadora, *Maria de Lurdes de Oliveira Silva Fernandes*. 1000049900

TRANSPORTES SANTOS & VIRGÍLIO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Mafra. Matrícula n.º 2089; identificação de pessoa colectiva n.º 504219910; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 4; número e data da apresentação: 4/20020207.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi registado a cessação das funções de gerente de Daniel António Carvalho da Silva, por renúncia, em 28 de Fevereiro de 2001.

Está conforme o original.

11 de Fevereiro de 2002. — A Conservadora, *Maria de Lurdes de Oliveira Silva Fernandes*. 1000049884

J. D. — EMPRESA DE LACTICÍNIOS, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Mafra. Matrícula n.º 733; identificação de pessoa colectiva n.º 501724516; inscrição n.º 17; número e data da apresentação: 3/20020207.

Certifico que foi registado o aumento de capital, com alteração parcial do contrato, ficando os artigos 5.º e 16.º, com a redacção seguinte:

5.º

O capital social é de 2 500 000 euros, representado por 500 000 acções com o valor nominal de 5 euros cada, e está integralmente subscrito e realizado.

16.º

A sociedade obriga-se:

a) Com a assinatura de um administrador;

b) Com a assinatura de qualquer procurador dentro dos limites da procuração.

O texto do pacto, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

11 de Fevereiro de 2002. — A Conservadora, *Maria de Lurdes de Oliveira Silva Fernandes*. 1000049881

MAFRISOM — PRODUÇÕES MUSICAIS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Mafra. Matrícula n.º 3013/20020207; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 2/20020207.

Certifico que foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma MAFRISOM — Produções Musicais, L.^{da}, e tem a sua sede na Rua de Olivença, lote A, rés-do-chão, esquerdo, freguesia e concelho de Mafra.

2 — A gerência poderá transferir a sede da sociedade para outro local dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, bem como criar sucursais, filiais, agências ou outras formas locais de apresentação, no território nacional e no estrangeiro.

ARTIGO 2.º

A sociedade tem por objecto as produções musicais, espectáculos, aluguer som e luz, publicidade, importações, exportações de material audiovisuais.

ARTIGO 3.º

1 — O capital social é de 5000 euros, encontra-se integralmente realizado em dinheiro e corresponde à soma de duas quotas iguais de 2500 euros cada, pertencentes uma a cada um dos sócios Pedro Alexandre Cadete Martins e Marco Alexandre Cadete Martins.

2 — Poderão ser exigidas aos sócios a realização de prestações suplementares de capital até ao montante de cinco vezes o capital social,

3 — Os sócios poderão celebrar contratos de suprimentos com a sociedade.

ARTIGO 4.º

1 — A gerência, remunerada ou não, conforme for deliberado em assembleia geral, fica a cargo de ambos os sócios, desde já nomeados gerentes.

2 — A sociedade obriga-se com a assinatura de dois gerentes.

ARTIGO 5.º

A divisão e cessão de quotas, no todo ou em parte, a não sócios, depende do consentimento da sociedade, gozando esta, em primeiro lugar, e os sócios, em segundo lugar, do direito de preferência.

ARTIGO 6.º

Mediante prévia deliberação dos sócios, fica permitida a participação da sociedade em agrupamentos complementares de empresa, bem como no capital social de outras sociedades, ainda que com objecto diferente do seu, ou reguladas por lei especial.

ARTIGO 7.º

1 — A sociedade poderá amortizar qualquer quota, nos seguintes casos:

a) Por acordo com o respectivo titular;

b) Quando a quota for objecto de penhora, arresto, inclusão em massa falida, ou de qualquer outro modo de apreensão judicial, se não for de imediato desonerada;

c) Por partilha subsequente a divórcio ou separação judicial de bens, na parte que não seja adjudicada ao seu titular;

d) Por infracção do sócio em outorgar a escritura de cessão de quota, depois dos sócios ou a sociedade terem declarado pretender exercer o direito de preferência, previsto no artigo 5.º

2 — A contrapartida da amortização, salvo no caso de acordo com o titular, em que valerá o princípio da vontade das partes, e no caso da apreensão judicial, em que se aplicará o regime legal, será igual ao valor que para a quota resultar do último balanço aprovado.

Está conforme o original.

11 de Fevereiro de 2002. — A Conservadora, *Maria de Lurdes de Oliveira Silva Fernandes*. 1000049879

**TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE MERCADORIAS
IRMÃOS CRISTÓVÃO, L.^{DA}**

Conservatória do Registo Comercial de Mafra. Matrícula n.º 1626; identificação de pessoa colectiva n.º 503459380; inscrição n.º 13; número e data da apresentação: 2/20020206.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi registado o seguinte:

Facto: nomeação de gerente, em 2 de Fevereiro de 2002, de Carlos Augusto Ferreira, casado.

Está conforme o original.

11 de Fevereiro de 2002. — A Conservadora, *Maria de Lurdes de Oliveira Silva Fernandes*. 1000049876

**CAMARÃO 2000 — COMÉRCIO DE PRODUTOS
ALIMENTARES FRESCOS E CONGELADOS, L.^{DA}**

Conservatória do Registo Comercial de Mafra. Matrícula n.º 2214; identificação de pessoa colectiva n.º 504592394; averbamento n.º 2 à inscrição n.º 1 e inscrição n.º 2; números e datas das apresentações: 1/20020205 e 2/20020211.

Certifico que foram registados a cessação das funções de gerente de José Manuel Fernandez Rodriguez, por renúncia, em 5 de Julho de 2000, e a nomeação de gerente, em 5 de Julho de 2000, de Carlos Vicente Castelo-Branco Vandunem, solteiro, maior.

11 de Fevereiro de 2002. — A Conservadora, *Maria de Lurdes de Oliveira Silva Fernandes*. 1000049874

**ANTÓNIO MANUEL CARDOSO LOURENÇO,
SOCIEDADE UNIPESSOAL, L.^{DA}**

Conservatória do Registo Comercial de Mafra. Matrícula n.º 2998/20020122; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 3/20020122.

Certifico que foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

1.º

A sociedade adopta a firma António Manuel Cardoso Lourenço, Sociedade Unipessoal, L.^{da}, e tem a sua sede na Estrada de Vila de Canas, 2, lugar dos Calvos, freguesia do Milharado, 2665-304 Milharado.

2.º

O seu objecto consiste actividade de construção civil, empreitadas, subempreitadas, construção de casas para venda, urbanizações, compra e venda de propriedades e revenda dos adquiridos para esse fim, comércio de materiais de construção.

3.º

O capital social é de 250 000 euros, representado por uma única quota desse valor, pertencente ao sócio,

4.º

A gerência da sociedade será desempenhada pelo sócio António Manuel Cardoso Lourenço, que desde já fica nomeado gerente, sendo suficiente a intervenção de um gerente para obrigar a sociedade.

5.º

Ficam autorizados os negócios jurídicos entre o sócio e a própria sociedade, que sirvam a prossecução do objecto da sociedade nos termos do disposto no artigo 270.º-F do Código das Sociedade Comerciais.

Está conforme o original.

1 de Fevereiro de 2002. — A Conservadora, *Maria de Lurdes de Oliveira Silva Fernandes*. 1000049860

SOFOMAC — SOCIEDADE FORNECEDORA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO CIVIL, L.^{da}

Conservatória do Registo Comercial de Mafra. Matrícula n.º 1097; identificação de pessoa colectiva n.º 502522593; inscrição n.º 4; número e data da apresentação: 4/20020131.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi registado a alteração dos artigos 3.º, 4.º e 8.º, os quais passam a ter a redacção seguinte:

ARTIGO 3.º

O capital social é de 50 000 euros e corresponde à soma de quatro quotas nos valores nominais de 20 000 euros, pertencente ao sócio Carlos Ferreira da Silva; 10 000 euros, pertencente à sócia Maria Fernanda Gomes Pereira da Silva; 10 000 euros, pertencente à sócia Isabel Maria Pereira da Silva Santos, e 10 000 euros, pertencente à sócia Cidália Maria Pereira da Silva Ribeiro.

ARTIGO 4.º

A gerência da sociedade, com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral, será desempenhada pelos sócios Carlos Ferreira da Silva, Maria Fernanda Gomes Pereira da Silva e Isabel Maria Pereira da Silva Santos, já nomeados gerentes e pela sócia Cidália Maria Pereira da Silva Ribeiro, ora nomeada gerente, sendo suficiente a assinatura de um gerente para obrigar a sociedade.

ARTIGO 8.º

Poderão ser exigidas aos sócios prestações suplementares de capital até ao montante de 100 000 euros.

O texto do pacto, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

7 de Fevereiro de 2002. — A Conservadora, *Maria de Lurdes de Oliveira Silva Fernandes*. 1000049859

CALENDA — EXPLORAÇÃO DE RESTAURANTES E AFINS, L.^{da}

Conservatória do Registo Comercial de Mafra. Matrícula n.º 2039; identificação de pessoa colectiva n.º 504152386; averbamento

n.º 1 à inscrição n.º 1 e inscrição n.º 2; números e data das apresentações: 7 e 8/20020201.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi registado o seguinte:

Facto: nomeação de gerente, em 2 de Setembro de 1998, de Oliveira da Silva Sousa Gomes, casada.

1 — Averbamento n.º 1, apresentação n.º 8/20020201.

Cessação das funções de gerente de Maria Jacinta da Silva Sousa, por óbito, em 11 de Dezembro de 2001.

Está conforme o original.

8 de Fevereiro de 2002. — A Conservadora, *Maria de Lurdes de Oliveira Silva Fernandes*. 1000049858

CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE MAFRA, CRL

Conservatória do Registo Comercial de Mafra. Matrícula n.º 4; identificação de pessoa colectiva n.º 500903000; inscrições n.ºs 5 e 6; números e data das apresentações: 6 e 7/20020123.

Certifico que, em relação à Cooperativa em epígrafe, foi registado o seguinte:

Facto: alteração parcial do contrato.

Artigo alterado: 8.º

Capital mínimo: 7 500 000 euros.

6 — Apresentação n.º 7/20020123.

Facto: nomeação, em 1 de Dezembro de 2001, dos órgãos sociais.

Prazo: triénio de 2002-2004.

Direcção: presidente — José Ferreira Dias; tesoureiro — António Duarte Franco; secretário — Maria Manuela Nina Jorge Vale; substitutos — Luís Francisco Silva Sardinha, Vítor Manuel Martins Jorge e António Silva Gomes.

Conselho fiscal: presidente — Jorge Humberto Moreira Simões; secretário — José Jorge Dias Moreira; vogal — João Francisco Rodrigues; suplente — Francisco Pedro Caldeira.

Está conforme o original.

8 de Fevereiro de 2002. — A Conservadora, *Maria de Lurdes de Oliveira Silva Fernandes*. 1000049857

FARMABIOL — PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS PARA PECUÁRIA, L.^{da}

Conservatória do Registo Comercial de Mafra. Matrícula n.º 2885; identificação de pessoa colectiva n.º 500811326; data da apresentação: 20020227.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 2000.

28 de Fevereiro de 2002. — A Conservadora, *Maria de Lurdes de Oliveira Silva Fernandes*. 1000049934

MANOBRAS — MANUTENÇÃO E OBRAS, L.^{da}

Conservatória do Registo Comercial de Mafra. Matrícula n.º 3027; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 1/20020220.

Certifico que foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

Denominação, sede e duração

1 — A sociedade adopta a firma MANOBRAS — Manutenção e Obras, L.^{da}

2 — A sede social é no Cruzamento da Estrada de Bucelas, lote 30, freguesia da Venda do Pinheiro, concelho de Mafra.

3 — Por simples deliberação da gerência, a sede social poderá ser transferida dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe. A gerência poderá igualmente estabelecer, transferir ou encerrar agências, filiais, sucursais, delegações ou outras formas de representação.

4 — A duração da sociedade é por tempo indeterminado.

ARTIGO 2.º

Objecto social

A sociedade tem por objecto a manutenção, construção, representações, importação e exportação.

ARTIGO 3.º

Capital social

O capital social é de 5000 euros, integralmente subscrito e realizado em dinheiro e corresponde à soma de duas quotas iguais de valor nominal de 2500 euros, pertencentes uma a cada um dos sócios Antonino José Falcão, e GRUPIQUINTAS — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A.

ARTIGO 4.º

Participações sociais

A sociedade poderá adquirir ou alienar participações em sociedades com objecto social igual ou diferente do seu, bem como associar-se a quaisquer pessoas singulares ou colectivas ou a quaisquer agrupamentos complementares de empresas, associações em participação ou consórcios ou entidades de natureza semelhante, e participar na sua administração e fiscalização.

ARTIGO 5.º

Prestações suplementares

1 — Poderão ser exigidas aos sócios, e na proporção das suas quotas, prestações suplementares de capital até ao montante de 500 000 euros.

2 — A exigibilidade de prestações suplementares depende de deliberação dos sócios tomada por maioria simples dos votos correspondentes ao capital social, que fixará igualmente o montante tornado exigível e o prazo de prestação.

ARTIGO 6.º

Divisão e cessão de quotas

1 — A cessão, total ou parcial, de quotas, quer entre sócios, quer entre estranhos, depende sempre do consentimento da sociedade.

2 — A sociedade, em primeiro lugar, e os sócios não cedentes, em segundo lugar, têm direito de preferência nas cessões de quotas referidas no número anterior e se mais de um sócio pretender exercer esse direito será quota dividida pelos sócios interessados na proporção da sua participação de capital.

3 — A sociedade comunicará ao sócio cedente se consente na cessão pretendida, se prefere na aquisição da quota ou se há sócios que pretendam exercer o direito de preferência, no prazo de 15 dias a contar da data em que lhes for dado conhecimento, por escrito, da identidade do cessionário, do preço de cessão e das demais condições essenciais do negócio.

4 — Caso a sociedade ou os demais sócios não se pronunciem dentro do referido prazo, considera-se esse silêncio como consentimento dado à cessão, tendo-se igualmente por caducado o direito ao exercício da preferência.

5 — Na falta de declaração por parte dos titulares do direito de preferência ou tendo sido consentida a cessão, o sócio cedente tem o prazo de três meses para outorgar a escritura de cessão de quotas, findo o qual terá que fazer nova comunicação, nos termos do n.º 3, ainda que sejam idênticas a identidade do cessionário e as condições essenciais do negócio.

ARTIGO 7.º

Amortização de quotas

A sociedade tem a faculdade de amortizar qualquer quota, nos seguintes casos:

- a) Por acordo do respectivo titular;
- b) No caso de falência, insolvência, dissolução, morte ou interdição do sócio;
- c) Se uma quota for penhorada, arrestada ou, por qualquer forma, sujeita a apreensão judicial, salvo se contra estas diligências for reduzida oposição procedente;
- d) Se um sócio ceder gratuitamente a sua quota ou a ceder em infracção ao disposto no artigo 6.º deste pacto;
- e) Por divórcio, separação de pessoas e bens ou mera separação de bens de qualquer sócio, quando a respectiva quota não fique a pertencer integralmente ao seu titular;
- f) Se um sócio utilizar, para fins estranhos à sociedade e com prejuízo desta ou de algum sócio, as informações que houver obtido através do exercício do direito de informação que lhe assiste;

g) Se o sócio exercer os seus direitos sociais por forma a exceder, manifestamente, os limites impostos pela boa-fé, pelos bons costumes e pelo fim social ou económico desses direitos;

h) Se o sócio não cumprir a obrigação de realizar prestações suplementares.

2 — No caso de apreensão judicial, a contrapartida de amortização será a que apurar em balanço para o efeito elaborado com referência à data de deliberação. Nos demais casos, será a correspondente ao valor nominal da quota, se outro inferior não resultar do último balanço aprovado e será em quatro prestações semestrais iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira 30 dias após a deliberação social de amortização, sem vencimentos de juros.

ARTIGO 8.º

Gerência

1 — A gerência da sociedade será exercida por um ou mais gerentes a nomear em assembleia geral.

2 — Porém, ficam desde já nomeados gerentes o não sócio Marco Rodolfo Carvalho Quintas e o sócio Antonino José Falcão, residindo o primeiro na Rua dos Calços, Casa Quintas, Venda do Pinheiro, e o segundo na Rua de Luísa Todi, 50, 3.º, frente, Brejos de Azeitão, Azeitão, com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral.

3 — Os gerentes podem nomear mandatários e procuradores da sociedade.

4 — Os gerentes nomeados terão por atribuições:

a) A prática de todos os actos de gestão necessários ao prosseguimento do objecto social;

b) Adquirir, vender, permutar, trespassar, tomar ou dar arrendamento e onerar bens móveis e imóveis, incluindo veículos automóveis;

c) Efectuar contratos de locação mobiliária ou imobiliária, nas condições que entenderem;

d) Confessar, desistir ou transigir em juízo, sem deliberação prévia da assembleia geral.

5 — A sociedade obriga-se em todos os seus actos e contratos, em juízo ou fora dele, activa e passivamente, pela assinatura de dois gerentes.

6 — É vedado à gerência, obrigar a sociedade em actos, contratos, documentos e obrigações estranhas ao seu objecto social, designadamente em letras de favor, fianças, abonações, vales letras de favor ou outros semelhantes, respondendo o infractor, por todos os prejuízos daí resultantes, não só para a sociedade, como também para terceiros.

ARTIGO 9.º

Lucros

Os lucros líquidos apurados em cada exercício, observados os imperativos legais quanto à constituição do fundo de reserva legal, serão aplicados, conforme for deliberado, por maioria simples, pela assembleia geral.

ARTIGO 10.º

Assembleias gerais

Os sócios impedidos de comparecer à assembleia geral poderão fazer-se representar por outro sócio ou pessoa estranha à sociedade, mediante simples carta por ele assinada, dirigida à sociedade, identificando o representante.

Está conforme o original.

22 de Fevereiro de 2002. — A Conservadora, *Maria de Lurdes de Oliveira Silva Fernandes*.
1000049831

NOEL VENTURA & FILHAS, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Mafra. Matrícula n.º 1111; identificação de pessoa colectiva n.º 502566701; inscrição n.º 25; número e data da apresentação: 15/20020219.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi registado o seguinte:

Facto: aumento do capital com alteração parcial do contrato.

Quantia do aumento: 602 410\$, em dinheiro, subscrito em partes iguais.

Artigo alterado: 3.º

Capital: 5000 euros.

Sócios e quotas: Álvaro Ramos da Cruz José, com 1250 euros; Filipe Luciano Soares Lopes, com 1250 euros; Maria Antónia Cardoso

Esteves Lopes, com 1250 euros, e Maria de Fátima da Silva Siaça Ramos, com 1250 euros.

O texto do pacto, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

21 de Fevereiro de 2002. — A Conservadora, *Maria de Lurdes de Oliveira Silva Fernandes*. 1000049828

ERICEIROBRAS — MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Mafra. Matrícula n.º 1942; identificação de pessoa colectiva n.º 503988057; averbamentos n.ºs 1 e 2; números e data das apresentações: 13 e 14/20020218.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi deslocada a sede para a Rua do Moinho, 21, Ribamar, e cessação das funções de gerente Luísa Maria Correia Barros Vieira, por renúncia, em 15 de Janeiro de 2002.

O texto do pacto, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

19 de Fevereiro de 2002. — A Conservadora, *Maria de Lurdes de Oliveira Silva Fernandes*. 1000049825

NOVIDUPE — IMOBILIÁRIA, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Mafra. Matrícula n.º 2125; identificação de pessoa colectiva n.º 503626155; inscrição n.º 7; número e data da apresentação: 9/20010218.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi registado o seguinte:

Facto: alteração parcial do contrato com aumento de capital.

Quantia do aumento: 606,31 euros, em dinheiro.

Artigo alterado: 5.º

Capital: 1 497 000 euros, dividido em 300 000 acções do valor nominal de 4,99 euros cada uma.

O texto do pacto, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

20 de Fevereiro de 2002. — A Conservadora, *Maria de Lurdes de Oliveira Silva Fernandes*. 1000049823

UNIPIENTA — COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MÁQUINAS E ELECTRICIDADE, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Mafra. Matrícula n.º 2058; identificação de pessoa colectiva n.º 504178318; inscrição n.º 3; número e data da apresentação: 2/20020218.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi registado o seguinte:

Facto: aumento do capital com alteração parcial do contrato.

Quantia do aumento: 602 410\$, em dinheiro, subscrito em partes iguais.

Artigo alterado: 3.º

Capital: 5000 euros.

Sócios e quotas: Manuel de Vasconcelos Pimenta, com 2500 euros, e Alda Maria Batalha da Silva Pimenta, com 2500 euros.

O texto do pacto, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

19 de Fevereiro de 2002. — A Conservadora, *Maria de Lurdes de Oliveira Silva Fernandes*. 1000049821

CONDIPRESTIGE — COMÉRCIO DE BRINDES PUBLICITÁRIOS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Mafra. Matrícula n.º 3023; identificação de pessoa colectiva n.º 503858307; inscrição n.º 5; número e data da apresentação: 7/20020214.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi registado a alteração dos artigos 1.º e 3.º, os quais ficaram com a redacção seguinte:

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a firma CONDIPRESTIGE — Comércio de Brindes Publicitários, L.^{da}, e tem a sua na Estrada de Bucelas, Quinta do Monte, ao quilómetro 17, ponto 1, freguesia da Venda do Pinheiro, concelho de Mafra.

§ único. (*Mantém-se.*)

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro e nos demais bens e valores constantes da respectiva escrituração, é de 15 000 euros e acha-se dividido em duas quotas iguais do valor nominal de 7500 euros, uma de cada um dos sócios Graça Maria Conde Alexandre Amaro e Fernando Alberto Candeias Amaro.

O texto do pacto, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

19 de Fevereiro de 2002. — A Conservadora, *Maria de Lurdes de Oliveira Silva Fernandes*. 1000049820

CONDIPRESTIGE — COMÉRCIO DE BRINDES PUBLICITÁRIOS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Mafra. Matrícula n.º 3023; identificação de pessoa colectiva n.º 503858307; inscrição n.º 5; data da apresentação: 20020215.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 2000.

19 de Janeiro de 2002. — A Conservadora, *Maria de Lurdes de Oliveira Silva Fernandes*. 1000049818

IMPERNEVES — LIVRARIA PAPELARIA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Mafra. Matrícula n.º 1613; identificação de pessoa colectiva n.º 503444200; inscrição n.º 2; número e data da apresentação: 1/20020218.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi registado o seguinte:

Facto: aumento do capital, com alteração parcial do contrato.

Quantia do aumento: 602 410\$, em dinheiro, subscrito por José Filipe da Silva Neves e Maria Guilhermina Henriques da Fonseca Silva Neves, cada um com 240 964\$, e Ana Filipa da Fonseca Silva Neves, com 120 482\$.

Artigo alterado: 3.º

Capital: 5000 euros.

Sócios e quotas: José Filipe da Silva Neves, com 2000 euros; Maria Guilhermina Henriques da Fonseca Silva Neves, com 2000 euros, e Ana Filipa da Fonseca Silva Neves, com 1000 euros.

O texto do pacto, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

19 de Fevereiro de 2002. — A Conservadora, *Maria de Lurdes de Oliveira Silva Fernandes*. 1000049815

SALÃO DE JOGOS MAFRENSE, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Mafra. Matrícula n.º 1054; identificação de pessoa colectiva n.º 502438673; inscrição n.º 3; número e data da apresentação: 2/20020215.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi registado a dissolução e encerramento da liquidação.

Data da aprovação das contas: 4 de Fevereiro de 2002.

Está conforme o original.

18 de Fevereiro de 2002. — A Conservadora, *Maria de Lurdes de Oliveira Silva Fernandes*. 1000049812

CELAVE — INDÚSTRIA DE ESCOVARIA FINA, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Mafra. Matrícula n.º 1804; identificação de pessoa colectiva n.º 503778230; inscrição n.º 4; número e data da apresentação: 53/20011228.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi registado o seguinte:

Facto: aumento do capital com alteração parcial do contrato.

Quantia do aumento: 48 200\$, por incorporação de reservas.

Artigo alterado: 4.º

Capital: 100 000 euros, representado por 20 000 acções, com o valor nominal de 5 euros cada uma.

O texto do pacto, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

22 de Fevereiro de 2002. — A Conservadora, *Maria de Lurdes de Oliveira Silva Fernandes*. 1000049811

QUADRIMAFRA — INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MOLDURAS E QUADROS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Mafra. Matrícula n.º 2117; identificação de pessoa colectiva n.º 504256017; inscrição n.º 2; número e data da apresentação: 4/20020220.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi registado o seguinte:

Facto: aumento do capital, com alteração parcial do contrato.

Quantia do aumento: 24 600 105\$, em dinheiro, subscrito por 13 510 058\$, pelo sócio João Valente Ferreira; 6 170 026\$, pela sócia Maria do Rosário Jesus Franco Ferreira; 2 420 010\$50, pela sócia Sónia Franco Ferreira Jorge, casada com Rui Ricardo dos Santos Jorge na comunhão de adquiridos, e 2 500 010\$50 com a entrada da nova sócia Sara Franco Ferreira, solteira, maior.

Artigos alterados: 1.º e 3.º

Sede: Estrada de Mafragare, ao quilómetro 1500, 3, freguesia de São Miguel de Alcainça.

Capital: 124 700 euros.

Sócios e quotas: João Valente Ferreira, com 68 585 euros; Maria do Rosário Jesus Franco Ferreira, com 31 175 euros; Sónia Franco Ferreira Jorge, com 12 470 euros (tem a natureza de bem próprio), e Sara Franco Ferreira, com 12 470 euros.

O texto do pacto, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

21 de Fevereiro de 2002. — A Conservadora, *Maria de Lurdes de Oliveira Silva Fernandes*. 1000049809

TAPADA NACIONAL DE MAFRA — CENTRO TURÍSTICO, CINERGÉTICO E DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL — COOPERATIVA DE INTERESSE PÚBLICO DE INTERESSE PÚBLICO DE RESPONSABILIDADE, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Mafra. Matrícula n.º 20; inscrição n.º 3; número e data da apresentação: 1/20020122.

Certifico que, em relação à Cooperativa em epígrafe, foi registado o seguinte:

Facto: nomeação dos órgãos sociais em 11 de Janeiro de 2002 para o triénio 2002-2004:

Direcção: presidente — Estação Florestal Nacional, representada por Luís Manuel Rodrigues Realista dos Santos, casado; tesoureiro — Federação dos Arqueiros e Besteiros de Portugal, representada por Henrique Bernardino Godinho, casado; secretário — Direcção-Geral das Florestas, representada por José Carlos Saramago Carvalho; vogal — Direcção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste, representada por António Edgar Bernardo Cosme.

Conselho fiscal: presidente — Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e das Pescas, representado por José Lourinho Graciano, casado, vogais — Instituto de Conservação da Natureza, representado por Óscar Henrique Barroso Knoblich, casado, e Clube Português de Monteiros, representado por Feliciano Manuel de Almeida Gião, casado.

Membros substitutos da direcção: presidente — Estação Florestal Nacional, representada por Alexandre Paulo Mourão António de Aguiar, casado; vice-presidente — Câmara Municipal de Mafra, representada por Luís Manuel Rodrigues Realista dos Santos, casado.

Membros substitutos do conselho fiscal: vogais — Instituto de Conservação da Natureza, representado por Carlos Alberto Moreira Alves d'Oliveira Guerra, casado, e Direcção-Geral das Florestas, representada por José Henrique Ferreira de Matos, casado.

Está conforme o original.

13 de Fevereiro de 2002. — A Conservadora, *Maria de Lurdes de Oliveira Silva Fernandes*. 1000049807

NETO, SILVA & FIGUEIREDO — PRODUTOS E SERVIÇOS DE COSMÉTICA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Mafra. Matrícula n.º 3021; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 5/20020214.

Certifico que foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se reger pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a firma Neto, Silva & Figueiredo — Produtos e Serviços de Cosmética, L.^{da}, com sede na Avenida de Portugal, 44 Póvoa da Galega, freguesia do Milharado, concelho de Mafra.

§ 1.º Por simples deliberação da gerência, a sede social poderá ser deslocada dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, e criadas e encerradas filiais, sucursais, estabelecimentos ou outras formas locais de representação, em qualquer ponto do País.

§ 2.º A sociedade poderá, sob qualquer forma legal, associar-se com outras pessoas, para formar sociedades, agrupamentos complementares, consórcios e associações em participação, além de poder adquirir e alienar participações em sociedades com o mesmo ou diferente objecto.

ARTIGO 2.º

O objecto social consiste na compra, venda por grosso ou a retalho, distribuição, importação, exportação de produtos e equipamentos de cosmética e produtos de beleza e prestação de serviços de apoio a clientes e usuários finais dos produtos vendidos e distribuídos.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro e outros valores sociais, é de 7500 euros e encontra-se dividido em três quotas no valor nominal de 2500 euros cada, pertencentes uma a cada um dos sócios Pedro Afonso de Figueiredo, José António Neto Ferreira e José Manuel Silva Dias.

ARTIGO 4.º

A gerência e a administração da sociedade será exercida pelo sócio Pedro Afonso de Figueiredo, que fica desde já nomeado gerente.

§ único. Para obrigar validamente a sociedade em todos os seus actos e contratos, é necessária e suficiente a assinatura de um gerente ou de um procurador, à excepção daqueles actos cujo valor seja superior a 2500 euros para os quais são necessárias as assinaturas de dois gerentes, de um gerente e um procurador ou de dois procuradores.

ARTIGO 5.º

A cessão, total ou parcial, de quotas é permitida entre os sócios, desde que a quota cedida, ou a parte dela, seja dividida em partes iguais pelos restantes sócios e é livremente permitida aos descendentes do sócio cedente, carecendo do consentimento da sociedade, todas as restantes cessões.

ARTIGO 6.º

Poderão ser exigíveis prestações suplementares de capital com voto unânime de todos os sócios até ao montante global de 7500 euro, e qualquer sócio poderá fazer suprimentos à sociedade, nos termos e condições que em assembleia geral forem estabelecidos.

ARTIGO 7.º

As reuniões da assembleia geral serão convocadas por cartas registadas dirigidas aos sócios, com a antecedência mínima de 15 dias, salvo se a lei exigir outras formalidades.

§ único. Os sócios podem fazer-se representar nas assembleias gerais por procuradores.

ARTIGO 8.º

É permitida a amortização de quotas pela sociedade, nos casos seguintes:

- a) Por acordo com o respectivo titular;
 - b) Se a quota for arrestada, penhorada ou por qualquer forma retirada à livre disponibilidade do seu titular;
 - c) Se o sócio titular de uma quota for declarado em estado de falência ou insolvência;
 - d) Quando a quota deixe de pertencer inteiramente ao seu titular, por, virtude de partilha subsequente a divórcio ou separação judicial.
- § único. A assembleia, geral fixará o montante a pagar pela amortização de qualquer quota, de harmonia com o balanço e as condições aprovadas, respeitantes ao exercício anterior.

ARTIGO 9.º

Nos casos de morte, interdição ou inabilitação de qualquer dos sócios, a sociedade continua com o representante legal do interdito ou do inabilitado ou com os herdeiros do falecido, devendo estes designar por escrito, um que a todos represente.

Está conforme o original.

15 de Fevereiro de 2002. — A Conservadora, *Maria de Lurdes de Oliveira Silva Fernandes*. 1000049804

VENDIMO — COMPRA E VENDA DE IMÓVEIS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Mafra. Matrícula n.º 3019; identificação de pessoa colectiva n.º 501505733; inscrições n.ºs 4 e 5; números e data das apresentações: 1 e 2/20020214.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi registado o seguinte:

5 — Apresentação n.º 2/20020214.

Facto: aumento do capital, com alteração parcial do contrato.

Quantia do aumento: 2410\$, em dinheiro, subscrito em partes iguais.

Artigo alterado: 4.º

Capital: 5000 euros.

Sócios e quotas: Joaquim António da Silva Colaço, com 2500 euros, e Maria Manuela Leitão dos Reis Colaço, com 2500 euros.

O texto do pacto, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

15 de Fevereiro de 2002. — A Conservadora, *Maria de Lurdes de Oliveira Silva Fernandes*. 1000049801

PREDIPRONGO — SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Mafra. Matrícula n.º 950; identificação de pessoa colectiva n.º 502182962; inscrição n.º 3; número e data da apresentação: 72/20011228.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi registado o seguinte:

Facto: aumento do capital, com alteração parcial do contrato.

Quantia do aumento: 22\$, por incorporação de reservas.

Artigo alterado: 3.º

Capital: 24 940,01 euros.

Sócios e quotas: Armindo Valério da Silva, com 8315 euros; Jorge dos Santos Filipe, com 8315 euros, e João Ricardo da Silva, com 8310,01 euros.

O texto do pacto, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

19 de Fevereiro de 2002. — A Conservadora, *Maria de Lurdes de Oliveira Silva Fernandes*. 1000049798

ALVES & ASSIS — MEDICINA DENTÁRIA, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Mafra. Matrícula n.º 3020; inscrição n.º 2; número e data da apresentação: 3/20020214.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi registado o seguinte:

Facto: alteração parcial do contrato.

Artigo alterado: 1.º

Sede: Rua de Alberto Nobre GM Caro, 5, freguesia da Venda do Pinheiro.

O texto do pacto, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

15 de Fevereiro de 2002. — A Conservadora, *Maria de Lurdes de Oliveira Silva Fernandes*. 1000049796

PRAIA DO SUL — APARTAMENTOS TURÍSTICOS DA ERICEIRA, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Mafra. Matrícula n.º 1460; identificação de pessoa colectiva n.º 503208019; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 3.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi registado o seguinte:

3 — Averbamento n.º 1, of., apresentação n.º 6/20020128.

Cessaçã das funções de gerente de Mário Ribeiro Lourenço, por renúncia, em 11 de Janeiro de 2002.

Está conforme o original.

6 de Fevereiro de 2002. — A Conservadora, *Maria de Lurdes de Oliveira Silva Fernandes*. 1000049793

CARPINUS — CARPINTARIA E MÓVEIS, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Mafra. Matrícula n.º 1531; identificação de pessoa colectiva n.º 503304344.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi registado o seguinte:

1 — Averbamento n.º 1, of., apresentação n.º 10/20020128.

Cessaçã das funções de gerente de Mário Ribeiro Lourenço, por renúncia, em 11 de Janeiro de 2002.

6 de Fevereiro de 2002. — A Conservadora, *Maria de Lurdes de Oliveira Silva Fernandes*. 1000049791

PROGRANOS — PROJECTOS PARA MOVIMENTAÇÃO E ARMAZENAMENTO DE GRANÉIS SÓLIDOS, UNIPESSOAL, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Mafra. Matrícula n.º 3018; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 2/20020213.

Certifico que foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma PROGRANOS — Projectos para Movimentação e Armazenamento de Granéis Sólidos, Unipessoal, L.ª

2 — A sociedade tem a sua sede no Condomínio Brízida, Edifício A, 2.º, na Malveira, freguesia da Malveira, concelho de Mafra.

3 — Por simples deliberação da gerência, pode a sede ser deslocada, dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, e serem criadas e encerradas sucursais, filiais, agências ou outras formas locais de representação, no território nacional ou no estrangeiro.

ARTIGO 2.º

O objecto da sociedade consiste na execução, gestão e coordenação de projectos para movimentação, armazenamento e processamento de granéis sólidos. Fornecimento de equipamentos e infra-estruturas, coordenação da sua instalação, fiscalização, importação e representação.

ARTIGO 3.º

O capital social é de 10 000 euros, encontra-se integralmente realizado em dinheiro e corresponde a uma quota de igual valor nominal, titulada pelo sócio.

ARTIGO 4.º

1 — A gerência e a representação da sociedade pertencem ao sócio único ou a não sócios, com ou sem remuneração, conforme aquele decidir.

2 — Para obrigar a sociedade é suficiente a intervenção de um gerente.

3 — Fica desde já nomeado gerente o sócio.

ARTIGO 5.º

O sócio único fica autorizado a celebrar negócios jurídicos com a sociedade, desde que tais negócios sirvam à prossecução do objecto social.

ARTIGO 6.º

A sociedade poderá participar em agrupamentos complementares de empresas e no capital social de outras sociedades, mesmo com objecto diferente do seu.

Está conforme o original.

19 de Fevereiro de 2002. — A Conservadora, *Maria de Lurdes de Oliveira Silva Fernandes*. 1000049950

CARLOS CREIO, UNIPESSOAL, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Mafra. Matrícula n.º 3028; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 20020220.

Certifico que foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma Carlos Creio, Unipessoal, L.ª

2 — A sociedade tem a sua sede na Rua de Ferreira de Castro, 13, 3.º, direito, freguesia e concelho de Mafra.

3 — Por simples deliberação da gerência, pode a sede ser deslocada, dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe.

ARTIGO 2.º

A sociedade tem por objecto a actividade de restaurante, *snack-bar*, restauração, hotelaria e similares.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro, é de 5000 euros, representado por uma quota de igual valor nominal, pertencente ao sócio único.

ARTIGO 4.º

1 — A gerência e a representação da sociedade pertencem ao sócio único ou a não sócios, com ou sem remuneração, conforme aquele decidir.

2 — Para obrigar a sociedade é suficiente a intervenção de um gerente.

3 — Fica desde já nomeado gerente o sócio.

ARTIGO 5.º

O sócio único fica autorizado a celebrar negócios jurídicos com a sociedade, desde que tais negócios sirvam à prossecução do objecto social.

ARTIGO 6.º

A sociedade poderá participar em agrupamentos complementares de empresas e no capital social de outras sociedades, nos termos permitidos por lei, mesmo que o objecto desses agrupamentos complementares e ou empresas não coincida no todo ou em parte com aquele que a sociedade está exercendo.

Está conforme o original.

27 de Fevereiro de 2002. — A Conservadora, *Maria de Lurdes de Oliveira Silva Fernandes*. 1000049947

JOSÉ GUEDES — PINTURAS, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Mafra. Matrícula n.º 3026; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 1/20020219.

Certifico que foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma José Guedes — Pinturas, L.ª

2 — A sociedade tem a sua sede na Rua de Normando Correia Leitão, 12, rés-do-chão, esquerdo, freguesia e concelho de Mafra.

3 — Por simples deliberação da gerência, pode a sede ser deslocada, dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, podendo ainda ser criadas sucursais, filiais, agências ou outras formas locais de representação, no território nacional ou no estrangeiro.

ARTIGO 2.º

O objecto da sociedade consiste na actividade de pinturas, remodelações e decorações na área da construção civil.

ARTIGO 3.º

1 — O capital social é de 5000 euros, encontra-se integralmente subscrito e realizado em dinheiro e corresponde à soma de duas quotas, uma do valor nominal de 4500 euros, pertencente ao sócio José Manuel Guedes Antunes, e outra do valor nominal de 500 euros, pertencente à sócia Ana Cristina Rodrigues de Almeida Antunes.

2 — Aos sócios poderão ser exigidas prestações suplementares de capital até ao montante global de 50 000 euros.

3 — Depende de deliberação dos sócios a celebração de contratos de suprimentos.

ARTIGO 4.º

1 — A gerência da sociedade compete aos gerentes, sócios ou não sócios, com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral.

2 — Para vincular a sociedade é necessária a intervenção de um gerente.

3 — A remuneração da gerência poderá consistir, total ou parcialmente, em participação nos lucros da sociedade.

4 — Fica desde já nomeado gerente o sócio José Manuel Guedes Antunes.

ARTIGO 5.º

A sociedade poderá participar no capital social de outras sociedades, mesmo com objecto diferente do seu, e em sociedades reguladas por leis especiais ou em agrupamentos complementares de empresas.

ARTIGO 6.º

A cessão de quotas a não sócios depende do consentimento da sociedade, que terá sempre o direito de preferência, o qual, de seguida, se defere aos sócios não cedentes.

ARTIGO 7.º

A sociedade poderá amortizar a quota de qualquer sócio quando esta for sujeita a arrolamento, arresto, penhora, quando for incluída em massa falida ou quando, fora dos casos previstos na lei, for cedida sem o consentimento da sociedade.

ARTIGO 8.º

Aos lucros líquidos anualmente apurados, depois de deduzida a percentagem para reserva legal, será dado o destino que vier a ser deliberado em assembleia geral.

Está conforme o original.

22 de Fevereiro de 2002. — A Conservadora, *Maria de Lurdes de Oliveira Silva Fernandes*. 1000049946

LIMPOSTYLE — SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE, UNIPESSOAL, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Mafra. Matrícula n.º 3025; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 15/20020220.

Certifico que foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma LIMPOSTYLE — Serviços de Limpeza e Higiene, Unipessoal, L.ª

2 — A sociedade tem a sua sede na Rua de Luís de Camões, 2, cave esquerda, lugar e freguesia da Ericeira, concelho de Mafra.

3 — Por simples deliberação da gerência, pode a sede ser deslocada, dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe.

ARTIGO 2.º

O objecto da sociedade consiste na prestação de serviços de limpeza e higiene e gestão e administração de condomínios.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro, é de 10 000 euros, representado por uma quota de igual valor nominal, pertencente à sócia única.

ARTIGO 4.º

1 — A gerência e a representação da sociedade pertence aos gerentes, com ou sem remuneração, conforme a sócia decidir, ficando desde já nomeada gerente a sócia.

2 — Para vincular a sociedade é suficiente a intervenção de um gerente.

ARTIGO 5.º

A sócia única fica autorizada a celebrar negócios jurídicos com a sociedade, desde que tais negócios sirvam à prossecução do objecto social.

ARTIGO 6.º

A sociedade poderá participar em agrupamentos complementares de empresas e no capital social de outras sociedades, nos termos permitidos por lei, mesmo que o objecto desses agrupamentos complementares e ou empresas não coincida no todo ou em parte com aquele que a sociedade está exercendo.

Está conforme o original.

20 de Fevereiro de 2002. — A Conservadora, *Maria de Lurdes de Oliveira Silva Fernandes*. 1000049943

MATOS MOUTA — PROJECTOS, CONSTRUÇÃO E FISCALIZAÇÃO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Mafra. Matrícula n.º 3033; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 4/20020228.

Certifico que foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma Matos Mouta — Projectos, Construção e Fiscalização, L.^{da}

2 — A sociedade tem a sua sede na Avenida de 9 de Julho, 4, bloco A, loja 3, no lugar e freguesia de Venda do Pinheiro, concelho de Mafra.

3 — Por simples deliberação da gerência, pode a sede ser deslocada, dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, podendo a mesma criar ou encerrar sucursais, filiais, agências ou outras formas locais de representação, no território nacional ou no estrangeiro.

ARTIGO 2.º

O objecto da sociedade consiste em projectos, construção civil e fiscalização.

ARTIGO 3.º

O capital social é de 25 000 euros, encontra-se integralmente realizado em dinheiro e corresponde à soma de duas quotas iguais do valor nominal de 12 500 euros cada uma e uma de cada sócio.

ARTIGO 4.º

1 — A gerência da sociedade compete a sócios ou a não sócios, a nomear em assembleia geral, com ou sem remuneração, conforme aí for deliberado.

2 — Para vincular a sociedade é suficiente a intervenção de um gerente.

3 — Ficam desde já nomeados gerentes os sócios.

ARTIGO 5.º

A sociedade poderá participar no capital social de outras sociedades, mesmo com objecto diferente do seu, e em sociedades reguladas por leis especiais ou em agrupamentos complementares de empresas.

ARTIGO 6.º

A cessão de quotas a não sócios depende do consentimento da sociedade, que terá sempre o direito de preferência, o qual, de seguida, se defere aos sócios não cedentes.

Está conforme o original.

6 de Março de 2002. — A Conservadora, *Maria de Lurdes de Oliveira Silva Fernandes*. 1000049941

WYDEN, SISTEMAS DE AQUECIMENTO CENTRAL, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Mafra. Matrícula n.º 3031; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 1/20020227.

Certifico que foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma Wyden, Sistemas de Aquecimento Central, L.^{da}

2 — A sociedade tem a sua sede na Rua do Novo Mercado, bloco A, 1.º, A, freguesia da Encarnação, concelho de Mafra.

3 — Por simples deliberação da gerência, pode a sede ser deslocada, dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, podendo ainda ser criadas sucursais, filiais, agências ou outras formas locais de representação, no território nacional ou no estrangeiro.

ARTIGO 2.º

O objecto da sociedade consiste na montagem, assistência técnica e manutenção de sistemas de aquecimento central, canalizações, ar condicionado, energias alternativas.

ARTIGO 3.º

1 — O capital social é de 5000 euros, encontra-se integralmente subscrito e realizado em dinheiro e corresponde à soma de duas quotas iguais do valor nominal de 2500 euros cada uma e uma de cada sócio.

2 — Aos sócios poderão ser exigidas prestações suplementares de capital até ao montante global de 5000 euros.

3 — Depende de deliberação dos sócios a celebração de contratos de suprimentos.

ARTIGO 4.º

1 — A gerência da sociedade compete aos gerentes, sócios ou não sócios, com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral.

2 — Para vincular a sociedade é necessária a intervenção de dois gerentes.

3 — A remuneração da gerência poderá consistir, total ou parcialmente, em participação nos lucros da sociedade.

4 — Ficam desde já nomeados gerentes os sócios.

ARTIGO 5.º

A sociedade poderá participar no capital social de outras sociedades, mesmo com objecto diferente do seu, e em sociedades reguladas por leis especiais ou em agrupamentos complementares de empresas.

ARTIGO 6.º

A cessão de quotas a não sócios depende do consentimento da sociedade, que terá sempre o direito de preferência, o qual, de seguida, se defere aos sócios não cedentes.

ARTIGO 7.º

A sociedade poderá amortizar a quota de qualquer sócio quando esta for sujeita a arrolamento, arresto, penhora, quando for incluída em massa falida ou quando, fora dos casos previstos na lei, for cedida sem o consentimento da sociedade.

ARTIGO 8.º

Aos lucros líquidos anualmente apurados, depois de deduzida a percentagem para reserva legal, será dado o destino que vier a ser deliberado em assembleia geral.

Está conforme o original.

4 de Março de 2002. — A Conservadora, *Maria de Lurdes de Oliveira Silva Fernandes*. 1000049939

ERIFRANCO, SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES CIVIS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Mafra. Matrícula n.º 3002; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 2/20020123.

Certifico que foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma Erifranco, Sociedade de Construções Civis, L.^{da}

2 — A sociedade tem a sua sede na Avenida do 1.º de Maio, 8-A, rés-do-chão, freguesia e concelho de Mafra.

3 — Por simples deliberação da gerência, pode a sede ser deslocada, dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, podendo ainda ser criadas sucursais, filiais, agências ou outras formas locais de representação, no território nacional ou no estrangeiro.

ARTIGO 2.º

O objecto da sociedade consiste na actividade de construção civil, compra e venda de bens imóveis e revenda dos adquiridos para esse fim, comércio de pronto-a-vestir e acessórios de moda.

ARTIGO 3.º

1 — O capital social é de 50 000 euros, encontra-se integralmente realizado em dinheiro e corresponde à soma de quatro quotas, duas do valor nominal de 5000 euros cada uma e uma de cada um dos sócios Adolfo Bernardino Franco e Tânia Filipa Bernardino Santos, e duas do valor nominal de 20 000 euros cada uma e uma de cada um dos sócios Anabela Bernardo dos Reis Bernardino Franco e Francisco Alexandre Henriques Franco.

2 — Depende de deliberação dos sócios a celebração de contratos de suprimentos.

ARTIGO 4.º

1 — A gerência da sociedade compete aos gerentes, sócios ou não sócios, a nomear em assembleia geral, com ou sem remuneração, conforme aí for deliberado.

2 — Para vincular a sociedade, é necessária a intervenção de um gerente.

3 — A remuneração da gerência poderá consistir, total ou parcialmente, em participação nos lucros da sociedade.

4 — Fica desde já nomeada gerente a sócia Anabela Bernardo dos Reis Bernardino Franco.

ARTIGO 5.º

A sociedade poderá participar no capital social de outras sociedades, mesmo com objecto diferente do seu, e em sociedades reguladas por leis especiais ou em agrupamentos complementares de empresas.

ARTIGO 6.º

A cessão de quotas a não sócios depende do consentimento da sociedade, que terá sempre o direito de preferência, o qual, de seguida, se defere aos sócios não cedentes.

ARTIGO 7.º

1 — A sociedade poderá amortizar a quota de qualquer sócio nos seguintes casos:

- a) Por acordo com o respectivo titular;
- b) Quando a quota for objecto de penhora, arresto ou adjudicação em juízo, falência ou cessão gratuita não autorizada;
- c) Quando o sócio praticar actos que violem o pacto social ou as obrigações sociais;
- d) No caso de morte de sócio a quem não sucedam herdeiros legítimos;
- e) Quando, em partilha, a quota for adjudicada a quem não seja sócio;
- f) Por interdição ou inabilitação de qualquer sócio;
- g) Por exoneração ou exclusão de um sócio;
- h) Quando a quota tiver sido cedida a terceiros sem o prévio consentimento da sociedade, tomado por maioria em assembleia geral.

2 — Os sócios podem deliberar que a quota amortizada figure no balanço e que, posteriormente, sejam criadas uma ou mais quotas, destinadas a serem alienadas a um ou a alguns dos sócios ou a terceiros.

3 — Salvo acordo em contrário ou disposição legal imperativa, a contrapartida da amortização será o valor que resultar do último balanço aprovado.

4 — Se por falecimento de um sócio a respectiva quota não for amortizada no prazo de 90 dias a contar da data do falecimento, os herdeiros deverão designar, de entre eles, um representante comum.

ARTIGO 8.º

Aos lucros líquidos anualmente apurados, depois de deduzida a percentagem para reserva legal, será dado o destino que vier a ser deliberado em assembleia geral.

Está conforme o original.

4 de Fevereiro de 2002. — A Conservadora, *Maria de Lurdes de Oliveira Silva Fernandes*.
1000049938

MAR DE RISCOS — PAPELARIA, TABACARIA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Mafra. Matrícula n.º 3012; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 4/20020205.

Certifico que foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma Mar de Riscos — Papelaria, Tabacaria, L.^{da}

2 — A sociedade tem a sua sede no Largo dos Navegantes, loja 4, freguesia da Ericeira, concelho de Mafra.

3 — Por simples deliberação da gerência, pode a sede ser deslocada, dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, podendo ainda ser criadas sucursais, filiais, agências ou outras formas locais de representação, no território nacional ou no estrangeiro.

ARTIGO 2.º

O objecto da sociedade consiste no comércio a retalho de artigos de papelaria, tabacaria, brindes, livraria.

ARTIGO 3.º

O capital social é de 5000 euros, encontra-se integralmente realizado em dinheiro e corresponde à soma de duas quotas iguais do valor nominal de 2500 euros cada uma e uma de cada sócia, Bernardina Eunice Miranda Conde Bettencourt Monteiro Veiga e Isabel Maria Martins Nunes.

ARTIGO 4.º

1 — A gerência da sociedade compete aos gerentes, sócios ou não sócios, com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral.

2 — Para vincular a sociedade é suficiente a intervenção de um gerente.

3 — Ficam desde já nomeadas gerentes as sócias.

ARTIGO 5.º

A sociedade poderá participar no capital social de outras sociedades, mesmo com objecto diferente do seu, e em sociedades reguladas por leis especiais ou em agrupamentos complementares de empresas.

Está conforme o original.

11 de Fevereiro de 2002. — A Conservadora, *Maria de Lurdes de Oliveira Silva Fernandes*.
1000049933

ILDA OLIVENÇA — MEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA, UNIPESSOAL, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Mafra. Matrícula n.º 3010; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 1/20020201.

Certifico que foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação Ilda Olivença — Mediação Imobiliária, Unipessoal, L.^{da}, e tem a sua sede no Largo dos Navegantes, Edifício Navegantes, loja 19, na vila e freguesia da Ericeira, concelho de Mafra.

§ único. Por simples decisão, a gerência da sociedade poderá transferir a sua sede para outro local, do mesmo concelho ou concelhos limítrofes, bem como criar ou encerrar filiais, sucursais ou qualquer outra forma de representação social.

ARTIGO 2.º

A sociedade tem por objecto a mediação imobiliária.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro, é de 5000 euros e corresponde à quota de igual valor nominal, pertencente ao único sócio.

ARTIGO 4.º

A gerência da sociedade, com ou sem remuneração, fica a cargo do sócio ou de não sócios, conforme for deliberado em assembleia geral, ficando desde já nomeado gerente o sócio único.

§ único. Para validamente representar e obrigar a sociedade, em todos os seus actos e contratos, é suficiente a assinatura de um gerente.

ARTIGO 5.º

O sócio único está autorizado a fazer prestações suplementares de capital à sociedade, até ao montante global correspondente a três vezes o capital social.

ARTIGO 6.º

A sociedade poderá participar em agrupamentos complementares de empresas e no capital social de outras sociedades, nos termos permitidos por lei.

Está conforme o original.

8 de Fevereiro de 2002. — A Conservadora, *Maria de Lurdes de Oliveira Silva Fernandes*. 1000049930

WWS — WORLD WIDE SHOES — COMÉRCIO DE CALÇADO, UNIPESSOAL, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Mafra. Matrícula n.º 3011; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 9/20020201.

Certifico que foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma WWS — World Wide Shoes — Comércio de Calçado, Unipessoal, L.^{da}

2 — A sociedade tem a sua sede em Mafra, na Rua da Cidade de Frehel, 7, 002-F, freguesia e concelho de Mafra.

3 — Por simples deliberação da gerência, pode a sede ser deslocada, dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, e serem criadas e encerradas sucursais, filiais, agências ou outras formas locais de representação, no território nacional ou no estrangeiro.

ARTIGO 2.º

O objecto da sociedade consiste no comércio de calçado, criação de colecções de calçado e estudos de mercado. Importação e exportação de calçado.

ARTIGO 3.º

O capital social é de 5000 euros, encontra-se integralmente realizado em dinheiro e corresponde a uma quota de igual valor nominal, titulada pelo sócio.

ARTIGO 4.º

1 — A gerência e a representação da sociedade pertencem ao sócio único ou a não sócios, com ou sem remuneração, conforme aquele decidir.

2 — Para obrigar a sociedade é suficiente a intervenção de um gerente.

3 — Fica desde já nomeado gerente o sócio.

ARTIGO 5.º

O sócio único fica autorizado a celebrar negócios jurídicos com a sociedade, desde que tais negócios sirvam à prossecução do objecto social.

ARTIGO 6.º

A sociedade poderá participar em agrupamentos complementares de empresas e no capital social de outras sociedades, mesmo com objecto diferente do seu.

Está conforme o original.

8 de Fevereiro de 2002. — A Conservadora, *Maria de Lurdes de Oliveira Silva Fernandes*. 1000049925

VALUEPLACE CONSULTING — CONSULTORIA EM SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Mafra. Matrícula n.º 3001; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 1/20020123.

Certifico que foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma Valueplace Consulting — Consultoria em Sistemas de Informação, L.^{da}

2 — A sociedade tem a sua sede na Rua das Glicínias, 1, Aldeamento Vale de São Gião, freguesia do Milharado, concelho de Mafra.

3 — Por simples deliberação da gerência, pode a sede ser deslocada, dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, podendo a mesma criar ou encerrar sucursais, filiais, agências ou outras formas locais de representação, no território nacional ou no estrangeiro.

ARTIGO 2.º

O objecto da sociedade consiste na prestação de serviços de consultoria de sistemas de informação.

ARTIGO 3.º

1 — O capital social é de 5000 euros, encontra-se integralmente subscrito e realizado em dinheiro e corresponde à soma de três quotas, sendo uma do valor nominal de 1700 euros, titulada pelo sócio Jorge Manuel de Carvalho Mak, e duas iguais do valor nominal de 1650 euros cada uma, tituladas uma por cada um dos sócios Sílvia Cardoso Simões Mak e Tiago Bruno Duarte Santos.

2 — Aos sócios poderão ser exigidas prestações suplementares de capital até ao montante global correspondente a três vezes o capital social.

3 — Depende de deliberação dos sócios a celebração de contratos de suprimentos.

ARTIGO 4.º

1 — A gerência da sociedade compete aos gerentes, a nomear em assembleia geral, com ou sem remuneração, conforme for aí deliberado.

2 — Para vincular a sociedade é necessária a intervenção de dois gerentes.

3 — A remuneração da gerência poderá consistir, total ou parcialmente, em participação nos lucros da sociedade.

4 — Ficam desde já nomeados gerentes os sócios.

ARTIGO 5.º

A sociedade poderá participar no capital social de outras sociedades, mesmo com objecto diferente do seu, e em sociedades reguladas por leis especiais ou em agrupamentos complementares de empresas.

ARTIGO 6.º

A cessão de quotas a não sócios depende do consentimento da sociedade, que terá sempre o direito de preferência, o qual, de seguida, se defere aos sócios não cedentes.

ARTIGO 7.º

A sociedade poderá amortizar a quota de qualquer sócio quando esta for sujeita a arrolamento, arresto, penhora, quando for incluída em massa falida ou quando, fora dos casos previstos na lei, for cedida sem o consentimento da sociedade.

ARTIGO 8.º

Aos lucros líquidos anualmente apurados, depois de deduzida a percentagem para reserva legal, será dado o destino que vier a ser deliberado em assembleia geral.

Está conforme o original.

4 de Fevereiro de 2002. — A Conservadora, *Maria de Lurdes de Oliveira Silva Fernandes*. 1000049921

PARQUE DOS NAVEGANTES — ESTACIONAMENTO DA ERICEIRA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Mafra. Matrícula n.º 1532; identificação de pessoa colectiva n.º 503304166.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi registado o seguinte:

1 — Averbamento n.º 1, of. apresentação n.º 8/20020128.

Cessação das funções de gerente de Mário Ribeiro Lourenço, por renúncia, em 11 de Janeiro de 2002.

6 de Fevereiro de 2002. — A Conservadora, *Maria de Lurdes de Oliveira Silva Fernandes*. 1000049788

ESCOLA DE CONDUÇÃO SANTA HELENA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Mafra. Matrícula n.º 2060; identificação de pessoa colectiva n.º 504178695; inscrição n.º 3; número e data da apresentação: 5/20020301.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi alterado parcialmente o contrato social quanto aos artigos 3.º e 4.º, os quais passam a ter a redacção seguinte:

ARTIGO 3.º

1 — O capital social é de 50 000 euros, está integralmente realizado em dinheiro e nos demais valores constantes do activo social e corresponde à soma de quatro quotas iguais de 12 500 euros, pertencentes uma a cada um dos sócios, João Manuel Coelho de Almeida Nogueira, António Manuel Simões Gaspar, Manuel Francisco Gaspar e Paulo Renato Esteves Borges.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

4 de Março de 2002. — A Conservadora, *Maria de Lurdes de Oliveira Silva Fernandes*. 1000049785

ALECOP — FORMAÇÃO TÉCNICA E PROFISSIONAL, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Mafra. Matrícula n.º 1861; identificação de pessoa colectiva n.º 502881836; data da apresentação: 20020228.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva os documentos referentes à prestação de contas do ano de 2001.

5 de Março de 2002. — A Conservadora, *Maria de Lurdes de Oliveira Silva Fernandes*. 1000049783

REPAROMARQUES — CONSTRUÇÃO CIVIL, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Mafra. Matrícula n.º 3035; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 3/20020301.

Certifico que foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a firma REPAROMARQUES — Construção Civil, L.^{da}, e durará por tempo indeterminado, com início no dia de hoje.

ARTIGO 2.º

A sua sede é na Rua do Professor Guilherme de Assunção, 39-A, em Mafra, freguesia e concelho de Mafra.

ARTIGO 3.º

A sociedade tem por objecto a construção de edifícios, prestação de serviços de construção civil, compra e venda de imóveis e sua revenda.

ARTIGO 4.º

O capital social é de 48 000 euros, inteiramente realizado em dinheiro, e corresponde à soma de três quotas iguais, cada uma do valor nominal de 16 000 euros, pertencentes uma a cada um dos sócios Vítor Manuel Marques, Eunice Maria Santos Marques e Vítor Hugo Santos Marques.

ARTIGO 5.º

a) A gerência da sociedade, dispensada de caução, e a sua representação, em juízo e fora dele, activa e passivamente, fica a cargo dos sócios Vítor Manuel Marques e Vítor Hugo Santos Marques, desde já nomeados gerentes, com ou sem remuneração, conforme venha a ser deliberado em assembleia geral.

b) Para que a sociedade fique validamente obrigada em todos os seus actos e contratos, serão necessárias as assinaturas de dois gerentes, excepto em actos de mero expediente, em que basta a assinatura de um.

c) A sociedade não pode ser obrigada em contratos estranhos aos negócios sociais, designadamente fianças, abonações, letras de favor, avales ou outros documentos de natureza semelhante.

ARTIGO 6.º

A cessão de quotas entre sócios é livremente permitida; a estranhos, dependerá do consentimento da sociedade, tendo esta, em primeiro lugar, e os restantes sócios, em segundo, direito de preferência.

ARTIGO 7.º

a) Em caso de falecimento, interdição ou inabilitação de qualquer sócio, a sociedade poderá amortizar a respectiva quota, adquiri-la ou fazê-la adquirir por sócio ou terceiro.

b) Se a situação prevista na alínea a) não se verificar, a sociedade continuará com os respectivos herdeiros ou representante, devendo os herdeiros nomear um de entre si que os represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 8.º

a) A sociedade poderá amortizar qualquer quota, nas seguintes condições:

Acordo com o respectivo titular;

Falência ou insolvência do titular da quota;

Arrolamento, arresto, apreensão ou penhora da quota;

Arrematação, adjudicação ou venda da quota em qualquer processo judicial, fiscal ou administrativo;

Cessão de quota a favor de estranhos sem consentimento da sociedade ou sem satisfação das regras de opção.

b) O valor da amortização será determinado por acordo dos interessados, pelo último balanço, ou, na falta de acordo, mediante recurso a árbitros, nos termos dos artigos 1513.º e seguintes do Código de Processo Civil.

ARTIGO 9.º

Não são exigíveis prestações suplementares de capital, mas os sócios poderão fazer à sociedade os suprimentos que forem necessários, até ao montante e condições que vierem a ser estabelecidos em assembleia geral.

Está conforme o original.

4 de Março de 2002. — A Conservadora, *Maria de Lurdes de Oliveira Silva Fernandes*. 1000049779

CÁTIA & ESPERANÇA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Mafra. Matrícula n.º 3032; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 2/20020228.

Certifico que, entre Maria Esperança Maduro Gonçalves Agostinho e Cátia Alexandra Gonçalves Agostinho, foi constituída a sociedade por quotas em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

1.º

A sociedade adopta a firma Cátia & Esperança, L.^{da}, e tem a sua sede na Rua de Henrique Marques, 1-F, na vila e freguesia da Malveira, concelho de Mafra.

§ único. A gerência da sociedade poderá mudar a sede social dentro do mesmo concelho ou para concelhos limítrofes, sem dependência de deliberação dos sócios.

2.º

A sociedade tem por objecto o comércio de pronto-a-vestir, comércio de artigos têxteis, retrosaria, sapataria, comércio de peles, roupa de bebé e criança, tecidos de decoração, bijutaria, *lingerie*, artigos para o lar, revenda de malhas e comércio de artigos de desporto.

3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5000 euros e corresponde à soma de duas quotas dos valores nominais de 2550 euros, da sócia Maria Esperança Maduro Gonçalves Agostinho, e 2450 euros, da sócia Cátia Alexandra Gonçalves Agostinho.

4.º

A cessão de quotas é livremente permitida entre os sócios; porém, a favor de estranhos, é necessário o consentimento da sociedade, gozando os sócios em primeiro lugar e a sociedade em segundo do direito de preferência.

5.º

A gerência da sociedade, com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral, será desempenhada pela sócia Maria Esperança Maduro Gonçalves Agostinho, que desde já fica nomeada gerente. A gerência pode ser atribuída a terceiro não sócio, desde que os sócios assim o deliberem em assembleia geral.

§ único. A sociedade obriga-se com a assinatura do sócio gerente.

6.º

A sociedade poderá amortizar quotas nos seguintes casos:

- a) Quando sobre a quota recaia penhor, arresto ou outra forma de apreensão judicial;
- b) Insolvência ou falência do sócio titular ou por acordo do mesmo;
- c) Quando o sócio titular praticar actos contrários aos interesses sociais.

7.º

No caso de falecimento ou interdição de qualquer sócio, a sociedade continuará com os herdeiros ou representantes legais do falecido ou interdito, devendo aqueles escolher um de entre eles que a todos represente enquanto a quota permanecer indivisa.

8.º

Poderão ser exigidas aos sócios prestações suplementares de capital até ao montante do valor do capital social à altura dessa exigência.

9.º

As assembleias gerais serão convocadas, quando a lei não exigir outras formalidades, por carta registada, dirigida aos sócios com a antecedência mínima de 15 dias.

10.º

Mediante deliberação da assembleia geral, a remuneração dos gerentes poderá consistir, total ou parcialmente, em participações nos lucros da sociedade.

Está conforme o original.

4 de Março de 2002. — A Conservadora, *Maria de Lurdes de Oliveira Silva Fernandes*. 1000049776

LUÍS PEREIRA & RUI AFONSO — ARQUITECTURA, ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Mafra. Matrícula n.º 1376; identificação de pessoa colectiva n.º 503034711; inscrição n.º 3; número e data da apresentação: 1/20020228.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi registado o seguinte:

Facto: aumento do capital com alteração parcial do contrato.

Quantia do aumento: 602 410\$ em dinheiro, subscrito em partes iguais.

Artigo alterado: 3.º

Capital: 5000 euros.

Sócios e quotas: Luís Manuel Bernardino Pereira — 2500 euros; Rui Maria Matos Afonso — 2500 euros.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

4 de Março de 2002. — A Conservadora, *Maria de Lurdes de Oliveira Silva Fernandes*. 1000049774

OVIMAFRA — COMÉRCIO DE OVOS E ACTIVIDADES HOTELEIRAS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Mafra. Matrícula n.º 1230; identificação de pessoa colectiva n.º 502758414; inscrição n.º 5; número e data da apresentação: 4/20020219.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi registado o seguinte:

Facto: aumento do capital com alteração parcial do contrato.

Quantia do aumento: 502 410\$ em dinheiro, subscrito em partes iguais.

Artigo alterado: 3.º

Capital: 5000 euros.

Sócios e quotas: Américo Duarte Fernandes de Carvalho — 2500 euros; Maria Luísa Vicente Rodrigues de Carvalho — 2500 euros.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

21 de Fevereiro de 2002. — A Conservadora, *Maria de Lurdes de Oliveira Silva Fernandes*. 1000049771

MARIA LUÍSA VICENTE RODRIGUES DE CARVALHO, SOCIEDADE UNIPESSOAL, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Mafra. Matrícula n.º 3015; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 9/20020208.

Certifico que foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação Maria Luísa Vicente Rodrigues de Carvalho, Sociedade Unipessoal, L.^{da}, e tem a sua sede na Rua do Parque de Campismo, no lugar de Sobreiro, na freguesia e concelho de Mafra.

§ único. A sociedade, por simples deliberação da gerência, poderá deslocar a sede social para outro local, dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, bem como poderá criar agências, sucursais, filiais ou outras formas locais de representação da sociedade, em qualquer ponto do País e estrangeiro.

ARTIGO 2.º

O objecto da sociedade consiste em comércio por grosso e a retalho de ovos, ovo líquido e seus derivados.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 50 000 euros, representado por uma quota de igual valor nominal, pertencente a ela sócia Maria Luísa Vicente Rodrigues de Carvalho.

ARTIGO 4.º

A gerência da sociedade ficará a cargo dela sócia, desde já nomeada gerente, ou de pessoas estranhas à sociedade que venham a ser por ela designadas.

§ único. Para obrigar a sociedade em todos os seus actos e contratos é suficiente a intervenção de um gerente.

ARTIGO 5.º

A sociedade poderá livremente participar, sob qualquer forma, no capital social de sociedades já existentes ou a constituir, qualquer que seja a sua natureza ou objecto, bem como no capital de sociedades reguladas por leis especiais e em agrupamentos complementares de empresas e desde que em sociedades por quotas não fique na situação de único sócio dessa sociedade.

ARTIGO 6.º

Fica a sócia autorizada a celebrar com a sociedade negócios jurídicos que sirvam à prossecução do objecto social.

Está conforme o original.

13 de Fevereiro de 2002. — A Conservadora, *Maria de Lurdes de Oliveira Silva Fernandes*. 1000049940

CLÍNICA DENTÁRIA LUÍS NOGUEIRA RAMOS, UNIPESSOAL, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Mafra. Matrícula n.º 3016; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 10/20020208.

Certifico que foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação Clínica Dentária Luís Nogueira Ramos, Unipessoal, L.^{da}, e tem a sua sede no Largo da Fonte do Cabo, lote C, loja, lugar e freguesia da Ericeira, concelho de Mafra.

§ único. A sociedade, por simples deliberação da gerência, poderá deslocar a sede social para outro local, dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, bem como poderá criar agências, sucursais, filiais ou outras formas locais de representação da sociedade, em qualquer ponto do País e estrangeiro.

ARTIGO 2.º

O objecto da sociedade consiste em prestação de cuidados de saúde de medicina dentária e odontologia.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5000 euros, representado por uma quota de igual valor nominal, pertencente a ele sócio Luís Tomás Gavião Nogueira Baptista Ramos.

ARTIGO 4.º

A gerência da sociedade ficará a cargo dele sócio, desde já nomeado gerente, ou de pessoas estranhas à sociedade que venham a ser por ele designadas.

§ único. Para obrigar a sociedade em todos os seus actos e contratos é suficiente a intervenção de um gerente.

ARTIGO 5.º

A sociedade poderá livremente participar, sob qualquer forma, no capital social de sociedades já existentes ou a constituir, qualquer que seja a sua natureza ou objecto, bem como no capital de sociedades reguladas por leis especiais e em agrupamentos complementares de empresas e desde que em sociedades por quotas não fique na situação de único sócio dessa sociedade.

ARTIGO 6.º

Fica o sócio autorizado a celebrar com a sociedade negócios jurídicos que sirvam à prossecução do objecto social.

Está conforme o original.

13 de Fevereiro de 2002. — A Conservadora, *Maria de Lurdes de Oliveira Silva Fernandes*. 1000049942

O GOLFINHO — PAPELARIA, LIVRARIA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Mafra. Matrícula n.º 3009; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 6/20020129.

Certifico que foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a firma O Golfinho — Papelaria, Livraria, L.^{da}, e tem a sua sede na Rua do Mucharro, lote 9, rés-do-chão, esquerdo, lugar e freguesia de Venda do Pinheiro, concelho de Mafra.

§ único. A sociedade, por simples deliberação da gerência, poderá deslocar a sede social para outro local, dentro do mesmo concelho

ou para concelho limítrofe, bem como poderá criar agências, sucursais, filiais ou outras formas locais de representação da sociedade, em qualquer ponto do País e estrangeiro.

ARTIGO 2.º

O objecto da sociedade consiste em comércio a retalho de artigos de papelaria, jornais e revistas, brinquedos e jogos e produtos cosméticos, de higiene e perfumaria.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5000 euros e corresponde à soma de duas quotas, cada uma do valor nominal de 2500 euros, pertencentes uma a cada sócio.

ARTIGO 4.º

1 — A gerência da sociedade, com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral, compete aos sócios, que desde já ficam nomeados gerentes.

2 — Para obrigar a sociedade é suficiente a intervenção de um gerente.

3 — A remuneração da gerência poderá consistir, total ou parcialmente, em participação nos lucros da sociedade.

ARTIGO 5.º

A sociedade poderá participar no capital social de outras sociedades, mesmo com objecto diferente do seu, e em sociedades reguladas por leis especiais ou em agrupamentos complementares de empresas.

ARTIGO 6.º

A cessão de quotas a não sócios depende do consentimento da sociedade, que terá sempre o direito de preferência, o qual, de seguida, se defere aos sócios não cedentes.

Está conforme o original.

6 de Fevereiro de 2002. — A Conservadora, *Maria de Lurdes de Oliveira Silva Fernandes*. 1000049944

JOAQUIM MANUEL DOS SANTOS BATALHA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Mafra. Matrícula n.º 1868; identificação de pessoa colectiva n.º 503885550; inscrição n.º 3; número e data da apresentação: 8/20020129.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi registado o seguinte:

Facto: aumento do capital com alteração parcial do contrato.

Quantia do aumento: 2410\$, por incorporação de reservas.

Artigo alterado: 3.º

Capital: 5000 euros.

Sócios e quotas: Joaquim Manuel dos Santos Batalha — 2400 euros; Nuno Miguel Dias Batalha — 1300 euros; Andreia Susana Dias Batalha — 1300 euros,

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

6 de Fevereiro de 2002. — A Conservadora, *Maria de Lurdes de Oliveira Silva Fernandes*. 1000049945

ACHATALHO — CARNES E AGRO-PECUÁRIA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Mafra. Matrícula n.º 2997; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 2/20020122.

Certifico que foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a denominação de ACHATALHO — Carnes e Agro-Pecuária, L.^{da}, e tem a sua sede no Largo do Fontanário, Achada, freguesia e concelho de Mafra.

2 — A gerência poderá deslocar a sede social dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, bem como poderá instalar e manter sucursais e outras formas de representação social, sem necessidade de consentimento da assembleia geral.

ARTIGO 2.º

A sociedade tem por objecto o comércio de carnes e forragens e exploração agro-pecuária.

ARTIGO 3.º

O capital social é de 50 000 euros, integralmente realizado em dinheiro, e corresponde à soma de duas quotas iguais de 25 000 euros, pertencentes uma a cada um dos sócios José António Carvalho dos Santos e Eufrásia Maria Duarte dos Santos.

ARTIGO 4.º

A sociedade poderá exigir aos sócios prestações suplementares até ao montante do capital social.

ARTIGO 5.º

A sociedade poderá adquirir participações, como sócia de responsabilidade limitada, em sociedades com objecto igual ou diferente do seu, em sociedades reguladas por leis especiais e em agrupamentos complementares de empresas.

ARTIGO 6.º

1 — A administração e representação da sociedade, remunerada ou não, conforme for deliberado, será exercida por quem os sócios designarem em assembleia geral.

2 — A sociedade fica obrigada com a intervenção de um gerente.

ARTIGO 7.º

É expressamente proibido aos gerentes obrigar a sociedade em actos e contratos a ela estranhos, tais como fianças, abonações, letras de favor e outros semelhantes.

ARTIGO 8.º

A sociedade poderá amortizar qualquer quota, nos seguintes casos:

- Por acordo com o seu titular;
- Quando a quota tenha sido objecto de penhora, arresto ou envolvida em qualquer procedimento judicial;
- Falência do titular;
- Que seja cedida sem observância das preferências legais.

Gerente nomeado: José António Carvalho dos Santos.

Está conforme o original.

1 de Fevereiro de 2002. — A Conservadora, *Maria de Lurdes de Oliveira Silva Fernandes*. 1000049948

LURAN — SOCIEDADE DE PROJECTOS E CONSTRUÇÕES, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Mafra. Matrícula n.º 871; identificação de pessoa colectiva n.º 502012269; inscrição n.º 3; número e data da apresentação: 4/20020122.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi alterado parcialmente o contrato social quanto aos artigos 1.º e 3.º, os quais passam a ter a redacção seguinte:

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação LURAN — Sociedade de Projectos e Construções, L.^{da}, com sede na Travessa do Moinho Velho, lote 5, rés-do-chão, esquerdo, freguesia da Malveira, concelho de Mafra, podendo, por simples deliberação da gerência, abrir delegações nos concelhos limítrofes.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado, é de 50 000 euros, integralmente realizado em dinheiro, e corresponde à soma de duas quotas, uma no valor de 33 334 euros, pertencente ao sócio Jorge Manuel Amaral Franco Gomes, e outra no valor de 16 666 euros, pertencente à sócia Ana Maria Domingues Alpendrinho Franco Gomes.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

1 de Fevereiro de 2002. — A Conservadora, *Maria de Lurdes de Oliveira Silva Fernandes*. 1000049949

CARVALHO & HENRIQUES — IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE PEIXE E MARISCOS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Mafra. Matrícula n.º 2999; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 8/20020122.

Certifico que foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a denominação de Carvalho & Henriques — Importação, Exportação e Comércio de Peixe e Mariscos, L.^{da}, e tem a sua sede no Largo da Feira, 36, freguesia da Malveira, concelho de Mafra.

2 — A gerência poderá deslocar a sede social dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, bem como poderá instalar e manter sucursais e outras formas de representação social, sem necessidade de consentimento da assembleia geral.

ARTIGO 2.º

A sociedade tem por objecto a importação, exportação, comércio de peixe fresco e congelado, mariscos vivos e congelados, diversos produtos congelados e afins.

ARTIGO 3.º

O capital social é de 25 000 euros, integralmente realizado em dinheiro, e corresponde à soma de duas quotas iguais de 12 500 euros, pertencendo uma a cada sócio.

ARTIGO 4.º

A sociedade poderá exigir aos sócios prestações suplementares até ao montante do capital social.

ARTIGO 5.º

A sociedade poderá adquirir participações, como sócia de responsabilidade limitada, em sociedades com objecto igual ou diferente do seu, em sociedades reguladas por leis especiais e em agrupamentos complementares de empresas.

ARTIGO 6.º

1 — A administração e representação da sociedade, remunerada ou não, conforme for deliberado, será exercida por quem os sócios designarem em assembleia geral.

2 — A sociedade fica obrigada com a intervenção de um gerente.

ARTIGO 7.º

É expressamente proibido aos gerentes obrigar a sociedade em actos e contratos a ela estranhos, tais como fianças, abonações, letras de favor e outros semelhantes.

ARTIGO 8.º

A sociedade poderá amortizar qualquer quota, nos seguintes casos:

- Por acordo com o seu titular;
- Quando a quota tenha sido objecto de penhora, arresto ou envolvida em qualquer procedimento judicial;
- Falência do titular;
- Que seja cedida sem observância das preferências legais.

Está conforme o original.

4 de Fevereiro de 2002. — A Conservadora, *Maria de Lurdes de Oliveira Silva Fernandes*. 1000049952

MATOS & BERNARDINO — PROPRIEDADES, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Mafra. Matrícula n.º 1790; identificação de pessoa colectiva n.º 503748943; inscrição n.º 2; número e data da apresentação: 12/20020122.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi alterado parcialmente o contrato social quanto aos artigos 3.º e 8.º, os quais passam a ter a redacção seguinte:

ARTIGO 3.º

O capital social é de 30 000 euros e corresponde à soma de duas quotas iguais do valor nominal de 15 000 euros cada uma, uma de

cada um dos sócios Rui Maria Matos Afonso e Luís Manuel Bernardino Pereira.

ARTIGO 8.º

A sociedade poderá exigir aos sócios prestações suplementares de capital até ao montante correspondente ao dobro do capital social.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

4 de Fevereiro de 2002. — A Conservadora, *Maria de Lurdes de Oliveira Silva Fernandes*. 1000049954

CLIMÁGUAS — AQUECIMENTO CENTRAL E CANALIZAÇÕES, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Mafra. Matrícula n.º 2142; identificação de pessoa colectiva n.º 504322575; inscrição n.º 2; número e data da apresentação: 11/20020122.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi alterado parcialmente o contrato social quanto ao artigo 3.º, o qual passa a ter a redacção seguinte:

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado, é de 30 000 euros, integralmente realizado em dinheiro, e corresponde à soma de quatro quotas, duas no valor de 14 000 euros, pertencentes uma a cada um dos sócios Virgílio Fernando Batalha Correia e Jorge Miguel Pedroso André, e outras duas no valor de 1000 euros, pertencentes uma a cada uma das sócias Maria da Conceição Alexandre Pires e Maria Alexandra Mateus Acúrcio Correia.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

4 de Fevereiro de 2002. — A Conservadora, *Maria de Lurdes de Oliveira Silva Fernandes*. 1000049956

AGRIMALVA — COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MATERIAIS AGRÍCOLAS, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Mafra. Matrícula n.º 889; identificação de pessoa colectiva n.º 502049154; inscrição n.º 5; número e data da apresentação: 17/20020122.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi registado o seguinte:

Facto: aumento do capital com alteração parcial do contrato.

Quantia do aumento: 602 410\$, em dinheiro e subscrito por todos os sócios na proporção das quotas.

Artigo alterado: 3.º

Capital: 5000 euros.

Sócios e quotas: Francisco Piris Martinez — 1550 euros; João Fernando Ventura Cardoso — 1550 euros; Manuel Ventura Cardoso — 1300 euros; Maria Cristina Ventura Cardoso — 300 euros, e Rosa Maria Dutra de Sousa — 300 euros.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

4 de Fevereiro de 2002. — A Conservadora, *Maria de Lurdes de Oliveira Silva Fernandes*. 1000049959

MAFRINFOR — INFORMÁTICA E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Mafra. Matrícula n.º 1254; identificação de pessoa colectiva n.º 502795590; inscrição n.º 7; número e data da apresentação: 16/20020122.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi registado o seguinte:

Facto: aumento do capital com alteração parcial do contrato.

Quantia do aumento: 602 410\$ em dinheiro, subscrito na proporção das quotas.

Artigo alterado: 3.º

Capital: 5000 euros.

Sócias e quotas: Constantina Vieira da Silva, com três de 1250 euros cada uma; Natália da Conceição Vieira Duarte — 1250 euros.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

4 de Fevereiro de 2002. — A Conservadora, *Maria de Lurdes de Oliveira Silva Fernandes*. 1000049961

EDGAR MIGUEL M. DUARTE, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Mafra. Matrícula n.º 732; identificação de pessoa colectiva n.º 501728775; inscrição n.º 3; número e data da apresentação: 2/20020125.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi registada a dissolução e encerramento da liquidação.

Data da aprovação das contas: 21 de Dezembro de 2001.

5 de Fevereiro de 2002. — A Conservadora, *Maria de Lurdes de Oliveira Silva Fernandes*. 1000049962

VENDICARNES — COMÉRCIO DE CARNES, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Mafra. Matrícula n.º 1384; identificação de pessoa colectiva n.º 503071331; inscrição n.º 4; número e data da apresentação: 3/20020125.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi registada a dissolução e encerramento da liquidação.

Data da aprovação das contas: 21 de Dezembro de 2001.

5 de Fevereiro de 2002. — A Conservadora, *Maria de Lurdes de Oliveira Silva Fernandes*. 1000049965

BIMAS — DISTRIBUIÇÃO DE EQUIPAMENTO DE ESCRITÓRIO, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Mafra. Matrícula n.º 1194; identificação de pessoa colectiva n.º 502710721; inscrição n.º 3; número e data da apresentação: 4/20020125.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi registada a dissolução e encerramento da liquidação.

Data da aprovação das contas: 21 de Dezembro de 2001.

5 de Fevereiro de 2002. — A Conservadora, *Maria de Lurdes de Oliveira Silva Fernandes*. 1000049968

ZOOANIMAL, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Mafra. Matrícula n.º 1270; identificação de pessoa colectiva n.º 502829710; inscrição n.º 4; número e data da apresentação: 20020125.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi registada a dissolução e encerramento da liquidação.

Data da aprovação das contas: 21 de Dezembro de 2001.

5 de Fevereiro de 2002. — A Conservadora, *Maria de Lurdes de Oliveira Silva Fernandes*. 1000049969

A. A. — SEGURANÇA — SISTEMAS INTEGRADOS DE SEGURANÇA, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Mafra. Matrícula n.º 2053; identificação de pessoa colectiva n.º 504178369; inscrição n.º 3; número e data da apresentação: 18/20020122.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi registado o seguinte:

Facto: aumento do capital com alteração parcial do contrato.

Quantia do aumento: 602 410\$, por incorporação de reservas.

Artigo alterado: 3.º

Capital: 5000 euros.

Sócios e quotas: António Domingos Concórdia Anes — 2550 euros; Maria José Teixeira Alves Maia Anes — 2450 euros.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

4 de Fevereiro de 2002. — A Conservadora, *Maria de Lurdes de Oliveira Silva Fernandes*. 1000049970

TRANSPORTES CENTRAL DA PÓVOA DA GALEGA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Mafra. Matrícula n.º 195; identificação de pessoa colectiva n.º 500559953; inscrição n.º 5; número e data da apresentação: 9/20020123.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi registado o seguinte:

Facto: aumento do capital com alteração parcial do contrato.

Quantia do aumento: 120 500\$, por incorporação de reservas.

Artigo alterado: 2.º

Capital: 250 000 euros.

Sócios e quotas: António Justino Fernandes — 175 000 euros, e João Manuel Fernandes Batalha — 75 000 euros.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

4 de Fevereiro de 2002. — A Conservadora, *Maria de Lurdes de Oliveira Silva Fernandes*. 1000049971

FRANCISCO COSTA NEVES, UNIPessoal, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Mafra. Matrícula n.º 3003; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 2/20020124.

Certifico que foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação Francisco Costa Neves, Unipessoal, L.^{da}, e tem a sua sede no Cruzamento da Quinta das Boiças, lugar da Tourinha, freguesia de Enxara do Bispo, concelho de Mafra.

§ único. § único. A sociedade, por simples deliberação da gerência, poderá deslocar a sede social para outro local, dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, bem como poderá criar agências, sucursais, filiais ou outras formas locais de representação da sociedade, em qualquer ponto do País e estrangeiro.

ARTIGO 2.º

O objecto da sociedade consiste em na produção e comercialização de produtos de floricultura, horticultura e fruticultura.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5000 euros, representado por uma quota de igual valor nominal, pertencente a ele sócio Francisco Inácio Costa Neves.

ARTIGO 4.º

A gerência da sociedade ficará a cargo dele sócio, desde já nomeado gerente, ou de pessoas estranhas à sociedade que venham a ser por ele designadas.

§ único. Para obrigar a sociedade em todos os seus actos e contratos é suficiente a intervenção de um gerente.

ARTIGO 5.º

A sociedade poderá livremente participar, sob qualquer forma, no capital social de sociedades já existentes ou a constituir, qualquer que seja a sua natureza ou objecto, bem como no capital de sociedades reguladas por leis especiais e em agrupamentos complementares de empresas e desde que em sociedades por quotas não fique na situação de único sócio dessa sociedade.

ARTIGO 6.º

Fica o sócio autorizado a celebrar com a sociedade negócios jurídicos que sirvam à prossecução do objecto social.

Está conforme o original.

4 de Fevereiro de 2002. — A Conservadora, *Maria de Lurdes de Oliveira Silva Fernandes*. 1000049972

REIS & SILVA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Mafra. Matrícula n.º 2780; identificação de pessoa colectiva n.º 505566583; averbamento

n.º 1 à inscrição n.º 1 e inscrição n.º 4; números e data das apresentações: 6 e 7/20020124.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi registada a cessação de funções de gerente de Vasco Manuel Antunes Nunes Silva, por renúncia, em 30 de Novembro de 2001, e a nomeação de gerente, em 30 de Novembro de 2001, de Olga Maria Ribeiro Tavares Reis.

14 de Janeiro de 2002. — A Conservadora, *Maria de Lurdes de Oliveira Silva Fernandes*. 1000049973

SABINER — CONSTRUÇÕES E PROJECTOS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Mafra. Matrícula n.º 2731; identificação de pessoa colectiva n.º 505486725; inscrição n.º 2, averbamento n.º 1 à inscrição n.º 2 e inscrição n.º 3; números e datas das apresentações: 6/20020125 e 2 e 3/20020205.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi registada a nomeação de gerente de Amadeu Conde, solteiro, maior, em 18 de Maio de 2001, a cessação de funções de gerente de Amadeu Conde, por renúncia, em 4 de Julho de 2001, e a nomeação de gerente de Monfibur Rahaman, solteiro, maior, em 6 de Julho de 2001.

5 de Fevereiro de 2002. — A Conservadora, *Maria de Lurdes de Oliveira Silva Fernandes*. 1000049974

ARIA — SOCIEDADE AGRO-PECUÁRIA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Mafra. Matrícula n.º 692; identificação de pessoa colectiva n.º 501651071; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 4 e inscrição n.º 7; número e data da apresentação: números e data das apresentações: 8 e 9/20010102.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi registado o seguinte:

4 — Averbamento n.º 1, apresentação n.º 8/20010102.

Cessação das funções de gerente de João Luís Jesus Correia, Hortênsia Maria Simões e Maria Luísa Espingardeiro Bento, por destituição, em 13 de Dezembro de 2001.

7 — Apresentação n.º 9/20010102.

Facto: nomeação de gerentes, em 13 de Dezembro de 2001.

Gerentes: Nuriá Alba Tort, divorciada, e Alcibiades António Pereira Velez, casado.

25 de Janeiro de 2002. — A Conservadora, *Maria de Lurdes de Oliveira Silva Fernandes*. 1000049975

ZONADAVES — PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE AVES, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Mafra. Matrícula n.º 1587; identificação de pessoa colectiva n.º 503399108; inscrição n.º 9; número e data da apresentação: 7/20020125.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi alterado parcialmente o contrato social quanto aos artigos 3.º e 7.º, os quais passam a ter a redacção seguinte:

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado, é de 15 000 euros e corresponde à soma de duas quotas iguais dos valores nominais cada uma de 7500 euros e uma de cada um dos sócios José António Amaro de Brito e Maria Domingas Rosado Valente Amaro de Brito.

ARTIGO 7.º

Poderão ser exigidas aos sócios prestações suplementares de capital até ao montante de 50 000 euros.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

5 de Fevereiro de 2002. — A Conservadora, *Maria de Lurdes de Oliveira Silva Fernandes*. 1000049976

TRANSPORTES PESQUITA & FILHO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Mafra. Matrícula n.º 1589; identificação de pessoa colectiva n.º 503420492; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 7; número e data da apresentação: 14/20020123.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi registado o seguinte:

7 — Averbamento n.º 1, apresentação n.º 14/20020123.

Cessaçã das funções de gerente de Élio Manuel Almeida Calheiros, por destituição, em 28 de Fevereiro de 2001.

5 de Fevereiro de 2002. — A Conservadora, *Maria de Lurdes de Oliveira Silva Fernandes*. 1000049977

HENRIQUE MARQUES, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Mafra. Matrícula n.º 27; identificação de pessoa colectiva n.º 500133689; inscrições n.ºs 3 e 4 e averbamento n.º 1 à inscrição n.º 1; números e data das apresentações: 10 a 12/20020102.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi registado o seguinte:

1 — Apresentação n.º 10/20020102, averbamento n.º 1.

Cessaçã das funções de gerente de José Ribeiro, Henrique Tomás Henriques Marques e Carlos Duarte Coutinho, por destituição, em 13 de Dezembro de 2001.

3 — Apresentação n.º 11/20020102.

Facto: nomeação de gerentes, em 13 de Dezembro de 2001.

Gerentes nomeados: Alcibiades António Pereira Velez, casado, e Nuriá Alba Tort, divorciada.

4 — Apresentação n.º 12/20020102.

Facto: nomeação de secretário, em 13 de Dezembro de 2001.

Secretário efectivo: Fernando Manuel Nore de Almeida Jardim, casado; secretário suplente — Augusto da Silva Fortunato, casado.

25 de Janeiro de 2002. — A Conservadora, *Maria de Lurdes de Oliveira Silva Fernandes*. 1000049978

SUPER 6 — COMERCIALIZAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTARES, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Mafra. Matrícula n.º 630; inscrições n.ºs 10 e 11; números e data das apresentações: 6 e 7/20020102.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi registado o seguinte:

10 — Apresentação n.º 6/20020102.

Facto: nomeação de gerente, em 12 Dezembro de 2001.

Gerente nomeado: Alcibiades António Pereira Velez, casado.

11 — Apresentação n.º 7/20020102.

Facto: nomeação, em 12 de Dezembro de 2001, do secretário e suplente.

Secretário efectivo: Fernando Manuel Nore de Almeida Jardim, casado; suplente — Augusto da Silva Fortunato, casado.

25 de Janeiro de 2002. — A Conservadora, *Maria de Lurdes de Oliveira Silva Fernandes*. 1000049979

SANCHO, MOURATO & GONÇALVES, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Mafra. Matrícula n.º 2401; identificação de pessoa colectiva n.º 504934317; inscrição n.º 2; número e data da apresentação: 2/20020221.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi registado o seguinte:

Facto: aumento do capital com alteração parcial do contrato.

Quantia do aumento: 3615\$, por incorporação de reservas.

Artigo alterado: 3.º

Capital: 7500 euros.

Sócios e quotas: Delfino Ferreira Gonçalves — 2500 euros; Bernard Andre Laurent Sancho — 2500 euros; Angelique Evelyne Gonçalves — 2500 euros.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

22 de Fevereiro de 2002. — A Conservadora, *Maria de Lurdes de Oliveira Silva Fernandes*. 1000049747

MARTINHO & VENTURA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Mafra. Matrícula n.º 725; inscrição n.º 12; número e data da apresentação: 4/20020129.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi registado o seguinte:

Facto: aumento do capital com alteração parcial do contrato.

Quantia do aumento: 502 410\$, em dinheiro, subscrito em partes iguais.

Artigo alterado: 3.º

Capital: 5000 euros.

Sócios e quotas: Maria Manuela dos Santos Martinho Ventura — 2500 euros; Francisco José Quaresma Ventura — 2500 euros.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

6 de Fevereiro de 2002. — A Conservadora, *Maria de Lurdes de Oliveira Silva Fernandes*. 1000049746

LUCASCLIMA — INSTALAÇÃO DE AQUECIMENTO CENTRAL E AR CONDICIONADO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Mafra. Matrícula n.º 2992; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 17/2002011.

Certifico que foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma LUCASCLIMA — Instalação de Aquecimento Central e Ar Condicionado, L.^{da}

2 — A sociedade tem a sua sede na Rua de Serpa Pinto, Centro Comercial, loja n.º 6, freguesia e concelho de Mafra.

3 — Por simples deliberação da gerência, pode a sede ser deslocada, dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, podendo ainda ser criadas sucursais, filiais, agências ou outras formas locais de representação, no território nacional ou no estrangeiro.

ARTIGO 2.º

O objecto da sociedade consiste em instalação de aquecimento central e ar condicionado.

ARTIGO 3.º

O capital social é de 5000 euros, encontra-se integralmente realizado em dinheiro e corresponde à soma de duas quotas, uma de 4500 euros, pertencente ao sócio Ambrósio dos Reis Lucas, e outra de 500 euros, pertencente ao sócio Paulo Jorge Vicente Lucas.

ARTIGO 4.º

1 — A gerência da sociedade compete aos gerentes, sócios ou não, com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral.

2 — Para vincular a sociedade é suficiente a intervenção de um gerente.

3 — Ficam desde já nomeados gerentes os sócios.

ARTIGO 5.º

A sociedade poderá participar no capital social de outras sociedades, mesmo com objecto diferente do seu, e em sociedades reguladas por leis especiais ou em agrupamentos complementares de empresas.

Está conforme o original.

30 de Janeiro de 2002. — A Conservadora, *Maria de Lurdes de Oliveira Silva Fernandes*. 1000049745

MONTEIRO ALVES, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Mafra. Matrícula n.º 2860; identificação de pessoa colectiva n.º 500560030; inscrição n.º 14; número e data da apresentação: 10/20020204.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi registado o seguinte:

Facto: nomeação de gerente, em 10 de Janeiro de 2002.

Gerente nomeado: Ramiro Batista Rodrigues.

8 de Fevereiro de 2002. — A Conservadora, *Maria de Lurdes de Oliveira Silva Fernandes*. 1000049744

NATAS DO LAR, COMÉRCIO DE TÊXTEIS E SERVIÇOS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Mafra. Matrícula n.º 2993; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 19/20020116.

Certifico que foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a firma Natas do Lar, Comércio de Têxteis e Serviços, L.^{da}, com sede no Casal dos Fetais, Avesada, freguesia de Santo Estêvão das Galés, concelho de Mafra.

§ único. Por simples deliberação da gerência e observadas as formalidades legais, poderá a sociedade mudar a sua sede social, dentro do mesmo concelho ou para concelhos limítrofes.

ARTIGO 2.º

A sociedade tem por objecto o comércio a retalho de têxteis para o lar, tecidos, malhas, artigos de vestuário, adornos pessoais e bijutarias e ainda a prestação de serviços de consultoria e formação em gestão.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5000 euros, representado por duas quotas iguais do valor nominal de 2500 euros, pertencentes aos sócios Vítor Manuel Bizarro do Vale e Maria Fernanda Alves Xavier Fernandes do Vale.

ARTIGO 4.º

Poderão ser exigidas aos sócios prestações suplementares de capital até ao limite de 10 vezes o capital social, desde que o desenvolvimento da sociedade assim o justifique.

ARTIGO 5.º

A cessão parcial ou total de quotas a não sócios carece do prévio consentimento da sociedade e dos sócios não cedentes, que terão sempre direito de preferência, sendo no entanto livre entre os sócios.

ARTIGO 6.º

A gerência da sociedade, dispensada de caução e com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral, compete a um ou mais gerentes, ficando desde já nomeada gerente a sócia Maria Fernanda Alves Xavier Fernandes do Vale.

§ único. Para que a sociedade se considere validamente obrigada em todos os seus actos e contratos, é necessária a intervenção de um gerente.

ARTIGO 7.º

A sociedade poderá amortizar qualquer quota nos seguintes casos:

- a) Por acordo do respectivo titular;
- b) Arrematação, venda ou adjudicação judiciais;
- c) Insolvência ou falência do sócio titular;
- d) Em processo de partilha de bens;
- e) Se o sócio ceder a quota contra o disposto no artigo 5.º

ARTIGO 8.º

1 — O valor da quota, para efeitos de amortização, nos casos previstos no artigo anterior, será o que resultar de avaliação efectuada por um revisor oficial de contas escolhido pela sociedade, salvo nos casos previstos nas alíneas e) e f), em que o valor será o nominal.

2 — O valor da amortização será liquidado em duas prestações semestrais e iguais, vencendo-se a primeira 60 dias a contar da data da deliberação.

Está conforme o original.

30 de Janeiro de 2002. — A Conservadora, *Maria de Lurdes de Oliveira Silva Fernandes*. 1000049743

MOGICAD — COMÉRCIO E ALUGUER DE MÁQUINAS INDUSTRIAIS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Mafra. Matrícula n.º 2707; identificação de pessoa colectiva n.º 505110512; inscrição n.º 3; números e data das apresentações: 4 e 5/20020204.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi alterado parcialmente o contrato social quanto ao artigo 4.º, o qual passa a ter a redacção seguinte:

ARTIGO 4.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5000 euros e corresponde à soma de três quotas: uma do valor nominal de 100 euros, pertencente ao sócio António José Pinheiro Bento; uma do valor nominal de 2400 euros, pertencente ao sócio Hélder Manuel Lopes Ribeiro, e uma do valor nominal de 2500 euros, pertencente ao sócio José Manuel Martins Filipe.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

8 de Fevereiro de 2002. — A Conservadora, *Maria de Lurdes de Oliveira Silva Fernandes*. 1000049742

VALMOURAGRO — AGRO-PECUÁRIA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Mafra. Matrícula n.º 2708; identificação de pessoa colectiva n.º 505141094; inscrição n.º 3; números e data das apresentações: 7 e 8/20020204.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi alterado parcialmente o contrato social quanto ao artigo 4.º, o qual passa a ter a redacção seguinte:

ARTIGO 4.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5000 euros e corresponde à soma de duas quotas, uma do valor nominal de 100 euros, pertencente ao sócio António José Pinheiro Bento, e uma do valor nominal de 4900 euros, pertencente ao sócio José Manuel Martins Filipe.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

8 de Fevereiro de 2002. — A Conservadora, *Maria de Lurdes de Oliveira Silva Fernandes*. 1000049741

ANTNET — COMUNICAÇÕES, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Mafra. Matrícula n.º 1972; identificação de pessoa colectiva n.º 504046560; inscrição n.º 5; número e data da apresentação: 17/20020104.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi registado o seguinte:

Facto: nomeação dos órgãos sociais para o quadriénio de 2001-2004, em 2 de Novembro de 2000.

Administrador único: Ricardo Jorge do Nascimento Alves Mota. Fiscal único: António de Sousa Ferreira; suplente — Álvaro Jorge de Oliveira Queirós, casado, revisor oficial de contas.

15 de Fevereiro de 2002. — A Conservadora, *Maria de Lurdes de Oliveira Silva Fernandes*. 1000049740

TAVEIRA JACINTO & FILHO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Mafra. Matrícula n.º 294; identificação de pessoa colectiva n.º 500279420; inscrição n.º 5; número e data da apresentação: 14/20011220.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi registado o seguinte:

Facto: aumento do capital com alteração parcial do contrato.

Quantia do aumento: 602 410\$, por incorporação de reservas.

Artigo alterado: 3.º

Capital: 5000 euros.

Sócios e quotas: Vítor Manuel Jacinto Taveira, com duas de 2375 euros; João Manuel Duarte Jacinto Taveira — 250 euros.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

7 de Janeiro de 2002. — A Conservadora, *Maria de Lurdes de Oliveira Silva Fernandes*. 1000049739

ESTRANGEIRO & CÔCO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Mafra. Matrícula n.º 552; identificação de pessoa colectiva n.º 501378170; inscrição n.º 13; número e data da apresentação: 4/20011128.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi alterado parcialmente o contrato social quanto ao artigo 3.º

Capital: 5000 euros.

Sócios e quotas: José Joaquim Nunes Côco — 2500 euros; Janet Scaife Nunes Côco — 2500 euros.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

7 de Fevereiro de 2002. — A Conservadora, *Maria de Lurdes de Oliveira Silva Fernandes*. 1000049738

A. S. E J. A. — CONSTRUÇÕES, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Mafra. Matrícula n.º 2092; identificação de pessoa colectiva n.º 504219898; inscrição n.º 3 e averbamento n.º 2 à inscrição n.º 1; números e data das apresentações: 14 e 15/20020131.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi alterado parcialmente o contrato social quanto aos artigos 3.º e 4.º, os quais passam a ter a redacção seguinte:

3.º

O capital social é de 50 000 euros e corresponde à soma de duas quotas dos valores nominais de 25 000 euros cada e uma de cada um dos sócios António Manuel Dias da Silva e Maria Inês Crisóstomo dos Santos da Silva.

4.º

A gerência da sociedade, com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral, será desempenhada pelo sócio António Manuel Dias da Silva, já nomeado gerente, e pela sócia Maria Inês Crisóstomo dos Santos da Silva, ora nomeada gerente.

§ 1.º Para obrigar a sociedade é suficiente a assinatura de um gerente.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

8 de Fevereiro de 2002. — A Conservadora, *Maria de Lurdes de Oliveira Silva Fernandes*. 1000049737

ADROQ — ATERROS E URBANIZAÇÕES, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Mafra. Matrícula n.º 2249; identificação de pessoa colectiva n.º 504417134; inscrição n.º 2; número e data da apresentação: 8/20022301.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi registado o seguinte:

Facto: aumento do capital, com alteração parcial do contrato.

Quantia do aumento: 1611\$, por incorporação de reservas.

Artigo alterado: 3.º

Capital: 7490 euros.

Sócios e quotas: José Gregório Cardoso Adão — 4119,50 euros; Francisco José Balão Roque — 3370,50 euros.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

18 de Fevereiro de 2002. — A Conservadora, *Maria de Lurdes de Oliveira Silva Fernandes*. 1000049736

PRIOR VELHO — ANGARIAÇÃO DE TRANSPORTES DE MERCADORIAS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Mafra. Matrícula n.º 1994; identificação de pessoa colectiva n.º 504077139; inscrição n.º 10; número e data da apresentação: 1/20020221.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi registado o seguinte:

Facto: aumento do capital, com alteração parcial do contrato.

Quantia do aumento: 302 410\$, em dinheiro, subscrito em partes iguais.

Artigo alterado: 3.º

Capital: 5000 euros.

Sócios e quotas: Augusto Manuel da Silva — 2500 euros; Maria Júlia Martins Forcada Silva — 2500 euros.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

22 de Fevereiro 2002. — A Conservadora, *Maria de Lurdes de Oliveira Silva Fernandes*. 1000049735

SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

NEUTROPLÁS — FÁBRICA DE PLÁSTICOS REICLÁVEIS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Sobral de Monte Agraço. Matrícula n.º 282; identificação de pessoa colectiva n.º 503046000; data do depósito: 020207.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos relativos à prestação de contas do exercício do ano de 2000.

Está conforme o original.

4 de Março de 2002. — A Segunda-Ajudante, *Cidália da Conceição Henriques Pais dos Santos*. 1000048688

SUMINAU — INDÚSTRIA E COMÉRCIO PRODUTOS ALIMENTARES E MÁQUINAS, SOCIEDADE UNIPESSOAL, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Sobral de Monte Agraço. Matrícula n.º 244; identificação de pessoa colectiva n.º 503885495; inscrição n.º 4; número e data da apresentação: 1/011126.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi aumentado o capital social de 1 000 000\$ para 5000 euros, com redenominação do capital em euros, e foi alterado parcialmente o contrato social quanto ao artigo 4.º, o qual passa a ter a redacção seguinte:

ARTIGO 4.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5000 euros, depositado numa instituição de crédito, subscrito numa única quota de 5000 euros, pertencente ao sócio Fernando Manuel Minau Nunes Baptista.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

28 de Novembro de 2001. — A Segunda-Ajudante, *Cidália da Conceição Henriques Pais dos Santos*. 3000004830

TORRES VEDRAS

MOVENCASTRE — FABRICO DE MOBILIÁRIO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Torres Vedras. Matrícula n.º 2330; identificação de pessoa colectiva n.º 503449601; inscrição n.º 4; número e data da apresentação: 2/20001116.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi aumentado o capital de 5000 euros para 7500 euros, foi deslocada a sede e alte-

rado o objecto, tendo em consequência sido alterados os artigos 1.º, n.º 1, 2.º, n.º 1, 3.º e 4.º, os quais passam a ter a redacção seguinte:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a denominação MOVENCASTRE — Fabrico de Mobiliário, L.^{da}, e tem a sua sede na Estrada Nacional n.º 9, porta 5, Casal do Soito, freguesia de Ponte do Rol, deste concelho.

ARTIGO 2.º

1 — A sociedade tem por objecto o fabrico e comércio a retalho de móveis, electrodomésticos e actividades conexas.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 7500 euros e corresponde à soma de três quotas iguais do valor nominal de 2500 euros cada uma, pertencentes uma a cada um dos sócios, Carlos Augusto Rebocho, José Manuel Santos Sebastião e Sérgio Paulo Marques Pacheco Duarte.

ARTIGO 4.º

A gerência da sociedade e a sua representação, em juízo e fora dele, activa e passivamente, pertencem ao sócio Carlos Augusto Rebocho, que continua nomeado gerente, e aos sócios José Manuel Santos Sebastião e Sérgio Paulo Marques Pacheco Duarte, que desde já ficam nomeados gerentes.

Para obrigar a sociedade em todos os seus actos e contratos são necessárias as assinaturas de dois gerentes.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

5 de Janeiro de 2001. — A Segunda-Ajudante, *Luísa Maria dos Santos Marta*.
1000004659

EUGÉNIA REIS & LAURA REIS, L.^{da}

Conservatória do Registo Comercial de Torres Vedras. Matrícula n.º 853; identificação de pessoa colectiva n.º 501172793; data da entrada: 20011218.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva os documentos referentes à prestação de contas do exercício do ano de 2000.

14 de Fevereiro de 2002. — A Segunda-Ajudante, *Luísa Maria dos Santos Marta*.
1000049135

FERNANDO BASTOS — CAFÉ-RESTAURANTE, L.^{da}

Conservatória do Registo Comercial de Torres Vedras. Matrícula n.º 2527; identificação de pessoa colectiva n.º 503731536; data da entrada: 20011219.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva os documentos referentes à prestação de contas do exercício do ano de 2000.

14 de Fevereiro de 2002. — A Segunda-Ajudante, *Luísa Maria dos Santos Marta*.
1000049134

TRANSPORTADORA IVOMARCO, L.^{da}

Conservatória do Registo Comercial de Torres Vedras. Matrícula n.º 2946; identificação de pessoa colectiva n.º 504217151; data da entrada: 20011220.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva os documentos referentes à prestação de contas do exercício do ano de 2000.

14 de Fevereiro de 2002. — A Segunda-Ajudante, *Luísa Maria dos Santos Marta*.
1000049133

A. FERREIRA & A. SILVA, L.^{da}

Conservatória do Registo Comercial de Torres Vedras. Matrícula n.º 2408; identificação de pessoa colectiva n.º 502394269; data da entrada: 20011221.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva os documentos referentes à prestação de contas do exercício do ano de 2000.

14 de Fevereiro de 2002. — A Segunda-Ajudante, *Luísa Maria dos Santos Marta*.
1000049132

ESTUQUE IDEAL, L.^{da}

Conservatória do Registo Comercial de Torres Vedras. Matrícula n.º 2368; identificação de pessoa colectiva n.º 503498807; data da entrada: 20011226.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva os documentos referentes à prestação de contas do exercício do ano de 2000.

14 de Fevereiro de 2002. — A Segunda-Ajudante, *Luísa Maria dos Santos Marta*.
1000049120

ENSINUS/TORRES VEDRAS — EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Torres Vedras. Matrícula n.º 1777; identificação de pessoa colectiva n.º 502721995; data da entrada: 20011226.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva os documentos referentes à prestação de contas do exercício do ano de 2000.

14 de Fevereiro de 2002. — A Segunda-Ajudante, *Luísa Maria dos Santos Marta*.
1000049117

FONSECAS, COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Torres Vedras. Matrícula n.º 105; identificação de pessoa colectiva n.º 500117853; data da entrada: 20011227.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva os documentos referentes à prestação de contas dos exercícios dos anos de 1998, 1999 e 2000.

14 de Fevereiro de 2002. — A Segunda-Ajudante, *Luísa Maria dos Santos Marta*.
1000049113

JOSÉ SANTOS DIAS — CONSTRUÇÕES, L.^{da}

Conservatória do Registo Comercial de Torres Vedras. Matrícula n.º 3298; identificação de pessoa colectiva n.º 504903608; data da entrada: 20011227.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva os documentos referentes à prestação de contas do exercício do ano de 2000.

14 de Fevereiro de 2002. — A Segunda-Ajudante, *Luísa Maria dos Santos Marta*.
1000049112

FOZPEÇAS — COMÉRCIO PEÇAS AUTO, L.^{da}

Conservatória do Registo Comercial de Torres Vedras. Matrícula n.º 2241; identificação de pessoa colectiva n.º 503326569; data da entrada: 20011227.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva os documentos referentes à prestação de contas dos exercícios dos anos de 1998, 1999 e 2000.

18 de Fevereiro de 2002. — A Segunda-Ajudante, *Luísa Maria dos Santos Marta*.
1000049109

**PLÁCIDO & COSTA — COMÉRCIO DE ARTIGOS
PARA O LAR, L.^{DA}**

Conservatória do Registo Comercial de Torres Vedras. Matrícula n.º 3262; identificação de pessoa colectiva n.º 504873334; data da entrada: 20011227.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva os documentos referentes à prestação de contas do exercício do ano de 2000.

14 de Fevereiro de 2002. — A Segunda-Ajudante, *Luísa Maria dos Santos Marta*. 1000049107

JOARTEPLÁS — INDÚSTRIA PLÁSTICOS DUARTE, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Torres Vedras. Matrícula n.º 1302; identificação de pessoa colectiva n.º 502101024, data da entrada: 2001228.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva os documentos referentes à prestação de contas dos exercícios dos anos de 1998, 1999 e 2000.

27 de Fevereiro de 2002. — A Segunda-Ajudante, *Luísa Maria dos Santos Marta*. 1000049103

SILJOFIR — EMPREITEIROS DE CONSTRUÇÃO CIVIL, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Torres Vedras. Matrícula n.º 1153; identificação de pessoa colectiva n.º 501801103; data da entrada: 20011228.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva os documentos referentes à prestação de contas dos exercícios dos anos de 1998, 1999 e 2000.

27 de Fevereiro de 2002. — A Segunda-Ajudante, *Luísa Maria dos Santos Marta*. 1000049099

**FILJOTUBO — CANALIZAÇÕES
E IMPERMEABILIZAÇÕES, L.^{DA}**

Conservatória do Registo Comercial de Torres Vedras. Matrícula n.º 2927; identificação de pessoa colectiva n.º 504197037; data da entrada: 20011228.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva os documentos referentes à prestação de contas dos exercícios dos anos de 1998, 1999 e 2000.

27 de Fevereiro de 2002. — A Segunda-Ajudante, *Luísa Maria dos Santos Marta*. 1000049097

NOFICOL — CONSTRUÇÃO CIVIL, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Torres Vedras. Matrícula n.º 2798; identificação de pessoa colectiva n.º 504035649; data da entrada: 20011228.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva os documentos referentes à prestação de contas dos exercícios dos anos de 1998, 1999 e 2000.

22 de Fevereiro de 2002. — A Segunda-Ajudante, *Luísa Maria dos Santos Marta*. 1000049095

**TELEPRIV — ELECTRÓNICA E TELECOMUNICAÇÕES,
SOCIEDADE UNIPessoal, L.^{DA}**

Conservatória do Registo Comercial de Torres Vedras. Matrícula n.º 1512; identificação de pessoa colectiva n.º 502413000; data da entrada: 20020104.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva os documentos referentes à prestação de contas do exercício do ano de 2000.

22 de Fevereiro de 2002. — A Segunda-Ajudante, *Luísa Maria dos Santos Marta*. 10000049093

DUARTE GARCIA & FILHOS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Torres Vedras. Matrícula n.º 2640; identificação de pessoa colectiva n.º 503798436; data da entrada: 20020107.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva os documentos referentes à prestação de contas do exercício do ano de 2000.

27 de Fevereiro de 2002. — A Segunda-Ajudante, *Luísa Maria dos Santos Marta*. 10000049090

**SANIDIS — COMÉRCIO INTERNACIONAL
E SERVIÇOS, L.^{DA}**

Conservatória do Registo Comercial de Torres Vedras. Matrícula n.º 3116; identificação de pessoa colectiva n.º 504401157; data da entrada: 20020118.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva os documentos referentes à prestação de contas do exercício do ano de 2000.

27 de Fevereiro de 2002. — A Segunda-Ajudante, *Luísa Maria dos Santos Marta*. 10000049087

**VENTISEC — EQUIPAMENTOS AGRO-INDUSTRIAIS,
UNIPessoal, L.^{DA}**

Conservatória do Registo Comercial de Torres Vedras. Matrícula n.º 3282; identificação de pessoa colectiva n.º 504920910; data da entrada: 20020118.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva os documentos referentes à prestação de contas do exercício do ano de 2000.

27 de Fevereiro de 2002. — A Segunda-Ajudante, *Luísa Maria dos Santos Marta*. 10000049084

JUVEGÁS — INSTALAÇÕES ELÉCTRICAS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Torres Vedras. Matrícula n.º 1248; identificação de pessoa colectiva n.º 501991085; data da entrada: 20020124.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva os documentos referentes à prestação de contas dos exercícios dos anos de 1998, 1999 e 2000.

27 de Fevereiro de 2002. — A Segunda-Ajudante, *Luísa Maria dos Santos Marta*. 10000049082

**AZEOL — SOCIEDADE DE AZEITES E ÓLEOS
DA ESTREMADURA, S. A.**

Conservatória do Registo Comercial de Torres Vedras. Matrícula n.º 594; identificação de pessoa colectiva n.º 500320845; data da entrada: 20020124.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva os documentos referentes à prestação de contas do exercício do ano de 2000.

27 de Fevereiro de 2002. — A Segunda-Ajudante, *Luísa Maria dos Santos Marta*. 10000049071

BERNARMAR, PEIXE E MARISCO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Torres Vedras. Matrícula n.º 1553; identificação de pessoa colectiva n.º 502424699; data da entrada: 20020129.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva os documentos referentes à prestação de contas do exercício do ano de 1999.

27 de Fevereiro de 2002. — A Segunda-Ajudante, *Luísa Maria dos Santos Marta*. 10000049069

SEGUROS RIBEIRO — SOCIEDADE MEDIADORA DE SEGUROS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Torres Vedras. Matrícula n.º 1685; identificação de pessoa colectiva n.º 502580860; data da entrada: 20020206.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva os documentos referentes à prestação de contas do exercício do ano de 2000.

27 de Fevereiro de 2002. — A Segunda-Ajudante, *Luísa Maria dos Santos Marta*. 10000049067

MATIAS E COSTA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Torres Vedras. Matrícula n.º 708; identificação de pessoa colectiva n.º 500805350; data da entrada: 20020206.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva os documentos referentes à prestação de contas do exercício do ano de 2000.

27 de Fevereiro de 2002. — A Segunda-Ajudante, *Luísa Maria dos Santos Marta*. 10000049024

MADEIROPA — MADEIRAS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Torres Vedras. Matrícula n.º 1452; identificação de pessoa colectiva n.º 502294841; data da entrada: 20020207.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva os documentos referentes à prestação de contas do exercício do ano de 2000.

27 de Fevereiro de 2002. — A Segunda-Ajudante, *Luísa Maria dos Santos Marta*. 10000049023

PORTALEGRE**CAMPO MAIOR****NÍVEL METRO, ARQUITECTURA E ENGENHARIA, L.^{DA}**

Conservatória do Registo Comercial de Campo Maior. Matrícula n.º 166/960820; inscrição n.º 4; número e data da apresentação: 2/20020228.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, pela acta n.º 8, de 17 de Setembro de 2001, foi registado o aumento de capital e foi alterado parcialmente o contrato social quanto ao artigo 3.º, o qual passa a ter a redacção seguinte:

ARTIGO 3.º

O capital social é de 5000 euros, correspondente à soma de duas quotas, uma no valor de 4000 euros, pertencente ao sócio Amadeu Ascensão Nicolau Belchior, e outra de 1000 euros, pertencente à sócia Ascensão da Conceição Lopes Malícia.

O texto completo e actualizado do contrato ficou depositado na pasta respectiva.

6 de Março de 2002. — A Segunda-Ajudante, *Maria da Graça Alves Caturrinho do Carmo*. 1000048748

ERCM — EMPRESA DE RADIOFUSÃO DE CAMPO MAIOR, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Campo Maior. Matrícula n.º 204/981126; inscrição n.º 2; número e data da apresentação: 3/20020214.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, pela acta n.º 3, de 14 de Dezembro de 2001, foi registado o aumento de capital e foi alterado parcialmente o contrato social quanto ao artigo 3.º, n.º 1, o qual passa a ter a redacção seguinte:

ARTIGO 3.º

1 — O capital social é de 5000,01 euros, integralmente realizado em dinheiro, e correspondente à soma de três quotas: uma no valor de 3503,61 euros, pertencente ao sócio António José Ferreira Góis, uma no valor de 997,60 euros, pertencente ao sócio Carlos António Rodrigues Buchos, e uma no valor de 498,80 euros, pertencente à sócia C. T. C. S. — Composição de Texto para a Comunicação Social, L.^{da}

O texto completo e actualizado do contrato ficou depositado na pasta respectiva.

6 de Março de 2002. — A Segunda-Ajudante, *Maria da Graça Alves Caturrinho do Carmo*. 1000048750

NABEIROTANS — TRANSPORTES RODOVIÁRIOS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Campo Maior. Matrícula n.º 180/970306; inscrição n.º 4; número e data da apresentação: 4/20020226.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, por escritura de 19 de Fevereiro de 2002, do livro n.º 110-D, a fl. 95, do Cartório Notarial de Vila Viçosa, foi registado o reforço e foi alterado parcialmente o contrato social quanto aos artigos 3.º, 4.º e 8.º, os quais passam a ter a redacção seguinte:

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado, é de 250 000 euros e corresponde à soma das seguintes quotas:

- a) Uma quota com o valor nominal de 125 euros, pertencente ao sócio Manuel Rui Azinhais Nabeiro; e
- b) Uma quota com o valor nominal de 249 875 euros, pertencente à sócia NABEIROGEST — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A.

ARTIGO 4.º

1 — A sociedade poderá exigir aos sócios prestações suplementares de capital, por uma ou mais vezes, desde que o montante total das prestações não ultrapasse 10 vezes o valor do capital social à data do cumprimento das prestações.

2 — Os montantes e prazos de realização das prestações suplementares serão fixados em assembleia geral dos sócios expressamente convocada para o efeito.

ARTIGO 8.º

1 — A gerência da sociedade, remunerada ou não, conforme vier a ser deliberado em assembleia geral, bem como a sua representação, em juízo e fora dele, activa e passivamente, será exercida por dois gerentes eleitos em assembleia geral.

2 — Ficam desde já nomeados gerentes o sócio Manuel Rui Azinhais Nabeiro e o não sócio Pedro Nuno Leite Almeida.

O texto completo e actualizado do contrato ficou depositado na pasta respectiva.

1 de Março de 2002. — A Segunda-Ajudante, *Maria da Graça Alves Caturrinho do Carmo*. 1000048736

ELVAS**VARCHOTEL — EMPREENDIMENTOS HOTELEIROS, L.^{DA}**

Conservatória do Registo Comercial de Elvas. Matrícula n.º 633/910423; identificação de pessoa colectiva n.º 502543566; inscrição n.º 7; número e data da apresentação: 4/20020301.

Certifico que, para os fins do disposto nos artigos 71.º e 72.º do Código do Registo Comercial, em relação à sociedade em epígrafe, foram registados os seguintes actos:

Redenominação e aumento do capital.

Quantia do aumento: 175 180,32 euros, subscrito em dinheiro pelos sócios na proporção das respectivas quotas, tendo em consequência sido alterado o artigo 4.º do pacto social, o qual passa a ter a redacção seguinte:

4.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é no montante de 250 000 euros, correspondendo à soma de três quotas, duas delas com o valor nominal de 93 750 euros, pertencendo cada uma destas a cada uma das sócias Maria Stela Pasadas Capucho e Maria da Luz Capucho Covas Calado, e uma terceira de 62 500 euros, pertencendo esta ao sócio Manuel Francisco Balsinhas Calado.

§ 1.º Mediante deliberação da respectiva assembleia geral, poderão ser exigidas aos sócios prestações suplementares de capital até um montante igual ao triplo das respectivas quotas.

§ 2.º Os sócios podem fazer suprimentos à sociedade mediante prévia deliberação da assembleia geral, a qual fixará as condições em que os mesmos serão efectuados.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

5 de Março de 2002. — A Conservadora em Substituição Legal,
Carolina Maria Florêncio Aires. 1000050169

SOCIEDADE DE AGRICULTURA DE GRUPO DO POÇO DO CONCELHO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Elvas. Matrícula n.º 438/870915; identificação de pessoa colectiva n.º 501874771; inscrição n.º 11; número e data da apresentação: 6/20020228.

Certifico que, para os fins do disposto nos artigos 71.º e 72.º do Código do Registo Comercial, em relação à sociedade em epígrafe, foram registados os seguintes actos:

Redenominação e aumento do capital.

Quantia do aumento: 1009,62 euros, subscrito em dinheiro pelos sócios na proporção das respectivas quotas, tendo em consequência sido alterado o artigo 11.º do pacto social, o qual passa a ter a redacção seguinte:

ARTIGO 11.º

1 — O capital social é de 5000 euros, correspondente ao valor das quotas subscritas pelos sócios:

a) A quota do sócio Johannes Maria Hendriks é de 1375 euros;
b) A quota da sócia Cristiana Elisabeth Maria Den Ouden é de 3625 euros.

2 — As quotas encontram-se integralmente realizadas.

3 — Nenhum sócio pode ser detentor de menos de 10 % do capital social.

4 — Não serão exigíveis aos sócios prestações suplementares de capital; no entanto, qualquer deles poderá fazer à sociedade os suprimentos de que esta carecer, nas condições que forem acordadas em assembleia geral.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

7 de Março de 2002. — A Conservadora em Substituição Legal,
Carolina Maria Florêncio Aires. 1000050168

SOCIEDADE AGRÍCOLA — MADEIRA & IRMÃO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Elvas. Matrícula n.º 1270/020304; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 5/20020304.

Certifico que, para os fins do disposto nos artigos 71.º e 72.º do Código do Registo Comercial, foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo seguinte contrato:

1.º António João Correia Madeira, contribuinte fiscal n.º 124176437, casado com Adelina Rosa Correia Miranda Madeira, no regime da comunhão de adquiridos, natural da freguesia de Barbacena, concelho de Elvas, residente na cidade de Elvas, na Rua

do Emigrante, 40, titular do bilhete de identidade n.º 5189712, emitido em 12 de Dezembro de 2000, pelos Serviços de Identificação Civil de Portalegre;

2.º Rui Alberto Correia Madeira, contribuinte fiscal n.º 130201499, casado com Júlia Santos Carujo Madeira, no regime da comunhão de adquiridos, natural da dita freguesia de Barbacena, onde reside no lugar de Ferragial dos Burros, titular do bilhete de identidade n.º 5352483, emitido em 28 de Abril de 2000, pelos Serviços de Identificação Civil de Portalegre.

Verifiquei a identidade dos outorgantes por exibição dos respectivos bilhetes de identidade.

Disseram os outorgantes que, pela presente escritura, constituem entre si uma sociedade comercial por quotas, que se regerá pelo pacto social constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma de Sociedade Agrícola — Madeira & Irmão, L.^{da}, e tem a sua sede no lugar de Ferragial dos Burros, na freguesia de Barbacena, concelho de Elvas.

2 — Por deliberação da gerência, poderá a sede social ser deslocada dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, assim como poderá ser criada qualquer outra forma de representação social, nomeadamente filiais e sucursais no território nacional ou no estrangeiro.

ARTIGO 2.º

O seu objecto consiste na agricultura, aluguer de máquinas para serviços de terraplanagem, aterros, desaterros agrícolas e obras públicas, construção civil e obras públicas. Comércio de materiais de construção.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 10 000 euros (equivalente a 2 004 820\$) e corresponde à soma de duas quotas com o valor nominal de 5000 euros cada, pertencentes uma a cada um dos sócios António João Correia Madeira e Rui Alberto Correia Madeira.

ARTIGO 4.º

1 — A representação activa e passiva da sociedade cabe à gerência, que é ou não remunerada, conforme deliberação da assembleia geral.

2 — Ficam desde já nomeados gerentes os sócios António João Correia Madeira e Rui Alberto Correia Madeira.

ARTIGO 5.º

Para validamente obrigar a sociedade em todos os seus actos e contratos é necessária a assinatura conjunta de dois gerentes.

ARTIGO 6.º

É livremente permitida a divisão de quotas; porém, na cessão a estranhos, os sócios não cedentes gozam do direito de preferência e, no caso de haver mais de um preferente, abrir-se-á licitação entre eles.

ARTIGO 7.º

A sociedade fica autorizada a amortizar a quota ou quotas arroladas, arrestadas, penhoradas ou incluídas em massa falida ou insolvente e ainda por morte do seu titular.

ARTIGO 8.º

A sociedade poderá exigir aos sócios prestações suplementares até ao montante do décuplo do capital social.

Disposição transitória

A gerência fica, desde já, autorizada a levantar o capital social depositado, a fim de custear as despesas de constituição e registo da sociedade, aquisição de equipamento e instalação da sede social.

Está conforme o original.

4 de Março de 2002. — A Conservadora em Substituição Legal,
Carolina Maria Florêncio Aires. 1000050166

RESTAURANTE CHINITA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Elvas. Matrícula n.º 913/960925; identificação de pessoa colectiva n.º 503717231; inscrição n.º 2; número e data da apresentação: 1/20020228.

Certifico que, para os fins do disposto nos artigos 71.º e 72.º do Código do Registo Comercial, em relação à sociedade em epígrafe, foram registados os seguintes actos:

Aumento de capital e redenominação de capital.

Quantia do aumento: 3004,81 euros, subscrito em dinheiro por todos os sócios na proporção das respectivas quotas, tendo em consequência sido alterado o artigo 3.º do pacto social, o qual passa a ter a redacção seguinte:

ARTIGO 3.º

O capital social é de 5000 euros, dividido em duas quotas, de 3750 euros e 1250 euros, pertencentes a Maria Antónia Charreu Pedro Chinita e Rogério António Pedro.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

5 de Março de 2002. — A Conservadora em Substituição Legal,
Carolina Maria Florêncio Aires. 1000050163

J. LUSO TRAMAGAL — TRANSPORTES RODOVIÁRIOS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Elvas. Matrícula n.º 367/841011; identificação de pessoa colectiva n.º 501586288; inscrição n.º 22; número e data da apresentação: 5/20020213.

Certifico que, para os fins do disposto nos artigos 71.º e 72.º do Código do Registo Comercial, em relação à sociedade em epígrafe, foram registados os seguintes actos:

Redenominação e aumento do capital.

Quantia do aumento: 610 601,05 euros, subscrito e realizado em dinheiro pela única sócia, tendo em consequência sido alterado o artigo 3.º do pacto social, o qual passa a ter a redacção seguinte:

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro e outros valores constantes da escrituração, é de 860 000 euros, representado por duas quotas, uma do valor nominal de 731 000 euros e outra do valor nominal de 129 000 euros, tituladas pela sócia FORMATUS — SGPS, S. A.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

21 de Fevereiro de 2002. — A Conservadora em Substituição Legal,
Carolina Maria Florêncio Aires. 1000050162

J. VOLMECO — COMÉRCIO AUTOMÓVEL, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Elvas. Matrícula n.º 1213/010713; identificação de pessoa colectiva n.º 505460963; inscrições n.ºs 2, 3 e 4; números e data das apresentações: 2, 3 e 4/20020213.

Certifico que, para os fins do disposto nos artigos 71.º e 72.º do Código do Registo Comercial, em relação à sociedade em epígrafe, foram registados os seguintes actos:

Redenominação e aumento do capital.

Quantia do aumento: 100 000 euros, subscrito e realizado em dinheiro pelos sócios na proporção das respectivas quotas, tendo em consequência sido alterados os artigos 2.º, 3.º e 4.º, n.ºs 2 e 3, do pacto social, os quais passam a ter a redacção seguinte:

ARTIGO 2.º

A sociedade tem por objecto:

1) Comércio a retalho de veículos automóveis ligeiros e pesados, de peças e acessórios para veículos automóveis, manutenção e reparação de veículos automóveis;

2) Aluguer de veículos automóveis de mercadorias sem condutor;

3) Aluguer de veículos automóveis ligeiros com ou sem condutor.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro e outros valores constantes da escrituração, é de 125 000 euros e encontra-se representado por duas quotas: uma de 25 000 euros, do sócio João Benard Guedes Salgado, e outra de 100 000 euros, da sócia FORMATUS — SGPS, S. A.

ARTIGO 4.º

1 — (*Mantém-se.*)

2 — Fica desde já nomeado gerente o sócio João Benard Guedes Salgado, mantendo-se nomeado gerente o não sócio Justo Sanchez Arias.

3 — Para obrigar a sociedade em todos os seus actos e contratos e para a sua representação, em juízo e fora dele, activa e passivamente, é necessária a intervenção do gerente Justo Sanchez Arias ou a intervenção conjunta de dois gerentes.

4 — (*Mantém-se.*)

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

21 de Fevereiro de 2002. — A Conservadora em Substituição Legal,
Carolina Maria Florêncio Aires. 1000050160

LAR JÚLIO ALCÂNTARA BOTELHO, P. C. U. P.

Conservatória do Registo Comercial de Elvas. Matrícula n.º 11/911107; identificação de pessoa colectiva n.º 501082301.

Certifico que, para os fins do disposto nos artigos 71.º e 72.º do Código do Registo Comercial, em relação à instituição em epígrafe, foram eleitos os corpos administrativos para o triénio de 2000, 2001 e 2002:

Direcção: presidente — Arnaldo Jacinto da Silva Fonseca; vice-presidente — Norberto António Ribeirinho Carita de Moraes; tesoureiro — João José Guapo Martins Cassola; secretário — Manuel António Cruz Jesus; vogal — Agostinho Mendes Oliveira; suplentes — Diamantino Delgado, Mário Renato da Conceição, Rafael Batista Cândido, Valdemar dos Anjos Calado Pernão e João Passos e Sousa Barradas.

Conselho fiscal: presidente — António Joaquim Barrocas Guerra; vogais — Zeferino Leal Gazalho e Manuel António Pimenta Belmiro; suplentes — António Chambel Felício, Joaquim Manuel Camboias Direitinho e João José Pombeiro Geraldo.

Está conforme.

8 de Março de 2002. — A Conservadora em Substituição Legal,
Carolina Maria Florêncio Aires. 1000050098

HORTIS MONTIS — PRODUTOS AGRO-PECUÁRIOS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Elvas. Matrícula n.º 851/950509; identificação de pessoa colectiva n.º 503407453; inscrição n.º 2; número e data da apresentação: 6/20020304.

Certifico que, para os fins do disposto nos artigos 71.º e 72.º do Código do Registo Comercial, em relação à sociedade em epígrafe, foram registados os seguintes actos:

Aumento de capital e redenominação de capital.

Quantia do aumento: 3004,81 euros, subscrito e realizado em dinheiro por todos os sócios na proporção das respectivas quotas, tendo em consequência sido alterado o artigo 3.º do pacto social, o qual passa a ter a redacção seguinte:

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5000 euros e é formado por duas quotas, sendo uma do valor nominal de 4500 euros, pertencente à sócia Maria de Lurdes Telo Rasquilha Abreu Xavier, e outra do valor nominal de 500 euros, pertencente ao sócio Raul Alberto Lamas de Oliveira Xavier.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

8 de Março de 2002. — A Conservadora em Substituição Legal,
Carolina Maria Florêncio Aires. 1000050097

ROGRÉS — MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Elvas. Matrícula n.º 472/880505; identificação de pessoa colectiva n.º 501975470; inscrição n.º 4; número e data da apresentação: 11/20020304.

Certifico que, para os fins do disposto nos artigos 71.º e 72.º do Código do Registo Comercial, em relação à sociedade em epígrafe, foram registados os seguintes actos:

Redenominação e aumento do capital.

Quantia do aumento: 2007,21 euros, realizado em dinheiro pelos sócios na proporção das respectivas quotas, tendo em consequência sido alterado o artigo 3.º do pacto social, o qual passa a ter a redacção seguinte:

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado, é de 5000 euros, dividido em três quotas, sendo uma, em comum, no valor de 1666,66 euros, pertencente a Odete das Neves Paula Rodrigues, José Manuel Paula Rodrigues, João Nuno Paula Rodrigues e Luís Miguel Paula Rodrigues, outra referente a José Manuel Paula Rodrigues, no valor de 1666,67 euros, e outra, de João Nuno Paula Rodrigues, também no valor de 1666,67 euros.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

8 de Março de 2002. — A Conservadora em Substituição Legal,
Carolina Maria Florêncio Aires. 1000050094

C. T. C. — CARTOGRAFIA, TOPOGRAFIA E CADASTRO, UNIPESSOAL, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Elvas. Matrícula n.º 1271/020304; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 7/20020304.

Certifico que, para os fins do disposto nos artigos 71.º e 72.º do Código do Registo Comercial, foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo seguinte contrato:

João Carlos Barradas Muñoz, natural de Angola, residente na Avenida de D. Sancho Manuel, 9-A, em Elvas, contribuinte fiscal n.º 133728587.

Verifiquei a identidade do outorgante por exibição do seu bilhete de identidade n.º 8246098, emitido em 26 de Novembro de 1999, pelos Serviços de Identificação Civil de Portalegre.

Declarou o outorgante que, pela presente escritura, celebra um contrato de sociedade comercial por quotas unipessoal, a qual se regerá pelos seguintes artigos:

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação de C. T. C. — Cartografia, Topografia e Cadastro, Unipessoal, L.^{da}, e tem a sua sede na Avenida de D. Sancho Manuel, 9-A, freguesia e Assunção, do concelho de Elvas, podendo ser transferida para qualquer outro local dentro do mesmo concelho ou para concelhos limítrofes, por simples deliberação da gerência.

ARTIGO 2.º

O objecto da sociedade é a cartografia, topografia e cadastro.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5000 euros, correspondente a uma única quota, pertencente ao sócio João Carlos Barradas Muñoz.

ARTIGO 4.º

A gerência e representação da sociedade fica a cargo dos gerentes, sócios ou não sócios, a designar em assembleia geral, com ou sem remuneração, conforme for também deliberado em assembleia geral.

§ 1.º Fica contudo desde já designado gerente o sócio João Carlos Barradas Muñoz.

§ 2.º A sociedade fica validamente obrigada com a assinatura de um gerente.

ARTIGO 5.º

A sociedade poderá adquirir participações noutras sociedades, com objecto diferente ou reguladas por leis especiais e em agrupamentos complementares de empresas.

ARTIGO 6.º

A sociedade poderá entrar imediatamente em actividade, ficando, desde já, a gerência autorizada a proceder ao levantamento do capi-

tal social depositado para fazer face a despesas com a constituição e instalação da sociedade.

Está conforme o original.

7 de Março de 2002. — A Conservadora em Substituição Legal,
Carolina Maria Florêncio Aires. 1000050092

AGRO-FALCATO — SOCIEDADE AGRÍCOLA DO FALCATO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Elvas. Matrícula n.º 524/890504; identificação de pessoa colectiva n.º 502153377; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 1 e inscrição n.º 5; números e datas das apresentações: 10/20020204 e 8/20020226.

Certifico que, para os fins do disposto nos artigos 71.º e 72.º do Código do Registo Comercial, em relação à sociedade em epígrafe, foram registados os seguintes actos:

Cessação de funções de gerentes: Isidoro Salgadinho Fernando e João Adelino da Piedade Salgadinho Fernando.

Causa: renúncia.

Data: 15 de Janeiro de 2002.

Nomeação de gerentes: Isidoro Paulo Massano Fernando e João Manuel Pires Fernando.

Está conforme o original.

1 de Março de 2002. — A Conservadora em Substituição Legal,
Carolina Maria Florêncio Aires. 1000047465

AGRO-SALFER — SOCIEDADE AGRÍCOLA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Elvas. Matrícula n.º 525/890504; identificação de pessoa colectiva n.º 502153385; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 1 e inscrição n.º 5; números e datas das apresentações: 13/20020204 e 9/20020226.

Certifico que, para os fins do disposto nos artigos 71.º e 72.º do Código do Registo Comercial, em relação à sociedade em epígrafe, foram registados os seguintes actos:

Cessação de funções de gerentes: Isidoro Salgadinho Fernando e João Adelino da Piedade Salgadinho Fernando.

Causa: renúncia.

Data: 15 de Janeiro de 2002.

Nomeação de gerentes: Isidoro Paulo Massano Fernando e João Manuel Pires Fernando.

Está conforme o original.

1 de Março de 2002. — A Conservadora em Substituição Legal,
Carolina Maria Florêncio Aires. 1000047457

ASSINDPLÁS — ASSISTÊNCIA À INDÚSTRIA PLÁSTICOS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Elvas. Matrícula n.º 567/900306; identificação de pessoa colectiva n.º 502306386; inscrição n.º 3; número e data da apresentação: 1/20020131.

Certifico que, para os fins do disposto nos artigos 71.º e 72.º do Código do Registo Comercial, em relação à sociedade em epígrafe, foram registados os seguintes actos:

Aumento de capital e redenominação de capital.

Quantia do aumento: 602 410\$, subscrito e realizado em dinheiro por todos os sócios na proporção das respectivas quotas, tendo em consequência sido alterado o artigo 3.º do pacto social, o qual passa a ter a redacção seguinte:

ARTIGO 3.º

O capital social é de 5000 euros, integralmente realizado em dinheiro, e é constituído por duas quotas iguais de 2500 euros cada, pertencendo uma a cada um dos sócios, Carlos Alberto de Matos Fernandes Rito e Luís de Matos Rito.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

1 de Fevereiro de 2002. — A Conservadora em Substituição Legal,
Carolina Maria Florêncio Aires. 1000047451

CLÍNICA VETERINÁRIA EUROPA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Elvas. Matrícula n.º 646/910905; identificação de pessoa colectiva n.º 502622555; inscrição n.º 3; número e data da apresentação: 7/20020222.

Certifico que, para os fins do disposto nos artigos 71.º e 72.º do Código do Registo Comercial, em relação à sociedade em epígrafe, foram registados os seguintes actos:

Redenominação e aumento do capital.

Quantia do aumento: 3004,81 euros, subscrito em dinheiro pelos sócios na proporção das respectivas quotas, tendo em consequência sido alterado o artigo 3.º do pacto social, o qual passa a ter a redacção seguinte:

ARTIGO 3.º

O capital social é de 5000 euros, integralmente realizado em dinheiro, e corresponde à soma de duas quotas iguais de 2500 euros, uma de cada um dos sócios José Manuel Tenório Guerra e Maria de Fátima Mendes Bento Guerra.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

28 de Fevereiro de 2002. — A Conservadora em Substituição Legal,
Carolina Maria Florêncio Aires. 1000047449

GUERRILHAS & CONCEIÇÃO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Elvas. Matrícula n.º 576/900327; identificação de pessoa colectiva n.º 502316640; inscrição n.º 5; número e data da apresentação: 1/20020222.

Certifico que, para os fins do disposto nos artigos 71.º e 72.º do Código do Registo Comercial, em relação à sociedade em epígrafe, foram registados os seguintes actos:

Dissolução e encerramento da liquidação.

Data de aprovação de contas: 31 de Janeiro de 2002.

Está conforme o original.

27 de Fevereiro de 2002. — A Conservadora em Substituição Legal,
Carolina Maria Florêncio Aires. 1000047445

SAGRAJAS — TRANSPORTES INTERNACIONAIS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Elvas. Matrícula n.º 1269/020227; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 1/20020227.

Certifico que, para os fins do disposto nos artigos 71.º e 72.º do Código do Registo Comercial, foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo seguinte contrato:

1.º Alfonso Manuel Vara Morato, casado no regime da comunhão de adquiridos, natural de Albuquerque, Badajoz, Espanha, de nacionalidade espanhola, residente na Calle Ronda Norte, 7, em Sagradas, Badajoz, contribuinte fiscal n.º 239642856;

2.ª Isabel Gonzalez Diaz, casada com primeiro outorgante e com ele residente, natural de Badajoz, Espanha, de nacionalidade espanhola, contribuinte fiscal n.º 239642716.

Verifiquei a identidade dos outorgantes por exibição dos seus documentos nacionais de identidade, respectivamente, n.ºs 8800591-D, de 17 de Maio de 1994, e 8813303-W, de 22 de Janeiro de 1997, emitidos pelo Ministério do Interior de Espanha.

Disseram os outorgantes que, pela presente escritura, constituem entre si uma sociedade comercial por quotas, que se regerá pelo pacto social constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a firma Sagradas — Transportes Internacionais, L.^{da}, e tem a sua sede em Elvas, na Avenida de António Sardinha, Cidade Jardim, torre I, sobreloja, B, freguesia de Assunção, concelho de Elvas.

§ único. A gerência poderá deslocar a sua sede dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, assim como poderão ser criadas quaisquer filiais, agências ou outra forma de representação social em Portugal ou no estrangeiro, por simples deliberação da gerência.

ARTIGO 2.º

O objecto social consiste em transportes nacionais e internacionais de mercadorias.

ARTIGO 3.º

O capital social é de 50 000 euros integralmente realizado em dinheiro, correspondente à soma das duas seguintes quotas: uma de 25 000 euros, pertencente ao sócio Alfonso Manuel Vara Morato, e uma de 25 000 euros, pertencente à sócia Isabel Gonzalez Diaz.

ARTIGO 4.º

1 — A gerência e a administração da sociedade, com ou sem remuneração, conforme vier a ser deliberado em assembleia geral, será exercida por um ou mais gerentes.

2 — Fica desde já nomeado gerente o sócio Alfonso Manuel Vara Morato.

3 — Para obrigar a sociedade é necessária e suficiente a assinatura de um só gerente.

ARTIGO 5.º

A divisão e cessão de quotas total ou parcial é livre entre os sócios; a estranhos, depende do consentimento prévio e expresso da sociedade, ficando reservado a esta, em primeiro lugar, e aos sócios, individualmente considerados, em segundo, o direito de preferência.

ARTIGO 6.º

A gerência fica desde já autorizada a proceder ao levantamento do capital social depositado para fazer face a despesas com a constituição e instalação da sociedade.

Está conforme o original.

28 de Fevereiro de 2002. — A Conservadora em Substituição Legal,
Carolina Maria Florêncio Aires. 1000047441

PORTALEGRE**CARPINTARIA ALAGOENSE, L.^{DA}**

Conservatória do Registo Comercial de Portalegre. Matrícula n.º 1114; identificação de pessoa colectiva P 505931460; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 1/22012002.

Certifico que entre Joaquim da Luz Sebastião e Gracelinda Maria Narciso, casados entre si sob o regime da comunhão de adquiridos, Lúcio Manuel Narciso da Luz, casado com Ana Paula Serrano Pinto da Luz sob o regime da comunhão de adquiridos, e Maria da Conceição Narciso da Luz, solteira, maior, foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo seguinte contrato:

1.º

A sociedade adopta a firma Carpintaria Alagoense, L.^{da}

2.º

A sociedade estabelece a sede na Rua do Professor Manuel Cândido, 15, freguesia de Alagoa, concelho de Portalegre.

3.º

A sociedade tem por objecto a actividade de carpintaria.

4.º

O capital social é de 5000 euros e representa-se por quatro quotas; uma do valor nominal de 2500 euros, pertencente ao sócio Joaquim da Luz Sebastião; uma do valor nominal de 1250 euros, pertencente à sócia Gracelinda Maria Narciso; uma do valor nominal de 625 euros, pertencente ao sócio Lúcio Manuel Narciso da Luz, e uma do valor nominal de 625 euros, pertencente à sócia Maria da Conceição Narciso da Luz, e as respectivas entradas ficam, nesta data, realizadas em dinheiro.

5.º

1 — A gerência da sociedade, remunerada ou não, conforme for deliberado em assembleia geral, pertence a todos os sócios.

2 — A sociedade vincula-se com a intervenção de um gerente.

6.º

A sociedade poderá exigir dos sócios prestações suplementares até ao quádruplo do capital social.

Conferida. Está conforme o original.

25 de Fevereiro de 2002. — A Primeira-Ajudante, *Maria Henriqueta Damasceno Pereira Gomes Rota*. 1000049602

A FUNERÁRIA MARMELO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Portalegre. Matrícula n.º 1116; identificação de pessoa colectiva P 505855488; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 4/30012002.

Certifico que entre José Maria Feiteira Marmelo e Fátima da Luz Meira Azeitona Marmelo, casados entre si sob o regime da comunhão de adquiridos, foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo seguinte contrato:

1.º

A sociedade adopta a firma A Funerária Marmelo, L.^{da}

2.º

A sociedade estabelece a sede na Avenida de Santo António, 8, 1.º, direito, em Portalegre.

3.º

A sociedade tem por objecto a actividade de funerárias e conexas.

4.º

O capital social é de 5000 euros e representa-se por duas quotas iguais do valor nominal de 2500 euros, uma de cada um dos sócios José Maria Feiteira Marmelo e Fátima da Luz Meira Azeitona Marmelo, e as respectivas entradas ficam, nesta data, realizadas em dinheiro.

5.º

1 — A gerência da sociedade, remunerada ou não, conforme for deliberado em assembleia geral, pertence a ambos os sócios.

2 — A sociedade vincula-se com a intervenção de um gerente.

6.º

1 — A sociedade poderá exigir dos sócios prestações suplementares até ao quádruplo do capital social.

2 — Os sócios poderão fazer à sociedade os suprimentos de que esta carecer, nas condições deliberadas em assembleia geral.

Conferida. Está conforme o original.

25 de Fevereiro de 2002. — A Primeira-Ajudante, *Maria Henriqueta Damasceno Pereira Gomes Rota*. 1000049598

SEMEDO & BEZERRA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Portalegre. Matrícula n.º 379; identificação de pessoa colectiva n.º 501958975; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 10; número e data da apresentação: 77/28122001.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, Custódio Joaquim Semedo cessou funções de gerente, por falecimento, em 24 de Abril de 2001.

Conferida. Está conforme o original.

18 de Fevereiro de 2002. — A Primeira-Ajudante, *Maria Henriqueta Damasceno Pereira Gomes Rota*. 1000049594

AMADEU LOURENÇO RIBEIRO FURA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Portalegre. Matrícula n.º 559; identificação de pessoa colectiva n.º 502568739; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 1 e inscrição n.º 3; números e data das apresentações: 7 e 8/31012002.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi registado o seguinte:

Catarina Dinis Miranda Figueiredo Fura, cessou funções de gerente, por renúncia, em 29 de Outubro de 2001;

Deslocou a sede para a Rua do Mestre José Carvalho, lote 25, Zona Industrial, Portalegre;

Aumentou o capital social de 400 000\$ para 1 002 410\$, e redenominou o mesmo para euros, e alterou os artigos 2.º, n.º 1, 4.º e corpo do 5.º do respectivo contrato, os quais ficaram com a seguinte redacção:

2.º

1 — A sociedade tem a sede na Rua do Mestre José Carvalho, lote 25, Zona Industrial, em Portalegre.

4.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5000 euros e corresponde à soma de duas quotas iguais do valor nominal de 2500 euros, uma de cada sócio.

5.º

A gerência fica a cargo do sócio Amadeu Lourenço Ribeiro Fura.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Conferida. Está conforme o original.

25 de Fevereiro de 2002. — A Primeira-Ajudante, *Maria Henriqueta Damasceno Pereira Gomes Rota*. 1000049591

TPCM ASSISTÊNCIA — REPARAÇÃO DE ELECTRODOMÉSTICOS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Portalegre. Matrícula n.º 852; identificação de pessoa colectiva n.º 503851299; inscrição n.º 5; número e data da apresentação: 82/28122001.

Certifico que a sociedade em epígrafe, aumentou o capital social de 400 000\$ para 1 002 410\$, redenominou o mesmo para euros, e alterou o artigo 3.º do respectivo contrato, o qual ficou com a seguinte redacção:

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado já em dinheiro, é de 5000 euros e é formado por duas quotas iguais do valor nominal de 2500 euros cada, e pertence uma a cada um dos sócios, Rui de Jesus Jacob Pernas e Paulo José da Rosa Cardoso.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Conferida. Está conforme o original.

18 de Fevereiro de 2002. — A Primeira-Ajudante, *Maria Henriqueta Damasceno Pereira Gomes Rota*. 1000049589

O LEÃO — ACTIVIDADES HOTELEIRAS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Portalegre. Matrícula n.º 344; identificação de pessoa colectiva n.º 501834583; inscrição n.º 7; número e data da apresentação: 3/08012002.

Certifico que a sociedade em epígrafe, aumentou o capital social de 400 000\$ para 1 002 410\$, redenominou o mesmo para euros, e alterou o artigo 4.º do respectivo contrato, o qual ficou com a seguinte redacção:

ARTIGO 4.º

O capital social, integralmente realizado já em dinheiro, é de 5000 euros e é formado por duas quotas iguais de 2500 euros cada, pertencendo uma a cada um dos sócios Victor João Carvalho Bruno e Maria da Graça Florindo Figueiredo Bruno.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Conferida. Está conforme o original.

25 de Fevereiro de 2002. — A Primeira-Ajudante, *Maria Henriqueta Damasceno Pereira Gomes Rota*. 1000049715

FRANCISCO B. FINO — SOCIEDADE AGRÍCOLA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Portalegre. Matrícula n.º 945; identificação de pessoa colectiva n.º 504360523; data do depósito: 15012002.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi feito o depósito na pasta respectiva, dos documentos de prestação de contas, referentes ao ano de 1999.

25 de Fevereiro de 2002. — A Primeira-Ajudante, *Maria Henriqueta Damasceno Pereira Gomes Rota*. 1000049582

FRANCISCO B. FINO — SOCIEDADE AGRÍCOLA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Portalegre. Matrícula n.º 945; identificação de pessoa colectiva n.º 504360523; data do depósito: 15012002.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi feito o depósito na pasta respectiva, dos documentos de prestação de contas, referentes ao ano de 2000.

25 de Fevereiro de 2002. — A Primeira-Ajudante, *Maria Henriqueta Damasceno Pereira Gomes Rota*. 1000049585

HELMAC, EQUIPAMENTOS, MÁQUINAS DE FRIO, HOTELEIROS E SIMILARES, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Portalegre. Matrícula n.º 825; identificação de pessoa colectiva n.º 503745324; data do depósito: 18012002.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi feito o depósito na pasta respectiva, dos documentos de prestação de contas, referentes ao ano de 1997.

25 de Fevereiro de 2002. — A Primeira-Ajudante, *Maria Henriqueta Damasceno Pereira Gomes Rota*. 1000049660

HELMAC, EQUIPAMENTOS, MÁQUINAS DE FRIO, HOTELEIROS E SIMILARES, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Portalegre. Matrícula n.º 825; identificação de pessoa colectiva n.º 503745324; data do depósito: 18012002.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi feito o depósito na pasta respectiva, dos documentos de prestação de contas, referentes ao ano de 1998.

25 de Fevereiro de 2002. — A Primeira-Ajudante, *Maria Henriqueta Damasceno Pereira Gomes Rota*. 1000049572

HELMAC, EQUIPAMENTOS, MÁQUINAS DE FRIO, HOTELEIROS E SIMILARES, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Portalegre. Matrícula n.º 825; identificação de pessoa colectiva n.º 503745324; data do depósito: 18012002.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi feito o depósito na pasta respectiva, dos documentos de prestação de contas, referentes ao ano de 1999.

25 de Fevereiro de 2002. — A Primeira-Ajudante, *Maria Henriqueta Damasceno Pereira Gomes Rota*. 1000049579

CENTRO DE RADIODIAGNÓSTICO DE PORTALEGRE, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Portalegre. Matrícula n.º 817; identificação de pessoa colectiva n.º 503727784; inscrição n.º 7; número e data da apresentação: 10/28122001.

Certifico que a sociedade em epígrafe, aumentou o capital social de 400 000\$ para 1 002 410\$, redenominou o mesmo para euros, e alterou o artigo 3.º do respectivo contrato, o qual ficou com a seguinte redacção:

ARTIGO 3.º

O capital social é de 5000 euros, dividido em quotas, correspondentes a: uma de 2000 euros, pertencente à sócia Filomena Maria

Machado Pinto Serafim; uma de 2000 euros, pertencente à sócia Célia Cristina Miguel Bento; uma de 500 euros, pertencente ao sócio João Vítor Machado Pinto, e uma de 500 euros, pertencente ao sócio Casimiro Salgueiro Costa.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Conferida. Está conforme o original.

15 de Fevereiro de 2002. — A Primeira-Ajudante, *Maria Henriqueta Damasceno Pereira Gomes Rota*. 1000049578

A CIGARRA — COMÉRCIO DE VESTUÁRIO PARA BEBÉ E CRIANÇA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Portalegre. Matrícula n.º 788; identificação de pessoa colectiva n.º 503613142; inscrição n.º 4; número e data da apresentação: 9/28122001.

Certifico que a sociedade em epígrafe, aumentou o capital social de 400 000\$ para 1 002 410\$, redenominou o mesmo para euros, e alterou o artigo 4.º do respectivo contrato, o qual ficou com a seguinte redacção:

ARTIGO 4.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5000 euros e representa-se por duas quotas: uma de 3500 euros, pertencente à sócia Lisete da Conceição Martins Isidro, e uma de 1500 euros, pertencente à sócia Maria João Tito Fialho Isidro.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Conferida. Está conforme o original.

13 de Fevereiro de 2002. — A Primeira-Ajudante, *Maria Henriqueta Damasceno Pereira Gomes Rota*. 1000049576

NEXT MOTO — COMÉRCIO DE MOTOCICLOS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Portalegre. Matrícula n.º 892; identificação de pessoa colectiva n.º 504029070; inscrição n.º 3; número e data da apresentação: 28/28122001.

Certifico que a sociedade em epígrafe, aumentou o capital social de 1 000 000\$ para 1 002 410\$, redenominou o mesmo para euros, e alterou o artigo 3.º do respectivo contrato, o qual ficou com a seguinte redacção:

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado e subscrito em dinheiro, é de 5000 euros e dele pertence uma quota do valor nominal de 2500 euros a cada um dos sócios José António Bicho Meira e Paulo Jorge Afonso Canário.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Conferida. Está conforme o original.

15 de Fevereiro de 2002. — A Primeira-Ajudante, *Maria Henriqueta Damasceno Pereira Gomes Rota*. 1000049574

GINÁSIO +, MUSCULAÇÃO, RECUPERAÇÃO, BELEZA E ESTÉTICA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Portalegre. Matrícula n.º 934; identificação de pessoa colectiva n.º 504262262; inscrição n.º 3; número e data da apresentação: 16/28122001.

Certifico que a sociedade em epígrafe, de que são sócios Joaquim Maria Pina Grilo e Margarida Pereira Barradas Grilo, casados entre si sob o regime da comunhão de adquiridos, aumentou o capital social de 400 000\$ para 1 002 410\$, redenominou o mesmo para euros, e alterou o artigo 4.º do respectivo contrato, o qual ficou com a seguinte redacção:

ARTIGO 4.º

O capital social é de 5000 euros, integralmente realizado em dinheiro e divide-se em duas quotas iguais de 2500 euros, uma de cada sócio.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Conferida. Está conforme o original.

15 de Fevereiro de 2002. — A Primeira-Ajudante, *Maria Henriqueta Damasceno Pereira Gomes Rota*.
1000049571

A. RICARDO & FILHO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Portalegre. Matrícula n.º 416; identificação de pessoa colectiva n.º 502098414; inscrição n.º 4; número e data da apresentação: 4/04012002.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi registado o seguinte:

Deslocou a sede para a Rua do Poeta José Régio, 1, Portalegre; Aumentou o capital social de 400 000\$ para 5 012 050\$, redenominou o mesmo para euros, e alterou os artigos 1.º e 3.º do respectivo contrato, os quais ficaram com a seguinte redacção:

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a firma A. Ricardo & Filho, L.^{da}, e estabelece a sede na Rua do Poeta José Régio, 1, em Portalegre.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 25 000 euros e corresponde à soma de duas quotas iguais do valor nominal de 12 500 euros, pertencendo uma ao sócio Adelino Fernandes Ricardo e uma ao sócio Joaquim Manuel Vitorino Ricardo.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Conferida. Está conforme o original.

25 de Fevereiro de 2002. — A Primeira-Ajudante, *Maria Henriqueta Damasceno Pereira Gomes Rota*.
1000049568

CLÍNICA DE MEDICINA DENTÁRIA DR. CARLOS BAGULHO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Portalegre. Matrícula n.º 460; identificação de pessoa colectiva n.º 502287209; inscrição n.º 3; número e data da apresentação: 2/10012002.

Certifico que a sociedade em epígrafe, aumentou o capital social de 400 000\$ para 1 002 410\$, redenominou o mesmo para euros, e alterou o artigo 4.º do respectivo contrato, o qual ficou com a seguinte redacção:

ARTIGO 4.º

O capital social é de 5000 euros, integralmente realizado em dinheiro e representa-se por duas quotas: uma de 3750 euros do sócio Carlos Manuel Dias Bagulho, e outra de 1250 euros da sócia Ana Maria Polido de Oliveira Bagulho.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Conferida. Está conforme o original.

25 de Fevereiro de 2002. — A Primeira-Ajudante, *Maria Henriqueta Damasceno Pereira Gomes Rota*.
1000049565

CONSULTÓRIO MÉDICO-DENTÁRIO DE S. MAMEDE, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Portalegre. Matrícula n.º 909; identificação de pessoa colectiva n.º 504117629; inscrição n.º 4; número e data da apresentação: 1/10012002.

Certifico que a sociedade em epígrafe, aumentou o capital social de 600 000\$ para 1 002 410\$, redenominou o mesmo para euros, e alterou o artigo 3.º do respectivo contrato, o qual ficou com a seguinte redacção:

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado e subscrito em dinheiro, é de 5000,01 euros e corresponde à soma de quatro quotas, sendo: duas de 1666,67 euros cada, dos sócios Martinho Luís Ramos Moreno Pinheiro e Carlos Manuel Dias Bagulho, e as outras duas, uma de

997,60 euros e outra de 669,07 euros, de Leonor Isabel de Almendra Valente Marques Ferreira Trindade Henriques.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Conferida. Está conforme o original.

25 de Fevereiro de 2002. — A Primeira-Ajudante, *Maria Henriqueta Damasceno Pereira Gomes Rota*.
1000049561

SNACK-BAR A REPÚBLICA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Portalegre. Matrícula n.º 850; identificação de pessoa colectiva n.º 503824526; inscrição n.º 2; número e data da apresentação: 34/28122001.

Certifico que a sociedade em epígrafe, de que são sócios José Fernando Pinheiro Aragonêz e Amélia Joana Mafra Carvalho Aragonêz, casados entre si sob o regime da comunhão de adquiridos, aumentou o capital social de 600 000\$ para 1 002 410\$, redenominou o mesmo para euros, e alterou o artigo 4.º do respectivo contrato, o qual ficou com a seguinte redacção:

ARTIGO 4.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5000 euros e corresponde à soma de duas quotas iguais de 2500 euros, uma de cada sócio.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Conferida. Está conforme o original.

15 de Fevereiro de 2002. — A Primeira-Ajudante, *Maria Henriqueta Damasceno Pereira Gomes Rota*.
1000049555

ADELINO & ENCARNÇÃO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Portalegre. Matrícula n.º 249; identificação de pessoa colectiva n.º 501157875; inscrição n.º 4; número e data da apresentação: 72/28122001.

Certifico que a sociedade em epígrafe, aumentou o capital social de 500 000\$ para 1 002 410\$, redenominou o mesmo para euros, e alterou o artigo 4.º do respectivo contrato, o qual ficou com a seguinte redacção:

ARTIGO 4.º

O capital social é de 5000 euros, dividido em duas quotas de 2500 euros cada, pertencentes aos sócios Adelino Costa Carço e Maria Joaquina Bruno da Encarnação Carço, respectivamente.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Conferida. Está conforme o original.

18 de Fevereiro de 2002. — A Primeira-Ajudante, *Maria Henriqueta Damasceno Pereira Gomes Rota*.
1000049554

GERBERTO & FALCÃO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Portalegre. Matrícula n.º 114; identificação de pessoa colectiva n.º 500566461; inscrição n.º 10; número e data da apresentação: 73/28122001.

Certifico que a sociedade em epígrafe, aumentou o capital social de 1 000 000\$ para 1 002 410\$, redenominou o mesmo para euros, e alterou o artigo 3.º do respectivo contrato, o qual ficou com a seguinte redacção:

ARTIGO 3.º

O capital social é de 5000 euros, dividido em duas quotas: uma de 4000 euros, pertencente ao sócio António Manuel Janeiro Correia, e outra de 1000 euros, pertencente à sócia Maria do Carmo Machado Sequeira Janeiro.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Conferida. Está conforme o original.

18 de Fevereiro de 2002. — A Primeira-Ajudante, *Maria Henriqueta Damasceno Pereira Gomes Rota*.
1000049552

MARTINHO — INSTALAÇÕES ELÉCTRICAS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Portalegre. Matrícula n.º 424; identificação de pessoa colectiva n.º 502132280; inscrição n.º 3; número e data da apresentação: 3/11012002.

Certifico que a sociedade em epígrafe, de que são sócios José da Silva Martinho e Isabel de Jesus Cordeiro Martinho, casados entre si sob o regime da comunhão geral, e Maria Filomena Cordeiro Martinho Novo Lopes, casada com António Alexandre Novo Lopes sob o regime da comunhão de adquiridos, aumentou o capital social de 420 000\$ para 1 002 410\$, redenominou o mesmo para euros, e alterou o artigo 3.º do respectivo contrato, o qual ficou com a seguinte redacção:

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5000,01 euros e é constituído por três quotas iguais de 1666,67 euros, pertencendo uma a cada sócio.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Conferida. Está conforme o original.

25 de Fevereiro de 2002. — A Primeira-Ajudante, *Maria Henriqueta Damasceno Pereira Gomes Rota*. 1000049659

CONFALEGRE — CONFEÇÕES DE PORTALEGRE, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Portalegre. Matrícula n.º 595; identificação de pessoa colectiva n.º 502726369; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 3; número e data da apresentação: 74/28122001.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, Custódio Joaquim Semedo, cessou funções de gerente, por falecimento, em 24 de Abril de 2001.

Conferida. Está conforme o original.

18 de Fevereiro de 2002. — A Primeira-Ajudante, *Maria Henriqueta Damasceno Pereira Gomes Rota*. 1000049657

IRMÃOS GANDUM, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Portalegre. Matrícula n.º 760; identificação de pessoa colectiva n.º 503491667; inscrição n.º 3; número e data da apresentação: 3/180102.

Certifico que a sociedade em epígrafe, aumentou o capital social de 400 000\$ para 1 002 410\$, redenominou o mesmo para euros, e alterou o artigo 5.º do respectivo contrato, o qual ficou com a seguinte redacção:

ARTIGO 5.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5000 euros e corresponde à soma de três, sendo: uma do valor nominal de 997,60 euros e outra do valor nominal de 1502,40 euros, pertencentes ao sócio António Maria Mão de Ferro Gandum Carrilho, e outra do valor nominal de 2500 euros, pertencente ao sócio Rui Miguel Mão de Ferro Gandum.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Conferida. Está conforme o original.

25 de Fevereiro de 2002. — A Primeira-Ajudante, *Maria Henriqueta Damasceno Pereira Gomes Rota*. 1000049652

MARIA JOSÉ RICARDO PALMA, E. I. R. L.

Conservatória do Registo Comercial de Portalegre. Matrícula n.º 10; identificação de pessoa colectiva n.º 807910546; data do depósito: 29012002.

Certifico que, em relação à empresa individual em epígrafe, foi feito o depósito na pasta respectiva, dos documentos das contas anuais referentes ao ano de 1997.

25 de Fevereiro de 2002. — A Primeira-Ajudante, *Maria Henriqueta Damasceno Pereira Gomes Rota*. 1000049635

MARIA JOSÉ RICARDO PALMA, E. I. R. L.

Conservatória do Registo Comercial de Portalegre. Matrícula n.º 10; identificação de pessoa colectiva n.º 807910546; data do depósito: 29012002.

Certifico que, em relação à empresa individual em epígrafe, foi feito o depósito na pasta respectiva, dos documentos das contas anuais referentes ao ano de 1998.

25 de Fevereiro de 2002. — A Primeira-Ajudante, *Maria Henriqueta Damasceno Pereira Gomes Rota*. 1000049643

MARIA JOSÉ RICARDO PALMA, E. I. R. L.

Conservatória do Registo Comercial de Portalegre. Matrícula n.º 10; identificação de pessoa colectiva n.º 807910546; data do depósito: 29012002.

Certifico que, em relação à empresa individual em epígrafe, foi feito o depósito na pasta respectiva, dos documentos das contas anuais referentes ao ano de 1999.

25 de Fevereiro de 2002. — A Primeira-Ajudante, *Maria Henriqueta Damasceno Pereira Gomes Rota*. 1000049636

MARIA JOSÉ RICARDO PALMA, E. I. R. L.

Conservatória do Registo Comercial de Portalegre. Matrícula n.º 10; identificação de pessoa colectiva n.º 807910546; data do depósito: 29012002.

Certifico que, em relação à empresa individual em epígrafe, foi feito o depósito na pasta respectiva, dos documentos das contas anuais referentes ao ano de 2000.

25 de Fevereiro de 2002. — A Primeira-Ajudante, *Maria Henriqueta Damasceno Pereira Gomes Rota*. 1000049650

MANUEL MARGARIDO & FILHA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Portalegre. Matrícula n.º 578; identificação de pessoa colectiva n.º 502664622; data do depósito: 22012002.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi feito o depósito na pasta respectiva, dos documentos de prestação de contas referentes ao ano de 2000.

25 de Fevereiro de 2002. — A Primeira-Ajudante, *Maria Henriqueta Damasceno Pereira Gomes Rota*. 1000049648

**COOPERATIVA DE HABITAÇÃO ECONÓMICA
DA FONTEDEIRA, C. R. L**

Conservatória do Registo Comercial de Portalegre. Matrícula n.º 26; identificação de pessoa colectiva n.º 501985565; inscrição n.º 6; número e data da apresentação: 52/28122001.

Certifico que, em relação à Cooperativa em epígrafe, a mesma redenominou o capital para euros e alterou o artigo 5.º do título constitutivo, o qual ficou com a seguinte redacção:

ARTIGO 5.º

1 — O capital social da Cooperativa, variável e ilimitado, é do montante mínimo de 2500 euros e encontra-se totalmente realizado em dinheiro.

2 — O capital é representado por títulos de 2,49 euros cada um.

O texto completo dos estatutos, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Conferida. Está conforme o original.

18 de Fevereiro de 2002. — A Primeira-Ajudante, *Maria Henriqueta Damasceno Pereira Gomes Rota*. 1000049633

FISCÁLCULO — CONTABILIDADE, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Portalegre. Matrícula n.º 1111; identificação de pessoa colectiva n.º 503814180; inscrição n.º 8; número e data da apresentação: 2/28122001.

Certifico que a sociedade em epígrafe, alterou a sede e, em consequência, o artigo 2.º do respectivo contrato, o qual ficou com a seguinte redacção:

ARTIGO 2.º

A sociedade tem a sua sede na Rua do General Conde Jorge de Avilez, 12, freguesia de São Lourenço, concelho de Portalegre.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Conferida. Está conforme o original.

13 de Fevereiro de 2002. — A Primeira-Ajudante, *Maria Henriqueta Damasceno Pereira Gomes Rota*. 1000049630

HEXACOM — SISTEMAS INFORMÁTICOS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Portalegre. Matrícula n.º 524; identificação de pessoa colectiva n.º 502426420; inscrição n.º 2; número e data da apresentação: 6/29102001.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi efectuado o seguinte acto de registo:

Dissolução da sociedade e encerramento da liquidação.

Data da aprovação das contas: 31 de Março de 1994.

Conferida. Está conforme o original.

29 de Outubro de 2001. — A Primeira-Ajudante, *Maria Henriqueta Damasceno Pereira Gomes Rota*. 1000049627

PROLUESPA — PROMOÇÕES LUSO-ESPANHOLAS DE ENERGIAS ALTERNATIVAS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Portalegre. Matrícula n.º 1113; identificação de pessoa colectiva P 505548186; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 1/21012002.

Certifico que entre Ana Teresa Ferreira Maurício Vitória de Azevedo Coutinho, casada com António José Chêu de Azevedo Coutinho sob o regime da comunhão geral, e José Ramon Llorente Zamorano, divorciado, foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo seguinte contrato:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a denominação de PROLUESPA — Promoções Luso-espanholas de Energias Alternativas, L.^{DA}

2 — A sede da sociedade é, provisoriamente, na Rua de Olivença, 25, na freguesia e concelho de Portalegre, mas poderá ser transferida mediante deliberação da assembleia geral, com observação das formalidades legais.

ARTIGO 2.º

O objecto da sociedade consiste na promoção de pesquisas e estudos, com vista à exploração das energias alternativas, designadamente a eólica, arrendando ou adquirindo terrenos pertencentes a privados ou a autarquias, através de protocolos, contratos de promessa ou de escrituras públicas, tudo de harmonia com as normas legais em vigor, ou em regime especial.

ARTIGO 3.º

A sociedade poderá associar-se com outras ou participar da sua constituição, com vista à prossecução do seu objecto social.

ARTIGO 4.º

O capital social é de 5000 euros, encontrando-se integralmente realizado em dinheiro e corresponde à soma das seguintes quotas:

a) Uma quota de 1000 euros da sócia Ana Teresa Ferreira Maurício Vitória de Azevedo Coutinho;

b) Uma quota de 4000 euros do sócio José Ramon Llorente Zamorano.

ARTIGO 5.º

1 — É livre a divisão e cessão de quotas entre os sócios.

2 — A divisão e cessão de quotas a estranhos depende do consentimento da sociedade, expresso em assembleia geral.

3 — Fica desde já concedida a autorização, para que a sócia Ana Teresa Ferreira Maurício Vitória de Azevedo Coutinho possa dividir a sua quota em duas iguais e ceder as mesmas, parcial ou integralmente, quando o entender por conveniente, e pelo valor que ajustar.

ARTIGO 6.º

1 — A sociedade é administrada e representada em juízo e fora dele, pelos seus gerentes, ficando desde já nomeados gerentes ambos os sócios.

2 — Os gerentes serão ou não remunerados, conforme for deliberado em assembleia geral.

3 — A sociedade obriga-se validamente pela assinatura de dois gerentes ou mandatários.

ARTIGO 7.º

1 — Quando a lei não exija outras formalidades e prazos, as reuniões de assembleias gerais serão convocadas, com 15 dias de antecedência, através de cartas registadas a todos os sócios.

2 — Além dos casos resultantes da lei, dependem do acordo unânime dos sócios:

a) A alteração dos estatutos, incluindo modificações no capital social;

b) A dissolução, fusão, cisão, transformação da sociedade, associação com outras sociedades e empresas, e a aquisição, alienação ou oneração de participações no capital de sociedades;

c) A designação e renovação do mandato dos gerentes, bem como a definição dos poderes destes e dos eventuais mandatários, e a fixação das suas remunerações.

ARTIGO 8.º

Os lucros líquidos apurados no respectivo balanço terão a seguinte aplicação:

a) 5 % para o fundo da reserva geral, enquanto este não atingir o limite estabelecido por lei;

b) As percentagens que, em assembleia geral, sejam votadas para a constituição de fundos de reserva especiais ou de provisões;

c) O remanescente será repartido pelos sócios na proporção das respectivas quotas.

ARTIGO 9.º

Em caso de dissolução, os gerentes serão, salvo deliberação em contrário, os liquidatários.

ARTIGO 10.º

O foro da comarca de Lisboa é, com expressa renúncia a qualquer outro, o competente para quaisquer litígios com a actividade social.

Conferida. Está conforme o original.

25 de Fevereiro de 2002. — A Primeira-Ajudante, *Maria Henriqueta Damasceno Pereira Gomes Rota*. 1000049621

COPISER — CÓPIAS, INFORMÁTICA E SERVIÇOS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Portalegre. Matrícula n.º 608; identificação de pessoa colectiva n.º 502765925; inscrição n.º 8; número e data da apresentação: 71/28122001.

Certifico que a sociedade em epígrafe, aumentou o capital social de 450 000\$ para 1 002 410\$, redenominou o mesmo para euros, e alterou o artigo 4.º do respectivo contrato, o qual ficou com a seguinte redacção:

ARTIGO 4.º

O capital social, integralmente realizado já em dinheiro, é de 5000 euros e é formado por duas quotas: uma do valor nominal de 2750 euros, pertencente ao sócio Luís Filipe Costa Calado, e outra do valor nominal de 2250 euros, pertencente ao sócio Vítor Manuel Costa Calado.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Conferida. Está conforme o original.

18 de Fevereiro de 2002. — A Primeira-Ajudante, *Maria Henriqueta Damasceno Pereira Gomes Rota*. 1000049618

CTC — REPRESENTAÇÕES, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Portalegre. Matrícula n.º 747; identificação de pessoa colectiva n.º 503426415; inscrição n.º 12; número e data da apresentação: 8/28122001.

Certifico que a sociedade em epígrafe, aumentou o capital social de 450 000\$ para 1 002 410\$, redenominou o mesmo para euros, e alterou o artigo 4.º do respectivo contrato, o qual ficou com a seguinte redacção:

ARTIGO 4.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5000 euros e representa-se por três quotas: uma pertencente ao Dr. Antero de Figueiredo Marques Teixeira, do valor nominal de 2500 euros, e duas pertencentes a Aldina da Conceição Guerreiro Maurício, uma com o valor nominal de 1122,30 euros e uma do valor nominal de 1377,70 euros.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Conferida. Está conforme o original.

13 de Fevereiro de 2002. — A Primeira-Ajudante, *Maria Henriqueta Damasceno Pereira Gomes Rota*. 1000049616

CLILEGRE — CLÍNICA VETERINÁRIA DE PORTALEGRE, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Portalegre. Matrícula n.º 374; identificação de pessoa colectiva n.º 501948031; inscrição n.º 5; número e data da apresentação: 87/28122001.

Certifico que a sociedade em epígrafe, aumentou o capital social de 3 000 000\$ para 3 007 230\$, redenominou o mesmo para euros, e alterou o artigo 4.º do respectivo contrato, o qual ficou com a seguinte redacção:

ARTIGO 4.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 15 000 euros e corresponde à soma de duas quotas iguais do valor nominal de 7500 euros, pertencendo uma ao sócio João Luís Bonacho Costa e uma à sócia Ana Zulmira Proença Salgueiro Bonacho Costa.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Conferida. Está conforme o original.

18 de Fevereiro de 2002. — A Primeira-Ajudante, *Maria Henriqueta Damasceno Pereira Gomes Rota*. 1000049614

SOUSEL**SOCIEDADE AGRO-PECUÁRIA DA PEDRA MOURA, L.^{DA}**

Conservatória do Registo Comercial de Sousel. Matrícula n.º 57/010289; identificação de pessoa colectiva n.º 502101652; inscrição n.º 4; número e data da apresentação: 15/281201.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi aumentado o capital social de 400 000\$ para 5000 euros, e, em consequência, o artigo 4.º, ficou com a redacção seguinte:

ARTIGO 4.º

O capital social é de 5000 euros, encontrando-se totalmente realizado em dinheiro e corresponde à soma de quatro quotas: uma de 1250 euros da sócia Dulcinea Nuno Serafim da Silva Gomes; uma de 1250 euros, do sócio António Mendes da Silva Gomes; uma de 1250 euros do sócio Alberto Nuno Araújo Serafim, e outra de 1250 euros, da sócia Alexandrina Rosa Nuno.

O texto completo do contrato actualizado, fica depositado na pasta respectiva.

Conferida. Está conforme o original.

8 de Fevereiro de 2002. — O Conservador, *Nelson Pinheiro*. 1000049877

BAR RESTAURANTE A CAÇAROLA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Sousel. Matrícula n.º 107/040696; identificação de pessoa colectiva n.º 503645125; inscrição n.º 5; número e data da apresentação: 16/281201.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi aumentado o capital social de 1 000 000\$ para 5000 euros, e, em consequência, o artigo 4.º, ficou com a redacção seguinte:

ARTIGO 4.º

O capital social é de 5000 euros e corresponde à soma de três quotas: uma de 2500 euros, do sócio João Isidro Marques Baptista; uma de 1250 euros, do sócio Vítor José Marques Baptista, e uma de 2250 euros, do sócio José Namorado Baptista.

O texto completo do contrato actualizado, fica depositado na pasta respectiva.

Conferida. Está conforme o original.

11 de Fevereiro de 2002. — O Conservador, *Nelson Pinheiro*. 1000049878

AGROJUSTA — COMÉRCIO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Sousel. Matrícula n.º 83/091192; identificação de pessoa colectiva n.º 502866462; inscrição n.º 5; número e data da apresentação: 18/281201.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi aumentado o capital social de 2 000 000\$ para 10 000 euros, por incorporação de reservas, e, em consequência, o artigo 3.º, ficou com a redacção seguinte:

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 10 000 euros e que corresponde à soma das seguintes quotas:

- a) Uma do sócio Libério Augusto Cardoso Justa Carujo, no valor de 1000 euros;
- b) Uma da sócia Rosalina Maria Alves Dias Cardoso Justa, no valor de 1000 euros;
- c) Uma da sócia Maria Leopoldina Dias Cardoso Justa Carujo, no valor de 4000 euros;
- d) Uma da sócia Maria Dulce Dias Cardoso Justa Carujo, no valor de 4000 euros.

O texto completo do contrato actualizado, fica depositado na pasta respectiva.

Conferida. Está conforme o original.

8 de Fevereiro de 2002. — O Conservador, *Nelson Pinheiro*. 1000049882

CÉLIA & CÉLIA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Sousel. Matrícula n.º 91/291193; identificação de pessoa colectiva n.º 503091740; inscrições n.ºs 3 e 4; números e data das apresentações: 20 e 21/281201.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram efectuados os seguintes actos de registo:

- 1) Nomeação de secretário — Célia Maria Rebocho da Silva Maluco. Data da deliberação: 4 de Setembro de 2001.
- 2) Dissolução e encerramento da liquidação. Data da aprovação das contas: 10 de Setembro de 2001.

Conferida. Está conforme o original.

7 de Fevereiro de 2002. — O Conservador, *Nelson Pinheiro*. 1000049885

ROTEL — PRODUTOS ALIMENTARES, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Sousel. Matrícula n.º 116/130697; identificação de pessoa colectiva n.º 503894095; inscrição n.º 3; número e data da apresentação: 17/281201.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi aumentado o capital social de 1 000 000\$ para 5000 euros e, em consequência, o artigo 3.º ficou com a redacção seguinte:

ARTIGO 3.º

O capital social é de 5000 euros e corresponde à soma de duas quotas: uma de 2500 euros, do sócio Manuel Fernando Capela Te-

les, e uma de 2500 euros, da sócia Maria Rosalina Serra Capela Teles.

O texto completo do contrato actualizado encontra-se depositado na pasta respectiva.

Conferida. Está conforme o original.

8 de Fevereiro de 2002. — O Conservador, *Nelson Pinheiro*.
1000049886

AGÊNCIA FUNERÁRIA ATALHO & FILHOS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Sousel. Matrícula n.º 176/281201; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 13/281201.

Certifico que entre Joaquim Augusto Atalho e Modesta Teresa Rovisco Pifano, casados entre si sob o regime da comunhão geral; Maria Filipa Rovisco do Atalho, solteira, maior, e Rodrigo Augusto Pifano do Atalho, casado com Maria João Lourenço Estrada sob o regime da comunhão de adquiridos, foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo seguinte contrato:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma Agência Funerária Atalho & Filhos, L.^{da}

2 — A sociedade tem a sua sede na Rua da Malva, 10, freguesia de Cano, concelho de Sousel.

3 — Por simples deliberação da gerência pode a sede ser deslocada dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe e serem criadas sucursais, filiais, agências ou outras formas locais de representação no território nacional ou no estrangeiro.

ARTIGO 2.º

O objecto da sociedade é a prestação de serviços relativos à organização e realização de funerais, transporte de cadáveres para exéquias fúnebres, inumação, cremação ou expatriamento e trasladação de restos mortais já inumados.

ARTIGO 3.º

O capital social é de 5000 euros, encontra-se integralmente realizado em dinheiro e corresponde à soma de quatro quotas: uma do valor nominal de 2000 euros, pertencente ao sócio Joaquim Augusto Atalho; uma do valor nominal de 2000 euros, pertencente à sócia Modesta Teresa Rovisco Pifano; uma do valor nominal de 500 euros, pertencente à sócia Maria Filipa Rovisco do Atalho, e uma do valor nominal de 500 euros, pertencente ao sócio Rodrigo Augusto Pifano do Atalho.

ARTIGO 4.º

1 — A gerência da sociedade, com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral, compete aos sócios que forem nomeados em assembleia geral.

2 — Para a sociedade ficar obrigada em todos os seus actos e contratos é necessária e suficiente a assinatura de um gerente.

3 — Ficam desde já nomeados gerentes os sócios Joaquim Augusto Atalho e Modesta Teresa Rovisco Pifano.

ARTIGO 5.º

A cessão de quotas a não sócios depende do consentimento da sociedade, que terá sempre o direito de preferência, o qual, de seguida, se defere aos sócios não cedentes.

Declararam ainda que a gerência fica desde já autorizada a levantar a totalidade do capital social depositado, a fim de custear as despesas de constituição e registo da sociedade, aquisição de equipamento e instalação da sede social e a adquirir para esta quaisquer bens móveis, imóveis ou direitos, mesmo antes do seu registo definitivo, assumindo a sociedade todos os actos praticados pela gerência, nesse período, logo que definitivamente matriculada.

Conferida. Está conforme o original.

6 de Fevereiro de 2002. — O Conservador, *Nelson Pinheiro*.
1000049887

QUINTA DA CARRANCA — FILIPE & FIGUEIREDO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Sousel. Matrícula n.º 81/920320; identificação de pessoa colectiva n.º 502727543; inscrição n.º 8; número e data da apresentação: 19/281201.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi aumentado o capital social de 450 000\$ para 5000 euros, e, em consequência, o artigo 3.º, ficou com a redacção seguinte:

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro e nos demais bens e valores constantes da escrituração, é de 5000,01 euros, e corresponde à soma das seguintes quotas dos sócios: uma quota no valor de 1666,67 euros de Maria Helena Ferreira de Araújo Brocas Rebocho Filipe; uma quota no valor de 1666,67 euros de Helena Luísa Rebocho Filipe Alves de Fraga, e uma quota no valor de 1666,67 euros de Luís Adolfo Rebocho Filipe Alves de Fraga.

O texto completo do contrato actualizado fica depositado na pasta respectiva.

Conferida. Está conforme o original.

6 de Fevereiro de 2002. — O Conservador, *Nelson Pinheiro*.
1000049888

SOCIEDADE AGRO-PECUÁRIA S. JOÃO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Sousel. Matrícula n.º 40/010482; identificação de pessoa colectiva n.º 501267859; inscrição n.º 4; número e data da apresentação: 22/281201.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi aumentado o capital social de 1 000 000\$ para 5000 euros, e foram alterados os artigos 2.º, 3.º e 6.º, os quais ficaram com a redacção seguinte:

ARTIGO 2.º

O objecto da sociedade é a exploração agro-silvo-pecuária e cinegética em prédios próprios ou alheios.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado, é de 5000 euros e corresponde à soma das seguintes quotas: uma do sócio João Francisco da Silveira Bastos Ribeiro, com o valor nominal de 3500 euros; uma da sócia Filipa de Sousa Torres Bastos Ribeiro Felismino, com o valor nominal de 750 euros, e uma da sócia Rita de Sousa Torres Bastos Ribeiro, com o valor nominal de 750 euros.

ARTIGO 6.º

1 — A gerência e a representação da sociedade competem a um ou mais gerentes a nomear em assembleia geral.

2 — Para obrigar a sociedade é suficiente a assinatura de um gerente.

3 — A gerência será ou não remunerada, conforme for deliberada em assembleia geral.

O texto completo do contrato actualizado, fica depositado na pasta respectiva.

Conferida. Está conforme o original.

11 de Fevereiro de 2002. — O Conservador, *Nelson Pinheiro*.
1000049890

PANISEL — PRODUTOS ALIMENTARES, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Sousel. Matrícula n.º 90/021193; identificação de pessoa colectiva n.º 503079260; inscrição n.º 3; número e data da apresentação: 14/281201.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi aumentado o capital social de 450 000\$ para 5000 euros, e, em consequência, o artigo 4.º, ficou com a redacção seguinte:

ARTIGO 4.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5000 euros, dividido em quatro quotas da seguinte forma: uma de 2550

euros, pertencente ao sócio António Pereira Feliz; outra de 1750 euros, pertencente à sócia Joaquina Maria Martins Lopes Feliz, outra de 350 euros, pertencente à sócia Sílvia Susana Lopes Pereira Feliz, e outra de 350 euros, pertencente à sócia Julieta da Luz Lopes Pereira Feliz.

O texto completo do contrato actualizado, fica depositado na pasta respectiva.

Conferida. Está conforme o original.

8 de Fevereiro de 2002. — O Conservador, *Nelson Pinheiro*.
1000049891

PORTO

AMARANTE

MALHAS HOMISER, L.^{DA}

Sede: Monte, Figueiró (Santiago), Amarante

Conservatória do Registo Comercial de Amarante. Matrícula n.º 1882/011129; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 1/011129.

Certifico que entre Mário Augusto Pereira de Sousa Pinto e mulher, Rosa Ribeiro da Silva, casados sob o regime da comunhão de adquiridos, foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo seguinte contrato:

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a firma Malhas Homiser, L.^{da}, vai ter a sua sede no lugar do Monte, freguesia de Figueiró (Santiago), do concelho de Amarante, e durará por tempo indeterminado, contando-se o seu início desde o dia do registo definitivo deste contrato de constituição.

§ único. Por simples deliberação da gerência poderá a sede social ser transferida para outro local dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, ficando ainda autorizada a criar ou encerrar sucursais, agências, filiais ou quaisquer outras formas de representação social.

ARTIGO 2.º

A sociedade tem por objecto a fabricação de malha para a indústria de artigos de malha.

ARTIGO 3.º

1 — O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5000 euros e está representado por duas quotas iguais de 2500 euros, pertencentes uma a cada um dos sócios Mário Augusto Pereira de Sousa Pinto e Rosa Ribeiro da Silva.

2 — Os sócios poderão fazer à sociedade os suprimentos de que esta carecer, nas condições que forem deliberadas em assembleia geral.

3 — A sociedade poderá exigir de todos os sócios prestações suplementares até ao montante de 50 000 euros, na proporção das suas quotas.

ARTIGO 4.º

1 — A gerência da sociedade, remunerada ou não, conforme for deliberado em assembleia geral, fica afecta a ambos os sócios, desde já designados gerentes, podendo ainda serem nomeados outros gerentes em assembleia geral, mesmo não sócios.

2 — A sociedade obriga-se em todos os seus actos e contratos com a assinatura de qualquer um dos gerentes.

3 — Nos poderes da competência da gerência, incluem-se os de:

a) Tomar de arrendamento quaisquer bens para a sociedade, independentemente do prazo, alterar ou rescindir os respectivos contratos;

b) Comprar, vender e permutar veículos automóveis de ou para a sociedade, outros móveis ou imóveis, assinando os respectivos contratos e escrituras públicas.

ARTIGO 5.º

É livre a cessão de quotas entre os sócios; porém, a favor de estranhos, depende do consentimento da sociedade, a qual tem direito de preferência, em primeiro lugar, e os sócios não cedentes, em segundo lugar.

ARTIGO 6.º

Os lucros, depois de retiradas as importâncias para o fundo legal, terão o destino que a assembleia geral decidir.

ARTIGO 7.º

As assembleias gerais, sempre que a lei não prescreva outras formalidades especiais, serão convocadas por cartas registadas, com aviso de recepção, dirigidas aos sócios, com a antecedência mínima de 15 dias.

Conferida. Está conforme o original.

21 de Dezembro de 2001. — A Segunda-Ajudante, *Cândida Maria Ramos Cardoso Mesquita*.
1000073154

TÁXIS AGOSTINHO QUEIRÓS, L.^{DA}

Sede: Santa Comba, Real, 4600 Amarante

Conservatória do Registo Comercial de Amarante. Matrícula n.º 1472/000524; identificação de pessoa colectiva n.º 504927507; data da apresentação: 011203.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos da prestação de contas, relativos ao ano de exercício de 2000.

Conferida. Está conforme o original.

20 de Dezembro de 2001. — A Primeira-Ajudante, *Maria Ercília Leite Ribeiro de Carvalho*.
1000073153

CENTRO DE HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO DE AMARANTE, L.^{DA}

Sede: Vale de Infante, Gatão, Amarante

Conservatória do Registo Comercial de Amarante. Matrícula n.º 770/940321; identificação de pessoa colectiva n.º 503161519; inscrição n.º 4; número e data da apresentação: 30/011217.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi feito o registo de aumento de capital em 502 410\$, realizado em dinheiro, pelos sócios, na proporção das suas quotas, e respectiva redenominação em euros, e, em consequência, o artigo 4.º do pacto social, ficou com a seguinte redacção:

ARTIGO 4.º

O capital social é de 5000 euros, dividido em três quotas, sendo: uma de 3000 euros, pertencente à sócia Maria Margarida Correia Marinho de Faria, e a cada um dos demais sócios José Francisco Teixeira Monteiro e Tito Teixeira Monteiro, uma quota de 1000 euros.

Foi depositado na pasta respectiva o texto do contrato alterado, na sua redacção actualizada.

Conferida. Está conforme o original.

23 de Janeiro de 2002. — A Segunda-Ajudante, *Cândida Maria Ramos Cardoso Mesquita*.
3000036724

BAIÃO

ANTÓNIO QUEIRÓS & FILHO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Baião. Matrícula n.º 16/900328; identificação de pessoa colectiva n.º 500569541; inscrição n.º 11; número e data da apresentação: 17/011220.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi efectuado o seguinte acto de registo:

Aumento de capital, alteração do contrato com redenominação, tendo, em consequência, sido alterado o artigo 4.º do respectivo contrato, o qual ficou com a redacção seguinte:

ARTIGO 4.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5000 euros, dividido em três quotas: uma de 3250 euros do sócio Manuel Telinhos Cardoso; uma de 750 euros do sócio Manuel Telinhos Cardoso, e uma de 1000 euros da sócia Maria Amélia Cardoso Rodrigues.

O texto completo do contrato alterado, na sua redacção actualizada, ficou depositado na respectiva pasta.

Conferida. Está conforme o original.

1 de Fevereiro de 2002. — O Segundo-Ajudante, *Rui Mário Ribeiro Ramalho*. 1000032744

CONSTRUÇÕES ARMANDO TEIXEIRA GUEDES, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Baião. Matrícula n.º 467/020220; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 2/020220.

Certifico que entre Armando Teixeira Guedes, casado com Maria Helena Pereira da Silva sob o regime da comunhão de adquiridos, e Maria Helena Pereira da Silva, casada com Armando Teixeira Guedes sob o regime da comunhão de adquiridos, foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual passou a reger-se pelo contrato constante dos artigos seguintes:

1.º

A sociedade adopta a denominação de Construções Armando Teixeira Guedes, L.^{da}, com sede no lugar de Valcovo, freguesia de Loivos do Monte, concelho de Baião, com duração por tempo indeterminado.

§ único. A gerência da sociedade poderá, livremente, deslocar a sua sede dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, e criar sucursais, filiais ou outras formas de representação.

2.º

O seu objecto consiste no seguinte: construção civil e obras públicas, construção de casas para venda, compra e venda de imóveis para revenda e revenda dos adquiridos para esse fim.

3.º

O capital social, integralmente realizado e subscrito em dinheiro, é de 25 000 euros e corresponde à soma de duas quotas: uma do valor nominal de 20 000 euros, pertencente ao sócio Armando Teixeira, e outra do valor nominal de 5000 euros, pertencente à sócia Maria Helena.

4.º

Os sócios obrigam-se a fazer prestações suplementares de capital até ao décuplo do capital social.

5.º

Os sócios poderão fazer à sociedade os suprimentos de que esta carecer, nas condições de pagamento e reembolso que forem deliberadas em assembleia geral.

6.º

A representação da sociedade, em juízo e fora dele, será exercida por um ou mais gerentes a designar em assembleia geral.

§ 1.º Fica desde já nomeado gerente o sócio Armando Teixeira Guedes.

§ 2.º Para obrigar a sociedade será suficiente a assinatura de um gerente.

7.º

As cessões de quotas entre sócios são livres; porém, as feitas a estranhos, ficam dependentes do consentimento da sociedade, a quem é conferido o direito de preferência, em primeiro lugar, sendo concedido igual direito aos demais sócios, em segundo.

8.º

As assembleias gerais serão convocadas por meio de cartas registadas, dirigidas aos sócios, com a antecedência de 15 dias, pelo menos, desde que a lei não exija outras formalidades de convocação.

Conferida. Está conforme o original.

7 de Março de 2002. — O Segundo-Ajudante, *Rui Mário Ribeiro Ramalho*. 1000049549

MATERIALEX — MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGENS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Baião. Matrícula n.º 466/020220; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 1/020220.

Certifico que entre Alexandre Pinto Barbosa, casado com Maria Cândida da Costa Madureira Barbosa sob o regime da comunhão de adquiridos; Sara Daniela Madureira Barbosa, solteira, menor, e Cláudia Alexandra Madureira Barbosa, solteira, maior, foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual passou a reger-se pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma MATERIALEX — Materiais de Construções e Terraplanagens, L.^{da}, e tem a sua sede no lugar de Vale da Bouça, freguesia de Campelo, concelho de Baião, e durará por tempo indeterminado a partir desta data.

2 — Por simples deliberação da gerência podem ser criadas sucursais, agências, filiais e outras formas de representação social, quando e onde for considerado necessário ou conveniente.

ARTIGO 2.º

A sociedade tem por objecto o comércio por grosso de materiais de construção e equipamento sanitário; comércio por grosso de madeira; serviços de terraplanagem; fabricação de artefactos de cimentos; serviços de silvicultura e exploração florestal.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 25 000 euros e corresponde à soma de três quotas: uma do valor nominal de 20 000 euros, pertencendo ao sócio Alexandre Pinto Barbosa; uma do valor nominal de 2500 euros, pertencendo à sócia Sara Daniela Madureira Barbosa, e outra de 2500 euros, pertencendo à sócia Cláudia Alexandra Madureira Barbosa.

ARTIGO 4.º

1 — A gerência e a administração da sociedade, bem como a sua representação, em juízo e fora dele, activa e passivamente, ficará a cargo do sócio Alexandre Pinto Barbosa, desde já nomeado gerente, com ou sem remuneração, conforme vier a ser deliberado.

2 — Para obrigar a sociedade, judicial e extrajudicialmente, em todos os seus actos e contratos, bastará a assinatura de um gerente.

ARTIGO 5.º

1 — É livre a cessão de quotas, total ou parcial, entre os sócios, ficando desde já autorizadas as divisões necessárias para esse efeito, mas a cessão de quotas a estranhos foca depende do consentimento da sociedade, tendo, neste caso, a sociedade, em primeiro lugar, e os sócios não cedentes, em segundo lugar, direito de preferência.

2 — No caso de ser usado o direito de preferência, o preço da cessão será o que resultar do último balanço aprovado.

ARTIGO 6.º

Por deliberação unânime da assembleia geral poderão ser exigidas aos sócios prestações suplementares até ao montante global de 50 000 euros, na proporção das suas quotas.

Conferida. Está conforme o original.

4 de Março de 2002. — O Segundo-Ajudante, *Rui Mário Ribeiro Ramalho*. 1000049546

FREITAS & CARDOSO — CONSTRUÇÕES, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Baião. Matrícula n.º 198/970410; identificação de pessoa colectiva n.º 503859419; inscrição n.º 2; número e data da apresentação: 7/020215.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi efectuado o seguinte acto de registo:

Aumento de capital, alteração do contrato com redenominação, tendo, em consequência, sido alterado o artigo 4.º do respectivo contrato, o qual ficou com a seguinte redacção:

ARTIGO 4.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 25 000 euros e corresponde à soma de duas quotas: uma com o valor nominal de 22 500 euros, pertencente ao sócio António Luís de Freitas Cardoso, e outra com o valor nominal de 2500 euros, pertencente ao sócio José Pereira Cerqueira.

O texto completo do contrato alterado, na sua redacção actualizada, ficou depositado na respectiva pasta.

Conferida. Está conforme o original.

4 de Março de 2002. — O Segundo-Ajudante, *Rui Mário Ribeiro Ramalho*. 1000049544

FELGUEIRAS

IMOELEMENTOS — SOCIEDADE DE MEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Felgueiras. Matrícula n.º 1923/991013; identificação de pessoa colectiva n.º 504648071; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 1 e inscrição n.º 5; números e data das apresentações: 59 e 60/271201.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, António Manuel Ribeiro Teixeira da Silva, cessou as funções de gerente, em 28 de Maio de 2001, por haver renunciado, tendo sido alterados os artigos 1.º, n.º 1, 3.º e 6.º, cuja redacção é a seguinte:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma IMOELEMENTOS — Sociedade de Mediação Imobiliária, L.^{da}, tem a sua sede no edifício Campo da Feira, Largo de Manuel Baltazar, freguesia de Margaride, concelho de Felgueiras, e durará por tempo indeterminado a partir do seu registo definitivo.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5000 euros, formado por duas quotas iguais de 2500 euros, uma de cada um dos sócios Joaquim Paulo Pinto Alves e Camilo da Costa Teixeira.

ARTIGO 6.º

1 — A gerência da sociedade, remunerada ou não, conforme for deliberado em assembleia geral, fica a cargo de ambos os sócios, já nomeados gerentes.

2 — Para obrigar a sociedade em todos os seus actos e contratos é obrigatória a assinatura de ambos os gerentes.

Foi depositado o texto completo, na sua redacção actualizada.

Conferida. Está conforme o original.

25 de Fevereiro de 2002. — A Segunda-Ajudante, *Maria Isabel da Costa Ribeiro*. 1000049672

LOPIFER — FÁBRICA DE CALÇADO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Felgueiras. Matrícula n.º 2530/011228; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 110/281201.

Certifico que entre Roberto Carlos Ferreira Lopes, Márcio Joaquim Ferreira Lopes e Hélder José Matos Lopes, foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo seguinte contrato:

ARTIGO 1.º

Denominação, duração e sede

1 — A sociedade adopta a denominação de LOPIFER — Fábrica de Calçado, L.^{da}

2 — A sociedade tem uma duração indeterminada, contando-se o seu início a partir de hoje.

3 — A sede social é em Felgueiras, no lugar da Granja, na vila de Barrosas, freguesia de Idães.

4 — Por simples deliberação da gerência, a sede social poderá ser transferida dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, assim como estabelecer, transferir ou encerrar agências, filiais, sucursais, delegações ou outras formas de representação.

ARTIGO 2.º

Objecto

1 — O objecto da sociedade consiste no fabrico, acabamento, distribuição e comercialização, importação e exportação de artigos de calçado.

2 — Mediante deliberação dos sócios, a sociedade pode participar no capital de outras sociedades, ainda que com objecto social diferente, associar-se a quaisquer pessoas singulares ou colectivas ou a quaisquer agrupamentos complementares de empresas, associações em participação ou consórcios ou entidades de natureza semelhante, e participar na sua administração e fiscalização.

ARTIGO 3.º

Capital

O capital social, integralmente realizado, é de 5000 euros, dividido em três quotas: uma de 1668 euros, pertencente ao sócio Hélder José Matos Lopes, e duas de 1666 euros cada, pertencentes, respectivamente, ao sócio Márcio Joaquim Ferreira Lopes e ao sócio Roberto Carlos Ferreira Lopes.

ARTIGO 4.º

Prestações suplementares de capital e suprimentos

1 — Poderão ser exigidas dos sócios, maiores, prestações suplementares de capital até ao montante igual ao dobro do capital social à data da deliberação.

2 — Os sócios, maiores, poderão fazer suprimentos à sociedade, cujos juros e termos de reembolso serão fixados em assembleia geral.

ARTIGO 5.º

Divisão e cessão de quotas

1 — A cessão de quotas, total ou parcial, é livre entre sócios.

2 — Em caso de cessão de quotas a terceiros será necessário o consentimento prévio da sociedade.

3 — Na falta de consentimento, a sociedade obriga-se a adquirir ou amortizar tal quota, pelo valor do último balanço aprovado, acrescido da quota-parte correspondente aos fundos de reserva.

4 — A sociedade não se dissolve por morte ou interdição de qualquer sócio, continuando com os sobreviventes ou capazes e os herdeiros do falecido ou representante do interdito, devendo os titulares de qualquer quota nomear um de entre si que a todos represente na sociedade enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 6.º

Amortização de quotas

1 — A amortização de quotas é permitida nos seguintes casos e por simples deliberação da assembleia geral da sociedade:

a) Por acordo com o sócio titular;

b) Por morte ou interdição do respectivo titular;

c) Em caso de arresto, penhora ou outra forma de apreensão judicial e, ainda, no caso de falência ou insolvência do respectivo titular;

d) Quando, por divórcio, separação de pessoas e bens de qualquer sócio, a respectiva quota não lhe fique a pertencer por inteiro;

e) Por recusa do consentimento da sociedade em pretendida cessão de quotas a favor de estranhos.

2 — A amortização de quotas terá como contrapartida o valor resultante do último balanço aprovado e parte correspondente aos fundos de reserva.

3 — O pagamento da contrapartida da amortização poderá ser fraccionado em quatro prestações semestrais e iguais.

ARTIGO 7.º

Gerência

1 — A gerência da sociedade e a sua representação, em juízo e fora dele, activa e passivamente, serão exercidas pelos gerentes que forem nomeados em assembleia geral, os quais têm ou não remuneração, conforme for deliberado pelos sócios.

2 — A sociedade obriga-se com a assinatura do gerente Hélder José Matos Lopes.

3 — Os gerentes ficam expressamente proibidos de obrigar a sociedade em fianças, letras de favor, avals, abonações e outros actos, contratos ou documentos semelhantes estranhos ao objecto social, sendo nulos e de nenhuns efeitos os actos e contratos praticados com violação desta norma, sob pena de o infractor responder perante a sociedade pelos prejuízos que lhe causar.

4 — Em ampliação dos seus poderes normais, mas com inteira obediência ao n.º 2 do presente artigo, os gerentes poderão:

a) Confessar, desistir e transigir em juízo;

b) Dar e tomar de trespasse;

c) Firmar e terminar contratos de arrendamento;

- d) Abrir e encerrar estabelecimentos;
e) Adquirir, onerar e alienar quaisquer bens ou direitos, móveis ou imóveis, incluindo veículos automóveis.

ARTIGO 8.º

Lucros

Os lucros líquidos apurados em cada exercício, observando os imperativos legais quanto à constituição do fundo de reserva legal, serão aplicados, conforme for deliberado, por maioria simples, pela assembleia geral.

ARTIGO 9.º

Assembleias gerais

1 — As assembleias gerais serão convocadas por qualquer um dos gerentes, por meio de cartas registadas, expedidas aos sócios com, pelo menos, 15 dias de antecedência, e sempre que a lei não exigir formalidades especiais.

2 — O sócio ou sócios, impedidos de comparecer à assembleia geral, poderão fazer-se representar por outro sócio ou pessoa estranha à sociedade, mediante simples carta, por eles assinada, dirigida à sociedade, identificando o representante.

ARTIGO 10.º

Participação noutras sociedades

Qualquer dos sócios da sociedade poderá, por conta própria ou alheia, exercer qualquer outra actividade, mesmo que esta se encontre abrangida no objecto da sociedade agora constituída, como fazer parte de quaisquer outras sociedades do mesmo ramo ou de ramo diferente.

Disposições transitórias

ARTIGO 11.º

Fica desde já nomeado gerente o sócio Hélder José Matos Lopes.

ARTIGO 12.º

A sociedade assume desde já a obrigação de pagar todas as despesas da sua constituição.

ARTIGO 13.º

Para fazer face às despesas com o apetrechamento da sociedade, tendo em vista a prossecução da sua actividade, qualquer um dos gerentes nomeados fica desde já autorizado a proceder ao levantamento, total ou parcial, da importância depositada na conta aberta em nome da sociedade no Banco Português de Investimento, S. A., a título de capital social.

ARTIGO 14.º

1 — Que, nos termos do disposto no artigo 19.º do Código das Sociedades Comerciais, e para os efeitos que a mesma norma dispõe, seja deliberado a sociedade assumir todos os negócios celebrados pela gerência em nome daquela, desde a referida data de 1 de Setembro de 2001 e até à outorgação da presente escritura.

2 — Que fica desde já a gerência incumbida de dar cumprimento ao disposto no n.º 2 do citado artigo 19.º, comunicando, a todos aqueles com quem a sociedade contratou e que ainda vai contratar, esta decisão, ainda que seja antes de decorrido o prazo referido naquele normativo legal.

Conferida. Está conforme o original.

24 de Janeiro de 2002. — A Segunda-Ajudante, *Maria Isabel da Costa Ribeiro*. 1000049670

MANUEL DA COSTA & C.ª, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Felgueiras. Matrícula n.º 219/750521; identificação de pessoa colectiva n.º 500177945; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 55/281201.

Certifico que a sociedade em epígrafe, mudou a sua sede para a Avenida do Dr. Eduardo Freitas, Borba de Godim, Felgueiras.

Foi depositado o texto completo, na sua redacção actualizada.

Conferida. Está conforme o original.

25 de Fevereiro de 2002. — A Segunda-Ajudante, *Maria Isabel da Costa Ribeiro*. 1000049667

FELFIS — GESTORA DE CONDOMÍNIOS, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Felgueiras. Matrícula n.º 1285/941223; identificação de pessoa colectiva n.º 503333506; inscrições n.ºs 6 e 7; números e data das apresentações: 52 e 53/281201.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, Joaquim Agostinho Martins Ferreira, foi nomeado gerente, em 15 de Abril de 2001, e aumentado o capital de 400 000\$ para 1 002 410\$, com redenominação em euros, tendo, em consequência, sido alterado o artigo 3.º, cuja redacção é a seguinte:

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5000 euros e corresponde à soma de duas entradas iguais de 2500 euros, pertencentes uma a cada um dos sócios Lúcia Maria Peixoto Ribeiro Monteiro e Joaquim Agostinho Martins Ferreira, com que assim realizaram as suas quotas.

Foi depositado o texto completo na sua redacção actualizada.

Conferida. Está conforme o original.

25 de Fevereiro de 2002. — A Segunda-Ajudante, *Maria Isabel da Costa Ribeiro*. 1000049666

AGÊNCIA DE VIAGENS SANTA QUITÉRIA, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Felgueiras. Matrícula n.º 364/810812; identificação de pessoa colectiva n.º 500976198; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 3 e inscrições n.ºs 5 e 6; números e datas das apresentações: 49, 50 e 51/271201.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, José Carvalho Maia, cessou as funções de gerente, por falecimento, em 3 de Junho de 1994, foi aumentado o capital de 1 000 000\$ para 1 002 410\$, com redenominação em euros, foram nomeados, em 29 de Novembro de 2001, como gerentes Maria Lemos de Carvalho Maia, Maria João Carvalho Maia, Miguel Henrique de Carvalho Maia e José Jorge de Carvalho Maia, e, em consequência do aumento de capital, foi alterado o artigo 3.º, cuja redacção é a seguinte:

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro e nos demais valores constantes da escrita da sociedade, é de 5000 euros, dividido por duas quotas: uma do valor nominal de 3750 euros, pertencente em comum e sem determinação de parte ou direito, aos sócios Maria Lemos de Carvalho Maia, Maria João Carvalho Maia, Miguel Henrique de Carvalho Maia e José Jorge de Carvalho Maia, e outra do valor nominal de 1250 euros, pertencente em comum e sem determinação de parte ou direito, aos sócios Maria Lemos de Carvalho Maia, Maria João Carvalho Maia, Miguel Henrique de Carvalho Maia e José Jorge de Carvalho Maia.

Foi depositado o texto completo, na sua redacção actualizada.

Conferida. Está conforme o original.

25 de Fevereiro de 2002. — A Segunda-Ajudante, *Maria Isabel da Costa Ribeiro*. 1000049665

M. SILVA & C.ª, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Felgueiras. Matrícula n.º 365/810903; identificação de pessoa colectiva n.º 501184015; inscrição n.º 2; número e data da apresentação: 62/211201.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi aumentado o capital de 1 000 000\$ para 1 002 410\$, com redenominação em euros, tendo, em consequência, sido alterado o artigo 4.º, cuja redacção é a seguinte:

ARTIGO 4.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5000 euros, correspondendo a duas quotas de 2500 euros cada, uma de cada uma das sócias Madalena de Jesus Silva e Sofia Maria da Silva Alves Ferreira.

Foi depositado o texto completo, na sua redacção actualizada.

Conferida. Está conforme o original.

31 de Janeiro de 2002. — A Segunda-Ajudante, *Maria Isabel da Costa Ribeiro*. 1000049547

SANTOS & NOGUEIRA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Felgueiras. Matrícula n.º 1319/950227; identificação de pessoa colectiva n.º 503387258; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 1; números e data das apresentações: 65 e 66/281201.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, José da Silva Santos, cessou as funções de gerente, em 15 de Novembro de 2001, por haver renunciado, e foi aumentado o capital de 59 855,76 euros para 60 000 euros, tendo, em consequência, sido alterados os artigos 3.º e 4.º e § único, cuja redacção é a seguinte:

ARTIGO 3.º

O capital social, realizado em dinheiro, é de 60 000 euros, distribuídos em duas quotas do valor nominal de 30 000 euros cada uma, pertencente uma a cada um dos sócios Inácio da Silva Santos e João Lopes Nogueira.

ARTIGO 4.º

A gerência social, dispensada de caução e remunerada ou não, conforme venha a ser deliberado em assembleia geral, será exercida pelos sócios Inácio da Silva Santos e João Lopes Nogueira, já nomeados gerentes.

§ único. Para representar a sociedade, para obrigar e vincular em documentos, actos e contratos de qualquer natureza é necessária a intervenção conjunta de dois gerentes.

Foi depositado o texto completo, na sua redacção actualizada.

Conferida. Está conforme o original.

25 de Fevereiro de 2002. — A Segunda-Ajudante, *Maria Isabel da Costa Ribeiro*.
1000049542

INFANTÁRIO OS FOFINHOS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Felgueiras. Matrícula n.º 1368/950824; identificação de pessoa colectiva n.º 504940007; inscrição n.º 2; número e data da apresentação: 96/281201.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi aumentado o capital de 400 000\$ para 1 002 410\$, com redenominação em euros, tendo, em consequência, sido alterado o artigo 4.º, cuja redacção é a seguinte:

ARTIGO 4.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5000 euros e está dividido em duas quotas iguais de 2500 euros, pertencendo uma a cada um dos sócios.

Foi depositado o texto completo, na sua redacção actualizada.

Conferida. Está conforme o original.

13 de Fevereiro de 2002. — A Primeira-Ajudante, *Emília Moreira de Magalhães*.
1000044915

GONDOMAR**MÁRIO MONTEIRO DA SILVA,
SOCIEDADE UNIPessoal, L.^{DA}**

Conservatória do Registo Comercial de Gondomar. Matrícula n.º 55 729/20020220; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 2/20020220.

Certifico que foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato seguinte:

1.º

1 — A sociedade tem a firma Mário Monteiro da Silva, Sociedade Unipessoal, L.^{da}, e a sua sede na Rua de São Cristóvão, 177, freguesia de Rio Tinto, do concelho de Gondomar.

2 — A gerência da sociedade poderá transferir a sede social para qualquer outro local dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, bem como abrir sucursais ou agências, em todo o território nacional.

2.º

O seu objecto consiste na instalação de canalizações e de climatização.

3.º

O capital social, integralmente liberado em dinheiro, é de 5000 euros e corresponde a uma só quota, pertencente ao único sócio Mário Monteiro da Silva.

4.º

1 — A sociedade será administrada pelo único sócio, ou por quem vier a ser designado gerente.

2 — Fica desde já designado gerente o sócio fundador.

3 — Para vincular a sociedade em todos os seus actos e contratos é suficiente a assinatura de um gerente.

4 — Compreende-se nos poderes de gerência:

a) Comprar e vender veículos automóveis e proceder aos competentes registos;

b) Comprar e vender quaisquer outros bens móveis ou imóveis, façam ou não parte do activo imobilizado da sociedade;

c) Contratos de locação financeira.

5.º

O sócio único fica desde já autorizado a celebrar negócios jurídicos com a sociedade, relativos à prossecução do objecto social.

6.º

A sociedade poderá adquirir participações sociais em sociedades com objecto igual ou diferente do seu, em sociedades reguladas por lei especial e em agrupamentos complementares de empresas.

Está conforme o original.

7 de Março de 2002. — A Segunda-Ajudante, *Maria José Moura*.

1000050272

SOUSA & TEIXEIRA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Gondomar. Matrícula n.º 2237/920604; identificação de pessoa colectiva n.º 502774045; inscrição n.º 2; número e data da apresentação: 6/20011214.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi alterado o artigo 3.º, o qual fica com a seguinte redacção:

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5000 euros e está dividido em três quotas, sendo: uma de 4000 euros, que pertence ao sócio António da Conceição Sousa, e duas de 500 euros cada, que pertencem uma a cada um dos sócios David Alexandre Teixeira Marinho da Conceição Sousa e Paula Cristina Teixeira Marinho Conceição Sousa.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, foi depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

1 de Março de 2002. — A Ajudante Principal, *Emília Angelina Alves Moreira*.
1000050242

FERNANDO PEREIRA, UNIPessoal, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Gondomar. Matrícula n.º 10 476/981008; identificação de pessoa colectiva n.º 504279785; inscrição n.º 2; número e data da apresentação: 26/20011214.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, o capital social foi alterado de 1 000 000\$ para 5000 euros, tendo sido alterado o artigo 3.º, o qual ficou com a seguinte redacção:

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro, é de 5000 euros e corresponde a uma quota única do mesmo valor nominal, pertencente ao único sócio Fernando Pereira da Silva.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, foi depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

5 de Março de 2002. — A Segunda-Ajudante, *Maria José Moura*.

1000050239

GARRETT — SOCIEDADE COMERCIAL DE VINHOS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Gondomar. Matrícula n.º 55 242/20010517; identificação de pessoa colectiva n.º 501479791; número e data da apresentação: 34/20010629.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes às prestações de contas do ano de 2000.

7 de Março de 2002. — A Segunda-Ajudante, *Maria José Moura*.
1000050238

DESFORME — INDÚSTRIA DE MOBILIÁRIO, DECORAÇÕES E COMERCIALIZAÇÕES DE CONEXOS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Gondomar. Matrícula n.º 9521/980302; identificação de pessoa colectiva n.º 504122193; inscrição n.º 2; número e data da apresentação: 34/20011213.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, o capital social foi alterado de 600 000\$ para 5000 euros, tendo sido alterado o artigo 3.º, o qual ficou com a seguinte redacção:

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5000 euros e corresponde à soma de duas quotas, uma do valor nominal de 2799 euros, pertencente ao sócio João Carlos Santos Madeira Silva Nogueira, e outra quota do valor nominal de 2201 euros do sócio Carlos Alberto Silva Nogueira.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, foi depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

27 de Janeiro de 2002. — A Segunda-Ajudante, *Maria José Moura*.
1000050235

FRANCISCO RIBEIRO & PAULO SANTOS, CONSTRUÇÕES, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Gondomar. Matrícula n.º 9019/971117; identificação de pessoa colectiva n.º 504041436; inscrição n.º 2; número e data da apresentação: 4/20011213.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, o capital social foi alterado de 400 000\$ para 5000 euros, tendo sido alterado o artigo 3.º, o qual ficou com a seguinte redacção:

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro, é de 5000 euros, dividido em duas quotas iguais do valor nominal de 2500 euros e pertencentes uma a cada um dos sócios Paulo Alexandre Ribeiro dos Santos e Francisco José de Jesus Ribeiro.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, foi depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

27 de Fevereiro de 2002. — A Segunda-Ajudante, *Maria José Moura*.
1000050234

EDUARDO MONTEIRO & C.^A, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Gondomar. Matrícula n.º 10 165/A; identificação de pessoa colectiva n.º 504235729; inscrição n.º 2; número e data da apresentação: 14/20011217.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi alterado o artigo 3.º, o qual fica com a seguinte redacção:

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro, é de 5000 euros e dele pertence uma quota do valor nominal

de 2250 euros a cada um dos sócios Eduardo Fernando Ferreira Monteiro e Sérgio Augusto da Almeida Ferreira Monteiro, e uma do valor nominal de 500 euros à sócia Maria Filomena Jesus de Almeida.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, foi depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

9 de Março de 2002. — A Ajudante Principal, *Emília Angelina Alves Moreira*.
1000050232

MFS — COMÉRCIO DE SUBPRODUTOS ANIMAIS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Gondomar. Matrícula n.º 8759/970912; identificação de pessoa colectiva n.º 503967777; inscrição n.º 2; número e data da apresentação: 15/20011217.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi alterado o artigo 3.º, o qual fica com a seguinte redacção:

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro, é de 5000 euros e encontra-se dividido em três quotas: uma do valor nominal de 4000 euros, pertencente à sócia Maria Francelina da Silva, e duas iguais do valor nominal de 500 euros, pertencendo uma a cada um dos sócios Mário Paulo da Silva Caldas e Augusto Jorge da Silva Caldas.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, foi depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

9 de Março de 2002. — A Ajudante Principal, *Emília Angelina Alves Moreira*.
1000050231

SERRIGOMAR — INDÚSTRIA DE SERRALHARIA CIVIL, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Gondomar. Matrícula n.º 10 429/980928; identificação de pessoa colectiva n.º 504270575; inscrição n.º 2; número e data da apresentação: 41/20011212.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi efectuada a dissolução e encerramento da liquidação, cujo extracto da inscrição é o seguinte:

Dissolução e encerramento da liquidação.

Data da aprovação das contas: 9 de Outubro de 2001.

Está conforme o original.

26 de Fevereiro de 2002. — A Segunda-Ajudante, *Maria José Moura*.
1000050229

TÁXI BARRELEIRO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Gondomar. Matrícula n.º 55 133/20010301; identificação de pessoa colectiva n.º 505336901; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 2; número e data da apresentação: 50/20011212.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, Carlos Fernando da Silva Teixeira, cessou funções de gerente, por renúncia, datada de 20 de Novembro de 2001.

Está conforme o original.

23 de Fevereiro de 2002. — A Segunda-Ajudante, *Maria José Moura*.
1000050226

CONCEIÇÃO SOUSA — CONTABILIDADE, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Gondomar. Matrícula n.º 2859/930125; identificação de pessoa colectiva n.º 502906790; inscrição n.º 5; número e data da apresentação: 21/20011213.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, o capital social foi alterado de 400 000\$ para 5000 euros, tendo sido alterado o artigo 3.º, o qual ficou com a seguinte redacção:

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado, é de 5000 euros e corresponde à soma de duas quotas iguais de 2500 euros, pertencendo ambas à sócia Maria da Conceição Teixeira Ferreira de Sousa.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, foi depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

2 de Março de 2002. — A Segunda-Ajudante, *Maria José Moura*.
1000050269

MARIA LUÍSA NEVES, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Gondomar. Matrícula n.º 8814/970926; identificação de pessoa colectiva n.º 503973971; inscrição n.º 2; número e data da apresentação: 99/20011228.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, o capital social foi alterado de 400 000\$ para 5000 euros, tendo sido alterado o artigo 3.º, o qual ficou com a seguinte redacção:

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5000 euros e está dividido em duas quotas iguais do valor nominal de 2500 euros cada, pertencendo uma a cada um dos sócios.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, foi depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

6 de Março de 2002. — A Segunda-Ajudante, *Maria José Moura*.
1000050267

JORGE & FERREIRA — PEÇAS AUTO, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Gondomar. Matrícula n.º 7532/961001; identificação de pessoa colectiva n.º 503726052; inscrição n.º 3; número e data da apresentação: 18/20011217.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi alterado o artigo 3.º, o qual fica com a seguinte redacção:

ARTIGO 3.º

1 — O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5000 euros e está dividido em duas quotas iguais, de 2500 euros cada, pertencendo uma a cada um dos sócios Joaquim Jorge dos Santos Pinho e Julieta Maria Cardoso Ferreira Pinho.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, foi depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

9 de Março de 2002. — A Ajudante Principal, *Emília Angelina Alves Moreira*.
1000050264

SOARES & AMORIM, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Gondomar. Matrícula n.º 2028/920326; identificação de pessoa colectiva n.º 502164417; inscrição n.º 6; número e data da apresentação: 19/20011213.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, o capital social foi alterado de 400 000\$ para 5000 euros, tendo sido alterado o artigo 3.º, o qual ficou com a seguinte redacção:

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5000 euros e corresponde à soma de duas quotas iguais, de 2500 euros cada, pertencendo uma a Lourenço Oliveira Soares e outra a Conceição Pereira Santos Amorim.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, foi depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

2 de Março de 2002. — A Segunda-Ajudante, *Maria José Moura*.
1000050262

CONCEIÇÃO MARQUES & MONTEIRO MARQUES, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Gondomar. Matrícula n.º 5557/950313; inscrição n.º 3; número e data da apresentação: 17/20011122.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, o capital social foi alterado de 400 000\$ para 5000 euros, tendo sido alterado o artigo 3.º, o qual ficou com a seguinte redacção:

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5000 euros e corresponde à soma de quatro quotas, assim subscritas: uma do valor nominal de 2250 euros, pertencente à sócia Maria da Conceição Gouveia Martins Marques; uma do valor nominal de 2250 euros, pertencente ao sócio José Monteiro Marques; uma do valor nominal de 250 euros, pertencente ao sócio Marco Alexandre Martins Marques, e uma do valor nominal de 250 euros, pertencente à sócia Raquel Maria Martins Marques.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, foi depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

1 de Março de 2002. — A Segunda-Ajudante, *Maria José Moura*.
1000050256

SILVA & CARNEIRO, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Gondomar. Matrícula n.º 25 966/810427; identificação de pessoa colectiva n.º 501229302; inscrição n.º 6; número e data da apresentação: 38/20011214.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, o capital social foi alterado de 600 000\$ para 5000 euros, tendo sido alterados os artigos 1.º e 4.º, os quais ficaram com a seguinte redacção:

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a firma Silva & Carneiro, L.ª, com sede e estabelecimento principal na Rua do Professor Egas Moniz, 182, da freguesia de São Cosme, do concelho de Gondomar, e durará por tempo indeterminado, contando-se o seu início a partir de hoje.

§ único. Por simples deliberação da sociedade, poderá mudar a sua sede para outro local que julgar conveniente.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5000 euros, pertencendo a cada um dos sócios uma quota de 2500 euros.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, foi depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

7 de Março de 2002. — A Segunda-Ajudante, *Maria José Moura*.
1000050253

MAIA

GIANNONE, S. A.

Conservatória do Registo Comercial da Maia. Matrícula n.º 18 301/690519; identificação de pessoa colectiva n.º 500126844; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 15; número e data da apresentação: 7/20020116.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi efectuado o seguinte acto de registo:

Cessação de funções de vogal do conselho de administração de Inácio da Silva, por renúncia, em 30 de Abril de 2000.

Conferida. Está conforme o original.

1 de Março de 2002. — O Primeiro-Ajudante, *Carlos Alberto de Moura Lourenço*. 1000049557

UNIHOUSE — DECORAÇÃO E CONSTRUÇÕES, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial da Maia. Matrícula n.º 56 616/20020227; identificação de pessoa colectiva n.º 505912953; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 12/20020227.

Certifico que foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual fica a reger pelo contrato seguinte:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma UNIHOUSE — Decoração e Construções, L.^{da}

2 — Tem a sua sede na Rua de D. Afonso Henriques, 3896, 4.º, direito, freguesia de Águas Santas, concelho da Maia.

3 — Por simples deliberação da gerência poderá a sede ser deslocada dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, e serem criadas sucursais, filiais, agências ou outras formas locais de representação, no território nacional ou no estrangeiro.

ARTIGO 2.º

O objecto da sociedade consiste na remodelação e transformação e restauro de edifícios. Acompanhamento de gestão e fiscalização de obras. Construção civil. Serviços de decoração e comercialização, representação de agente de comércio por grosso de uma grande variedade de produtos, nomeadamente artigos de decoração e mobiliário. Compra e venda de edifícios. Actividades de engenharia e técnicas afins. Promoção imobiliária.

ARTIGO 3.º

1 — O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5000 euros, dividido em três quotas: uma do valor nominal de 2400 euros, pertencente ao sócio Mário Fernando Morais Ribeiro; outra do valor nominal de 1300 euros, pertencente ao sócio Bruno Filipe Marinho Carneiro, e uma outra do valor nominal de 1300 euros, pertencente ao sócio Daniel Jorge Mendes Soares.

2 — Depende da deliberação dos sócios a celebração de contratos de suprimentos.

ARTIGO 4.º

1 — A gerência da sociedade, remunerada ou não, conforme for deliberado em assembleia geral, fica afectada a todos os sócios, que desde já são nomeados gerentes.

2 — A sociedade fica validamente obrigada em actos e contratos que envolvam responsabilidade para a sociedade com a assinatura dos três gerentes, nomeadamente contratos de subempreitada, contratos de *leasing*, aluguer de longa duração, contratos com instituições bancárias, compra e venda de imóveis e de viaturas, sendo, contudo, suficiente duas assinaturas para a emissão de cheques e uma para actos de mero expediente.

3 — A remuneração da gerência poderá consistir, total ou parcialmente, em participações nos lucros da sociedade.

ARTIGO 5.º

A sociedade poderá participar no capital social de outras sociedades, mesmo com objecto diferente do seu e em sociedades reguladas por leis especiais ou em agrupamentos complementares de empresas.

ARTIGO 6.º

1 — A cessão de quotas é livre entre sócios; quando a favor de estranhos carece do consentimento da sociedade, gozando esta, em primeiro lugar, e os sócios não cedentes, em segundo, do direito de preferência.

2 — Para efeito do uso do direito de preferência consignado no n.º 1 deste artigo, o sócio que pretenda ceder a sua quota ou parte dela a terceiros comunicará, por carta ou postal registados e com aviso de recepção, essa sua intenção, indicando o pretenso comprador, o preço e demais condições essenciais da cessão.

3 — A sociedade reunirá e deliberará, bem como os sócios, no prazo de 30 dias a contar da recepção da comunicação do respectivo, se a própria sociedade ou, na sua falta, os sócios pretendem ou não preferir.

4 — Em caso afirmativo, a respectiva escritura pública deverá ser outorgada nos 45 dias subsequentes à comunicação, por escrito, do uso do direito de preferência.

5 — Se nem a sociedade nem os sócios não cedentes pretenderem usar do direito de preferência no indicado prazo, ou na falta de qualquer resposta por parte dos preferentes, poderá o cedente alienar livremente aquela sua quota ou parte dela, pelo preço e nos termos oportunamente comunicados.

ARTIGO 7.º

O sócio cedente da sua quota, mesmo que em observância com o disposto dos artigos anteriores, fica impedido de por si ou por interposta pessoa, singular ou colectiva, exercer actividade coincidente ou semelhante com o objecto social da sociedade ou que com ela conflite, e isto pelo prazo de três anos.

ARTIGO 8.º

A violação do disposto no artigo anterior implicará uma indemnização à sociedade por todos os prejuízos causados, computando-se desde já uma quantia mínima de 250 000 euros.

ARTIGO 9.º

1 — A sociedade poderá amortizar qualquer quota, nos seguintes casos:

a) Por acordo com o respectivo titular;
b) Quando a quota for objecto de penhora, arresto ou adjudicação em juízo, falência ou cessão gratuita não autorizada;
c) Quando o sócio praticar actos que violem o pacto social ou as obrigações sociais;
d) No caso de morte de sócio a quem não sucedam herdeiros legítimos;

e) Quando, em partilha, a quota for adjudicada a quem não seja sócio;
f) Por interdição ou inabilitação de qualquer sócio;

g) Por exoneração ou exclusão de um sócio;

h) Quando a quota tiver sido cedida a terceiros sem o prévio consentimento da sociedade, tomada por maioria, em assembleia geral.

2 — Os sócios podem deliberar que a quota amortizada figure no balanço e que, posteriormente, sejam criadas uma ou várias quotas destinadas a serem alienadas a um ou a alguns dos sócios ou a terceiros.

3 — Salvo acordo em contrário ou disposição legal imperativa, a contrapartida da amortização será o valor nominal da respectiva quota e a parte correspondente ao fundo de reserva legal, ou o valor que resultar do último balanço aprovado se for menor, devendo o pagamento ser dividido em quatro prestações semestrais, sem juros, vencendo-se a primeira 60 dias após a deliberação de exclusão do sócio.

ARTIGO 10.º

Se por falecimento de um sócio a respectiva quota não for amortizada no prazo de 90 dias a contar da data do falecimento, os herdeiros deverão designar de entre eles um representante comum.

ARTIGO 11.º

Aos lucros líquidos anualmente apurados, depois de deduzida a percentagem para reserva legal, será dado o destino que vier a ser deliberado em assembleia geral.

Está conforme o original.

1 de Março de 2002. — O Segundo-Ajudante, *José Pedro David Ferreira*. 1000048749

SKYNEAS — COMÉRCIO E SERVIÇOS DE JARDINAGEM E AFINS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial da Maia. Matrícula n.º 56 617/20020227; identificação de pessoa colectiva n.º 505981114; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 13/20020227.

Certifico que entre Maria de Lurdes Ventura Marques e Arminda Maria Ribeiro da Silva, foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual fica a reger-se pelo contrato seguinte:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma SKYNEAS — Comércio e Serviços de Jardinagem e Afins, L.^{da}

2 — Tem a sua sede na Travessa do Doutor Carlos Silva Mouta, 32, rés-do-chão, freguesia de Avioso (Santa Maria), concelho da Maia.

3 — Por simples deliberação da gerência, poderá a sede ser deslocada dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, e serem criadas sucursais, filiais, agências ou outras formas locais de representação, no território nacional ou no estrangeiro.

ARTIGO 2.º

O objecto da sociedade consiste em actividades de jardinagem, manutenção, limpeza e construção de jardins. Limpeza de terrenos e comercialização de plantas e flores. Limpezas industriais.

ARTIGO 3.º

1 — O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5000 euros, dividido em duas quotas iguais do valor nominal de 2500 euros, pertencentes uma a cada um dos sócios.

2 — Depende da deliberação dos sócios a celebração de contratos de suprimentos.

ARTIGO 4.º

1 — A gerência da sociedade, remunerada ou não, conforme for deliberado em assembleia geral, fica afectada a ambas as sócias, que desde já são nomeadas gerentes.

2 — Para a sociedade ficar obrigada em todos os seus actos e contratos é suficiente a assinatura de um gerente.

3 — A remuneração da gerência poderá constituir, total ou parcialmente, em participação nos lucros da sociedade.

ARTIGO 5.º

A sociedade poderá participar no capital social de outras sociedades, mesmo com objecto diferente do seu e em sociedades reguladas por leis especiais ou em agrupamentos complementares de empresas.

ARTIGO 6.º

A cessão de quotas a não sócios depende do consentimento da sociedade, que terá sempre o direito de preferência, o qual, de seguida, se defere aos sócios não cedentes.

ARTIGO 7.º

A sociedade poderá amortizar a quota de qualquer sócio quando esta for sujeita a arrolamento, arresto, penhora, quando for incluída em massa falida, ou quando, fora dos casos previstos na lei, for cedida sem consentimento da sociedade.

ARTIGO 8.º

Aos lucros líquidos anualmente apurados, depois de deduzida a percentagem para reserva legal, será dado o destino que vier a ser deliberado em assembleia geral.

Está conforme o original.

1 de Março de 2002. — O Segundo-Ajudante, *José Pedro David Ferreira*. 1000048747

RUDOLF — PRODUTOS QUÍMICOS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial da Maia. Matrícula n.º 25 171/800428; inscrição n.º 18; número e data da apresentação: 9/20020109.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, e pela apresentação e inscrição referidas, foi efectuado o seguinte acto de registo:

Designação de gerente de António Poços Martins Ferreira, residente na Rua de João Paulo Freire, 31, 7.º, E, Porto.

Data da deliberação: 17 de Dezembro de 2001.

Conferida. Está conforme o original.

4 de Março de 2002. — A Segunda-Ajudante, *Gracinda Maria Geraldes Semanas Monteiro*. 1000048156

F. G. A. — FISCALIDADE, GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial da Maia. Matrícula n.º 56 520/20010116; identificação de pessoa colectiva n.º 503356808; inscrição n.º 9; número e data da apresentação: 17/20010116.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi registado o seguinte:

Alteração do contrato, quanto ao artigo 2.º, ficando o referido artigo com a seguinte redacção:

ARTIGO 2.º

1 — A sede social é na Avenida de D. Manuel II, 2070, 2.º, sala 24, concelho da Maia.

2 — Sem dependência de deliberação dos sócios, pode a gerência deslocar a sede social dentro do mesmo concelho ou para concelhos limítrofes, bem como criar ou extinguir sucursais, agências, delegações ou qualquer outras formas de representação, no território nacional ou no estrangeiro.

O texto completo e actualizado do pacto social, foi depositado na pasta respectiva.

Conferida. Está conforme o original.

1 de Março de 2002. — O Ajudante, (*Assinatura ilegível*).

1000049567

SUGESTÕES E OPÇÕES — ACTIVIDADES TURÍSTICAS, S. A.

Conservatória do Registo Comercial da Maia. Matrícula n.º 2008/000605; identificação de pessoa colectiva n.º 504681869.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram efectuados os seguintes actos de registo:

a) Pela inscrição n.º 2 e com o número e data da apresentação 10/20020116: alteração do contrato, quanto ao n.º 1 do artigo 2.º, ficando o mesmo com a seguinte redacção:

ARTIGO 2.º

1 — A sua sede é na Rua do Engenheiro Frederico Ulrich, 2650, 4470-605 Moreira da Maia, podendo ser deslocada dentro do mesmo concelho ou para concelhos limítrofes, por simples deliberação do conselho de administração.

b) Pelo averbamento n.º 2 à inscrição n.º 1 e com o número e data da apresentação 11/20020116: cessação de funções do presidente do conselho de administração Álvaro Braga Fernandes Lopes, por óbito.

c) Pela inscrição n.º 3 e com o número e data da apresentação 12/20020116: designação, em 21 de Maio de 2001, até termo do mandato em curso, de administradores, com o aumento para cinco membros do conselho de administração:

Presidente: Joaquim Ferreira Guimarães dos Reis, residente na Rua do Molhe, 248, Porto; vogais: Pedro Manuel Duarte Cardoso, residente na Rua de Vieira Portuense, 68, Cedofeita, Porto, e Maria Manuela Ferreira Alegria Martins, residente na Rua do Molhe, 248, Porto.

O texto completo e actualizado do pacto social, foi depositado na pasta respectiva.

Conferida. Está conforme o original.

1 de Março de 2002. — O Ajudante, (*Assinatura ilegível*).

1000049564

MONOPREÇO — COMÉRCIO DE ARTIGOS DE PREÇO ÚNICO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial da Maia. Matrícula n.º 4977/940928; identificação de pessoa colectiva n.º 503271306; inscrição n.º 2; número e data da apresentação: 16/20020116.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi efectuado o seguinte acto de registo:

Alteração do contrato com reforço e redenominação.

Artigos alterados: 3.º, 7.º e 8.º e aditados os 5.º, n.º 6, 9.º e 10.º

Capital: 5 112 291\$, após o reforço de 4 662 291\$, em dinheiro, subscrito pelos sócios na proporção e a acrescer às respectivas quotas, ficando os referidos artigos com a seguinte redacção:

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 25 500 euros, dividido em três quotas iguais do valor nominal de 8500 euros,

pertencentes uma a cada um dos sócios Diamantino da Costa Soares, Francisco José Gomes de Abreu e Pedro Gomes de Abreu.

ARTIGO 5.º

6 — Em ampliação dos seus poderes normais, poderá a gerência:

- a) Exercer os poderes normais de administração, responsabilizando a sociedade em quaisquer actos, contratos, recibos de quitação, movimentação de dinheiros e créditos;

- b) Confessar, desistir e transigir em juízo;

- c) Contratar e despedir pessoal;

- d) Comprar ou vender, arrendar ou tomar de arrendamento, alugar ou tomar de aluguer e celebrar contratos de locação financeira, relativamente a móveis, automóveis e imóveis;

- e) Tomar ou dar de trespasse estabelecimentos comerciais ou industriais.

ARTIGO 7.º

A sociedade poderá participar no capital social de outras sociedades, mesmo com objecto diferente do seu e em sociedades reguladas por leis especiais ou em agrupamentos complementares de empresas.

ARTIGO 8.º

1 — A sociedade poderá amortizar qualquer quota, nos seguintes casos:

- a) Por acordo do respectivo titular;

- b) Quando a quota for objecto de penhora, arresto ou adjudicação em juízo, falência ou cessão gratuita não autorizada;

- c) Quando o sócio praticar actos que violem o pacto social ou as obrigações sociais;

- d) No caso de morte de sócio a quem não sucedam herdeiros legítimos;

- e) Quando, em partilha, a quota for adjudicada a quem não seja sócio;

- f) Por interdição ou inabilitação de qualquer sócio;

- g) Por exoneração ou exclusão de um sócio;

- h) Quando o respectivo titular deixar de comparecer ou de se fazer representar nas assembleias gerais por mais de três vezes consecutivas, salvo motivo devidamente justificado.

2 — Os sócios podem deliberar que a quota amortizada figure no balanço e que, posteriormente, sejam criadas uma ou mais quotas destinadas a serem alienadas a um ou a alguns dos sócios ou a terceiros.

3 — Salvo acordo em contrário ou disposição legal imperativa, a contrapartida da amortização será o valor que resultar do último balanço aprovado.

4 — Se por falecimento de um sócio a respectiva quota não for amortizada no prazo de 90 dias a contar da data do falecimento, os herdeiros deverão designar de entre eles um representante comum.

ARTIGO 9.º

Aos lucros líquidos anualmente apurados, depois de deduzida a percentagem para reserva legal, será dado o destino que vier a ser deliberado em assembleia geral.

ARTIGO 10.º

As assembleias gerais são convocadas por cartas registadas, dirigidas aos sócios, com a antecedência mínima de 15 dias, salvo se a lei prescrever outros prazos e formalidades.

O texto completo e actualizado do pacto social, foi depositado na pasta respectiva.

Conferida. Está conforme o original.

1 de Março de 2002. — O Ajudante, (*Assinatura ilegível*.)

1000049562

LANDSEP — INDÚSTRIA E COMÉRCIO TÊXTIL, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial da Maia. Matrícula n.º 12 837/20000331; identificação de pessoa colectiva n.º 504828967.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram efectuados os seguintes actos de registo:

- a) Pelo averbamento n.º 1 à inscrição n.º 1 e com o número e data da apresentação 8/20020216: cessação de funções do gerente Paulo Jorge Nunes Martins Coutinho de Castro, por renúncia, em 12 de Dezembro de 2001.

- b) Pela inscrição n.º 2 e com o número e data da apresentação 9/20020216: designação do gerente Manuel Casimiro Teixeira Barbosa Regadas, casado, residente na Rua do Horizonte, 646, 1.º, São Romão do Coronado, Trofa.

Data da deliberação: 28 de Dezembro de 2001.

Conferida. Está conforme o original.

1 de Março de 2002. — O Ajudante, (*Assinatura ilegível*.)

1000049559

POTAIN PORTUGAL, EQUIPAMENTOS
PARA A CONSTRUÇÃO, S. A.

Conservatória do Registo Comercial da Maia. Matrícula n.º 25 689/801006; identificação de pessoa colectiva n.º 501080619.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram efectuados os seguintes actos de registo:

Pelo número e data da apresentação 23/20020104, averbamento n.º 1 à inscrição n.º 15: cessação de funções do conselho fiscal, por renúncia, em 17 de Novembro de 2001.

Pelo número e data da apresentação 28/20020104, inscrição n.º 16: designação do conselho fiscal até ao termo do mandato em curso:

Presidente — Marie France Pommaret, casada, residente no lugar de Santa Cristina, Folgosa, Maia; vogais — Maria do Céu Ferreira Ribeiro, casada, residente no dito lugar de Santa Cristina, e Bernardes, Sismeiro & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por Manuel Heleno Sismeiro, casado, residente na Rua do Campo Alegre, 1607, 7.º, esquerdo, Porto; suplente — José Pereira Alves, casado, residente na Rua de Alfredo Keil, 257, 3.º, esquerdo, Porto.

Data da deliberação: 17 de Novembro de 2001.

Conferida. Está conforme o original.

26 de Fevereiro de 2002. — O Primeiro-Ajudante, *Carlos Alberto de Moura Lourenço*.

1000047890

CAL BRANDÃO & CASTRO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial da Maia. Matrícula n.º 673/910403; identificação de pessoa colectiva n.º 502495880; inscrição n.º 11; número e data da apresentação: 25/20020104.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi efectuado o seguinte acto de registo:

Alteração do contrato, com reforço e redenominação.

Capital: 1 002 410\$, após reforço de 602 410\$, em dinheiro, subscrito em partes iguais pelos sócios e a acrescer às suas quotas.

Artigo alterado: 3.º, ficando o mesmo com a seguinte redacção:

ARTIGO 3.º

O capital social, já integralmente realizado em dinheiro, é de 5000 euros, dividido em duas quotas iguais de 2500 euros cada, pertencente uma a cada um dos sócios Manuel Gonçalves da Rocha e Pedro Miguel Mendes da Rocha.

O texto actualizado do pacto social, ficou depositado na pasta respectiva.

Conferida. Está conforme o original.

26 de Fevereiro de 2002. — O Primeiro-Ajudante, *Carlos Alberto de Moura Lourenço*.

1000047889

VENDA ALUGA — SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, S. A.

Conservatória do Registo Comercial da Maia. Matrícula n.º 2916/930208; identificação de pessoa colectiva n.º 502979488.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram efectuados os seguintes actos de registo:

Pelo número e data da apresentação 5/20020107, averbamento n.º 2 à inscrição n.º 15: cessação de funções do administrador João Manuel Gonçalves Bastos, por renúncia, em 23 de Março de 2001.

Pelo número e data da apresentação 6/20020107, inscrição n.º 17: designação para o conselho de administração, até ao termo do manda-

to em curso, de Bernardo Manuel Palma Mira Delgado, casado, residente na Alameda de Fernão Lopes, 29, 2.º, F, Mira Flores, Algés, Oeiras.
Data da deliberação: 23 de Março de 2001.

Conferida. Está conforme o original.

26 de Fevereiro de 2002. — O Primeiro-Ajudante, *Carlos Alberto de Moura Lourenço*.
1000047888

VENDA ALUGA — SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, S. A.

Conservatória do Registo Comercial da Maia. Matrícula n.º 2916/930208; identificação de pessoa colectiva n.º 502979488.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram efectuados os seguintes actos de registo:

Pelo número e data da apresentação 7/20020107, inscrição n.º 18: alteração do contrato, com reforço e redenominação.

Capital: 10 024 100\$, após reforço de 5 024 100\$, em dinheiro, sendo:

a) 12 050\$, para renominalização das acções existentes, fixando o seu valor nominal em 5 euros cada; e

b) 5 012 050\$, mediante emissão de 5000 novas acções com igual valor nominal.

Artigo alterado: 5.º, ficando o mesmo com a seguinte redacção:

ARTIGO 5.º

1 — O capital social é de 50 000 euros e encontra-se integralmente subscrito e realizado.

2 — O capital social é dividido em 10 000 acções ordinárias, cada uma com o valor nominal de 5 euros.

3 — O capital social poderá ser elevado até 498 797,90 euros, por uma ou mais vezes, por deliberação do conselho de administração que, nos termos legais, fixará a forma, as condições de subscrição e as categorias de acções a emitir, de entre as previstas nestes estatutos ou noutras permitidas por lei.

O texto actualizado do pacto social ficou depositado na pasta respectiva.

Conferida. Está conforme o original.

26 de Fevereiro de 2002. — O Primeiro-Ajudante, *Carlos Alberto de Moura Lourenço*.
1000047887

VENDA ALUGA — SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, S. A.

Conservatória do Registo Comercial da Maia. Matrícula n.º 2916/930208; identificação de pessoa colectiva n.º 502979488.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, ficou depositada na pasta respectiva, toda a documentação referente à prestação de contas, respeitante ao exercício do ano de 2000.

Conferida. Está conforme o original.

26 de Fevereiro de 2002. — O Primeiro-Ajudante, *Carlos Alberto de Moura Lourenço*.
1000047886

PERCELCIUS — ENGENHARIA E TECNOLOGIA, L.ª

Conservatória do Registo Comercial da Maia. Matrícula n.º 10 362/980914; identificação de pessoa colectiva n.º 504271199; inscrição n.º 3; número e data da apresentação: 1/20020107.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi efectuado o seguinte acto de registo:

Designação, em 5 de Abril de 2001, do gerente Henrique Fernando Matos Meireles de Barros, residente na Rua de António Marques, 45, 2.º, Vermoim, Maia.

Conferida. Está conforme o original.

25 de Fevereiro de 2002. — O Ajudante, (*Assinatura ilegível*).
1000047885

INSTRUNORTE — MÁQUINAS E TECNOLOGIA INDUSTRIAL, L.ª

Conservatória do Registo Comercial da Maia. Matrícula n.º 805/910509; identificação de pessoa colectiva n.º 502541954; inscrição n.º 12; número e data da apresentação: 17/20020226 (omitida em 20020107).

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi efectuado o seguinte acto de registo:

Alteração do contrato com reforço e redenominação.

Artigo alterado: 3.º

Capital: 1 002 410\$, após o reforço de 602 410\$, em dinheiro, subscrito pela sócia ENERGEST — Engenharia, Equipamentos e Instalações Térmicas Industriais, L.ª, a acrescer à respectiva quota, ficando o referido artigo com a seguinte redacção:

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado, é de 5000 euros e corresponde à soma de duas quotas, sendo: uma com o valor nominal de 3750 euros, da ENERGEST — Engenharia, Equipamentos e Instalações Térmicas Industriais, L.ª, e uma com o valor nominal de 1250 euros, de José Barreiros Guedes.

O texto completo e actualizado do pacto social foi depositado na pasta respectiva.

Conferida. Está conforme o original.

25 de Fevereiro de 2002. — O Ajudante, (*Assinatura ilegível*).
1000047884

QUASI BOM — ELECTRODOMÉSTICOS, L.ª

Conservatória do Registo Comercial da Maia. Matrícula n.º 2431/920813; identificação de pessoa colectiva n.º 502817712; inscrição n.º 2; número e data da apresentação: 9/20020103.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, e pela inscrição acima referida, foi aumentado o capital social de 1 000 000\$ para 1 002 410\$, em dinheiro, redenominando o mesmo para euros, tendo, em consequência, alterado o artigo 3.º do respectivo contrato, ficando o mesmo com a seguinte redacção:

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5000 euros, dividido em duas quotas do valor nominal de 2500 euros cada, pertencendo uma ao sócio Júlio de Sá Rebelo e outra ao sócio Fernando Manuel Pacheco Rebelo.

O texto do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Conferida. Está conforme o original.

26 de Fevereiro de 2002. — O Ajudante Principal, *José Carlos Vilela Soares*.
1000047883

AMBULÂNCIAS ALFA, L.ª

Conservatória do Registo Comercial da Maia. Matrícula n.º 4613/960916; identificação de pessoa colectiva n.º 503720909; inscrição n.º 14; número e data da apresentação: 8/20020104.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi efectuado o seguinte acto de registo:

Alteração do contrato, quanto aos artigos 3.º e 4.º, ficando os mesmos com a seguinte redacção:

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 19 951,92 euros, dividido em quatro quotas, assim subscritas: uma do valor nominal de 6648,98 euros e outra do valor nominal de 3326,98 euros, pertencentes ao sócio Miguel Araújo de Faria; uma do valor nominal de 6648,98 euros e outra do valor nominal de 3326,98 euros, pertencentes à sócia Maria Helena de Sá Cerqueira.

§ único. A sociedade poderá exigir aos sócios prestações suplementares de capital, desde que assim o deliberem por unanimidade em assembleia geral, onde esteja representada a totalidade do capital social, até ao montante de 39 903,84 euros.

ARTIGO 4.º

A gerência da sociedade, remunerada ou não, conforme venha a ser deliberado em assembleia geral, fica a cargo do sócio Miguel Araújo de Faria e, ainda, de quem venha a ser nomeado em assembleia geral.

§ único. Para validamente representar e obrigar a sociedade em todos os seus actos e contratos, basta a assinatura de um gerente.

Conferida. Está conforme o original.

25 de Fevereiro de 2002. — O Primeiro-Ajudante, *Carlos Alberto de Moura Lourenço*.
1000047891

AZEVEDO, PINTO & SILVA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial da Maia. Matrícula n.º 24 167/790817; identificação de pessoa colectiva n.º 500888914; inscrição n.º 3; número e data da apresentação: 6/20020116.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi efectuado o seguinte acto de registo:

Alteração do contrato, com reforço e redenominação.

Capital: 12 028 920\$, após reforço de 9 178 920\$, em dinheiro, subscrito em partes iguais pelos sócios e a acrescer às respectivas quotas.

Artigo alterado: 4.º, ficando o mesmo com a seguinte redacção:

ARTIGO 4.º

O capital social, todo em dinheiro e inteiramente liberado, é de 60 000 euros e corresponde à soma de duas quotas, do valor nominal de 30 000 euros cada uma, que pertence cada uma delas a cada um dos sócios Rodrigo Vieira Pinto e Mário Aristides Alves de Azevedo.

O texto actualizado do pacto social, ficou depositado na pasta respectiva.

Conferida. Está conforme o original.

1 de Março de 2002. — O Primeiro-Ajudante, *Carlos Alberto de Moura Lourenço*.
1000049622

LIMPAR — SOCIEDADE DE LIMPEZAS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial da Maia. Matrícula n.º 47 486/900424; identificação de pessoa colectiva n.º 502332220; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 16; número e data da apresentação: 1/20020116.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi efectuado o seguinte acto de registo:

Cessaçao de funções do gerente Rui Jorge Doutel Moraes, por renúncia, em 8 de Janeiro de 2002.

Conferida. Está conforme o original.

1 de Março de 2002. — O Primeiro-Ajudante, *Carlos Alberto de Moura Lourenço*.
1000049612

XLS — ESTUDOS E ORGANIZAÇÃO DE EMPRESAS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial da Maia. Matrícula n.º 7372/960806; identificação de pessoa colectiva n.º 503704725; inscrição n.º 3; número e data da apresentação: 36/20020117.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi efectuado o seguinte acto de registo:

Alteração do contrato, com reforço e redenominação.

Capital: 1 002 410\$, após o reforço de 2410\$, em dinheiro, subscrito em partes iguais pelos sócios e a acrescer às respectivas quotas.

Artigo alterado: 4.º, passando o mesmo a ter a seguinte redacção:

ARTIGO 4.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5000 euros e está dividido em duas quotas: uma do valor nominal de 4000 euros, que pertence ao sócio José Rui Marques Dias da Silva, e uma outra quota do valor nominal de 1000 euros, que pertence ao sócio José Dias da Silva.

O texto actualizado do pacto social, ficou depositado na pasta respectiva.

Conferida. Está conforme o original.

4 de Março de 2002. — A Segunda-Ajudante, *Gracinda Maria Geraldes Semanas Monteiro*.
1000049610

CONSTRUÇÃO METROMAIA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial da Maia. Matrícula n.º 7645/961029; identificação de pessoa colectiva n.º 503751421; inscrição n.º 3; número e data da apresentação: 63/20011228.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, e pela inscrição acima referida, foi aumentado o capital social de 400 000\$ para 1 002 410\$ em dinheiro, redenominando o mesmo para euros, tendo, em consequência, alterado o artigo 3.º do respectivo contrato, ficando o mesmo com a seguinte redacção:

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5000 euros, dividido em duas quotas iguais de 2500 euros, pertencendo uma ao sócio António Manuel Esteves Rodrigues e outra pertencente ao sócio Vítor Manuel do Rego Rodrigues.

O texto do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Conferida. Está conforme o original.

21 de Fevereiro de 2002. — O Ajudante Principal, *José Carlos Vilela Soares*.
1000049606

E. N. — EQUIPAMENTOS DE ANÁLISE E ENSAIO, L.^{DA} (alterou para D. I. — DISPOSITIVOS DE CONTROLO INDUSTRIAIS, L.^{DA})

Conservatória do Registo Comercial da Maia. Matrícula n.º 4409/940419; identificação de pessoa colectiva n.º 502641967.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi depositado na respectiva pasta, todos os documentos referentes à prestação de contas, respeitante aos anos de 1999 e 2000.

Conferida. Está conforme o original.

7 de Março de 2002. — O Ajudante Principal, *José Carlos Vilela Soares*.
1000049305

NETMAIA — INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÕES, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial da Maia. Matrícula n.º 8697/970825; identificação de pessoa colectiva n.º 503953512; inscrição n.º 3; número e data da apresentação: 12/20020115.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi efectuado o seguinte acto de registo:

Alteração do contrato, com reforço e redenominação.

Capital: 1 002 410\$, após o reforço de 602 410\$, em dinheiro, subscrito em partes iguais pelos sócios e a acrescer às respectivas quotas.

Artigo alterado: 4.º, passando o mesmo a ter a seguinte redacção:

ARTIGO 4.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5000 euros, dividido em duas quotas, sendo: uma do valor nominal de 3750 euros, pertencente ao sócio António Avelino Vieira da Costa Maia, e uma de 1250 euros, pertencente ao sócio António Amândio Duarte da Costa Maia.

O texto actualizado do pacto social, ficou depositado na pasta respectiva.

Conferida. Está conforme o original.

1 de Março de 2002. — A Segunda-Ajudante, *Gracinda Maria Geraldes Semanas Monteiro*.
1000049302

FILIFE BELA, S. A.

Conservatória do Registo Comercial da Maia. Matrícula n.º 21 319/750616; identificação de pessoa colectiva n.º 500352933; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 20; número e data da apresentação: 9/20020115.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi efectuado o seguinte acto de registo:

Alteração do contrato, quanto aos artigos 5.º, n.º 1, 17.º e 18.º, os quais ficaram com a seguinte redacção:

ARTIGO 5.º

1 — O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 1 500 000 euros, dividido em 300 000 acções ordinárias, com o valor nominal de 5 euros cada uma.

ARTIGO 17.º

1 — A fiscalização da sociedade será efectuada por um fiscal único ou pelo seu suplente, eleitos em assembleia geral, ou por qualquer outra forma prevista na lei.

ARTIGO 18.º

As atribuições do conselho fiscal são as que lhe são especificadas na lei e as que lhe ficam consignadas nestes estatutos.

O texto actualizado do pacto social, ficou depositado na pasta respectiva.

Conferida. Está conforme o original.

2 de Março de 2002. — A Segunda-Ajudante, *Gracinda Maria Geraudes Semanas Monteiro*. 1000049295

JOÃO MANUEL LOPES DE BARROS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial da Maia. Matrícula n.º 18 362/690626; identificação de pessoa colectiva n.º 500150044; inscrição n.º 6; número e data da apresentação: 7/20020115.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi efectuado o seguinte acto de registo:

Alteração do contrato, quanto ao artigo 3.º, ficando o mesmo com a seguinte redacção:

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro e nos demais valores do activo da sociedade, é de 10 000 000\$, e dele pertence uma quota do valor nominal de 3 750 000\$ a cada um dos sócios Rui Hans Minnemann Batista e Maria Couto de Magalhães Dias, e uma do valor nominal de 2 500 000\$ à própria sociedade.

O texto actualizado do pacto social, ficou depositado na pasta respectiva.

Conferida. Está conforme o original.

1 de Março de 2002. — O Primeiro-Ajudante, *Carlos Alberto de Moura Lourenço*. 1000049289

MADEISECA — SECADORES DE MADEIRA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial da Maia. Matrícula n.º 43 955/870729; identificação de pessoa colectiva n.º 501857982; inscrição n.º 3; número e data da apresentação: 24/20020115.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi efectuado o seguinte acto de registo:

Alteração do contrato, com reforço e redenominação.

Capital: 1 002 410\$, após o reforço de 2410\$, em dinheiro, subscrito em partes iguais pelos sócios e a crescer às respectivas quotas.

Artigo alterado. 3.º, passando o mesmo a ter a seguinte redacção:

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado, é de 120 000 euros, e está dividido em quatro quotas iguais do valor nominal de 30 000 euros, pertencentes uma a cada um dos sócios.

O texto actualizado do pacto social, ficou depositado na pasta respectiva.

Conferida. Está conforme o original.

1 de Março de 2002. — A Segunda-Ajudante, *Gracinda Maria Geraudes Semanas Monteiro*. 1000049283

COOPERMAIA — COOPERATIVA DE HABITAÇÃO E CONSTRUÇÃO, C. R. L

Conservatória do Registo Comercial da Maia. Matrícula n.º 5/860403; identificação de pessoa colectiva n.º 500813396; inscrição n.º 7; número e data da apresentação: 20/20020115.

Certifico que, em relação à Cooperativa em epígrafe, foi efectuado o seguinte acto de registo:

Designação da direcção para o triénio de 2002-2004:

Presidente — Carlos Alberto Teixeira de Azevedo, casado, residente na Rua Central do Seixo, 792, Leça do Balio, Matosinhos; vice-presidente — Francisco Lima Monteiro, casado, residente na Rua de Álvares Cabral, 15, Gueifães, Maia; tesoureiro — José Armando Oliveira Carvalho, casado, residente na Avenida de Mouzinho da Silveira, 31, 5.º, D, Gueifães, Maia; secretário — José Manuel Vidal Cordeiro Soares, casado, residente na Rua de Simão Bolívar, 203, 2.º, B, Maia; vogal — Miguel Magalhães Oliveira, casado, residente na Rua de António Sérgio, 67, Gueifães, Maia; suplentes — Manuel da Silva Brás Ribeiro, casado, residente na Rua do Arquitecto João Andersen, 70, Milheiros, Maia; e Guilherme Alberto Reis Anjos, casado, residente na Rua de Simão Bolívar, 214, Maia.

Conferida. Está conforme o original.

1 de Março de 2002. — O Primeiro-Ajudante, *Carlos Alberto de Moura Lourenço*. 1000049277

FRANCELINA & EMÍLIA — CONFECÇÕES, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial da Maia. Matrícula n.º 9006/971113; identificação de pessoa colectiva n.º 504043200; inscrição n.º 5; número e data da apresentação: 19/20020115.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi efectuado o seguinte acto de registo:

Alteração do contrato, com reforço e redenominação.

Capital: 1 002 410\$, após o reforço de 602 410\$, em dinheiro, subscrito em partes iguais pelos sócios e a crescer às respectivas quotas.

Artigo alterado. 3.º, passando o mesmo a ter a seguinte redacção:

ARTIGO 3.º

1 — O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5000 euros e está dividido em duas quotas iguais de 2500 euros cada, pertencendo uma a cada um dos sócios, Francelina Pereira de Almeida Silva Pedro e Maria Emília Pereira de Almeida Silva.

O texto actualizado do pacto social, ficou depositado na pasta respectiva.

Conferida. Está conforme o original.

1 de Março de 2002. — O Primeiro-Ajudante, *Carlos Alberto de Moura Lourenço*. 1000049272

TRANSPORTES NANDRÉ, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial da Maia. Matrícula n.º 56373/20011112; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 1/011112.

Certifico que foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma Transportes Nandré, L.^{da}, tem a sua sede na Rua do Comandante Faria da Costa, 41, apartamento 21, freguesia de Moreira, concelho da Maia, e durará por tempo indeterminado, contando-se o seu início a partir do dia de hoje.

2 — A gerência poderá deslocar a sua sede dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, assim como criar agências ou outras formas de representação, sem necessidade do consentimento da assembleia geral.

ARTIGO 2.º

O objecto social consiste na exploração da indústria de transportes de aluguer em automóveis ligeiros de passageiros.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5000 euros, dividido em três quotas, sendo: uma do valor nominal de 3500 euros, pertencente ao sócio Nuno André Carvalho de Oliveira, e ainda outras duas, ambas iguais, do valor nominal de 750 euros cada uma e pertencente cada uma delas a cada um dos sócios António de Oliveira e Teresa Maria Almeida Pinheiro.

ARTIGO 4.º

1 — A gerência da sociedade, com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral, fica a cargo dos sócios Nuno André Carvalho de Oliveira, António de Oliveira e Teresa Maria Almeida Pinheiro, que desde já são designados gerentes.

2 — Para obrigar a sociedade em todos os seus actos e contratos e a representar em juízo e fora dele, activa ou passivamente, é apenas necessária e suficiente a assinatura indistinta de um dos sócios gerentes Nuno André Carvalho de Oliveira ou António de Oliveira.

3 — Em ampliação dos seus poderes normais, a gerência poderá comprar, vender e permutar bens móveis, incluindo veículos automóveis, assim como celebrar contratos de locação financeira e de aluguer de longa duração; tomar de arrendamento ou trespasse quaisquer locais ou estabelecimentos para a sociedade, acordar e transigir em juízo.

ARTIGO 5.º

1 — É livre a cessão de quotas entre os sócios.

2 — A cessão de quotas a não sócios carece da autorização da sociedade, à qual, em primeiro lugar e depois dela aos sócios não cedentes, fica reservado o direito de preferência.

ARTIGO 6.º

Em deliberação tomada por unanimidade de todos os sócios, poderão ser exigidas prestações suplementares de capital até ao quinto do valor do capital social.

ARTIGO 7.º

A todos os sócios fica expressamente vedado assinar, pela sociedade, letras de favor, fianças, abonações e, em geral, documentos alheios aos negócios sociais, respondendo a contravalor, individualmente, pelas obrigações que assumir.

ARTIGO 8.º

1 — A sociedade poderá amortizar qualquer quota, nos seguintes casos:

- a) Insolvência ou falência do seu titular;
- b) Arresto, arrolamento ou penhora da quota;
- c) Venda ou adjudicação judiciais;
- d) Por acordo com o respectivo titular.

2 — A amortização será realizada no caso da alínea d), pelo que resultar do acordo, nos restantes casos, pelo valor que for atribuído à quota, em balanço a efectuar para o efeito e o seu valor pago em quatro prestações trimestrais, iguais e sucessivas, a primeira das quais 30 dias após a respectiva deliberação, salvo nos casos em que a lei disponha imperativamente outra contrapartida.

3 — A quota amortizada pode figurar no balanço como tal, sendo permitido, posteriormente e por deliberação dos sócios, criar uma ou várias quotas em vez da amortizada, destinadas a serem alienadas a um ou a alguns sócios ou a terceiros.

ARTIGO 9.º

Anualmente será dado um balanço, com data de 31 de Dezembro, devendo os lucros líquidos neles apurados, depois de deduzida a percentagem de 5% para fundo de reserva legal, ser divididos pelos sócios, na proporção das suas quotas, termos em que por eles serão suportados os prejuízos, quando os houver, até ao limite das suas responsabilidades legais.

ARTIGO 10.º

Por falecimento ou interdição de qualquer dos sócios, a sociedade continuará com os sobreviventes ou capazes e os herdeiros ou representante legal do sócio falecido ou interdito, nomeando aqueles um de entre si, que a todos represente na sociedade, enquanto a quota se mantiver no estado de comunhão hereditária.

ARTIGO 11.º

As assembleias gerais serão convocadas por carta registada, com aviso de recepção, com a antecedência de 15 dias.

ARTIGO 12.º

Dissolvendo-se a sociedade, todos os sócios serão liquidatários, ficando desde já determinado que, se algum quiser ficar com o estabelecimento social, será este licitado, verbalmente, entre eles e adjudicado àquele que maiores vantagens oferecer em preço e forma de pagamento.

Conferida, está conforme.

1 de Março de 2002. — A Segunda-Ajuante, *Gracinda Maria Geraldes Semanas Monteiro*.
1000049270

MARCO DE CANAVESES

MORAIS & ESPOSA — CARPINTARIA MECÂNICA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Marco de Canaveses. Matrícula n.º 1768/011214; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 14/011214.

Certifico que entre Manuel Rodrigo da Silva Morais, casado na comunhão de adquiridos com Liliana da Graça de Freitas Pinheiro e Liliana da Graça de Freitas Pinheiro, casada na comunhão de adquiridos com Manuel Rodrigo da Silva Morais, foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

1.º

A sociedade adopta a firma Morais & Esposa — Carpintaria Mecânica, L.^{da}, com sede no lugar de Celas, freguesia de Fornos, concelho de Marco de Canaveses, com duração por tempo indeterminado.

§ único. A gerência da sociedade poderá, livremente, deslocar a sua sede dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, e criar sucursais, filiais ou outras formas de representação.

2.º

O seu objecto consiste no seguinte: fabricação de obras de carpintaria para a construção. Fabricação de mobiliário para outros fins e construção civil.

3.º

O capital social, integralmente realizado e subscrito em dinheiro, é de 5000 euros e corresponde à soma de duas quotas de igual valor nominal de 2500 euros, pertencente uma a cada um dos sócios.

4.º

Os sócios obrigam-se a fazer prestações suplementares de capital até ao montante de 100 000 euros.

5.º

Os sócios poderão fazer à sociedade os suprimentos de que esta carecer, nas condições de pagamento e reembolso que forem deliberadas em assembleia geral.

6.º

A representação da sociedade em juízo e fora dele, será exercida por um ou mais gerentes a designar em assembleia geral.

§ 1.º Ficam desde já nomeados gerentes ambos os sócios.

§ 2.º Para obrigar a sociedade será suficiente a assinatura de um gerente.

7.º

As cessões de quotas entre sócios são livres; porém, as feitas a estranhos, ficam dependentes do consentimento da sociedade, a quem é conferida o direito de preferência, em primeiro lugar, sendo concedido igual direito aos demais sócios, em segundo.

8.º

As assembleias gerais serão convocadas por meio de cartas registadas, dirigidas aos sócios, com a antecedência de 15 dias, pelo menos, desde que a lei não exija outras formalidades de convocação.

Mais declararam que a sociedade, por intermédio da gerência pode, desde já, proceder ao levantamento do capital social, depositado em nome da sociedade no Banco Espírito Santo, com agência nesta cidade, a fim de suportar as despesas com a aquisição de bens e equipamento indispensáveis ao funcionamento da sociedade e ao pagamento das despesas de constituição e registo da mesma.

Conferida. Está conforme.

22 de Março de 2002. — O Ajudante, *José Augusto de Macedo Moura*.
3000054557

FERNANDO VIEIRA SOUSA, UNIPESSOAL,, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Marco de Canaveses. Matrícula n.º 1770/011219; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 14/011219.

Certifico que Fernando Vieira de Sousa, casado na comunhão de adquiridos com Maria de Lurdes Baldaia Vieira, constituiu a sociedade unipessoal em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a Fernando Vieira Sousa, Unipessoal, L.^{da}

2 — Tem a sua sede na Rua da Vinha, freguesia de Constance, concelho de Marco de Canaveses.

3 — Por simples deliberação da gerência, a sede social poderá ser transferida para qualquer outro local do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, bem como poderão ser criadas filiais, sucursais e agências ou quaisquer outras formas de representação.

ARTIGO 2.º

O seu objecto consiste na construção de edifícios e obras públicas.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5000 euros, representado por uma quota de igual valor nominal, pertencente a ele sócio.

ARTIGO 4.º

1 — A gerência da sociedade, remunerada ou não, conforme for decidido pelo sócio, compete ao próprio sócio e à não sócia, a já identificada Maria de Lurdes Baldaia Vieira, que desde já ficam nomeados gerentes.

2 — Para a sociedade ficar obrigada em todos os seus actos e contratos é suficiente a assinatura de um gerente.

ARTIGO 5.º

Entre o próprio sócio e a sociedade poderão ser celebrados quaisquer contratos de aquisição, disposição e oneração de bens, desde que necessários ou inerentes à prossecução do objecto social, pela forma escrita exigida por lei e de acordo com a deliberação própria, quando necessária.

ARTIGO 6.º

A sociedade poderá participar no capital social de outras sociedades, mesmo com objecto diferente do seu e em sociedades reguladas por leis especiais ou em agrupamentos complementares de empresas.

Conferida. Está conforme.

24 de Abril de 2002. — O Ajudante, *José Augusto de Macedo Moura*.
3000054662

MADEFREIXO — MADEIRAS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Marco de Canaveses. Matrícula n.º 311/851029; identificação de pessoa colectiva n.º 501548572; número e data da apresentação: 24/011221.

Certifico que, pela inscrição n.º 5, foi registado o seguinte acto: Redenominação do capital em euros, com aumento de capital e alteração parcial do contrato de sociedade, sendo sócios Manuel Cláudio Monteiro Pereira da Silva, casado na comunhão de adquiridos com Maria Luísa de Jesus Correia, e Maria Luísa de Jesus Correia, casada na comunhão de adquiridos com Manuel Monteiro Pereira da Silva.

Artigo alterado: 5.º, o qual fica com a redacção seguinte:

5.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5000 euros e está dividido em duas quotas iguais de 2500 euros, pertencendo uma a cada um dos sócios.

Foi depositado o texto actualizado do contrato de sociedade.

Conferida. Está conforme.

9 de Maio de 2002. — O Ajudante, *José Augusto de Macedo Moura*.
3000054556

FRITÂMEGA — EQUIPAMENTO HOTELEIRO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Marco de Canaveses. Matrícula n.º 440/890405; identificação de pessoa colectiva n.º 502139080; número e data da apresentação: 21/011221.

Certifico que, pela inscrição n.º 4, foi registado o seguinte acto:

Redenominação e renominalização do capital em euros, com aumento de capital e alteração parcial do contrato de sociedade, sendo sócios José Alberto Soares de Sousa Carneiro, casado na comunhão geral com Maria de Lurdes de Vasconcelos Neves, José Alberto de Vasconcelos de Sousa Carneiro, solteiro, maior.

Artigo alterado: 3.º, o qual fica com a redacção seguinte:

ARTIGO 3.º

O capital social é de 5000 euros e corresponde à soma de três quotas, pela seguinte forma: uma do valor nominal de 2500 euros, pertencente ao sócio José Alberto Soares de Sousa Carneiro, e duas do valor nominal de 1250 euros cada, pertencentes uma a cada um dos sócios José Alberto Soares de Sousa Carneiro e Rui Maurício Vasconcelos de Sousa Carneiro.

Foi depositado o texto actualizado do contrato de sociedade.

Conferida. Está conforme.

4 de Maio de 2002. — O Ajudante, *José Augusto de Macedo Moura*.
3000054555

JOÃO DE SOUSA TEIXEIRA — CONSTRUÇÕES, UNIPESSOAL, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Marco de Canaveses. Matrícula n.º 1778/011220; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 4/011220.

Certifico que João de Sousa Teixeira, casado na comunhão de adquiridos com Maria Baldaia Moreira Teixeira, constituiu a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

1.º

A sociedade adopta a firma João de Sousa Teixeira — Construções, Unipessoal, L.^{da}, e tem a sua sede no lugar de Portela, freguesia de Fornos, concelho de Marco de Canaveses.

§ único. Por simples deliberação da assembleia geral pode a social ser deslocada dentro do mesmo concelho ou concelho limítrofe, e poderá criar outras filiais e sucursais, no País e no estrangeiro.

2.º

O seu objecto consiste na construção de edifícios.

3.º

O capital social, integralmente realizado e subscrito em dinheiro, é de 5000 euros e pertence na totalidade ao único sócio.

4.º

O sócio poderá efectuar prestações suplementares de capital até ao montante de 50 000 euros, mediante deliberação da assembleia geral.

5.º

Mediante prévia deliberação da assembleia geral é permitida a participação da sociedade em agrupamentos complementares de empresas, bem como em sociedades com objecto diferente ou reguladas por lei especial, inclusivamente como sócia de responsabilidade limitada e accionista de sociedades anónimas.

6.º

1 — A administração e representação da sociedade pertence a quem vier a ser designado gerente.

2 — Fica, todavia, desde já nomeado gerente o sócio João de Sousa Teixeira.

3 — Para vincular a sociedade em todos os seus actos e contratos é suficiente a assinatura de um gerente.

4 — Em ampliação dos seus poderes poderá a gerência:

a) Comprar e vender veículos automóveis e proceder aos competentes registos;

- b) Comprar e vender quaisquer bens móveis ou imóveis, que façam ou não parte do activo imobilizado da sociedade;
- c) Subscriver contratos de locação financeira ou de trespasse de estabelecimentos comerciais e industriais;
- d) Tomar de arrendamento qualquer local para os fins sociais e alterar ou rescindir os respectivos contratos;
- e) Confessar, transigir ou desistir em juízo.

7.º

1 — Os exercícios sociais coincidirão com os anos civis.

2 — Após constituição do fundo de reserva legal exigida por lei, os lucros de cada exercício serão aplicados, conforme for decidido em assembleia geral.

Declarou ainda o outorgante de que fica desde já autorizada a gerência a proceder ao levantamento do capital depositado na Caixa Geral de Depósitos, agência desta cidade, a fim de suportar as despesas de constituição e registo e outras inerentes à própria actividade da mesma e que não é sócia de qualquer outra sociedade unipessoal.

Conferida. Está conforme.

6 de Maio de 2002. — O Ajudante, *José Augusto de Macedo Moura*.
3000054553

ARMANDO & PEREIRA, SERRALHARIA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Marco de Canaveses. Matrícula n.º 1777/011220; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 3/011220.

Certifico que entre Armando da Silva Coutinho Pereira, casado na comunhão de adquiridos com Daniela da Conceição Macedo de Moura, e Alberto Luís da Silva Coutinho Pereira, casado na comunhão de adquiridos com Maria Emília Ribeiro Duarte Pereira, foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

1.º

A sociedade adopta a denominação de Armando & Pereira, Serralharia, L.^{da}, com sede na Rua das Lages, 38, freguesia de Fornos, concelho de Marco de Canaveses.

§ único. A gerência poderá deslocar, livremente, a sede social dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, bem como criar sucursais, filiais, agências ou outras formas locais de representação, no território nacional ou no estrangeiro.

2.º

O seu objecto consiste em serviços prestados na área da serralharia.

3.º

O capital social, integralmente realizado e subscrito em dinheiro, é de 5000 euros e corresponde à soma de duas quotas iguais do valor nominal de 2500 euros cada, pertencentes uma a cada um dos sócios.

4.º

1 — A representação da sociedade em juízo e fora dele, será exercida por dois ou mais gerentes, a designar em assembleia geral.

2 — Ficam desde já designados gerentes ambos os sócios.

3 — Para obrigar a sociedade é necessária a assinatura conjunta de dois gerentes.

4 — Os gerentes e a sociedade poderão constituir procuradores ou mandatários, nos termos da lei.

5 — Em ampliação dos seus poderes normais de gerência, os gerentes poderão:

- a) Comprar, vender ou trocar veículos de e para a sociedade;
- b) Tomar de arrendamento quaisquer locais e tomar de trespasse quaisquer estabelecimentos comerciais ou industriais;
- c) Confessar, desistir ou transigir em juízo.

5.º

As cessões de quotas entre sócios são livres; porém, as feitas a estranhos ficam dependentes do consentimento da sociedade, a quem é conferido o direito de preferência, em segundo lugar, sendo concedido igual direito aos demais sócios, em primeiro.

6.º

As assembleias gerais serão convocadas por meio de cartas registadas, dirigidas aos sócios, com a antecedência de 15 dias, pelo menos, desde que a lei não exija outras formalidades de convocação.

7.º

Os sócios poderão fazer à sociedade os suprimentos que ela carecer nas condições de pagamento e reembolso acordados em assembleia geral.

8.º

A sociedade poderá exigir dos sócios prestações suplementares de capital até ao montante de 10 000 euros.

Mais declararam, sob compromisso de honra, que já efectuaram o depósito do capital social, na agência desta cidade, do Banco Comercial Português, Nova Rede.

Conferida. Está conforme.

8 de Março de 2002. — O Ajudante, *José Augusto de Macedo Moura*.
3000054552

MARTA MAGALHÃES BARROS DE SOUSA, SOCIEDADE UNIPESSOAL, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Marco de Canaveses. Matrícula n.º 1671/010924; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 10/011107.

Certifico que por Marta Magalhães Barros de Sousa, casada na comunhão de adquiridos com Carlos Jorge da Silva Rocha, foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

1.º

1 — A sociedade adopta a firma Marta Magalhães Barros de Sousa, Sociedade Unipessoal, L.^{da}, e tem a sua sede na Rua de Inês Peres Ventura, 586, Rio de Galinhas, Marco de Canaveses.

2 — Poderá a gerência mudar a sede social dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe.

2.º

O objecto social consiste na fabricação de artigos de vestuário.

3.º

1 — O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5000 euros, representado por uma quota única, pertencente à sócia.

2 — A sociedade poderá exigir da sócia prestações suplementares de capital até ao montante de 50 000 euros.

3 — A sócia poderá efectuar suprimentos à sociedade, nos termos e condições a fixar em assembleia geral.

4.º

A sócia única exerce as competências das assembleias gerais, podendo, designadamente, nomear gerentes pessoas estranhas à sociedade.

5.º

1 — A gerência social será atribuída a quem a sócia única indicar, por simples decisão e será remunerada ou não, conforme decisão da mesma sócia, ficando desde já designada gerente e, ainda, Carlos Jorge da Silva Rocha, casado, residente na Rua da Rainha D. Maria II, 14, São Nicolau, Marco de Canaveses.

2 — Para vincular a sociedade em todos os seus actos e contratos é suficiente a intervenção de qualquer um dos gerentes.

3 — Em ampliação dos seus poderes normais, poderá a gerência:

- a) Comprar, vender e permutar bens móveis e imóveis, e proceder aos registos necessários;
- b) Tomar de arrendamento quaisquer locais para a sociedade e rescindir ou alterar os respectivos contratos;
- c) Adquirir, por trespasse, quaisquer estabelecimentos comerciais ou industriais;
- d) Confessar, desistir ou transigir em juízo;
- e) Constituir procuradores e mandatários forenses, que obrigarão a sociedade, nos termos e limites fixados nos respectivos instrumentos.

4 — É expressamente proibido aos gerentes obrigar a sociedade em quaisquer actos ou contratos estranhos aos negócios sociais.

6.º

Ficam desde já autorizados quaisquer contratos a celebrar entre a sócia única e a sociedade, os quais deverão obedecer ao disposto no artigo 270.º-F do Código das Sociedades Comerciais.

Conferida. Está conforme.

19 de Fevereiro de 2002. — O Ajudante, *José Augusto de Macedo Moura*.
3000054551

PAÇOS DE FERREIRA

**ROLACOR — COMÉRCIO DE TINTAS E PRODUTOS
SIMILARES, L.ª**

Conservatória do Registo Comercial de Paços de Ferreira. Matrícula n.º 973/950515; identificação de pessoa colectiva n.º 503220574; inscrição n.º 12; número e data da apresentação: 14/020301.

Certifico que, em 22 de Outubro de 2001, foram designados gerentes da sociedade em epígrafe, José António Moutinho da Silva Braga, Maria de La Salette Moutinho da Silva Braga Bragança Fernandes e Arménio António da Rocha Reis, todos casados.

Está conforme.

7 de Março de 2002. — O Conservador, *Alexandre Leite Soares*.
1000049729

PÃO QUENTE GILDENSE, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Paços de Ferreira. Matrícula n.º 842/930423; identificação de pessoa colectiva n.º 502973609; inscrição n.º 5; número e data da apresentação: 17/011217.

Certifico que, por acta n.º 10, de 10 de Setembro de 2001, relativamente à sociedade em epígrafe, foi efectuado o registo de aumento de capital, red denominação e alteração do pacto da sociedade, tendo, em consequência, sido alterado o artigo 4.º, que ficou com a seguinte redacção:

4.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5000 euros, dividido em duas quotas iguais de 2500 euros cada, uma do sócio Agostinho de Sousa Alves e outra da sócia Maria da Conceição Morais Fernandes.

Foi depositado o texto completo do contrato de sociedade, na sua redacção actualizada.

4 de Março de 2002. — O Conservador, *Alexandre Leite Soares*.
1000048615

MANUEL JOSÉ FERREIRA DIAS, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Paços de Ferreira. Matrícula n.º 206/780711; identificação de pessoa colectiva n.º 500763780; data da apresentação: 011008.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi efectuado o depósito da prestação de contas do ano de 2000.

Está conforme.

11 de Fevereiro de 2002. — O Conservador, *Alexandre Leite Soares*.
1000047059

**CLÍNICA MÉDICA E DENTÁRIA DR. ÂNGELO NETO
& SUSANA NETO, L.ª**

Conservatória do Registo Comercial de Paços de Ferreira. Matrícula n.º 1841/011031; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 6/011031.

Certifico que entre Ângelo Alves Neto e esposa, Maria Amélia Jorge Vieira de Andrade Neto, casados na comunhão de adquiridos, e Susana de Andrade Neto, casada com Paulo Jorge Bessa Seabra na

comunhão de adquiridos, foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

1.º

A sociedade adopta a firma Clínica Médica e Dentária Dr. Ângelo Neto & Susana Neto, L.ª

2.º

1 — A sua sede é na Rua de D. José de Lencastre, freguesia e concelho de Paços de Ferreira.

2 — A gerência poderá deslocar a sede social dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, bem como poderá instalar e manter sucursais e outras formas de representação social.

3.º

A sociedade tem por objecto o exercício de clínica geral e clínica dentária.

4.º

1 — O capital social é de 10 000 euros, correspondente a 2 004 820\$ e está dividido em três quotas: uma de 5000 euros, pertencente ao sócio Ângelo Alves Neto; uma de 3500 euros, pertencente à sócia Maria Amélia Jorge Vieira de Andrade Neto, e outra de 1500 euros, pertencente à sócia Susana de Andrade Neto.

2 — Cada um dos sócios já realizou 50% do valor da sua quota, em dinheiro, devendo os restantes 50% do valor da sua quota, também em dinheiro, ser realizados no prazo de um ano a contar desta data.

5.º

1 — A administração e representação da sociedade, remunerada ou não, fica afectada a um ou mais gerentes a designar em assembleia geral.

2 — Ficam desde já nomeados gerentes os actuais sócios.

3 — Para obrigar a sociedade em todos os seus actos e contratos é suficiente a assinatura de um gerente.

4 — Em ampliação dos seus poderes normais, a gerência poderá:

a) Comprar e vender viaturas automóveis;

b) Tomar de arrendamento quaisquer locais, bem como alterar ou rescindir os respectivos contratos;

c) Celebrar contratos de locação.

6.º

Os sócios poderão deliberar, por acordo unânime, que lhes sejam exigidas prestações suplementares até ao montante global de 50 000 euros.

7.º

A sociedade poderá adquirir participações como sócia de responsabilidade limitada, em sociedades com objecto igual ou diferente do seu, em sociedades reguladas por leis especiais e em agrupamentos complementares de empresas.

Está conforme o original.

21 de Janeiro de 2002. — O Conservador, *Alexandre Leite Soares*.
1000047058

JOSÉ SANTOS MONTEIRO, UNIPESSOAL, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Paços de Ferreira. Matrícula n.º 1867/020118; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 16/020118.

Certifico que por José dos Santos Monteiro, casado com Lúcia Manuela Pacheco Leite Monteiro, casados na comunhão de adquiridos, foi constituída a sociedade unipessoal em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma José Santos Monteiro, Unipessoal, L.ª, e vai ter a sua sede na Rua de D. José Lencastre, 93, 1.º, direito, da freguesia e concelho de Paços de Ferreira.

2 — A gerência fica autorizada a deslocar a sede social dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe.

ARTIGO 2.º

1 — O objecto da sociedade consiste em agente do comércio por grosso de artigos de vestuário e têxteis lar, sua importação e exportação.

2 — A sociedade poderá participar em quaisquer sociedades, inclusive como sócia de responsabilidade ilimitada, independentemente do respectivo objecto.

ARTIGO 3.º

O capital social é de 5000 euros, integralmente realizado em dinheiro, por ele sócio, em quota de igual valor.

ARTIGO 4.º

1 — A administração da sociedade, remunerada ou não, conforme for decidido pelo sócio, bem como a sua representação, cabem ao próprio sócio, que desde já fica nomeado gerente.

2 — Para vincular a sociedade em todos os seus actos e contratos é suficiente a intervenção de um só gerente.

ARTIGO 5.º

Entre o próprio sócio e a sociedade poderão ser celebrados quaisquer contratos de aquisição, disposição e oneração de bens, desde que necessários ou inerentes à prossecução do objecto social, pela forma escrita exigida por lei e de acordo com a deliberação do próprio, quando necessária.

Está conforme o original.

4 de Março de 2002. — O Conservador, *Alexandre Leite Soares*.
1000048755

PAREDES

J. M. PAIVA & IRMÃOS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Paredes. Matrícula n.º 2743/020227; identificação de pessoa colectiva n.º 505969874; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 3/020227.

Certifico que entre Jorge Manuel Marque de Paiva, casado com Ana Sofia Moreira da Silva na comunhão de adquiridos; Marco Paulo Marques de Paiva, casado com Susana Manuela Cunha Gonçalves Paiva na comunhão de adquiridos, e Fernando Marques de Paiva, casado com Inês Elisa Afonso Lousada Paiva na comunhão de adquiridos, foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a firma J. M. Paiva & Irmãos, L.^{da}, com sede no lugar da Portela, freguesia de Recarei, concelho de Paredes.

§ único. Por simples deliberação da gerência, a sua sede poderá ser transferida para outro local dentro do mesmo concelho ou de concelhos limítrofes, assim como poderão ser criadas sucursais, filiais ou outras formas de representação social, em território nacional ou no estrangeiro.

ARTIGO 2.º

O seu objecto consiste no comércio e instalação de ar condicionado; serralharia civil.

ARTIGO 3.º

1 — O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5000 euros e está dividido em três quotas: duas iguais do valor nominal de 1666,67 euros, pertencentes uma a cada um dos sócios Jorge Manuel Marques de Paiva e Fernando Marques de Paiva, e uma do valor nominal de 1666,66 euros, pertencente ao sócio Marco Paulo Marques de Paiva.

2 — Aos sócios poderão ser exigidas prestações suplementares de capital até ao montante global correspondente a 10 vezes o capital social.

3 — Depende da deliberação dos sócios a celebração de contratos de suprimentos.

ARTIGO 4.º

1 — A gerência da sociedade, remunerada ou não, conforme for deliberado em assembleia geral, fica a cargo de todos os sócios, que desde já são nomeados gerentes.

2 — Para validamente representar e obrigar a sociedade em todos os seus actos e contratos são necessárias as assinaturas de dois gerentes.

3 — A remuneração da gerência poderá consistir, total ou parcialmente, em participação nos lucros da sociedade.

ARTIGO 5.º

A sociedade poderá participar no capital social de outras sociedades, quer o objecto seja igual ou diferente do seu, em sociedades reguladas por leis especiais e em agrupamentos complementares de empresas.

ARTIGO 6.º

A cessão de quotas a favor de estranhos, depende do consentimento da sociedade, gozando esta, em primeiro lugar, e os restantes sócios não cedentes, em segundo lugar, do direito de preferência na respectiva aquisição.

ARTIGO 7.º

1 — A sociedade poderá amortizar a quota de qualquer sócio nos seguintes casos:

- a) Por acordo com o respectivo titular;
- b) Quando a quota for objecto de penhora, arresto ou adjudicação em juízo, falência ou cessão gratuita não autorizada;
- c) Quando o sócio praticar actos que violem o pacto social ou as obrigações sociais;
- d) No caso de morte de qualquer sócio;
- e) Quando, em partilha, a quota for adjudicada a quem não seja sócio;
- f) Por interdição ou inabilitação de qualquer sócio;
- g) Por exoneração ou exclusão de um sócio; e
- h) Quando a quota tiver sido cedida a terceiros sem o prévio consentimento da sociedade.

2 — Os sócios podem deliberar que a quota amortizada figure no balanço e que, posteriormente, sejam criadas uma ou várias quotas, destinadas a serem alienadas a um ou a alguns dos sócios ou a terceiros.

3 — Salvo acordo em contrário ou disposição legal imperativa, a contrapartida da amortização será o valor que resultar do último balanço aprovado.

4 — Se por falecimento de um sócio a respectiva quota não for amortizada no prazo de 90 dias, a contar da data do falecimento, os herdeiros deverão designar de entre eles um representante comum.

ARTIGO 8.º

Aos lucros líquidos anualmente apurados, depois de deduzida a percentagem para reserva legal, será dado o destino que vier a ser deliberado em assembleia geral.

Está conforme o original.

4 de Março de 2002. — A Primeira-Ajudante, *Maria Filomena Ribeiro da Costa Nunes*.
1000049629

IMPORTA — PORTAS E AUTOMATISMOS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Paredes. Matrícula n.º 2745/020301; identificação de pessoa colectiva n.º 506011860; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 1/020301.

Certifico que entre António Fernando Lobão Aleixo, solteiro, maior; António Alexandre Ribeiro Cardoso, casado com Ilda Maria Rebelo Sá na comunhão de adquiridos, e Henrique José de Castro Pinto Marques, casado com Maria da Conceição da Silva Pereira na comunhão de adquiridos, foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a firma IMPORTA — Portas e Automatismos, L.^{da}, com sede na Estrada Nacional n.º 209, 4401-4403, Edifício Quinta da Batalha, freguesia de Lordelo, concelho de Paredes.

§ único. Por simples deliberação da gerência, a sua sede poderá ser transferida para outro local dentro do mesmo concelho ou de concelhos limítrofes, assim como poderão ser criadas sucursais, filiais ou outras formas de representação social, em território nacional ou no estrangeiro.

ARTIGO 2.º

O seu objecto consiste no comércio, fabrico, manutenção, assistência e montagem de portas, automatismos e acessórios.

ARTIGO 3.º

1 — O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5100 euros e está dividido em três quotas iguais do valor nominal de 1700 euros, pertencentes uma a cada um dos sócios.

2 — Aos sócios poderão ser exigidas prestações suplementares de capital até ao montante global correspondente a 10 vezes o capital social.

3 — Depende da deliberação dos sócios a celebração de contratos de suprimentos.

ARTIGO 4.º

1 — A gerência da sociedade, remunerada ou não, conforme for deliberado em assembleia geral, fica a cargo de todos os sócios, que desde já são nomeados gerentes.

2 — Para validamente representar e obrigar a sociedade em todos os seus actos e contratos são necessárias as assinaturas de dois gerentes.

3 — A remuneração da gerência poderá consistir, total ou parcialmente, em participação nos lucros da sociedade.

ARTIGO 5.º

A sociedade poderá participar no capital social de outras sociedades quer o objecto seja igual ou diferente do seu, em sociedades reguladas por leis especiais e em agrupamentos complementares de empresas.

ARTIGO 6.º

A cessão de quotas a favor de estranhos, depende do consentimento da sociedade, gozando esta, em primeiro lugar, e os restantes sócios não cedentes, em segundo lugar, do direito de preferência na respectiva aquisição.

ARTIGO 7.º

1 — A sociedade poderá amortizar a quota de qualquer sócio, nos seguintes casos:

- a) Por acordo com o respectivo titular;
- b) Quando a quota for objecto de penhora, arresto ou adjudicação em juízo, falência ou cessão gratuita não autorizada;
- c) Quando o sócio praticar actos que violem o pacto social ou as obrigações sociais;
- d) No caso de morte de qualquer sócio;
- e) Quando, em partilha, a quota for adjudicada a quem não seja sócio;
- f) Por interdição ou inabilitação de qualquer sócio;
- g) Por exoneração ou exclusão de um sócio; e
- h) Quando a quota tiver sido cedida a terceiros sem o prévio consentimento da sociedade.

2 — Os sócios podem deliberar que a quota amortizada figure no balanço e que, posteriormente, sejam criadas uma ou várias quotas, destinadas a serem alienadas a um ou a alguns dos sócios ou a terceiros.

3 — Salvo acordo em contrário ou disposição legal imperativa, a contrapartida da amortização será o valor que resultar do último balanço aprovado.

4 — Se por falecimento de um sócio a respectiva quota não for amortizada no prazo de 90 dias, a contar da data do falecimento, os herdeiros deverão designar de entre eles um representante comum.

ARTIGO 8.º

Aos lucros líquidos anualmente apurados, depois de deduzida a percentagem para reserva legal, será dado o destino que vier a ser deliberado em assembleia geral.

Está conforme o original.

5 de Março de 2002. — A Primeira-Ajudante, *Maria Filomena Ribeiro da Costa Nunes*. 1000049626

FOLHASNORTE — COMÉRCIO DE MADEIRAS, UNIPESSOAL, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Paredes. Matrícula n.º 2746/020301; identificação de pessoa colectiva n.º 506081520; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 2/020301.

Certifico que por Maria de Jesus Ferreira Duarte, casada com José Manuel Nunes Morera na comunhão de adquiridos, foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a firma FOLHASNORTE — Comércio de Madeiras, Unipessoal, L.^{da}, com sede na Rua do Guardão, 102, freguesia de Rebordosa, concelho de Paredes.

§ único. Por simples decisão da sócia única, a gerência da sociedade poderá transferir a sua sede para outro local do mesmo concelho ou de concelhos limítrofes, bem como criar ou encerrar filiais, sucursais ou qualquer outra forma de representação social.

ARTIGO 2.º

O seu objecto consiste no comércio e representações de produtos diversos, nomeadamente madeiras e seus derivados.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5000 euros, representado por uma quota de igual valor nominal, pertencente à outorgante.

ARTIGO 4.º

A gerência da sociedade, remunerada ou não, conforme deliberação da assembleia geral, pertence à sócia, que desde já é nomeada gerente, sendo suficiente a assinatura de um gerente para obrigar a sociedade em todos os seus actos e contratos.

ARTIGO 5.º

A sócia única fica desde já autorizada a efectuar negócios jurídicos com a sociedade que sirvam a prossecução do objecto social.

ARTIGO 6.º

A sócia única fica desde já autorizada a fazer prestações suplementares de capital até ao montante global de 10 vezes o capital social.

Está conforme.

4 de Março de 2002. — A Segunda-Ajudante, *Maria Alzira Ribeiro da Costa Pinheiro*. 1000049624

JOAQUIM CARVALHO SOUSA & DIAS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Paredes. Matrícula n.º 2747/020301; identificação de pessoa colectiva n.º 505967367; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 5/020301.

Certifico que entre Joaquim Carvalho de Sousa e mulher, Agostinha Maria da Rocha Dias, casados na comunhão de adquiridos, foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma Joaquim Carvalho Sousa & Dias, L.^{da}

2 — Tem a sua sede no lugar de Lameiras, freguesia de Beire, concelho de Paredes.

3 — Por simples deliberação da gerência poderá a sede ser deslocada dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, e serem criadas sucursais, filiais, agências ou outras formas locais de representação, no território nacional ou no estrangeiro.

ARTIGO 2.º

O objecto da sociedade consiste em serralharia civil e mecânica.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5000 euros, dividido em duas quotas iguais do valor nominal de 2500 euros, pertencentes uma a cada um dos sócios.

ARTIGO 4.º

1 — A gerência da sociedade, remunerada ou não, conforme for deliberado em assembleia geral, fica afectada ao sócio Joaquim Carvalho de Sousa, que desde já é nomeado gerente.

2 — Para a sociedade ficar obrigada em todos os seus actos e contratos é suficiente a assinatura de um gerente.

ARTIGO 5.º

A sociedade poderá participar no capital social de outras sociedades, mesmo com objecto diferente do seu e em sociedades reguladas por leis especiais ou em agrupamentos complementares de empresas.

ARTIGO 6.º

A cessão de quotas a não sócios, depende do consentimento da sociedade, que terá sempre o direito de preferência, o qual, de seguida, se defere aos sócios não cedentes.

Está conforme.

5 de Março de 2002. — A Primeira-Ajudante, *Maria Filomena Ribeiro da Costa Nunes*.
1000049620

J. NUNES & RODRIGUES, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Paredes. Matrícula n.º 1429/950420; identificação de pessoa colectiva n.º 503403989; inscrição n.º 3; número e data da apresentação: 2/020225.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi reforçado o seu capital em mais 500 000\$, em dinheiro e subscrito em partes iguais por ambos os sócios, sendo redenominado e, em consequência, foi dada nova redacção ao artigo 3.º do seu contrato, o qual passou a ser a seguinte:

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 7481,96 euros e está dividido em duas quotas iguais de 3740,98 euros, pertencendo uma a cada um dos sócios.

Foi depositado na pasta respectiva o texto completo do contrato alterado, na sua redacção actualizada.

Está conforme.

4 de Março de 2002. — A Primeira-Ajudante, *Maria Filomena Ribeiro da Costa Nunes*.
1000049267

CUNHA & BARBOSA, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Paredes. Matrícula n.º 761/870817; identificação de pessoa colectiva n.º 501868615; inscrição n.º 3; número e data da apresentação: 3/020225.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi reforçado o seu capital em mais 1 100 000\$, em dinheiro e subscrito em partes iguais por ambos os sócios, sendo redenominado e, em consequência, foi dada nova redacção ao artigo 6.º do seu contrato, o qual passou a ser a seguinte:

ARTIGO 6.º

O capital, integralmente realizado em dinheiro, é de 7481,96 euros e está dividido em duas quotas iguais de 3740,98 euros, pertencendo uma a cada um dos sócios.

Foi depositado na pasta respectiva o texto completo do contrato alterado, na sua redacção actualizada.

Está conforme.

4 de Março de 2002. — A Primeira-Ajudante, *Maria Filomena Ribeiro da Costa Nunes*.
1000049263

TRINTA MÓVEIS, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Paredes. Matrícula n.º 2742/020226; identificação de pessoa colectiva n.º 505959470; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 3/020226.

Certifico que entre António Barbosa da Rocha, casado com Laurinda Alves Soares na comunhão de adquiridos, e Agostinho Fernando Barbosa da Rocha, solteiro, maior, foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

1.º

1 — A sociedade adopta a firma Trinta Móveis, L.ª, e tem a sua sede no lugar de Tourilhe, Sobrosa, Paredes.

2 — Não depende da deliberação dos sócios a criação de sucursais, agências, delegações ou outras formas locais de representação, em qualquer parte do território nacional

3 — A gerência poderá deslocar a sua sede social dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe.

2.º

O objecto social consiste na fabricação de mobiliário de madeira.

3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 50 000 euros, representado por duas quotas iguais de 25 000 euros, pertencentes uma a cada um dos sócios António Barbosa da Rocha e Agostinho Fernando Barbosa da Rocha.

4.º

1 — A gerência social é confiada a uma ou mais pessoas, sócios ou não sócios, conforme for deliberado em assembleia geral, tomada por maioria simples, a esta competindo, igualmente, a sua designação e a fixação das respectivas remunerações.

2 — Para vincular a sociedade em todos os actos e contratos é suficiente a intervenção de um gerente, ficando desde já nomeados gerentes os sócios.

3 — Em ampliação dos seus poderes normais poderá a gerência:

- a) Comprar, vender e permutar veículos automóveis da e para a sociedade e proceder aos registos necessários;
- b) Tomar de arrendamento quaisquer estabelecimentos comerciais;
- c) Adquirir por trespasse quaisquer estabelecimentos comerciais;
- d) Confessar, desistir ou transigir em juízo.

5.º

A cessão de quotas a estranhos depende do consentimento da sociedade, à qual fica reservado o direito de preferência, em primeiro lugar, e em segundo, aos sócios não cedentes.

6.º

1 — A sociedade tem o direito de proceder à amortização de qualquer quota, nos seguintes casos:

- a) Por acordo com o respectivo titular;
- b) Em caso de arresto, penhora e arrolamento.

2 — A contrapartida da amortização far-se-á, salvo disposição imperativa da lei em contrário, pelo valor da quota segundo o último balanço aprovado.

7.º

Os sócios poderão fazer suprimimentos e serem obrigados a efectuar prestações suplementares de capital até ao dobro do capital social.

8.º

Os lucros líquidos apurados em cada exercício terão a aplicação que foi deliberada, por maioria simples, em assembleia geral.

Está conforme.

4 de Março de 2002. — A Primeira-Ajudante, *Maria Filomena Ribeiro da Costa Nunes*.
1000049260

DIAS DE SOUSA & SILVA, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Paredes. Matrícula n.º 399, a fl. 182 do C-2; identificação de pessoa colectiva n.º 500743819; inscrição n.º 2746, a fl. 126 v.º do E-6; número e data da apresentação: 1/020127.

Certifico que foi registado a dissolução e liquidação da sociedade em epígrafe, cujas contas foram aprovadas em 22 de Fevereiro de 2002.

Está conforme.

4 de Março de 2002. — A Segunda-Ajudante, *Maria Alzira Ribeiro da Costa Pinheiro*.
1000049257

ALVES & ZACARIAS, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Paredes. Matrícula n.º 1709/970814; identificação de pessoa colectiva n.º 503944971; averbamento n.º 2 à inscrição n.º 1 e inscrição n.º 5; números e data das apresentações: 4 e 5/020227.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi registado a cessação de funções, em 1 de Fevereiro de 2002, do gerente José

Zacarias Moreira Gonçalves, por renúncia, tendo sido dada nova redacção aos artigos 4.º e 5.º do pacto, cujo teor passou a ser o seguinte:

4.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5000 euros e está dividido em duas quotas iguais de 2500 euros cada, pertencentes ao sócio Joaquim José Alves Martins.

5.º

1 — (*Mantém-se.*)

2 — Fica desde já designado gerente o actual sócio.

3 — Para vincular a sociedade em todos os seus actos e contratos é suficiente a intervenção de um gerente.

Foi depositado na pasta respectiva o texto completo do contrato alterado, na sua redacção actualizada.

Está conforme.

4 de Março de 2002. — A Segunda-Ajudante, *Maria Alzira Ribeiro da Costa Pinheiro*. 1000049251

FILINGA — ACTIVIDADES IMOBILIÁRIAS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Paredes. Matrícula n.º 2744/020228; identificação de pessoa colectiva n.º 505947277; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 7/020228.

Certifico que entre Alfredo Manuel Coelho de Magalhães de Barros e Castro, casado com Ana Ferreira Teixeira Barros e Castro na comunhão de adquiridos, e Adelino Teixeira Marques, casado com Maria de Fátima das Neves Ribeiro da Silva na comunhão geral, foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

1.º

A sociedade adopta a denominação de FILINGA — Actividades Imobiliárias, L.^{da}, com sede no lugar de Serzedo, freguesia de Baltar, concelho de Paredes.

§ único. A gerência poderá deslocar, livremente, a sede social dentro do mesmo concelho ou limitrofes, bem como criar sucursais, filiais, agências ou outras formas locais de representação, no território nacional ou no estrangeiro.

2.º

O seu objecto consiste na construção civil, compra e venda de imóveis e revenda dos adquiridos para esse fim.

3.º

O capital social é de 10 000 euros e corresponde à soma de duas quotas iguais do valor nominal de 5000 euros cada, pertencentes uma a cada um dos sócios, cada sócio tem realizada a sua quota, quanto a 50%, devendo os restantes serem realizados no prazo de um ano a contar desta data.

4.º

1 — A representação da sociedade em juízo e fora dele, será exercida por dois ou mais gerentes a designar em assembleia geral.

2 — Ficam desde já nomeados gerentes ambos os sócios.

3 — Para obrigar a sociedade é necessária as assinaturas, em conjunto, de dois gerentes.

4 — Os gerentes e a sociedade poderão constituir procuradores ou mandatários, nos termos da lei.

5 — Em ampliação dos seus poderes normais de gerência os gerentes poderão:

a) Comprar, vender ou trocar veículos de e para a sociedade;

b) Tomar de arrendamento quaisquer locais e tomar de trespasse quaisquer estabelecimentos comerciais ou industriais;

c) Confessar, desistir ou transigir em juízo.

5.º

As cessões de quotas entre sócios são livres; porém, as feitas a estranho ficam dependentes do consentimento da sociedade, a quem é conferido o direito de preferência, em segundo lugar, sendo concedido igual direito aos demais sócios, em primeiro.

6.º

As assembleias gerais serão convocadas por meio de cartas registadas, dirigidas aos sócios, com a antecedência de 15 dias, pelo menos, desde que a lei não exija outras formalidades de convocação.

7.º

Os sócios poderão fazer à sociedade os suprimentos que ela carecer nas condições de pagamento e reembolso acordados em assembleia geral.

8.º

A sociedade poderá exigir dos sócios prestações suplementares de capital até ao montante de 20 000 euros.

Está conforme.

4 de Março de 2002. — A Segunda-Ajudante, *Maria Alzira Ribeiro da Costa Pinheiro*. 1000049248

HORIZONTE — MÁRMORES E GRANITOS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Paredes. Matrícula n.º 1727/971024; identificação de pessoa colectiva n.º 503982709; inscrição n.º 4; número e data da apresentação: 1/020225.

Certifico que o capital da sociedade em epígrafe, foi reforçado em 2 000 000\$, em dinheiro e subscrito pelos sócios em partes iguais, tendo sido dada nova redacção aos artigos 4.º e 5.º do pacto, cujo teor passou a ser o seguinte:

4.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 14 963,94 euros e está dividido em duas quotas iguais de 7481,97 euros, pertencendo uma a cada um dos sócios.

5.º

Os sócios poderão deliberar por unanimidade de todos os seus votos que lhes sejam exigidas prestações suplementares até ao montante de 10 vezes o actual capital social.

Foi depositado na pasta respectiva o texto completo do contrato alterado, na sua redacção actualizada.

Está conforme.

4 de Março de 2002. — A Segunda-Ajudante, *Maria Alzira Ribeiro da Costa Pinheiro*. 1000049245

PORTO — 1.ª SECÇÃO

COOPERATIVA DE HABITAÇÃO ECONÓMICA O TELEFONE, C. R. L.

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 1.ª Secção. Matrícula n.º 35/830516; identificação de pessoa colectiva n.º 500683930; inscrição n.º 7; número e data da apresentação: 229/011227.

Certifico que, relativamente à Cooperativa em epígrafe, foi efectuada a seguinte designação dos órgãos sociais, para o triénio de 2002-2004:

Direcção: presidente — Manuel Veríssimo Botelho de Araújo, casado, residente na Rua da Tapada, 265, 1.º, esquerdo, Vila Nova de Gaia; tesoureiro — Secundino Miguel da Silva Teixeira, casado, residente na Praceta da Rainha D. Amélia, 286, 2.º, esquerdo, Vila Nova de Gaia; secretário — Álvaro Leitão da Silva Lima, casado, residente na Rua da Baiza, 1163, 5.º, direito, frente, Vila Nova de Gaia.

Conselho fiscal: presidente — Luís Filipe Moreira de Freitas, casado, residente na Rua da Tapada, 250, 1.º, direito, Vila Nova de Gaia; 1.º vogal — Marília Pires Miranda Brites, viúva, residente na Rua do Património, 62, 2.º, esquerdo, Vila Nova de Gaia; 2.º vogal — José António Ferreira Barros, casado, residente na Rua da Tapada, 224, 2.º, esquerdo, Vila Nova de Gaia; suplente — António Pinto, casado, residente na Rua da Tapada, 303, 1.º, direito, Vila Nova de Gaia.

Está conforme.

2 de Abril de 2002. — A Segunda-Ajudante Destacada, *Fernanda Maria Lopes Miranda de Moraes*. 3000054550

JOSÉ MONTEIRO AZEVEDO & FILHOS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 1.ª Secção. Matrícula n.º 5586/970717; identificação de pessoa colectiva n.º 503928607; inscrição n.º 4; número e data da apresentação: 220/011227.

Certifico que, relativamente à sociedade em epígrafe, foi efectuado o aumento, redenominação e alteração.

Artigo alterado: 3.º

Reforço: 402 410\$, realizado em dinheiro, subscrito pelos sócios na proporção e em reforço das respectivas quotas.

Capital: 5000 euros.

Sócios e quotas: José Monteiro Azevedo e Maria Idalina de Jesus, com 1666,67 euros cada um, e José Alberto de Jesus Azevedo e Rosa Vitória de Jesus Azevedo Marques, com 833,33 euros cada um.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme.

22 de Abril de 2002. — A Segunda-Ajudante Destacada, *Fernanda Maria Lopes Miranda de Moraes*. 3000054549

MANEXCOM — IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 1.ª Secção. Matrícula n.º 11 426; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 71/011206.

Certifico que foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

1.º

1 — A sociedade adopta a denominação de MANEXCOM — Importação e Exportação, L.^{da}, com sede na Rua do Visconde das Devesas, 886, sala 6, freguesia de Mafamude, concelho de Vila Nova de Gaia.

2 — Por simples deliberação da gerência, a sociedade poderá mudar a sua sede para outro local do mesmo concelho, bem como poderá criar sucursais, agências, filiais, delegações ou outras formas de representação, no território nacional ou no estrangeiro.

2.º

O objecto da sociedade consiste em comércio, importação e exportação de produtos de material médico, produtos de beleza, artigos de cosmética, maquilhagem, dermatologia e perfumaria. Representações.

3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5000 euros e corresponde à soma de duas quotas iguais do valor nominal de 2500 euros cada, pertencentes uma ao sócio Austrelino António da Cruz Lamas e outra ao sócio António Manuel Teixeira Lamas.

4.º

1 — A gerência da sociedade e a sua representação em juízo e fora dele, activa e passivamente, fica afecta a ambos os sócios, que desde já ficam nomeados gerentes, com ou sem remuneração, conforme vier a ser deliberado em assembleia geral.

2 — Para obrigar a sociedade em todos os seus actos e contratos é suficiente a assinatura de qualquer um dos gerentes.

5.º

A cessão, total ou parcial, de quotas é livremente permitida entre os sócios, ficando desde já autorizada a sua divisão; porém, quando a favor de terceiros, depende do consentimento da sociedade, tendo esta, bem como os sócios não cedentes, o direito de preferência na respectiva aquisição.

6.º

Falecendo um sócio, a sociedade continuará com os seus herdeiros, os quais, enquanto a quota se mantiver indivisa, nomearão de entre eles um representante comum, cuja identidade comunicarão por escrito à sociedade e que exercerá, perante esta, todos os poderes inerentes à quota indivisa.

8.º

As assembleias gerais são convocadas por carta registada dirigida aos sócios, com a antecedência mínima de 15 dias.

Está conforme.

2 de Abril de 2002. — A Adjunto do Conservador, *Luís Fernando Laboreiro Henriques*. 1000018451

TÁXIS COMETA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 1.ª Secção. Matrícula n.º 17 005; identificação de pessoa colectiva n.º 500421862; inscrição n.º 5; número e data da apresentação: 13/010928; pasta n.º 17 446.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi efectuado o seguinte registo:

Aumento, redenominação e alteração;

Reforço: 2410\$, em dinheiro, subscrito na proporção.

Capital: 5000 euros.

Sócios e quotas:

1) Maria Luísa Ferreira Silvestre da Rocha, com uma quota de 4000 euros;

2) José Raul Gonçalves da Rocha, com uma quota de 1000 euros.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

É o que cumpre certificar.

15 de Dezembro de 2001. — A Primeira-Ajudante, *Elsa Soares*. 1000005517

ENGINOR — ESTUDOS E PROJECTOS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 1.ª Secção. Matrícula n.º 23 756; identificação de pessoa colectiva n.º 500815933; inscrição n.º 19; números e data das apresentações: 179 e 180/011218.

Certifico que, relativamente à sociedade em epígrafe, foi efectuado o seguinte registo:

Apresentação n.º 179/011218:

Nomeação dos órgãos sociais para o triénio de 2001-2003:

Conselho de administração: presidente — Jorge Manuel Rodrigues de Sousa, divorciado; vogais — Manuel Fernando Oliveira da Silva, casado, e Manuel Veríssimo Pinheiro Rodrigues, divorciado.

Conselho fiscal: presidente — Joaquim Manuel Ruela Tamagnini Barbosa, casado; vogal — José Manuel Osório da Nóbrega Cortes, casado.

Revisor oficial de contas — José Augusto Nadais de Sousa, casado; suplente — António Soares, casado.

Data da deliberação: 3 de Janeiro de 2002.

Averbamento n.º 1, apresentação n.º 180/011218.

Facto: deliberação da aprovação do projecto de cisão-fusão, em 15 de Janeiro de 2002.

Está conforme.

7 de Fevereiro de 2002. — O Adjunto do Conservador, *Luís Fernando Laboreiro Henriques*. 1000043018

AUTO TÁXIS ALCALOPES, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 1.ª Secção. Matrícula n.º 17 910; identificação de pessoa colectiva n.º 500530815; inscrição n.º 3; número e data da apresentação: 48/011204.

Certifico que, relativamente à sociedade em epígrafe, foi efectuada o seguinte registo:

Apresentação n.º 48/011204.

Facto: aumento, redenominação e alteração parcial do contrato.

Artigo alterado: 3.º

Reforço: 602 410\$, subscrito em dinheiro e na proporção das quotas.

Capital: 5000 euros.

Sócios e quotas:

- 1) Casimiro Ferreira de Magalhães, com 2500 euros;
- 2) Aldina Lopes Magalhães, com 1250 euros;
- 3) Alfredo Augusto Lopes Ferreira Magalhães, com 1250 euros.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme.

11 de Fevereiro de 2002. — O Adjunto do Conservador, *Luís Fernando Laboreiro Henriques*. 1000042994

ANTÍQUA — PENSÃO RESIDENCIAL, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 1.^a Secção. Matrícula n.º 23 168; identificação de pessoa colectiva n.º 500796874; inscrição n.º 6; número e data da apresentação: 52/011204.

Certifico que, relativamente à sociedade em epígrafe, foi efectuada o seguinte registo:

Apresentação n.º 52/011204.

Facto: aumento, redenominação e alteração parcial do contrato.

Artigo alterado: 3.º

Reforço: 602 410\$, subscrito em dinheiro e na proporção das quotas.

Capital: 5000 euros.

Sócios e quotas:

- 1) Joaquim Francisco Pinto de Sá, com 2500 euros;
- 2) Rosa Maria Batista Henriques, com 2500 euros.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme.

11 de Fevereiro de 2002. — O Adjunto do Conservador, *Luís Fernando Laboreiro Henriques*. 1000042998

DIAS AMORIM & FILHAS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 1.^a Secção. Matrícula n.º 11 612; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 48/020111.

Certifico que foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

1.º

A sociedade adopta a firma Dias Amorim & Filhas, L.^{da}, e durará por tempo indeterminado.

2.º

A sede da sociedade é na Rua da Fraternidade, 28, freguesia de Avintes, concelho de Vila Nova de Gaia.

§ único. A gerência poderá criar ou encerrar qualquer forma de representação social e mudar a sede da sociedade para outro local do mesmo concelho ou concelho limítrofe, sem deliberação prévia da assembleia geral.

3.º

A sociedade tem por objecto a compra e revenda de imóveis, investimentos imobiliários.

§ único. A sociedade poderá participar como sócia em sociedades com objecto diferente do seu, reguladas por leis especiais, bem como participar ou formar agrupamentos complementares de empresas, novas sociedades comerciais e associações em participação, nos termos a deliberar em assembleia geral.

4.º

O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro, é de 10 000 euros, divide-se em três quotas: uma no valor nominal de 4000 euros, pertencente à sócia Maria Ermelinda Moreira Dias Amorim, e duas no valor nominal de 500 euros cada uma, pertencentes uma a cada uma das sócias Célia Maria Dias Amorim e Costa e Celeste Maria Dias Amorim.

5.º

Serão permitidas prestações suplementares de capital, nos termos e condições deliberadas em assembleia geral, por deliberação unânime dos sócios, na proporção das quotas dos sócios e até ao limite de 10 vezes o capital existente à data da deliberação.

6.º

Serão permitidos contratos de suprimentos dos sócios à sociedade, nos termos a deliberar em assembleia geral.

7.º

A transmissão e cessão de quotas é livre entre os sócios e sucessores destes, sendo a divisão autorizada para o efeito.

§ único. A transmissão e cessão de quotas a terceiros depende do prévio consentimento da sociedade.

8.º

A sociedade poderá amortizar a quota de um sócio com o seu acordo e, independentemente do seu consentimento, nas seguintes situações:

a) Em caso de arresto, arrolamento, penhora, apreensão judicial da quota ou inclusão da quota em massa falida ou insolvente;

b) No caso da quota deixar de pertencer ao sócio na sequência de partilhas efectuadas em virtude de separação judicial, divórcio e, ainda, nos casos de legado e interdição;

c) No caso de a quota ser cedida ou transmitida sem o consentimento da sociedade.

§ 1.º A amortização deverá ser deliberada no prazo de 90 dias, contados do conhecimento por algum gerente da sociedade do facto que permitir a amortização.

§ 2.º Ocorrendo alguma das situações previstas na alínea a), a amortização será feita pelo valor nominal da quota à data em que ocorreu ou produziu efeitos o facto determinante da amortização, acrescido dos montantes de suprimentos e prestações suplementares de capital ocorridos.

O pagamento da importância será efectuado em duas prestações que terão lugar nos prazos de seis meses e um ano, respectivamente, após a data da ocorrência da amortização.

§ 3.º Verificando-se algum dos factos previstos nas alíneas b) e c), a amortização será feita pelo valor nominal da quota, sendo acrescida dos suprimentos e prestações suplementares de capital ocorridos.

A importância da amortização será paga em 10 prestações semestrais, iguais e sucessivas, sem acréscimo de juros e sem encargos, tendo a primeira delas vencimento nos 90 dias subsequentes à deliberação da amortização.

9.º

A gerência será exercida por um ou mais gerentes, sócios ou estranhos à sociedade, com ou sem dispensa de caução e remunerados ou não, conforme venha a ser deliberado em assembleia geral. Em ampliação da esfera normal da sua competência, os gerentes poderão comprar ou vender viaturas automóveis.

§ 1.º A sócia Maria Ermelinda Moreira Dias Amorim é nomeada, desde já, gerente, com direito especial à gerência, e no caso de existir mais do que um gerente, será sempre necessária a sua assinatura para vincular a sociedade.

§ 2.º Os serviços de mero expediente e actos de constituição de simples mandato judicial poderão ser assinados por um só gerente.

§ 3.º Não poderão os gerentes obrigar a sociedade em actos e contratos alheios aos negócios sociais, nomeadamente em fianças, abonações, letras de favor e quaisquer responsabilidades similares estranhas ao negócio social, incorrendo o gerente que viole esta disposição em responsabilidade individual pelas obrigações e contratos.

§ 4.º A sociedade poderá constituir mandatários, nos termos do artigo 252.º, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, com as atribuições constantes dos mandatos.

10.º

Os lucros de cada exercício têm a aplicação que os sócios deliberarem, ressalvadas as limitações decorrentes de disposições legais imperativas.

11.º

No caso de dissolução por mútuo acordo, os sócios serão os seus liquidatários, procedendo-se à liquidação e partilha dos haveres sociais, pela forma que melhor entenderem.

12.º

As assembleias gerais, quando a lei não exigir outras formalidades, serão convocadas por cartas registadas com aviso de recepção dirigida aos sócios, com 15 dias de antecedência.

13.º

Os preceitos dispostivos do Código das Sociedades Comerciais podem ser derrogados por deliberação dos sócios.

Está conforme.

28 de Janeiro de 2002. — O Adjunto do Conservador, *Luís Fernando Laboreiro Henriques*.
1000030567

**JOSÉ BERNARDO MOREIRA DOS SANTOS,
UNIPESSOAL, L.^{DA}**

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 1.ª Secção. Matrícula n.º 11 232; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 76/011105.

Certifico que por José Bernardo Moreira dos Santos, solteiro, bilhete de identidade n.º 2700041, de 19 de Fevereiro de 2002, emitido pelos Serviços de Identificação Civil de Lisboa, com o número de contribuinte 110785410, natural da freguesia de Mafamude, concelho de Vila Nova de Gaia e residente na Rua de Alexandre O'Neil, 68, 4.º, esquerdo, freguesia de Santa Marinha, concelho de Vila Nova de Gaia, foi constituída a sociedade unipessoal em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a firma José Bernardo Moreira dos Santos, Unipessoal, L.^{da}, e tem a sua sede na Rua da África, 143, freguesia de Santa Marinha, concelho de Vila Nova de Gaia.

ARTIGO 2.º

O seu objecto consiste na construção civil e obras públicas.

ARTIGO 3.º

O capital social, já integralmente realizado em dinheiro, é de 99 759,57 euros, representado por uma quota de igual valor nominal, pertencente ao sócio único.

ARTIGO 4.º

A gerência e representação da sociedade, pertencem ao sócio único, desde já nomeado gerente, com ou sem remuneração, conforme ele decidir.

ARTIGO 5.º

O sócio único fica desde já autorizado a celebrar negócios jurídicos com a sociedade, desde que tais negócios sirvam a prossecução do objecto social.

ARTIGO 6.º

A sociedade poderá participar em agrupamentos complementares de empresas e no capital social de outras sociedades, nos termos permitidos por lei, mesmo que o objecto desses agrupamentos complementares e ou empresas não coincida, no todo ou em parte, com aquele que a sociedade está exercendo.

Está conforme.

28 de Novembro de 2001. — A Conservadora destacada, *Sandra Marisa Teixeira Bretes Vitorino*.
1000003306

MITRENT — ALUGUER DE VEÍCULOS AUTOMÓVEIS, S. A.

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 1.ª Secção. Matrícula n.º 10 868; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 21/010903.

Certifico que foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

CAPÍTULO I

Denominação, sede e objecto social

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação de MITRENT — Aluguer de Veículos Automóveis, S. A.

ARTIGO 2.º

1 — A sede social é na Rua do Dr. Ribeiro Magalhães, 212, freguesia de Santa Marinha, concelho de Vila Nova de Gaia.

2 — Por deliberação do administrador único, a sede pode ser transferida dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, podem ser estabelecidas e encerradas, obtidas as necessárias autorizações, em território nacional ou no estrangeiro, sucursais.

ARTIGO 3.º

1 — O objecto social consiste no comércio e industria de aluguer, com e sem condutor, de veículos ligeiros de passageiros, misto e, ainda, de veículos de mercadorias ligeiros e pesados.

2 — A sociedade pode adquirir e alienar participações em sociedades, de direito nacional ou estrangeiro, com objecto igual ou diferente do referido, em sociedades reguladas por leis especiais, bem como associar-se com outras pessoas jurídicas para, nomeadamente, formar novas sociedades, agrupamentos complementares de empresas, agrupamentos europeus de interesse económico, consórcios e associações em participação.

CAPÍTULO II

Capital social e acções

ARTIGO 4.º

1 — O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro, é de 50 000 euros e está dividido em 10 000 acções do valor nominal de 5 euros cada uma.

2 — As acções são nominativas e tituladas.

3 — As acções serão representadas por títulos de 1, 5, 10, múltiplos de 10 até 100, 500, 1000, 2000, 3000, 4000, 5000, 10 000, 20 000 e 50 000 acções.

4 — Os títulos representativos das acções, quer provisórios, quer definitivos, serão assinados pelo administrador único.

ARTIGO 5.º

1 — A transmissão de acções entre vivos fica sujeita a direito de preferência dos demais accionistas, na proporção das acções que possuírem e, ainda, ao consentimento da sociedade.

2 — O accionista que pretenda transmitir todas ou parte das suas acções, deverá comunicar essa intenção ao administrador único da sociedade, indicando a pessoa do adquirente, o número de acções a transmitir e todas as condições de transmissão.

3 — O administrador único transmitirá essa comunicação aos demais accionistas dentro dos 10 dias posteriores ao seu recebimento.

4 — Aos accionistas deverão declarar, nos 10 dias posteriores ao termo do recebimento da comunicação do administrador único, se pretendem exercer o direito de preferência, entendendo-se que a ele renunciam se não fizerem essa declaração atempadamente.

5 — O administrador único dentro dos 10 dias posteriores ao termo do prazo estabelecido no n.º 4, deverá comunicar ao transmitente e aos preferentes os resultados do exercício da preferência e do eventual rateio que será sempre feito com base na posição accionista de cada preferente.

6 — No caso de ser exercida preferência, as compras e vendas dela resultantes deverão ser realizadas dentro do prazo de 30 dias referidos no n.º 5.

7 — Tratando-se de transmissão de acções a título gratuito, a preferência será exercida pelo valor que para as acções resultar do último balanço aprovado, sem quaisquer correcções dos seus elementos activos ou passivos.

8 — A transmissão de acções a pessoas ou entidades que não constituam o grupo de accionistas está dependente do consentimento da sociedade.

9 — A sociedade, através de deliberação da assembleia geral, deverá pronunciar-se no prazo de 10 dias, findo os prazos estabelecidos no n.º 5, findo o qual é livre a transmissão de acções.

10 — No caso de recusa lícita do consentimento, a sociedade fará adquirir as acções por outras pessoas, nas condições de preço e pagamento do negócio para que foi solicitado o consentimento.

11 — Tratando-se de transmissão a título gratuito, ou provando a sociedade que naquele negócio houve simulação de preço, a aquisição far-se-á pelo valor real, determinado nos termos previstos na lei.

ARTIGO 6.º

1 — A sociedade pode adquirir acções próprias, nos termos e nos casos previstos na lei e praticar sobre elas operações legalmente

permitidas e que se mostrem convenientes para a prossecução dos interesses sociais.

2 — A sociedade poderá sempre amortizar acções, com redução do capital, se obtiver o acordo do respectivo titular.

CAPÍTULO III

Órgãos sociais

ARTIGO 7.º

São órgãos da sociedade a assembleia geral de accionistas, o administrador único e o fiscal único.

SECÇÃO I

Assembleia geral

ARTIGO 8.º

A assembleia geral é constituída por todos os accionistas e compete-lhes deliberar sobre todas as matérias que a lei lhe atribua.

ARTIGO 9.º

A mesa da assembleia geral será composta por um presidente e um secretário, eleitos de entre os accionistas ou estranhos, pelo prazo de quatro anos, podendo ser reeleitos.

ARTIGO 10.º

1 — As pessoas com direito a participar na assembleia geral podem fazer-se representar pelo administrador único, por outro accionista ou por um estranho.

2 — É admissível o mandato por procuração particular ou simples carta, dirigida ao presidente da assembleia geral. Havendo dúvidas sobre a veracidade das assinaturas, basta que seja confirmada pela mesa da assembleia geral.

3 — A convocação dos accionistas para as assembleias gerais é feita por carta registada, com aviso de recepção.

ARTIGO 11.º

Cada 50 acções dão direito a um voto.

ARTIGO 12.º

Sem prejuízo do disposto na lei, a assembleia geral pode deliberar em primeira convocação por maioria simples, qualquer que seja o número de accionistas presentes ou representados.

SECÇÃO II

Administração

ARTIGO 13.º

1 — A administração da sociedade compete a um administrador único, eleito por quatro anos, em assembleia geral, podendo ser sempre reeleito.

ARTIGO 14.º

1 — A sociedade fica obrigada pela assinatura do administrador único, ou ainda, pela assinatura dos mandatários constituídos nos termos do competente mandato.

2 — O administrador único poderá constituir mandatários ou procuradores da sociedade, fixando os actos e negócios ou categorias de actos e negócios que estes podem praticar e celebrar, e a duração do mandato.

SECÇÃO III

Fiscalização

ARTIGO 15.º

1 — A fiscalização da sociedade competirá a um fiscal único e um suplente, eleitos por quatro anos.

2 — O fiscal único e o fiscal suplente poderão ser sempre reeleitos.

CAPÍTULO IV

Disposições finais e transitórias

ARTIGO 16.º

A sociedade dissolve-se apenas nos casos previstos na lei.

ARTIGO 17.º

Dissolvida a sociedade, proceder-se-á extrajudicialmente à respectiva liquidação e, salvo deliberação em contrário, será liquidatário o administrador único em exercício.

ARTIGO 18.º

Podem ser eleitos para o cargo de administração e de fiscalização, sociedades e outras pessoas colectivas. Para o efectivo desempenho desses cargos devem as pessoas colectivas eleitas nomear pessoas singulares que exercerão o cargo em nome próprio.

Está conforme.

12 de Setembro de 2001. — A Conservadora Destacada, *Maria Helena Serra de Barros Guerra*.
3000000733

FANAMOL — FÁBRICA NACIONAL DE MOLAS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 1.ª Secção. Matrícula n.º 16 451; identificação de pessoa colectiva n.º 500109109; inscrição n.º 12; número e data da apresentação: 50/011114.

Certifico que, relativamente à sociedade em epígrafe, foi efectuado o seguinte registo.

Cessação de funções do gerente Vítor Manuel Ferreira Garcia, por óbito.

Data da cessação: 14 de Junho de 2001.

Está conforme.

28 de Janeiro de 2002. — O Adjunto do Conservador, *Luís Fernando Laboreiro Henriques*.
1000003285

LÓGICA — SOCIEDADE DE MEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 1.ª Secção. Matrícula n.º 3060; identificação de pessoa colectiva n.º 503398055; inscrição n.º 5; número e data da apresentação: 70/011115.

Certifico que, relativamente à sociedade em epígrafe, foi efectuado o seguinte registo:

Apresentação n.º 70/011115.

Aumento, redenominação e alteração parcial do contrato.

Artigo alterado: 3.º

Capital: 1 002 410\$, após o reforço de 601 410\$, subscrito em dinheiro e na proporção das quotas.

Capital: 5000 euros.

Sócios e quotas:

1) José Justino Gomes de Moura, com 2500 euros;

2) Arminda Rosa Pinto Amaral de Moura, com 2500 euros.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme.

5 de Dezembro de 2001. — O Adjunto do Conservador, *Luís Fernando Laboreiro Henriques*.
1000003281

CLÍNICA DE MEDICINA E DENTÁRIA DR. CAMPOS LOPES, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 1.ª Secção. Matrícula n.º 2780; identificação de pessoa colectiva n.º 502312521; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 108/011204.

Certifico que relativamente à sociedade em epígrafe foi efectuado o seguinte registo:

Averbamento n.º 1, apresentação n.º 108/011204.

Cessação de funções da gerente Ana Paula Machado Aguiar Moreira de Carvalho Almeida Campos, em 30 de Setembro de 2001, por renúncia.

Está conforme.

13 de Fevereiro de 2002. — O Adjunto do Conservador, *Luís Fernando Laboreiro Henriques*. 1000043002

J. B. M. — ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE ELECTRODOMÉSTICOS E MOBILIÁRIO COMERCIAL, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 1.^a Secção. Matrícula n.º 1532; identificação de pessoa colectiva n.º 503065811; inscrição n.º 6; número e data da apresentação: 56/011115.

Certifico que, relativamente à sociedade em epígrafe, foi efectuado o seguinte registo:

Aumento, redenominação e alteração parcial do contrato.

Artigo alterado: 3.º

Capital: 1 002 410\$, após o reforço de 2410\$, subscrito em dinheiro na proporção das quotas.

Capital: 5000 euros.

Sócios e quotas:

1) José Manuel Bessa da Silva, com 2500 euros;

2) Carmen Maria Ferreira Soares, com 2500 euros.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme.

4 de Dezembro de 2001. — O Adjunto do Conservador, *Luís Fernando Laboreiro Henriques*. 1000003287

NNN — IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 1.^a Secção. Matrícula n.º 541; identificação de pessoa colectiva n.º 502822236; inscrição n.º 4; número e data da apresentação: 68/011203

Certifico que, relativamente à sociedade em epígrafe, foi efectuado o seguinte registo:

Apresentação n.º 68/011203.

Dissolução e encerramento da liquidação.

Data da aprovação das contas: 22 de Outubro de 2001.

Está conforme.

7 de Fevereiro de 2002. — O Adjunto do Conservador, *Luís Fernando Laboreiro Henriques*. 1000043016

EMAGOL — EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 1.^a Secção. Matrícula n.º 204/920410; identificação de pessoa colectiva n.º 502740990; inscrição n.º 3; número e data da apresentação: 25/010928; pasta n.º 204.

Certifico que, relativamente à sociedade em epígrafe, foi aumentado o capital social para 100 241 000\$ em dinheiro, tendo o mesmo sido redenominado para euros e, em consequência, os artigos 3.º e 6.º do respectivo contrato, ficaram com a seguinte redacção:

ARTIGO 3.º

O capital social, totalmente realizado em dinheiro, é de 500 000 euros e dele pertence uma quota do valor nominal de 150 000 euros a cada um dos sócios Marcelino Guedes de Oliveira e Maria Fernanda Loureiro da Silva Oliveira, e uma quota do valor nominal de 100 000 euros a cada um dos sócios Alfredo José da Silva Oliveira e Maria da Conceição da Silva Oliveira e Sousa.

ARTIGO 6.º

1 — A gerência da sociedade e a sua representação em juízo e fora dele, activa e passivamente, fica afectada aos sócios Marcelino Guedes de

Oliveira, Maria Fernanda Loureiro da Silva Oliveira e Alfredo José da Silva Oliveira, que desde já são nomeados gerentes, com ou sem remuneração, conforme vier a ser deliberado em assembleia geral.

2 — Para obrigar a sociedade em todos os seus actos e contratos é necessária a assinatura de dois gerentes, em conjunto; porém, para actos de mero expediente é suficiente a assinatura de um gerente.

3 — Em ampliação dos poderes normais de gerência, a sociedade poderá adquirir, ou alienar viaturas automóveis, tomar qualquer local por arrendamento ou trespasse, bem como celebrar contratos de *leasing* ou de aluguer de longa duração de bens mobiliários.

O texto completo do contrato na sua redacção actualizada ficou depositado na respectiva pasta.

Está conforme.

12 de Outubro de 2001. — A Primeira-Ajudante, *Lígia Maria Gigante Pinheiro*. 3000000722

UNIÃO EXPORTADORA DE CHELO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 1.^a Secção. Matrícula n.º 16 077; averbamentos n.ºs 1 e 2 à inscrição n.º 1 e inscrição n.º 8; números e data das apresentações: 35, 36 e 37/011126; pasta n.º 10 123.

Certifico que, na sociedade em epígrafe, foram efectuados os seguintes registos:

1) Cessação de funções da gerente Maria Otilde Barbosa Pereira da Costa, por óbito, em 16 de Março de 1999;

2) Cessação de funções do gerente Alípio Barbosa Pereira da Costa, por óbito, em 10 de Agosto de 2000.

Mais certifico que foi alterado o artigo 5.º, passando a ter a seguinte redacção:

5.º

A sociedade obriga-se em todos os actos e contratos pela assinatura de um gerente.

Designado gerente, António Barbosa Pereira da Costa, residente na Rua dos Combatentes, 177, Vila Nova de Gaia, em 20 de Junho de 2001.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

É o que cumpre certificar.

21 de Janeiro de 2002. — A Primeira-Ajudante, *Elsa Soares*.

1000024253

ANTÓNIO M. RIBEIRO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 1.^a Secção. Matrícula n.º 330-A; identificação de pessoa colectiva n.º 502015560; averbamento n.º 2 à inscrição n.º 1 e inscrição n.º 3; números e data das apresentações: 162 e 163/011211; pasta n.º 19 983.

Certifico que, na sociedade em epígrafe, foram efectuados os seguintes registos:

Sede: deslocada para a Rua do Covelo, 85-87, freguesia de Canelas, Vila Nova de Gaia.

Aumento, redenominação e alteração.

Artigo alterado: 4.º

Reforço: 12 050\$, em resultados transitados.

Capital: 25 000 euros.

Sócios e quotas:

1) António Moreira Ribeiro, com 12 500 euros;

2) Adelaide Magalhães Lopes Ribeiro, com 12 500 euros.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

É o que cumpre certificar.

28 de Fevereiro de 2002. — A Primeira-Ajudante, *Elsa Soares*.

3000044633

TERRAVIZ — AGRO-TURISMO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 1.^a Secção. Matrícula n.º 9809; identificação de pessoa colectiva n.º 505288044; inscrição n.º 2; número e data da apresentação: 75/011023; pasta n.º 9809.

Certifico que, na sociedade em epígrafe, foi alterado o artigo 2.º, passando a ter a seguinte redacção:

ARTIGO 2.º

O seu objecto consiste na exploração agrícola, pecuária. Comércio, importação, exportação de produtos diversos, nomeadamente produtos agrícolas e pecuária. Turismo no espaço rural. Constituição de diferentes tipos de zonas de caça previstas na lei e sua respectiva gestão.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

É o que cumpre certificar.

6 de Novembro de 2001. — A Primeira-Ajudante, *Elsa Soares*.
1000047385

PORTO — 2.ª SECÇÃO

**IMODÁVILA — SOCIEDADE DE GESTÃO
E INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS, S. A.**

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 2.ª Secção. Matrícula n.º 50 523; identificação de pessoa colectiva n.º 502990368; data da apresentação: 011226; pasta n.º 11 329.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos relativos à prestação de contas do ano de 2000.

Está conforme.

28 de Fevereiro de 2002. — A Escriturária Superior, *Conceição Ribeiro*.
1000049632

IRMÃOS MATIAS MALTA, L.ª

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 2.ª Secção. Matrícula n.º 55 432; identificação de pessoa colectiva n.º 504813544; data da apresentação: 011211; pasta n.º 22 743.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos relativos à prestação de contas do ano de 2000.

Está conforme.

28 de Fevereiro de 2002. — A Escriturária Superior, *Conceição Ribeiro*.
1000049611

TÊXTEILÍSSIMA — CONFECÇÕES, L.ª

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 2.ª Secção. Matrícula n.º 43 212; identificação de pessoa colectiva n.º 501753982; data da apresentação: 011221; pasta n.º 18 526.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos relativos à prestação de contas do ano de 2000.

Está conforme.

28 de Fevereiro de 2002. — A Escriturária Superior, *Conceição Ribeiro*.
1000048931

HERMARES — COMÉRCIO INTERNACIONAL, L.ª

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 2.ª Secção. Matrícula n.º 53 998; identificação de pessoa colectiva n.º 504133136; data da apresentação: 011227; pasta n.º 18 329.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos relativos à prestação de contas do ano de 2000.

Está conforme.

28 de Fevereiro de 2002. — A Escriturária Superior, *Conceição Ribeiro*.
1000048930

**S. P. M. — SOCIEDADE PORTUGUESA DE MEDIAÇÃO
DE SEGUROS, S. A.**

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 2.ª Secção. Matrícula n.º 53 980; identificação de pessoa colectiva n.º 502235411; data da apresentação: 011217; pasta n.º 18 311.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos relativos à prestação de contas do ano de 2000.

Está conforme.

28 de Fevereiro de 2002. — A Escriturária Superior, *Conceição Ribeiro*.
1000048925

JOÃO MONTEIRO & FILHO, L.ª

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 2.ª Secção. Matrícula n.º 18 634; identificação de pessoa colectiva n.º 500490910; data da apresentação: 011226; pasta n.º 12 300.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos relativos à prestação de contas do ano de 2000.

Está conforme.

28 de Fevereiro de 2002. — A Escriturária Superior, *Conceição Ribeiro*.
1000048922

**TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE MERCADORIAS
MODERNOS DO BUSSACO, L.ª**

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 2.ª Secção. Matrícula n.º 865; identificação de pessoa colectiva n.º 502005815; data da apresentação: 011226; pasta n.º 12 227.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos relativos à prestação de contas do ano de 2000.

Está conforme.

28 de Fevereiro de 2002. — A Escriturária Superior, *Conceição Ribeiro*.
1000048920

**LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS
DE CEDOFEITA, L.ª**

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 2.ª Secção. Matrícula n.º 26 189; identificação de pessoa colectiva n.º 501202579; data da apresentação: 011214; pasta n.º 12 193.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos relativos à prestação de contas do ano de 2000.

Está conforme.

28 de Fevereiro de 2002. — A Escriturária Superior, *Conceição Ribeiro*.
1000048918

**PRIMACOM — PROJECTO, INSTALAÇÃO
E MANUTENÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES, L.ª**

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 2.ª Secção. Matrícula n.º 50 930; identificação de pessoa colectiva n.º 503114944; data da apresentação: 011219; pasta n.º 12 174.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos relativos à prestação de contas do ano de 2000.

Está conforme.

28 de Fevereiro de 2002. — A Escriturária Superior, *Conceição Ribeiro*.
1000048916

TRINDADE & TINOCO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 2.ª Secção. Matrícula n.º 53 788; identificação de pessoa colectiva n.º 504068920; data da apresentação: 011126; pasta n.º 18 041.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos relativos à prestação de contas do ano de 2000.

Está conforme.

20 de Fevereiro de 2002. — A Escriturária Superior, *Conceição Ribeiro*. 1000074442

M. C. BAHIA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 2.ª Secção. Matrícula n.º 50 545; identificação de pessoa colectiva n.º 502989580; data da apresentação: 011219; pasta n.º 11 392.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva os documentos relativos à prestação de contas do ano de 1999.

Está conforme.

28 de Fevereiro de 2002. — A Escriturária Superior, *Conceição Ribeiro*. 1000049300

REI DOS LANCHES, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 2.ª Secção. Matrícula n.º 49 803; identificação de pessoa colectiva n.º 502749598; data da apresentação: 011226; pasta n.º 9393.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos relativos à prestação de contas do ano de 2000.

Está conforme.

28 de Fevereiro de 2002. — A Escriturária Superior, *Conceição Ribeiro*. 1000049298

PEIXARIA BRASIL, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 2.ª Secção. Matrícula n.º 45 673; identificação de pessoa colectiva n.º 502050616; data da apresentação: 011226; pasta n.º 10 286.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos relativos à prestação de contas do ano de 2000.

Está conforme.

28 de Fevereiro de 2002. — A Escriturária Superior, *Conceição Ribeiro*. 1000049296

SOUTO & ROCHA VIEIRA — RESTAURANTE, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 2.ª Secção. Matrícula n.º 55 848; identificação de pessoa colectiva n.º 505145235; data da apresentação: 011227; pasta n.º 23 281.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos relativos à prestação de contas do ano de 2000.

Está conforme.

28 de Fevereiro de 2002. — A Escriturária Superior, *Conceição Ribeiro*. 1000049293

SEM SUJIDADE — SERVIÇOS DE LIMPEZA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 2.ª Secção. Matrícula n.º 55 565; identificação de pessoa colectiva n.º 504698559; data da apresentação: 011214; pasta n.º 22 929.

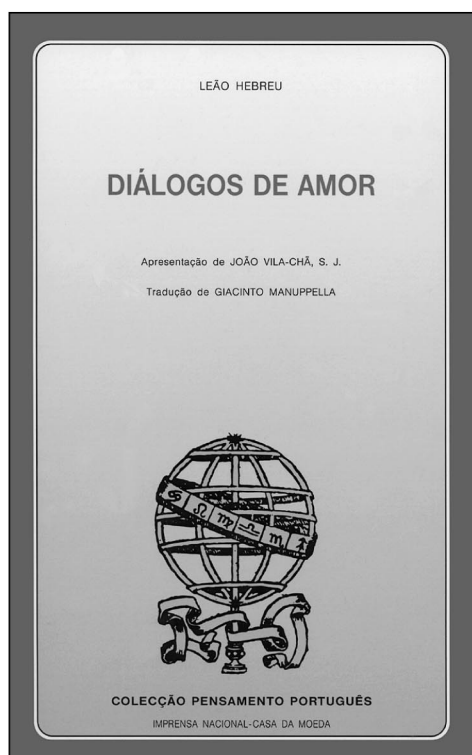
Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos relativos à prestação de contas do ano de 2000.

Está conforme.

28 de Fevereiro de 2002. — A Escriturária Superior, *Conceição Ribeiro*. 1000049291

edições INCM

Colecção Pensamento Português



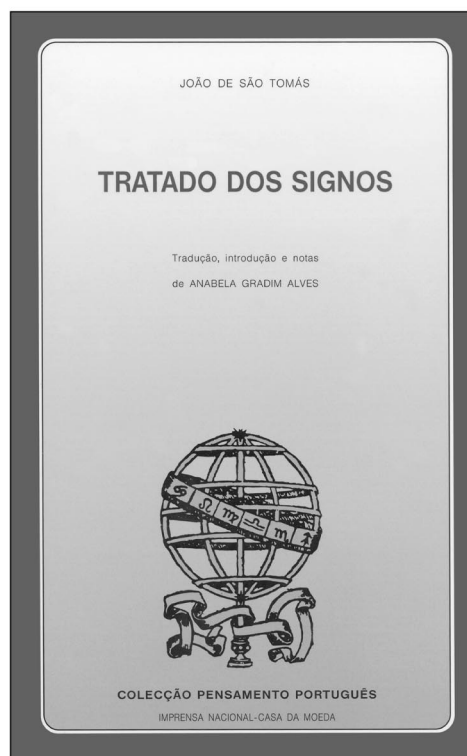
DIÁLOGOS DE AMOR

LEÃO HEBREU

Apresentação de JOÃO VILA-CHÃ, S. J.

Tradução de GIACINTO MANUPPELLA

422 PP.



TRATADO DOS SIGNOS

João de São Tomás

Tradução, introdução e notas
de ANABELA GRADIM ALVES

302 PP.



IMPRESA NACIONAL - CASA DA MOEDA, S. A.

Av. António José de Almeida

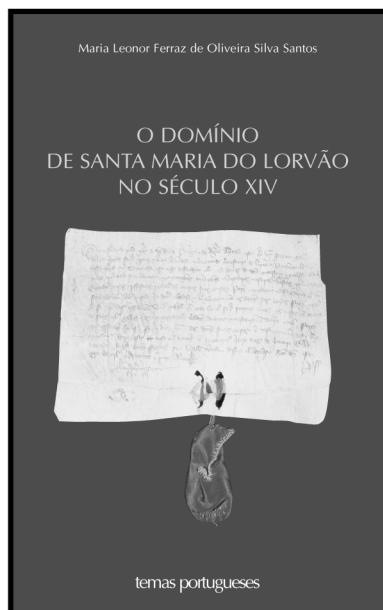
1000-042 Lisboa • Tel.: 21 781 07 00

www.incm.pt

E-mail: dco@incm.pt

E-mail Brasil: livraria.camoes@incm.com.br

Colecção Temas Portugueses



O DOMÍNIO DE SANTA MARIA DO LORVÃO GESTÃO FEMININA DE UM PATRIMÓNIO FUNDIÁRIO

MARIA LEONOR FERRAZ DE OLIVEIRA SILVA SANTOS

Prefácio de IRIA GONÇALVES

200 pp.



IMPRESA NACIONAL - CASA DA MOEDA, S. A.

Av. António José de Almeida

1000-042 Lisboa • Tel.: 21 781 07 00

www.incm.pt

E-mail: dco@incm.pt

E-mail Brasil: livraria.camoes@incm.com.br



DIÁRIO DA REPÚBLICA

Depósito legal n.º 8816/85

ISSN 0870-9963

AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao *Diário da República* desde que não tragam aposta a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.

Os prazos para reclamação de faltas do *Diário da República* são, respectivamente, de 30 dias para o continente e de 60 dias para as Regiões Autónomas e estrangeiro, contados da data da sua publicação.

PREÇO DESTE NÚMERO (IVA INCLUÍDO 5%)

€ 5,99



Diário da República Electrónico: Endereço Internet: <http://www.dr.incm.pt>
Correio electrónico: dre @ incm.pt • Linha azul: 808 200 110 • Fax: 21 394 57 50



IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.

LIVRARIAS

- Rua da Escola Politécnica, 135 — 1250-100 Lisboa
Telef. 21 394 57 00 Fax 21 394 57 50 Metro — Rato
- Rua do Marquês de Sá da Bandeira, 16-A e 16-B — 1050-148 Lisboa
Telef. 21 330 17 00 Fax 21 330 17 07 Metro — S. Sebastião
- Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 — 1099-002 Lisboa
Telef. 21 383 58 00 Fax 21 383 58 34
- Rua de D. Filipa de Vilhena, 12 — 1000-136 Lisboa
Telef. 21 781 07 00 Fax 21 781 07 95 Metro — Saldanha
- Avenida de Fernão de Magalhães, 486 — 3000-173 Coimbra
Telef. 23 985 64 00 Fax 23 985 64 16
- Praça de Guilherme Gomes Fernandes, 84 — 4050-294 Porto
Telef. 22 339 58 20 Fax 22 339 58 23
- Avenida Lusfada — 1500-392 Lisboa
(Centro Colombo, loja 0.503)
Telef. 21 711 11 25 Fax 21 711 11 21 Metro — C. Militar
- Rua das Portas de Santo Antão, 2-2/A — 1150-268 Lisboa
Telefs. 21 324 04 07/08 Fax 21 324 04 09 Metro — Rossio
- Loja do Cidadão (Lisboa) Rua de Abranches Ferrão, 10 — 1600-001 Lisboa
Telef. 21 723 13 70 Fax 21 723 13 71 Metro — Laranjeiras
- Loja do Cidadão (Porto) Avenida de Fernão Magalhães, 1862 — 4350-158 Porto
Telef. 22 557 19 27 Fax 22 557 19 29
- Loja do Cidadão (Aveiro) Rua de Orlando Oliveira, 41 e 47 — 3800-040 Aveiro
Força Vouga
Telef. 23 440 58 49 Fax 23 440 58 64
- Loja do Cidadão (Viseu) Urbanização Quinta das Mesuras
Avenida R. D. Duarte, lote 9 — 3500-643 Viseu
Telef. 23 248 49 48 Fax 23 248 49 52

Toda a correspondência sobre assinaturas deverá ser dirigida para a Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A., Departamento Comercial, Sector de Publicações Oficiais, Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5, 1099-002 Lisboa